

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUTORADO

MARCO AURÉLIO CORRÊA DE ARAÚJO

**UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO MIGRATÓRIO ENQUANTO DÍNAMO DO PROGRAMA DE
CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1974-1985)**

GOIÂNIA-GO

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESIS

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese

2. Nome completo do autor

Marco Aurélio Corrêa de Araújo

3. Título do trabalho

UM ESTUDO SOBRE FENÔMENO MIGRATÓRIO ENQUANTO DÍNAMO DO PROGRAMA DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1974-1985)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURÉLIO CORRÊA DE ARAÚJO, Discente**, em 09/03/2022, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Alberto Da Costa Pinto, Professor do Magistério Superior**, em 09/03/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do



art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2746702** e o código CRC **5D1ECCA6**.

MARCO AURÉLIO CORRÊA DE ARAÚJO

**UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO MIGRATÓRIO ENQUANTO DÍNAMO DO PROGRAMA DE
CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1974-1985)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás,
como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades

Orientação: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto

GOIÂNIA-GO

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Araújo, Marco Aurélio Corrêa de
UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO MIGRATÓRIO ENQUANTO
DÍNAMO DO PROGRAMA DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO
BRASIL (1974-1985) [manuscrito] / Marco Aurélio Corrêa de
Araújo. - 2022.
CCLXXXVI, 286 f.

Orientador: Prof. João Alberto da Costa Pinto.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2022.
Bibliografia.
Inclui siglas.

1. Contrarreforma agrária. I. Pinto, João Alberto da Costa, orient.
II. Título.

CDU 94(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **093/2021** da sessão de Defesa de Tese de **MARCO AURÉLIO CORRÊA DE ARAÚJO**, que confere o título de Doutor em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **dez dias de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **14h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“O FENÔMENO MIGRATÓRIO ENQUANTO DÍNAMO DO PROGRAMA DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA: O CASO DO CENTRO-**

OESTE (1974-1985)”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **João Alberto da Costa Pinto (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Cláudio Lopes Maia (UFGat)**, membro titular externo; Professor Doutor **Walmir Barbosa (IFG/Goiânia)**, membro titular externo; Professor Doutor **Pedro Henrique Evangelista Duarte (FACE/UFG)**, membro titular externo; Professor Doutor **David Maciel (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca fizeram **sugestão de alteração do título do trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **João Alberto da Costa Pinto**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao **dez dias de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Um estudo sobre o fenômeno migratório enquanto dínamo do programa de contrarreforma agrária no

Brasil (1974-1985).



Documento assinado eletronicamente por **João Alberto Da Costa Pinto, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2022, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Pós-graduação**, em 02/03/2022, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Evangelista Duarte, Professor do Magistério Superior**, em 03/03/2022, às 08:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Lopes Maia, Professor do Magistério Superior**, em 05/03/2022, às 07:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do

[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Documento assinado eletronicamente por **David Maciel, Professor do Magistério Superior**, em 04/04/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2721370** eo código CRC **CE5FB5CA**.

Referência: Processo nº 23070.067583/2021-63 SEI nº 2721370

MARCO AURÉLIO CORRÊA DE ARAÚJO

**UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO MIGRATÓRIO ENQUANTO DÍNAMO
DO PROGRAMA DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1974-
1985)**

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, para obtenção do título de Doutor em História, aprovada em ___10___/_02___/_2022___, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto (UFG)

Presidente

Prof. Dr. David Maciel (UFG)

Membro

Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia (UFCat)

Membro

Prof. Dr. Walmir Barbosa (IFG/Goiânia)

Membro

Prof. Dr. Pedro Henrique Duarte (FACE/UFG)

Membro

Prof. Dr. Êça Pereira da Silva (UFT/ Porto Nacional)

Suplente

Prof. Dr. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves (UEG)

Suplente

À Maria Lúcia Corrêa de Araújo,

Camponesa em sua origem, migrante quase que por consequência e uma heroína por natureza: amiga, companheira, vital, sábia, amorosa, dedicada, conselheira... Eis uma grande MÃE. Obrigado por tudo!

A Terra é nossa

A terra é um bem comum
Que pertence a cada um.
Com o seu poder além,
Deus fez a grande Natura
Mas não passou escritura
Da terra para ninguém.

Se a terra foi Deus quem fez,
Se é obra da criação,
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.

Quando um agregado solta
O seu grito de revolta,
Tem razão de reclamar.
Não há maior padecer
Do que um camponês viver
Sem terra pra trabalhar.

O grande latifundiário,
Egoísta e usurário,
Da terra toda se apossa
Causando crises fatais
Porém nas leis naturais
Sabemos que a terra é nossa.

(Patativa do Assaré)

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese foi marcada por vários obstáculos, os quais, sem o apoio de tantas pessoas e instituições não seriam ultrapassados e este texto não teria se concretizado. Diante disso, merecem, aqui, serem marcados e agradecidos todos os envolvidos que colaboraram para que o percurso dessa pesquisa e de escrita deste trabalho fosse menos difícil. Primeiramente, gostaria de agradecer, sobremaneira, ao professor e orientador João Alberto da Costa Pinto por toda paciência, dedicação e disponibilidade concedidas, a quem considero referência como intelectual e profissional. Suas contribuições teóricas foram determinantes para modelar minha atual forma de ver e entender o sistema.

Também registro meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. David Maciel, o qual desde os tempos de mestrado, enquanto orientador, contribuiu para a construção de meu pensar e, portanto, faz parte do processo que resultou nessa tese. Foram muitas aulas, críticas, análises, conversas e sugestões bibliográficas que fizeram diferença na minha formação. E ao Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia, o qual, também, desde o mestrado, contribuiu com importantes indagações e sugestões bibliográficas, sendo estas feitas no momento da qualificação deste doutoramento muito relevantes não só para esta tese, como também para meu melhor entendimento sobre a questão agrária. Agradeço à Prof.(a) Dr.(a) Dulce Portilho Maciel, minha orientadora na monografia, arguidora na defesa de mestrado e que deu todo apoio para a realização do mestrado e doutorado concedendo os documentos originais do acervo da SUDECO, os quais foram matéria-prima fundamental para este trabalho.

Não poderia deixar de agradecer às instituições que me deram a possibilidade de realizar a pesquisa que resultou neste trabalho: à Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG) pelo espaço, confiança e credibilidade depositadas em meu projeto de pesquisa para que eu realizasse esta tese.

E, por fim, gostaria de agradecer também àqueles que estão ao meu lado no dia a dia e que fizeram e fazem muita diferença não apenas no caminhar da pesquisa e da escrita, mas da vida: ao apoio integral de meus pais Maria Lúcia e João Cordeiro e da minha irmã Suzane Corrêa de Araújo, os quais sempre nos momentos de desespero e desânimo me estimularam para continuar firme e forte em meu objetivo. Ao meu grande

amigo-irmão (cuja amizade foi proporcionada tardiamente pelas circunstâncias da vida - mas que já se vão alguns anos de companheirismo -, porém de uma profundidade que parece de outros tempos) Gregório Echeverria, sendo nossas prosas de importância salutar para a manutenção do equilíbrio e da sobrevivência nestes tempos difíceis em que vivemos. E, finalmente, quero agradecer à minha esposa, companheira e incentivadora Larissa Lara, que me suporta diariamente com carinho, paciência, amor e compreensão em meus muitos momentos de ansiedade, estresse e desespero com as muitas atividades que acumulo e que tento fazer ao mesmo tempo.

A todos os citados e envolvidos, o meu sincero muito obrigado.

RESUMO

A presente tese de doutoramento está centrada numa investigação sobre parte da trajetória histórica da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), visando compreender as ações do Estado brasileiro – através tanto de nomes ligados à gestão institucional quanto das ações dos diversos órgãos responsáveis pelo controle das migrações internas no território nacional -, voltadas para o território regional, durante o contexto de atuação dos chamados “programas especiais”. Vislumbra-se, nesse cenário, a busca do Estado, aliado aos donos do capital, pelo controle das camadas sociais “ameaçadoras” ao sistema político e econômico em vigor. Nesse contexto, almeja-se, fundamentalmente, verificar como esta questão das migrações internas é de suma importância para o entendimento da consolidação do capital monopolista na região em foco e, conseqüentemente, para a consecução de um programa de contrarreforma agrária.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Monopolista. Estado(s). Migrações Internas. Reforma Agrária. Contrarreforma Agrária.

ABSTRACT

This doctoral thesis is focused on an investigation of part of the historical trajectory of the Superintendence for Development of the Midwest Region (SUDECO), aiming to understand the actions of the Brazilian State - through both names linked to institutional management and the actions of the various responsible bodies for the control of internal migrations in the national territory -, aimed at the regional territory, during the context of action of the so-called “special programs”. In this scenario, the State's search, allied with the owners of capital, for the control of social layers that are “threatening” to the current political and economic system can be seen. In this context, the aim is, fundamentally, to verify how this issue of internal migration is of paramount importance for understanding the consolidation of monopoly capital in the region in focus and, consequently, for the achievement of a counter-agrarian reform program.

KEYWORDS: Monopolist Capital. States). Internal migrations. Land reform. Agrarian Counter-Reform.

SIGLAS UTILIZADAS

ABRA: Associação Brasileira de Reforma Agrária

ADESG: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

BASA: Banco da Amazônia

BCA: Banco de Crédito da Amazônia S.A

BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB: Banco do Nordeste do Brasil

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH: Banco Nacional de Habitação

CELG: Centrais Elétricas de Goiás

CELGPARG: Companhia Celg de participações

CEME: Central de Medicamentos

CEMMIG: Comissão Executiva da Pesquisa de Migrações Internas

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina

CEPAMI: Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes

CETREMIS: Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes

CGP: Condições Gerais de Produção

CIMI: Conselho Indigenista Missionário

CNDU: Conselho Nacional de desenvolvimento Urbano

COBAN: Colonizadora Bandeirante Ltda.

CODEVASF: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COOPERCANA: Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda.

COOPERCOL: Colonizadora 31 de março

CONAGRO: Colonização e Consultoria Agrária

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONOLAMI: Colonizadora Noroeste Matogrossense S/A

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

CSN: Companhia Siderúrgica Nacional

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DAIA: Distrito Agroindustrial de Anápolis

DCP: Divisão de Colonização Particular

DIEESE: Departamento Institucional de Estatística e Estudos Sociais Econômicos

DNOCS: Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DNOS: Departamento Nacional de Obras de Saneamento

ECOS: Equipe de Estudos Econômicos e Sociais da UCG

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMPAER: Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

ESG: Escola Superior de Guerra

FAS: Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

FBC: Fundação Brasil Central

FDPI: Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados

FINAM: Fundo de Investimento da Amazônia

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FNDCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FRIGOARI: Frigorífico Ariquemes

FRIGON: Frigorífico Irmãos Gonçalves

FRIGONOSSO: Frigorífico Nosso

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

GEOECONÔMICA: Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília

IAPAS: Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INAMPS: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INDECO: Integração, Desenvolvimento e Colonização

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INPS: Instituto Nacional de Previdência Social

INTER: Instituto de Terras Rurais

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPES: Instituto de Pesquisa Econômica e Social do estado de Goiás

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JAMIC: Japan Migration and Colonization

JK: Juscelino Kubitschek

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

MINTER: Ministério do Interior

MIRAD: Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária

MPT: Ministério Público do Trabalho

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OEA: Organização dos Estados Americanos

PAD: (Projeto de Assentamento Dirigido)

PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo

PED: Programa Estratégico de Desenvolvimento

PIB: Produto Interno Bruto

PIC: Projeto Integrado de Colonização

PIN: Programa de Integração Nacional

PLADESCO: Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste

PLANAFLORO: Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PM: Polícia Militar

POLAMAZÔNIA: Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia

POLOCENTRO: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLONOROESTE: Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária

PRODEGRAN: Programa Especial da Região da Grande Dourados

PRODEPAN: Programa Especial do Desenvolvimento do Pantanal

PROTERRA: Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria

PT: Partido dos Trabalhadores

PUC: Pontifícia Universidade Católica

RIOTERRA: Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia

SAMI: Serviço de Apoio as Migrações Internas

SDU: Fundo de Desenvolvimento Urbano

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos

SECIMA: Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás

SEPLAN: Secretaria de Planejamento

SEPLAN/PR: Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SERDIL: Serraria Dias Ltda.

SFH: Sistema Financeiro de Habitação

SFS: Sistema Financeiro de Saneamento

SIMI: Serviço de Informações sobre Migrações

SINE: Serviço Nacional de Emprego

SINPAS: Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SOMECO: Sociedade de Melhoramento e Colonização

SPI: Serviço de Proteção aos Índios

SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO: Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDESUL: Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul

SUFRAMA: Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUPRA: Superintendência de Reforma Agrária

SUS: Sistema Único de Saúde

SUVALE: Superintendência do Vale do São Francisco

SPVEA: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

UCG: Universidade Católica de Goiás

UDR: União Democrática Ruralista

UEL: Universidade Estadual de Londrina

UFG: Universidade Federal de Goiás

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

URUPA: Indústria e comércio de alimentos

USP: Universidade de São Paulo

ZSEE: Zoneamento Socioeconômico Ecológico

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 01 – CONTEXTUALIZANDO OS ANTECEDENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO	33
1- Compreendendo os antecedentes	33
1.1 FBC, SUDENE, SUDECO e as migrações: um olhar panorâmico.....	33
1.2 A Amazônia Legal e a sobreposição entre SUDECO e SUDAM.....	39
1.3 O Planejamento enquanto “guia” para inserir a região à lógica da dependência ao capital estrangeiro.....	41
1.4 Desenvolvimento desigual e combinado: a “integração nacional”	54
2- Política de reforma agrária no Brasil e o projeto nacional-desenvolvimentista: a gestação da contrarreforma agrária	58
3- Antecedentes, sua criação e os bastidores posteriores: o INCRA como ferramenta no processo de intensificação da colonização.....	69
CAPÍTULO 02- O AVANÇO DO CAPITAL: A INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO E DO PROGRAMA DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA SOBRE OS MIGRANTES.....	75
1-Contexto inicial: os programas especiais e as categorias de colonizações oficial e particular.....	75
2- Cresce o volume de migrantes: a dinamização das migrações intensifica a exploração da mão de obra dos descapitalizados e potencializa o projeto de contrarreforma agrária.....	91
2.1 Do contexto nacional ao regional	91
2.2 O Centro-Oeste em foco: o migrante/camponês tornando-se proletário.....	97
2.3 O “boom” da construção civil em Goiânia: caso exemplar do desserviço do capital junto ao migrante	112
2.4 De atrativo a expulsor: a crise na construção civil nos primeiros anos da década de 1980 em Goiás	118

2.5 Política de Migrações Internas: teoria x prática no Centro-Oeste	132
2.6 A colonização oficial em Rondônia: a trajetória da ilusão	143
3- O avanço da colonização particular: intensifica-se a ampla política pró-capitalista.....	148
3.1 MINTER, INCRA e os programas especiais na organização da colonização particular: o avanço da concentração fundiária.....	148
3.2 As empresas/colonizadoras e seus gestores: os beneficiados no processo em Mato Grosso	158

CAPÍTULO 03 – O(S) ESTADO(S) E SEUS GESTORES: RENÉ POMPEU DE PINA E SUA CONTRIBUIÇÃO AO AVANÇO DO CAPITAL NO CENTRO-OESTE.....

1- Contextualizando o personagem em questão.....	167
2- O(s) Estado(s) e os gestores na organização da produção no Centro-Oeste: pressupostos teórico-metodológicos.....	170
2.1 O(s) Estado(s) atuante(s) na região Centro-Oeste: breve esclarecimento teórico-conceitual sobre o termo.....	170
2.2 Os gestores nas rédeas do capitalismo monopolista sobre o Centro-Oeste: quem realmente são os gestores?.....	176
3- René Pompeu de Pina: um intelectual a serviço do capital	185
3.1 Sua origem e sua “gestação” como gestor	185
3.2 René Pompeu de Pina, a SUDECO e as migrações internas: a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito na região Centro-Oeste.....	188
3.2.1 Sua contribuição ao programa de contrarreforma agrária: privilegiando os grupos multinacionais através da superconcentração fundiária.....	188
3.2.2 Sua contribuição às empresas/colonizadoras nacionais.....	193
3.2.3 Um olhar para as migrações internas a partir da gestão de René Pompeu de Pina: intensifica-se a exploração/marginalização sobre os descapitalizados.....	198
3.2.4- De gestor a investidor: a face burguesa de René Pompeu de Pina.....	208

CAPÍTULO 04 – O AVANÇO DO PROGRAMA DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA EM RONDÔNIA: O CASO DOS NATIVOS E AS MIGRAÇÕES INTERNAS.....

1-A expropriação e violência sobre os indígenas em Rondônia	211
---	-----

1.1 Compreendendo o contexto e a imbricação/atuação capital-estado.....	211
1.2 Violência X Resistência: os casos de expropriação sobre os nativos	217
2- Migrantes X grupos capitalizados: continuam a exploração e a violência do capital.....	231
2.1 Os capitalizados: o contínuo avanço do programa de contrarreforma agrária em Rondônia	231
2.2 Os desiludidos: nada de terra, marginalização via urbanização e “escravidão”.....	245
2.2.1 A (re)produção em série de sem-terras.....	246
2.2.2 Muda o meio e segue o “calvário”: a (re)produção da marginalização.....	253
2.2.3 Relações de trabalho análogas à escravidão em Rondônia	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
REFERÊNCIAS	279

INTRODUÇÃO

Nesta tese, buscaremos descrever e esclarecer como o processo das migrações internas está atrelado ao avanço do capital monopolista na região Centro-Oeste e como este processo foi fundamental para a intensificação da exploração sobre os migrantes e para a consolidação do programa de contrarreforma agrária sobre o território regional. Desde já é importante deixar claro que temos consciência que se tinha em execução uma ampla política pró-capitalista, não sendo assim apenas pró-latifúndio, pois o processo é maior, vai além da questão da terra. Buscaremos compreendê-lo em seu todo, isto é, compreender não só a implantação de um programa de contrarreforma agrária, mas, ao mesmo tempo, como ele está intrínseco ao amplo programa pró-capitalista.

Nessa busca teremos como norte parte do contexto histórico e institucional da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), fundamentalmente de 1974 a 1985, período de atuação dos programas especiais. As ações da SUDECO atendendo a estes programas são esclarecedoras para se entender as políticas de expansão do capital no Centro-Oeste.

Em outro trabalho por nós desenvolvido (Araújo, 2016) e que foi resultado de alguns anos de pesquisa – fazendo parte destes anos nossa graduação e mestrado - analisamos tal instituição no sentido de entender até que ponto a sua atuação foi de fundamental importância para o avanço do capital monopolista na região Centro-Oeste. Focamos na sua atuação naquilo que foi seu primeiro momento de existência - desde a sua fundação, 1967¹, até a sua extinção em 1990 (já que esta foi recriada em 2011 e existente até os dias atuais).

Nesse ínterim, várias temáticas que estão inseridas no contexto geral foram analisadas para se tentar chegar a um denominador comum no que tange ao nosso objetivo final. Entre estas várias temáticas analisadas podemos citar, por exemplo, a) processo de planejamento regional; b) desenvolvimento regional com a criação das

¹ Apenas no sentido de esclarecer melhor o cenário de criação da SUDECO, vale destacar que ela e a Fundação Brasil Central (FBC) representam os únicos organismos que foram veículos da intervenção federal no âmbito regional do Centro-Oeste. A FBC foi criada em 1943, naquele contexto nacionalista em que Vargas deu início a chamada “marcha para o oeste”. Em 1967 tal instituição foi extinta, sendo que pelo mesmo decreto que a extinguiu foi criada a SUDECO, entidade autárquica que vai ser vinculada ao extinto Ministério do Interior (MINTER).

superintendências, sendo uma delas a SUDECO; c) modernização agropecuária; d) migração e colonização; e) expansão das fronteiras; f) relação entre o capital nacional e internacional para se entender a lógica do capitalismo monopolista; g) reforma agrária e conflitos agrários; entre outros.

Ter conhecimento do que foi analisado em nosso trabalho é importante para esclarecermos o cenário que agora vamos desbravar, o qual se construiu a partir das indagações que foram surgindo quando da análise de outro objeto (a SUDECO). Agora, nossa escrita tem como objeto as migrações internas, pois as consideramos determinantes para a compreensão da concretização do amplo programa pró-capitalista que se instalou não somente sobre a região Centro-Oeste do país, mas também por todo o território nacional. Buscaremos provar a importância de nosso objeto sobre tal concretização especificamente no contexto regional, o qual faz parte da lógica do avanço do capital monopolista.

Faremos, agora, uma breve descrição do contexto histórico-institucional sobre o qual debruçaremos, destacando o que nos orientará para a formulação de nossa tese, a periodização que delimita nossa abordagem historiográfica, o passo a passo do que abordaremos em cada capítulo e, por fim, nosso referencial teórico-metodológico e quais as fontes fundamentais que balizarão nossa argumentação para a tese que aqui se materializa.

No que tange à periodização que adotaremos, nossa análise se iniciará em 1974 e perdurará até o ano de 1985. O ano de 1974 será nosso marco inicial pelo fato de serem criados neste ano os programas especiais – os quais destacaremos melhor mais adiante – que foram elementares para a intensificação do número de migrantes sobre o Centro-Oeste brasileiro e, também, de Rondônia, posto que fazia parte da jurisdição da SUDECO, fato que consideramos substancial para a concretização do programa de contrarreforma agrária. Alinhados com o pensamento de Octavio Ianni (1979), compreendemos, pois, que a definição de contrarreforma agrária está baseada nas ações do Estado brasileiro – fundamentalmente durante a Ditadura Militar – no sentido de barrar qualquer movimento de democratização ao acesso pela terra, ou seja, qualquer movimento que possa tocar no latifúndio. Nesse sentido, visualizamos a chamada contrarreforma agrária como um projeto que se intensificou na década de 1970, quando a política de reforma agrária já havia se transformado em uma política de colonização,

sendo a colonização dirigida instrumento importante para tal transformação. Em tópicos dos dois primeiros capítulos, analisaremos de forma pormenorizada este processo que nos ajuda a referenciar a utilização da definição e da lógica de contrarreforma agrária, lógica que é base de sustentação da hipótese que permeia essa tese.

No quadro ora posto encontra-se “amarrada” a intensa expansão da modernização agropecuária que, aliada à questão do fenômeno migratório, demonstram o aperfeiçoamento do planejamento e da intervenção do Estado central (ditatorial) sobre a economia regional, isto é, os programas especiais, enquanto ferramenta ligada às migrações, foram uma das vertentes das políticas de expansão do capital na região que a SUDECO atendia. Nossa abordagem se findará em 1985, haja vista que nesse ano tais programas deixaram de atuar, o que se explica, entre outros fatores, a crise do planejamento em nível regional, a grande dívida que tais programas adquiriram junto a organismos externos, ao empreguismo e à burocracia estabelecida na SUDECO e, por fim, a intensa corrupção estabelecida nesta instituição. Diante de tais fatores, tem-se a decadência dos programas especiais, o que representa em nossa análise um impacto sobre o processo migratório, pois diante do grande número de migrantes atraídos para a região, verificou-se, nesse enredo, o descaso do Estado frente a estes grupos já marginalizados socialmente.

No primeiro capítulo faremos um debate contextualizando os antecedentes que marcam e que darão contorno ao contexto de nosso recorte temporal, porque somente assim poderemos compreender como nosso estudo está intrínseco a um amplo processo que se intensifica dentro do período de nossa análise. Sob essa ótica, visaremos entender a função do Estado e as ações dos agentes ligados a ele como fatores importantes para se entender como o processo migratório está inserido na lógica do avanço do capital monopolista e, conseqüentemente, ao programa de contrarreforma agrária implementado. Nesse sentido, no segundo capítulo, analisaremos as ações da SUDECO, já diante da lógica de atuação dos programas especiais - atendendo às demandas das políticas de expansão do capital sobre todo seu território de atuação, isto é, qual a influência de suas ações entre 1974 a 1985 sobre o processo em questão.

No terceiro capítulo, verticalizaremos nossa análise afim de compreender o desenrolar da ampla política pró-capitalista na área de jurisdição da SUDECO a partir da atuação de um “personagem” específico. Tal “personagem” será René Pompeu de

Pina, o qual foi superintendente da instituição em foco durante a existência dos programas especiais, já que suas ações foram essenciais para abrir caminho às políticas neoliberais na região. Ele fez acordos com organismos internacionais, contribuiu para a intensificação do fluxo migratório na região e efetivou várias outras ações que entendemos como fundamentais para o avanço do capital monopolista.

Por fim, no quarto e último capítulo, voltaremos a horizontalizar nossa análise, porém diante de um horizonte menor: enquanto que nos dois primeiros capítulos analisaremos o caminhar do capital monopolista sobre toda área de jurisdição da SUDECO, neste momento, vamos focar exclusivamente no caso de Rondônia. A importância da análise de tal caso se justifica pelas seguintes questões: primeiro pelo fato de que ali a política de migração ficou mais evidente devido à vinda de muita mão de obra de fora – o que depois explicaremos melhor – e, por fim, devido ao grande volume de informações fornecidas pela documentação do acervo da SUDECO. Identificamos muitos documentos neste acervo abordando exclusivamente o caso de Rondônia, o que nos chamou a atenção não só pelo volume, mas também pela relevância destes para entendermos o processo do avanço do capital monopolista sobre aquela região. Apenas para adiantar algumas das questões importantes, destacaremos os casos de expropriação indígena e a violência não só sobre estes, como também, sobre os migrantes e grupos locais descapitalizados. Inclusive, com relação a estes últimos, averiguaremos alguns casos de relações de trabalho análogas à escravidão naquela região.

Em cada um dos três últimos capítulos analisaremos o recorte temporal em seu todo (1974-1985), não havendo, portanto, uma análise cronológica contínua e linear. Contudo, em cada um deles se tem uma dinâmica e dimensão temática própria para analisar nosso objeto neste período que, em seu conjunto, nos traz um apanhado contextual e esclarece o avanço do capital monopolista com mais abrangência. No segundo capítulo, analisaremos este avanço sobre todo território da SUDECO; já no terceiro, buscaremos compreender tal processo a partir das ações de um personagem específico que tem sua ligação com o histórico institucional e, por fim, no quarto capítulo, encerraremos nossa análise diante de um recorte territorial menor, porém de grande relevância para se entender como as migrações internas influenciaram no processo de expropriação indígena e de estabelecimento de relações de trabalho escravistas.

Na busca para entender e esclarecer melhor o processo migratório, atrelado ao avanço do capital monopolista no contexto histórico da SUDECO, deve-se ressaltar que no que se refere a este entendimento, desviaremos daquela velha prática analítica positivista-empirista, visando exclusivamente, narrar e dominar os acontecimentos, os quais parecem que os fatos falam por si só. Com intenção de dominar esse processo, teremos como norte sua interpretação e compreensão à luz de sua dinâmica, na dialética que envolve os fatos a serem analisados.

Nossa abordagem metodológica basear-se-á no método dialético de Marx, o qual se resume em dois momentos: o de investigação e o de exposição, pressupondo que um determinado objeto só pode ser exposto depois de ser investigado e analisado criticamente em suas determinações essenciais. Este método surge em oposição ao positivismo próprio da economia clássica moderna, que toma o objeto como uma imediatidade factual, dada sem a mediação do pensamento, típico da especulação e da dialética hegeliana². Portanto, o desenrolar de nossa pesquisa não pretende se limitar apenas ao conhecimento do processo, mas sim interpretá-los à luz de um senso crítico.

Nesse sentido, devemos reiterar que o arcabouço teórico-metodológico que irá nos balizar será utilizado para reforçar nossa argumentação no sentido de criticar o capitalismo - seja ele monopolista ou não – sua gestação e organização o que, conseqüentemente, volta-se para uma crítica à sociedade de consumo ou à sociedade de produção em massa.

Diante da abordagem metodológica assumida, é importante ressaltar a categoria de totalidade, a qual está intrínseca no método. Com base em Marx (1974) e Lukács (1967), consideramos a totalidade uma das categorias primordiais no processo de produção dialético do conhecimento e, portanto, a utilizaremos, visando assim, a uma interpretação teórica que não se limite a fragmentos desarticulados. Segundo Lukács:

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (Idem, p.240).

² No que se refere ao debate sobre a dialética em Marx, sugerimos a obra a seguir: Müller, Marcos Lutz. Exposição e Método Dialético em “O Capital”. In: Marx. Boletim SEAF-MG, v. 2, Belo Horizonte, 1983, p.17-41.

No que se refere ao nosso contexto histórico de análise, consideramos que a totalidade do processo está na construção e associação dos elementos político, social, cultural e econômico na práxis envolvida, estabelecendo-se, assim, um conjunto indissociável, uma cadeia que será fundamental para a análise do todo, isto é, cada um dos elementos tem uma relação um com outro, formando correlações que não devem ser dissociadas. A totalidade parte de uma análise dos vários elementos mencionados visando à compreensão da realidade singular – que em nosso trabalho será em nível regional - mas jamais deixando de perceber sua ligação à lógica nacional e internacional. Destarte, é nesse sentido que buscaremos analisar as migrações internas inseridas na lógica do avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste, entendendo as correlações entre seus elementos constituintes em seu contexto local, mas não perdendo de vista sua essência nacional e mundial.

Deixemos claro, pois, nosso entendimento sobre capitalismo monopolista: apreendido, aqui, como aquele que ganhou uma configuração internacional, ultrapassando os limites regionais e nacionais, ou seja, quando se tem a busca crescente de exportação de capital. Esta exportação, por sua vez, resulta em uma maior centralização e concentração de capital sob controle das grandes corporações que vão, paulatinamente, monopolizando o mercado. Neste momento fica esta pequena definição. Todavia, quando formos analisar o processo de planejamento, para entendermos como foi o processo do avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste, relataremos de forma mais aprofundada sua definição.

Conscientes do que foi dito, na tentativa de buscar desvendar outras facetas que envolvem o processo do avanço do capital monopolista sobre o território regional, o primeiro passo é situar o que entendemos por capital e, para isso, recorreremos ao conceito desenvolvido por Marx:

Por capital compreendemos o conjunto de bens materiais, ou seja, “os instrumentos de trabalho, as matérias-primas e os meios de subsistência que representam o trabalho acumulado e que se encontram em poder de determinados indivíduos – como propriedade privada. Só constituem capital, dentro das relações de produção determinadas, as relações de produção capitalistas. E estas só se caracterizam pela exploração do trabalho assalariado pela burguesia, para a produção de mais-valia”. (Marx, 1974 *apud* F. Perdigão e L. Bassegio, p. 55, 1992)

Tendo por base esse conceito, acrescentamos na lógica apresentada, além da burguesia, a categoria/classe dos gestores. Respalhando-me em outra perspectiva analítica, ligada ao universo teórico-metodológico do intelectual português João Bernardo, consideramos os gestores, também, como personagens de elevada importância para o desenvolvimento e perpetuação do capital e que, conseqüentemente, leva-os a fazerem parte dos grupos dominantes. Estes não são os donos dos meios de produção, mas estão ligados à burguesia na tarefa de extração da mais-valia. Existe uma diferença entre estas classes: enquanto a burguesia atua em nível local e/ou nacional, os gestores atuam na esfera internacional.

Nesse sentido, é substancial destacarmos os conceitos de “Estado Amplo” e “Estado Restrito”, pois são basilares para a compreensão da categoria de gestores: Bernardo (1998), quando busca entender o Estado enquanto mecanismo de poder, faz sua distinção entre Estado Restrito e Estado Amplo. Segundo o autor, o Estado Restrito é aquele que inclui o aparelho político reconhecido juridicamente, assim como é definido pelas constituições dos vários países, ou seja, governo, parlamento e tribunais. Já o Estado Amplo inclui todas as formas organizadas do poder das classes dominantes, sendo as empresas os elementos constitutivos deste, isto é, é aquele que garante a reprodução da exploração através da mais-valia. (Idem, p. 41)

Conscientes dessas categorias conceituais, fica claro que os gestores são, portanto, os protagonistas do Estado Amplo, os quais buscam de toda maneira a internacionalização do capital em seu nível monopolístico e atendendo, assim, à lógica liberal. No contexto em questão foram peças elementares para o desenvolvimento do neoliberalismo sobre o território regional. Em momento oportuno, abordaremos de forma aprofundada estes conceitos e verificaremos a atuação dos gestores, enquanto classe, para fortalecer o programa de contrarreforma agrária, a intensificação da exploração sobre os migrantes e, conseqüentemente, o avanço da ampla política pró-capital monopolista sobre o Centro-Oeste brasileiro.

Visando clarificar ao cenário que envolve o avanço do capital monopolista é importante acrescentarmos, também, o pensamento de Florestan Fernandes. Este sociólogo, de elevado prestígio na intelectualidade brasileira, entendeu que todo o processo em análise tinha como protagonista um Estado autocrático burguês, em que,

segundo ele, quando se tem a consecução do projeto hegemônico burguês através do Estado se efetivava no país uma Revolução Burguesa³.

Quando Florestan Fernandes buscou entender a ditadura militar (1964-1985) – período o qual engloba todo nosso recorte temporal no contexto das migrações internas com as ações da SUDECO e de outros órgãos – sua análise partiu de determinantes estruturais no processo da Revolução Burguesa. Discutindo as origens do que o autor denomina de “Revolução Burguesa”, ele afirma que foi a partir de 1930 que foi instalada uma “Era Burguesa” no Brasil, quando esta classe dominou as oligarquias, criando os germes da Revolução que se concretizaria no início da segunda metade do século XX:

A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém somente os germes desse poder e dessa dominação. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. (Fernandes, 1987, p. 203)

Foi nesse contexto que tivemos o início de um processo de dependência e subdesenvolvimento diante do grande capital monopolista internacional. Essa dependência e subdesenvolvimento foram “objetos” obrigatórios no modelo autocrático burguês brasileiro, combinação do setor novo e do setor velho. Para o autor, a Revolução Burguesa ocorreu pela dinamização econômica capitalista e não por um fator político, ou seja, pela luta de classes⁴. Essa dinamização da economia capitalista levou a consolidação do avanço do capital monopolista que, por sua vez, gerou a formação do tripé: capital estatal, capital nacional e capital internacional.

No que tange à dependência e ao subdesenvolvimento, para os cepalinos eram processos passageiros, o que para Fernandes (1987) foi um erro crasso, assim como ele também considerava erradas as ideias liberais. O autor já desautorizava o projeto neoliberal, pois em sua visão, contrapondo os cepalinos e liberais, o capital monopolista

³ Deve-se aqui destacar o conceito de Revolução Burguesa para Fernandes (1987): “Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa”. (Idem, p. 203)

⁴ FERNANDES, Florestan. A concretização da Revolução Burguesa. In: *A Revolução Burguesa no Brasil*. Cap. 05. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

não traz a modernização pensando na distribuição de renda, mas exatamente o contrário: a superconcentração de renda. Nesse sentido, percebendo o avanço do capital monopolista como fator determinante para a consolidação do que Fernandes chama de Revolução Burguesa, a qual para ele é uma contrarrevolução prolongada - ou em outras palavras uma Revolução pelo Alto⁵ ou Passiva – garantiu-se a conservação de interesses dos donos do capital⁶.

Contudo, entendemos que até a primeira metade do século XX tiveram apenas os germes da Revolução Burguesa, pois foi somente no final da década de 1960 e início dos anos 1970 – período que corresponde ao início do processo que será analisado - com a consolidação do capital monopolista, que houve a efetivação da hegemonia burguesa sobre o Estado, ou seja, a Revolução Burguesa em sua plenitude.

Em nosso entendimento, concordamos em parte com Florestan Fernandes no que se refere a esse processo de dependência ao capital monopolista internacional que foi, aos poucos, maturando-se no território nacional. Entretanto, acrescentaríamos a todo este processo a classe dos gestores. Compreendemos, pois, que a burguesia, seja local, nacional ou internacional, teve papel importante para a consolidação desse caminhar histórico – levando ao que o autor chama de Revolução Burguesa - porém, os gestores, enquanto intelectuais, gerentes, tecnocratas, burocratas, foram determinantes para potencializar o avanço do capital monopolista, os quais atuaram e atuam de forma mais globalizada, fazendo as ligações necessárias para a plena expansão do capital. Entendemos, também, que estes gestores ainda atuam tanto de fora para dentro (o capital multinacional chegando a um território nacional) quanto de dentro para fora (indivíduos de empresas nacionais procurando e ligando-se ao capital em seu nível monopolístico), levando a um movimento que atinge um raio de maior proporção quando comparado às ações exclusivas da burguesia. Sendo assim, o que Florestan Fernandes denomina de “Revolução Burguesa”, no Brasil, chamaríamos de uma Revolução *Gestor-burguesa*, posto que a imbricação das ações em conjunto dos dois grupos dominantes foram essenciais para a instalação do capital monopolista sobre o território nacional.

⁵ O conceito de Revolução pelo Alto teve como um dos seus principais formuladores Fredrich Engels, o qual, através de sua obra *Introdução à edição Alemã de 1895*, nos deixa claro que a burguesia não vai mais recorrer a revolução para chegar ao poder, no sentido de partir para o embate direto contra a classe de oposição, mas sim chegar ao poder através de revoluções pelo alto ou pelo bonapartismo, deixando de ser uma classe revolucionária e passando a ser contrarrevolucionária. (Engels, 1982, p. 189-208)

⁶ FERNANDES, Florestan. O modelo Autocrático-Burguês de transformação capitalista. In: *A Revolução Burguesa no Brasil*. Cap. 07. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

Por meio desse aporte teórico-metodológico foram analisadas as fontes que deram base teórica e empírica (prática) ao trabalho desenvolvido. Com relação à base teórica, as referências que foram utilizadas são, fundamentalmente, referências bibliográficas, as quais abordam as principais teorias e os principais pensadores que trabalham com temáticas que envolvem o contexto analisado. Deve-se, aqui, mencionar a contribuição teórica que já nos foi dada com as sugestões bibliográficas dos envolvidos na banca de qualificação: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto, que é nosso orientador neste momento, Prof. Dr. David Maciel, que nos orientou na dissertação de mestrado e, por fim, o Prof. Dr. Cláudio Maia, os quais não só no momento da qualificação, mas também em momentos anteriores, contribuíram de forma essencial com referências que são bases/pilares de sustentação para a tese que ora se materializa.

No intento da compreensão no que toca ao papel do fenômeno migratório enquanto instrumento da ampla política pró-capitalista sobre o Centro-Oeste brasileiro, as ações, isto é, os exemplos práticos, serão fundamentais para a busca em questão. Estes exemplos foram encontrados em fontes primárias impressas - as quais podemos subdividi-las em documentos que foram produzidos por indivíduos ligados ao exército brasileiro e, também, por intelectuais do meio acadêmico, ou não, em suas conferências e estudos divulgados - em fontes eletrônicas e, principalmente, nas fontes originais produzidas pela SUDECO, isto é, todo o arquivo (acervo documental) que aborda o histórico da instituição e de vários outros órgãos ligados a ela. Toda a documentação original da instituição foi extraída através de sucessivas visitas ao fundo da SUDECO no Arquivo Nacional - Coordenação Regional do Distrito Federal – podendo, assim, ter contato com a documentação reunida por esta instituição durante todo tempo de sua existência - 1967/1990.

Com relação a esta documentação, já temos um envolvimento e proximidade de relevância, pois há doze anos trabalhamos e analisamos este acervo. Estivemos envolvidos durante os quatro anos da graduação com projetos de iniciação científica que desenvolviam pesquisas que tinham como objeto a instituição SUDECO e, soma-se a isso, mais dois anos em que aprofundei acerca das pesquisas para o desenvolvimento da dissertação de mestrado e mais os cinco anos envolvendo o doutorado.

Durante a graduação, eu e a equipe liderada pela Prof. Dr. Dulce Portilho Maciel (que nos orientou em nosso trabalho de monografia e colaborou com a dissertação), fizemos o levantamento documental em fonte primária de todo acervo da instituição. O levantamento documental ocorreu de forma sistemática, sendo um trabalho em massa, pois todos os documentos constantes do acervo da SUDECO foram analisados, um a um, de forma a não se perder nem uma informação que pudesse ser útil.

Todos os documentos selecionados, ainda no arquivo nacional de Brasília, foram classificados segundo o assunto ou a natureza, já que o arquivo é muito extenso (cerca de 28 metros lineares de caixas, as quais são subdivididas em várias prateleiras). Dentre os vários assuntos abordados na documentação, alguns são de especial importância para nosso trabalho: Segurança e Informações (órgãos, unidades, informações, contrainformação...); Ministério do interior (MINTER); Estudos Científicos e Técnicos; Desenvolvimento Urbano/Habitação/Assistência Social; Matérias publicadas na imprensa; Histórico da SUDECO; Modernização da Agricultura e da Pecuária/Agroindústria; Migrações/Colonização; Legislação, Regulamentos e Normas da SUDECO; Planos e Orçamentos; Programas (do Governo Federal) desenvolvidos na região em foco; Relatórios Anuais e Plurianuais.

Com relação às fontes impressas, uma parte foi encontrada misturada aos documentos originais da instituição e outra parte foi sugerida pela Prof. Dr. Dulce Portilho Maciel. Estas são, em sua maioria, conferências pronunciadas por estudiosos de determinados temas ou por indivíduos ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). E, finalmente, com relação às fontes eletrônicas, estas foram surgindo da necessidade de explicitar melhor o histórico da instituição e sua ligação ao fenômeno migratório, de uma determinada empresa, ou de grupos envolvidos na expansão do capital pelo Centro-Oeste e, diante disso, várias pesquisas foram realizadas em busca de informações virtuais que retratassem o que ainda não estava esclarecido.

Esse método de seleção/classificação dos documentos relacionados à SUDECO facilitou a tarefa de organizar as ideias para, assim, desenvolver o trabalho de forma mais segura e produtiva. Após a classificação dos documentos, segundo assunto e natureza, iniciamos a análise das pastas de maior interesse para o tema do trabalho. Com a leitura do conteúdo destas foram feitos fichamentos de todos os documentos que poderiam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, buscando organizar de forma

clara, concisa e objetiva o conteúdo que nos deu base argumentativa para a análise histórica desenvolvida. A fácil acessibilidade a estas fontes (a maior parte da documentação original do acervo da SUDECO) foi fotocopiada e devidamente organizada no arquivo pessoal da Prof.^a Dulce Portilho Maciel – a qual nos deu livre acesso ao seu arquivo que se encontra em sua própria casa – contribuiu muito para que a pesquisa se desenvolvesse sem grandes percalços.

No contexto da análise concebida, outra questão importante a ser mencionada é o debate em torno da fronteira, debate o qual nos ajuda a entender não apenas como a “fronteira” faz parte de nosso contexto de análise, mas também como a dinâmica intrínseca a ela – frente de expansão e frente pioneira⁷ – contribuiu para intensificar o fenômeno migratório no território em debate.

Nosso entendimento de fronteira está pautado na concepção destacada por José de Souza Martins (2009), como sendo um ambiente de ambição, violência, intolerância e morte, pois ela é o ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. É nela que se pode observar melhor como as sociedades se formam, como se reproduzem e como muitas se desorganizam. A fronteira não se reduz, portanto, à fronteira geográfica, ela é ponto de encontro de muitos e diferentes grupos. Nesse sentido, não nos interessa aqui a figura do pioneiro, aquele desbravador visto como herói e que trouxe a modernização e o desenvolvimento. Como observa o autor:

As concepções centradas na figura imaginária do pioneiro deixam de lado o essencial, o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no desencontro genocida de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas, sobretudo, pelo abismo histórico que as separa. (Idem, p. 13)

Interessa-nos as vítimas presentes nesse ambiente de fronteira, e entre estes se destacam os migrantes – como os posseiros⁸ - e os nativos. O primeiro a ser expropriado

⁷ Em momento oportuno abordaremos de forma mais aprofundada as concepções de frente de expansão e frente pioneira, pois relatar estas nesse momento sem a devida ligação aos fatos que as demonstram não daria sentido a nossa narrativa argumentativa.

⁸ Em nosso entendimento, tendo como referência as definições de Ariovaldo Umbelino Oliveira e Octavio Ianni, compreendemos a figura do posseiro como sendo aquele “pequeno trabalhador agrícola (familiar) que, não tendo a propriedade da terra, abre a posse em terra alheia, onde produz para sua subsistência, vendendo o excedente no mercado, a fim de adquirir as demais mercadorias de que necessita”. (Oliveira, 2007, p. 181) Assim, os posseiros são aqueles migrantes que chegam em busca da terra por precisão e não

é o índio, e o segundo é o migrante posseiro. Em nosso contexto, abordaremos casos envolvendo estes grupos, porém com mais destaque, inicialmente, aos migrantes e depois aos nativos. É o entendimento dos fatos envolvendo estes personagens que nos esclarece o cenário de luta de classes presentes na fronteira. Fatos os quais são resultados da fricção/atrito de ações e reações de grupos humanos, com interesses distintos, ali presentes. Assim sendo, temos posto na fronteira uma situação de conflito social: encontro de índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Entender as ações das classes dominantes (brancos “civilizados”, capitalizados e proprietários) na fronteira é importante, desde que sirvam enquanto norte para se estabelecer o entendimento e resultados destas sobre os grupos subalternos, aqueles descapitalizados, os desprovidos de capital e de apoio do Estado.

Ao analisar a fronteira amazônica durante a ditadura militar, José de Souza Martins (2009), já apontava como neste período houve uma aceleração do processo de migração, quadro no qual está intrínseco o amplo programa de ocupação econômica da Amazônia brasileira. Desde os anos 1940 vinha ocorrendo o processo, de certa forma espontâneo, de ocupação do “Oeste” brasileiro, o que está ligado à chamada “Marcha para o Oeste” de Vargas. Um exemplo disso foi a criação das Colônias agrícolas e da Fundação Brasil Central (FBC). Tal “marcha” demonstra a intervenção direta do Estado que levou ao deslocamento da frente pioneira sobre territórios “novos”. O plano de Metas no governo de JK, principalmente com a construção da rodovia Belém-Brasília, acelerou tal frente, e a política de incentivos fiscais do regime militar a consolidou na Amazônia Legal⁹.

Portanto, na Amazônia legal, a ação direta do Estado foi fundamental para a chegada, avanço e consolidação da frente pioneira, representando mais uma etapa do amplo programa de expansão do capital monopolista. No que tange ao fenômeno migratório, com o regime militar, o Estado autoritário em voga decidiu acelerar, definir e controlar a ocupação do “novo” território. Lembrando que para o Estado militar essa

para formar fazendas, apenas pela busca da propriedade (latifundiários e empresários nacionais e internacionais) ou apenas para fazer negócio (como é o caso dos grileiros, jagunços e pistoleiros). (Ianni, 1979, p. 11)

⁹ Mais adiante, quando da análise no que tange a sobreposição entre SUDECO e SUDAM sobre tal território, abordaremos o entendimento do que representa a denominada Amazônia Legal.

ocupação econômica se daria em uma região considerada um “espaço vazio” do ponto de vista do capital. Contudo, não se pode perder de vista que,

[...] os militares falavam em “ocupação dos espaços vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos. (Idem, p. 74)

Nesse sentido, o fenômeno migratório é essencial para compreendermos o processo de ocupação daqueles espaços que, na verdade, não eram “vazios”. Para iniciarmos é importante estabelecermos nossas diferenças com o trabalho de Martins: concordamos com a lógica identificada pelo autor no que se refere à intensificação da ocupação da fronteira amazônica. Entretanto, a nossa análise se diferencia no que toca ao objeto de análise e, também, ao recorte temporal e geográfico. Martins tem como objeto a fronteira, buscando entender as relações sociais e as lutas de classe ali presentes. Também teremos como norte, diante do materialismo histórico-dialético, a luta de classes. Todavia, nosso objeto é o fenômeno migratório, o qual será analisado na área de jurisdição da SUDECO, uma vez que parte dela integra a chamada Amazônia legal. Outro ponto de distinção é o recorte temporal. Teremos como ponto delimitador os anos de 1974 a 1985, período em que vigoravam os programas especiais, os quais potencializaram a aceleração e ocupação do território a partir das migrações internas.

Diante do contexto histórico-institucional que nos nortearão e das fontes que vão nos balizar no trabalho historiográfico, adiante destrincharemos os fatos pesquisados, os quais estão pautados em reflexões que nos levem a uma tese fundamentada.

CAPÍTULO 01 – CONTEXTUALIZANDO OS ANTECEDENTES: UM DEBATE NECESSÁRIO

1- Compreendendo os antecedentes

1.1 FBC, SUDENE, SUDECO e as migrações: um olhar panorâmico

Como já destacamos na introdução, busca-se nesta pesquisa referente à nossa tese de doutoramento, compreender como o processo das migrações internas está diretamente associado à lógica do avanço do capital monopolista sobre o território nacional. A partir desta associação averiguamos consequências relevantes no processo histórico regional, como a intensificação da exploração – leia-se extração da mais-valia - sobre a mão de obra e, também, o avanço do programa de contrarreforma agrária. Ambas as consequências se deram sobre os migrantes, o que iremos analisar especificamente sobre aqueles que se encontravam no Centro-Oeste brasileiro durante nosso recorte temporal. Teremos, portanto, como objeto de pesquisa as migrações internas. No entanto, deve-se salientar que analisaremos este objeto a partir do histórico institucional da SUDECO para, assim, verificarmos o avanço do processo em foco sobre o território de jurisdição da citada instituição.

Anteriormente destacamos, também, que analisamos o histórico da SUDECO no seu primeiro momento de existência que vai de 1967 a 1990. Durante estes anos, tal instituição não manteve suas ações de forma progressiva ou linear e, por isso, foram criadas subdivisões temporais nestes 23 anos. Apenas no sentido de esclarecer melhor o cenário e complementar nossa análise, consideramos importante destacar de forma breve quais foram estas fases e o que marcou cada uma. Na primeira fase (1967-1974), a SUDECO deu continuidade às ações de sua antecessora, a FBC (Fundação Brasil Central) e, também, inseriu a região às novas condições econômicas e políticas, criando condições para a expansão do capital através da modernização agropecuária. A segunda fase (1974-1985), que tem início com a criação dos programas especiais, foi marcada pela intensificação na modernização agropecuária regional, resultando na implantação

de grandes projetos de colonização oficial e particular. Na terceira e última fase da instituição (1985-1990), nesse seu primeiro momento de existência, percebeu-se que a instituição não estava atendendo mais às expectativas esperadas. Sendo assim, em 1990, ela foi extinta. Duas causas podem ser apontadas como definidoras para decretar a extinção da instituição: primeiramente o fato de o país estar passando por uma grave crise econômica, o que, concomitantemente, gerou um enfraquecimento do projeto desenvolvimentista e do Estado-Nação, acompanhados pela crise do planejamento. E, por fim, o fato de organismos internacionais de financiamento – ou seja, aqueles representantes do Estado Amplo – já criticarem a instituição por considerarem que ela já não estava cumprindo sua tarefa de planejar, o que ocasionou sua extinção em 1990. É neste momento que os organismos internacionais à frente do capital monopolista assumem as rédeas do controle do capital sobre o território regional, reafirmando o que consideramos a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito¹⁰.

Antes de entrarmos, pontualmente, no contexto temporal que se materializa neste momento (1974-1985), é de fundamental importância destacarmos o que lhe antecedeu, para deixarmos claro o porquê deste recorte temporal e, também, para situarmos historicamente os fatos para começarmos a montar o “quebra-cabeça” que envolve toda a análise desse tema e processo que nos propomos a realizar.

Quando decidimos, em momento passado, debruçarmos em analisar o histórico da SUDECO, nosso primeiro passo foi saber quando ela surgiu e o porquê. Como já mencionado, a citada superintendência surgiu para substituir a FBC, instituição inserida no projeto nacional-desenvolvimentista marcado pela preocupação com o desenvolvimento regional. Ela foi pioneira em desbravar e trazer o denominado “desenvolvimento” para o Brasil central. Nesse sentido, vale destacar uma breve análise que descortina o panorama de sua criação, destacando as outras superintendências, também criadas nesse contexto de preocupação com o desenvolvimento regional.

Os dois organismos de expressão que foram veículos da intervenção federal no âmbito regional no Centro-Oeste foram a Fundação Brasil Central (FBC) e,

¹⁰ No que tange a mencionada sobreposição e quanto aos conceitos de Estado Amplo e Estado Restrito que a norteia, aprofundaremos tal debate no terceiro capítulo, pois será nele que, a partir da história intelectual de um gestor ligado ao histórico institucional da SUDECO, que continuaremos demonstrando a intensificação da exploração sobre mão de obra dos migrantes e o avanço do programa de contrarreforma agrária sobre a região em foco, fato e processo os quais que comprovam a citada sobreposição a partir do mencionado universo conceitual.

posteriormente, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Em 1943, foi criada a Fundação Brasil Central, primeira instituição brasileira, veículo de intervenção do Estado sobre o Centro-Oeste, que veio promover a urbanização e a “modernização econômica e sociocultural”, favorecendo a integração dessa área, de grandes proporções geográficas e de incalculável potencial econômico, ao contexto nacional brasileiro (Maciel, 2005, p. 03). Esta foi criada, portanto, no contexto da “Marcha para Oeste” de Getúlio Vargas, a qual visava à integração do mercado nacional e à ocupação das fronteiras agrícolas, medidas as quais nasceram de um discurso oficial de cunho nacionalista.

De 1959 em diante, a ação intervencionista do Estado Federal passou a se concentrar em superintendências de desenvolvimento regional, as quais foram: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – outubro de 1966 -, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) – dezembro de 1967 -, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) – dezembro de 1967 -, Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE). A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que fora criada em dezembro de 1959 e serviu de modelo para a organização e funcionamento das demais.

Neste contexto é fundamental estabelecermos um olhar mais aprofundado quanto ao pioneirismo dessa instituição. Para compreendermos a criação da SUDENE é necessário conscientizarmos, inicialmente, de que as disparidades regionais foram sua força motriz, já que tal tema havia se tornado uma “questão de Estado”. Contribuindo ao debate, os autores Vainer e Araújo (2002, p. 13-32) esclarecem que tal “questão” estava ligada à proliferação do discurso regionalista das classes dominantes, emergindo o conceito de Nordeste. Em suas reflexões, Vainer e Araújo identificam vários ângulos em que estas desigualdades são percebidas:

[...] obstáculos á difusão espacial da modernidade; manifestação ou projeção espacial da divisão social do trabalho e sua incessante transformação sob o capitalismo; momento particular do processo de homogeneização capitalista em que, sob a égide do capital financeiro monopolista, se desenvolvem os espaços regionais tradicionais; dimensão espacial da articulação de diferentes modos de produção. (Idem, p. 19-20)

Vai ser, portanto, este discurso que resultará na criação de um novo órgão, a SUDENE, instituição analisada de forma pormenorizada por Francisco de Oliveira em seus estudos sobre o fenômeno da regionalização no país, principalmente em sua obra *Elegia para uma Re(li)gião* (1987). O autor destaca que por trás do discurso de “desequilíbrios regionais” se encontra o conflito de classes, o que para ele é o ponto nefrágico que leva à criação da superintendência. A criação desta instituição caracteriza-se como uma “intervenção salvadora” do Estado aclamado pelas classes dominantes nordestinas, que visavam, principalmente, livrar-se da ameaça das massas rurais mobilizadas pela reforma agrária para, assim, aperfeiçoar os mecanismos de exploração sobre a região. Contudo, por trás desta elite nordestina se tinha camuflado outro personagem, o qual era o cérebro do plano que levou a criação da SUDENE:

A burguesia industrial do centro-sul, caminhando rapidamente para a hegemonia, não tem escolha: é preciso submeter às classes populares do Nordeste ao seu tácio, mas... ela não atacará diretamente as classes populares do nordeste, num movimento que visava evitar a confluência das forças populares em escala nacional: submeterá primeiramente sua irmã gêmea no Nordeste, a própria burguesia industrial. (Oliveira, 1987, p. 113)

Para Francisco de Oliveira, a criação da SUDENE foi parte do movimento mais amplo de integração econômica nacional sob a hegemonia da burguesia industrial do Sul-Sudeste. Foi, segundo ele, com o advento do regime militar em 1964, que se instaurou no Brasil, decididamente, o planejamento da expansão hegemônica do capitalismo monopolista, representado pela empresa estatal, pela empresa multinacional e pela empresa nacional privada:

A crise de 1964 funde todos os elementos do conflito de classes, tanto a nível regional quanto nacional; na verdade, é *apenas* pelo agravamento das tensões no coração da própria região que comandava o processo de expansão capitalista e pela forma que tomou, de uma intervenção aberta das Forças Armadas, que o conflito de classes no Nordeste também se resolve – advertindo-se, desde logo, que o termo resolução é empregado aqui em seu sentido dialético – e por consequência, que o direcionamento do processo de planejamento regional assume sua forma definitiva. (Idem, p. 124).

A análise de Oliveira é certa quanto ao movimento de forças e a luta de classes intrínseca ao caminhar do processo. Todavia, acrescentamos outro personagem social que consideramos como outro protagonista para o avanço do capital monopolista a partir do discurso de disparidades regionais enquanto instrumento para frear movimentos que lutavam pela reforma agrária: estes são os gestores, aqueles que, em

nosso ponto de vista, tomam as “rédeas” do processo de internacionalização do capital, enquanto que a burguesia age de forma mais restrita, seja em nível local, regional ou nacional. Será este grupo o responsável por estabelecer a “ponte” entre capital nacional – sejam os grupos industriais ou aquelas oligarquias ligadas ao latifúndio – com a lógica do capital monopolista multinacional. Nessa esteira aprofundava-se o processo de dependência da economia brasileira aos ditames dos grupos internacionais.

Conscientes do papel da SUDENE, nesse contexto, devemos visualizar que com a justificativa de trazer o desenvolvimento regional, o governo ditatorial utilizou de todas as suas armas para explorar ao máximo as áreas inóspitas do território nacional. Logo, um dos resultados deste processo de desenvolvimento regional foi o alto índice de migrações internas, o combate à reforma agrária, e a entrada de capital internacional através das multinacionais.

Voltando-nos especificamente, para o Centro-Oeste, a SUDECO dará continuidade às ações da FBC, criando condições econômicas, sociais e políticas, em sua área de atuação¹¹, que garantiram a expansão do capital em nível monopolístico por meio da modernização agropecuária. Nos seus primeiros anos de existência – na chamada primeira fase (1967-1974) – a SUDECO voltou sua ações no sentido de efetuar as obras de sua antecessora e buscou propulsar o projeto tão desejado pelo governo ditatorial, cuja justificativa era garantir o desenvolvimento regional. O regime militar buscou, então, incessantemente explorar os denominados “espaços vazios” do território brasileiro, projeto que resultou no elevado índice de migrações internas – as quais se baseiam na ótica da doutrina de segurança nacional¹² - na entrada de capital

¹¹ A área de atuação da SUDECO, em que ela deveria trazer estas melhorias socioeconômicas, era de uma vasta grandeza geográfica cobrindo uma superfície de 2.122.499 Km², compreendendo 25% do território brasileiro. Esta grande superfície era formada pelos estados de Goiás (sendo 30,3% do total), Mato Grosso (41,4%) e Mato Grosso do Sul (16,5%), além do território federal de Rondônia (11,5%) e o Distrito Federal (0,3%). (SUDECO 93. *SUDECO ano 10*. Ministério do Interior. Assessoria de comunicação social. Brasília, 1977, p. 09)

¹² Atribui-se ao general Golbery do Couto e Silva o papel de principal ideólogo do regime militar no Brasil instaurado em 1964, e conseqüentemente, formulador do que ficou conhecido como Doutrina de Segurança Nacional. Em sua obra não é encontrada uma definição do que entendia por “Segurança Nacional”, portanto, vamos seguir a definição elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG): “considera-se segurança nacional o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona ao grupo humano que o integra, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais”. (Maciel, 2008, p. 07) Neste íterim, é importante colocarmos o que David Maciel (2004, p. 69, 70) pensa com relação a esta doutrina, já que nos orienta no sentido de percebê-la como concretizadora da aliança entre Estado com as diversas frações da burguesia: segundo seu ponto de vista, o qual concordamos, “a Doutrina de Segurança nacional forneceu o arcabouço ideológico para um projeto ético-político polarizado pelo binômio desenvolvimento e segurança, que cimentou a aliança no interior da burocracia (civis e militares), e desta com as diversas

multinacional e no combate à reforma agrária. Contudo, tais resultados ganham mais dinâmica e intensidade a partir da segunda fase, principalmente no que se refere ao elevado índice das migrações internas e nas ações do Estado(s) que garantiram a consecução do programa de contrarreforma agrária e a intensificação da extração da mais-valia sobre a mão de obra dos migrantes. Por isso, a análise de nossa tese – que agora tem como objeto as migrações internas e não mais a SUDECO – tem como recorte temporal os anos entre 1974-1985, pois é durante este período que se intensificam as migrações, alicerçado, assim, através dos fatos, o papel de nosso objeto para a consecução do citado programa e, também, da citada extração da mais-valia, fazendo com que possamos visualizar melhor o cenário que permeia nossa análise histórica no contexto temático.

É importante, aqui, salientarmos que quando da análise tendo como objeto a SUDECO, entre os anos de 1974 a 1985, referimo-nos a uma amplitude de ações e fatos que marcaram a atuação da instituição, como, por exemplo, a modernização agrícola, as ações no sentido de intensificar o planejamento regional e, também, citando as políticas migratórias que marcaram tal delimitação temporal. Percebemos, naquele momento, como as ações e fatos que envolviam as migrações internas – o fenômeno migratório – era de uma amplitude e importância medular para a compreensão da expansão do capital monopolista sobre o território regional, daí surge nossa hipótese e pretensão de verificar como tal fenômeno foi seminal para a concretização dos dois processos em questão: a intensificação da exploração sobre os grupos descapitalizados e o caminhar do programa de contrarreforma agrária. No sentido de demonstrar a diferença quanto à amplitude e tema que envolve nossa tese diante do que analisamos anteriormente, na pesquisa que aqui se desenrola, nosso foco/objeto são as migrações internas, buscando entender qual foi o papel do fenômeno migratório e as ações por trás dele no processo de desenvolvimento do capital em nível monopolístico sobre o Centro-Oeste brasileiro. Nossa escrita mergulhará nesta nova dimensão temática, o que não foi feito por nós em trabalhos anteriores e que, até onde temos conhecimento, não foi feita com as mesmas configurações e hipóteses em outro trabalho. Aqui se encontra a originalidade que buscaremos desenvolver e provar mais à frente.

frações da burguesia. A associação entre terror político e milagre econômico, no período do governo de Médici, intensificou a solidariedade entre Estado e classe dominante numa qualidade superior”.

Portanto, a par desse cenário, voltaremos a partir da citada segunda fase por nós criada quando da análise do histórico institucional, o que se materializa nesse momento como início de nossa análise por ser quando as migrações internas ganham uma dimensão expressiva para intensificar os processos em questão. Provar a função e o alcance de nosso objeto para a intensificação dos processos mencionados será o norte nas páginas seguintes.

1.2 A Amazônia Legal e a sobreposição entre SUDECO E SUDAM

Citamos, anteriormente, a chamada Amazônia Legal quando nos referimos ao avanço da frente pioneira como parte da lógica da ampla política pró-capital monopolista. Agora, é necessário esclarecermos o seu significado, pois este é relevante para que possamos entender melhor a geografia em torno das políticas envolvendo as migrações internas.

A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km², que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal mato-grossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão. Isto é, seus limites territoriais tem um viés sociopolítico e não geográfico, ou seja, não são definidos pelo bioma Amazônia.

Para integrar uma região sempre pouco povoada e pouco desenvolvida, a Lei 1.806, de 06/01/1953 criou a (hoje extinta) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e anexou à Amazônia Brasileira, os estados do Maranhão, Goiás (que englobava o atual Tocantins) e Mato Grosso (que englobava o atual Mato Grosso do Sul). Aquele dispositivo legal também definiu que esta área seria chamada de Amazônia Legal e, através dela, se concentrariam os esforços para combater o dito subdesenvolvimento econômico daquela parte do país. Em 1966, a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

(SUDAM), órgão que, além de coordenar e supervisionar programas e planos de outros órgãos federais, muitas vezes, mesmo os elaborava e executava¹³.

Nesse sentido, devemos nos remeter, em específico, à SUDAM, visto que as ações desta se sobrepuseram às ações da SUDECO em relação ao extenso território do Centro-Oeste, o qual é integrante da Amazônia Legal. No que se refere à mencionada sobreposição, não se pode deixar de esclarecer alguns pontos, a saber: a região denominada Centro-Oeste constituía-se dos antigos territórios dos estados de Goiás (incluindo o Tocantins) e Mato Grosso (incluindo o Mato Grosso do Sul), e sobre esta região deveria atuar a instituição SUDECO. Porém, logo depois se incorpora o Distrito Federal e o território federal de Rondônia.¹⁴ No caso da SUDAM, segundo o Ministro do Interior, sua jurisdição abrangia todo o território compreendido na Amazônia Legal, ou seja, antigos territórios de Goiás e Mato Grosso, os estados do Amazonas e Pará, e territórios federais do Amapá, Roraima, Acre e Rondônia.¹⁵

Portando, percebe-se o porquê da sobreposição entre as instituições citadas, pois, além dos territórios de Goiás e Mato Grosso, mais tarde o território de Rondônia também é anexado à região de jurisdição da SUDECO, mas ao mesmo tempo estes territórios faziam parte da Amazônia legal, região de jurisdição da SUDAM, o que leva a ser uma parcela territorial de tutela das duas superintendências.

Esta sobreposição foi devidamente calculada, o que pode ser percebido perante uma conferência do Ministro do Interior, o General Afonso Augusto Albuquerque de Lima, publicada na *Revista da ADESG* (n. 125-126, 1967), periódico editado pela Escola Superior de Guerra, documento em que se encontram as diretrizes para formulação, então em andamento, do Plano de Desenvolvimento da Região Centro-

¹³ O que é a Amazônia Legal. Disponível em: www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/. Acesso em: 31 de março de 2021.

¹⁴ O decreto nº 83385, de 02 de maio de 1979, altera a estrutura básica da SUDECO e a Portaria nº 487, de 04 de dezembro de 1979, estabelece como competência da SUDECO a promoção do desenvolvimento da região Centro-Oeste, o planejamento integrado e a coordenação de atividades no espaço físico abrangente dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, do território federal de Rondônia, Goiás e do Distrito Federal e sua área geoeconômica, atendidas as diretrizes do planejamento nacional.

¹⁵ O general (de brigada) Afonso Augusto Albuquerque Lima assumiu o cargo de Ministro do Interior em 15 de março de 1967, mesma data em que o Marechal Costa e Silva foi empossado na presidência da república. Foi o primeiro titular da pasta com este nome, visto que, quando foi criada, pelo governo Castelo Branco, chamou-se Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais.

Oeste¹⁶. Estas diretrizes iriam servir de certa forma, de orientação à formulação de programas e projetos desenvolvidos pela SUDECO e pela SUDAM, sendo elas:

“a) programas, pesquisas e levantamentos de potencial econômico da região; b) fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas; c) concentração de recursos em áreas selecionadas; d) formação de grupos populacionais; e) fixação de populações regionais; f) incentivo e amparo á agricultura, á pecuária e á piscicultura; g) ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra especializada; h) coordenação dos recursos federais, dos contribuintes do setor privado e de fontes externas; i) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento e implantação da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privadas as atividades agropecuárias, mercantis e de serviços básicos rentáveis” (*id. ibid.*: 11-12).

Através da conferência do então Ministro do Interior, em que ele destaca as diretrizes que iriam nortear o plano voltado para a região Centro-Oeste, verificam-se ações que deveriam ser executadas por ambas as instituições em seus programas, as quais estavam voltadas, especificamente, para a região Centro-Oeste. Com isso, averigua-se a sobreposição institucional ocorrida no Centro-Oeste, pois nas áreas da Amazônia legal que faziam parte da região em discussão, teriam ações tanto da SUDECO quanto da SUDAM. A superposição se dá exatamente neste momento.

Podemos, então, afirmar que a modernização agropecuária – enquanto parte do projeto de contrarreforma agrária - na região Centro-Oeste, ocorreu por meio da SUDECO, com a participação, também, da SUDAM, uma vez que essa era responsável por partes dos estados de Goiás e Mato Grosso (compreendendo os atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), os quais tinham porção de terras na denominada Amazônia Legal.

1.3 – O Planejamento enquanto “guia” para inserir à região a lógica da dependência ao capital estrangeiro

¹⁶ Transcrita no *Boletim Geográfico*, n. 205, ano 27, julho/agosto 1968, p. 3-15.

Um das facetas é o processo de planejamento econômico, o qual é fundamental para estarmos consciente e, ainda, ter uma visão panorâmica quanto ao avanço da ampla política pró-capitalista no Brasil. Este processo foi determinante para a criação das superintendências regionais – sendo a SUDECO a de maior interesse nesta pesquisa – já que as ações destas com outros órgãos (SUDAM, INCRA, MINTER, etc.) estão atreladas ao fenômeno migratório. Compreender a dinâmica intrínseca nestas relações e seus resultados torna-se norte para que possamos perceber o movimento do capital monopolista em sua amplitude.

Fizemos na introdução um breve resumo do que entendemos sobre o que é o capitalismo monopolista. Entretanto, aqui, aprofundaremos nesta definição, a qual é base para que possamos, em seguida, entender melhor o cenário do processo de planejamento econômico.

Assim, no tocante ao debate em torno do entendimento do capitalismo monopolista, seremos referenciados pelos autores Harry Braverman (1981) e Ernest Mandel (1982), sendo suas obras aqui especificadas base obrigatória para o tema em voga. Sob essa ótica, devemos partir, primeiramente, da origem histórica da expressão. Segundo Braverman (1981), nas três últimas décadas do século XIX, considera-se ter iniciado o capitalismo monopolista em que se verifica a intensificação da concentração e centralização do capital através dos primeiros trustes e cartéis. Dessa forma, surgem várias denominações para esta nova fase do capitalismo, como, por exemplo, *capitalismo financeiro*, *imperialismo* e *neocapitalismo*. Contudo, a expressão mais aceita foi a de *capitalismo monopolista*, proferida por Lênin em seus estudos sobre o assunto¹⁷ (Idem, p. 215). Devido à sua própria natureza, o capital não tolera limites geográficos à sua expansão. Sua ascensão histórica levou a demolição, primeiramente, das fronteiras regionais e, depois, dos limites nacionais. Ernest Mandel (1982), outra referência de destaque na discussão em torno da definição e reflexão que aqui se prospecta, salienta que a partir do final do século XIX, quando tem início o processo de concentração e centralização internacional do capital¹⁸, potencializou-se,

¹⁷ V. I. Lênin. *Imperialismo, a Etapa Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

¹⁸ É importante ressaltarmos o ponto de vista de Mandel (1982) com relação à centralização internacional do capital, pois é relevante na análise para o entendimento do avanço monopolista no Brasil. Segundo ele, “a centralização internacional do capital significa controle central de capital de diferentes origens e controles nacionais. Essa centralização pode tomar duas formas: ou as firmas e as grandes empresas com diferentes proprietários imperialistas nacionais podem ser controladas por uma única classe imperialista...,”

“a supercapitalização geral, a busca crescente de exportação de capital, o interesse capitalista cada vez maior não apenas em expedições militares periódicas para assegurar a livre exportação de mercadorias, mas em ocupação e controle militares permanentes para garantir novos campos de investimento para as exportações de capital” (Idem, p. 219-220).

Em síntese, podemos compreender, assim como destaca Harry Braverman (1981), que o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolísticas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital (mundialização do capital), bem como as mudanças na estrutura do poder estatal (Idem, p. 216). Tais características são detectadas no processo de análise do fenômeno migratório no interior do histórico institucional da SUDECO, já que esta “abriu caminhos” para o avanço do capital monopolizador sobre o Centro-Oeste do país. Um destes “caminhos” foram benefícios como a isenção fiscal e a grande quantidade em créditos concedidos às empresas monopolistas, principalmente às de capital externo, e mão de obra suficiente, através da política de migração para garantir o tão desejado exército de reserva.

Nesse sentido, é válido, neste momento, acrescentarmos ao debate à teorização da organização e formatação da empresa monopolista. Para os autores que aqui nos referenciam, Mandel e Braverman, Marx foi referência para ambos, posto que foi ele quem lançou as bases para a teoria da empresa monopolista, quando analisou a tendência do capital a aglomerar-se em imensas unidades. Braverman ressalta que esta aglomeração do capital ocorre em imensas unidades,

acontece no primeiro caso pela *concentração* de capital que Marx definia como o resultado natural do processo acumulativo: cada capital aumenta, e com ele aumenta a escala de produção que ele realiza. A *centralização* do capital, por outro lado, altera a distribuição dos capitais existentes, reunindo “capitais já constituídos”, por meio da “destruição de sua independência individual, expropriação do capitalista pelo capitalista, transformação dos muitos capitais pequenos em uns poucos grandes [...] O capital aumenta em um lugar para uma enorme massa em uma só mão, porque em outro lugar foi perdido por muitas”. Esta centralização pode ser efetuada, como observa Marx, ou através da competição ou através do sistema de créditos, por meio do que muitos proprietários tornam disponível seu

ou, por outro lado, as firmas e as grandes empresas com diferentes proprietários nacionais podem entrelaçar-se como uma companhia internacional sem que o controle caia em mãos de um poder isolado...” (Idem, p. 227)

capital sob um único controle” (Marx, s/d, p. 586, *apud* Braverman, 1981, p. 220).

De modo simplificado, o que Marx destacou e que Braverman reitera, é que as grandes empresas com mais capital vão, paulatinamente, expropriando as empresas com menor capital, resultando em monopólio do mercado, posto que as pequenas empresas não conseguem acompanhar o embate com o grande capital. No caso do território de jurisdição da SUDECO, o que verificamos é que estas empresas monopolistas chegaram à região em busca de terras e dos incentivos fiscais oferecidos pelo Estado, o que garantiu a acumulação e reprodução do capital destas. Assim, não restaram muitas possibilidades de competição para o pequeno capital. Depois de instaladas, o Estado Restrito deveria “fabricar o fabricante”, isto é, deveria garantir mão de obra para o desenvolvimento destas, porque somente através da mais valia sobre a exploração dos trabalhadores que acontece a perpetuação do capital. Entendemos que as migrações internas serão utilizadas como um dos instrumentos para garantir a ampla política pró-capitalista, em sua versão monopolística, sobre o território em questão.

Conscientes da definição e da lógica de desenvolvimento do capital monopolista, agora é fundamental, primeiramente, entendermos que foi seu avanço que intensificou a dependência econômica do Brasil ao capital estrangeiro e que o processo de planejamento econômico no país (através de suas várias experiências no campo do planejamento governamental) foi ferramenta do Estado Restrito para estabelecer tal dinâmica.

No que tange à concepção de planejamento econômico¹⁹, teremos três autores como base referencial em que, cada um a sua maneira, contribuem para o entendimento

¹⁹ Antes de continuarmos o debate em torno das experiências de planejamento econômico no Brasil nas décadas mencionadas, deve-se fazer uma breve análise de quando e como os termos “Plano” e “Planejamento” passaram a ser palavras da moda na política mundial, e necessariamente no Brasil. Com a Grande Depressão a partir de 1929, em que devido à superprodução norte-americana a bolsa de valores de Nova York quebra, ocorre uma estagnação do sistema capitalista liberal ocidental. Porém, a União Soviética, país que romperá com o capitalismo e adotará o socialismo, ficou, impressionantemente, imune a esta profunda crise que estava afetando grande parte do globo terrestre. Enquanto que o resto da economia mundial estava estagnada, a industrialização da URSS crescia a pleno vapor. Este fenômeno/sucesso do sistema soviético se deve aos Planos Quinquenais estabelecidos no governo de Stalin. Este sucesso fez com que os países capitalistas recorressem a este método de “planejar” a economia para assim escaparem do ciclo perverso da Grande Depressão (Hobsbawm, p. 100-101). Percebe-se então, que a experiência de um país socialista com economia planificada serviu de modelo para que países de economia capitalista voltassem ao seu pleno crescimento. Algo contraditório, mas que de fato ocorreu. O Brasil não fugiu a regra e iniciou seu processo de planejamento, o qual visava o pleno desenvolvimento de sua economia.

do que se busca. Lafer (1997), quando analisa a experiência do Brasil no campo do planejamento econômico, conceitua planejamento como “um modelo teórico para a ação, o qual busca organizar racionalmente o sistema econômico a partir de certas hipóteses sobre a realidade”. (Idem, p. 07). Complementando seu sentido, vale destacar o conceito desenvolvido por Oliveira (1987), o qual entende o planejamento em um sistema capitalista como uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (Idem, p. 24). Como destaca o autor,

O planejamento emerge como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; (Idem, p. 29).

O planejamento num sistema capitalista é, sobretudo, uma forma de reposição transformada dos pressupostos da produção; isto é, uma forma transformada da mais-valia que se repõe no processo produtivo: a ação do Estado, para ser planejada, deve ocorrer essencialmente na passagem entre os resultados do produto e a reposição do ciclo produtivo (Idem, p.52).

Por fim, e indo mais ao encontro da ideia desenvolvida por Oliveira (1987), consideramos a definição de Ianni (1986) a mais adequada para utilizarmos neste momento. Segundo o autor, o planejamento:

compreende, sempre e necessariamente (ainda que em graus variáveis), condições e objetivos econômicos, sociais, políticos e administrativos. Entretanto, as duas faces conexas do planejamento são a *estrutura econômica* e a *estrutura de poder*. Mas os planejadores não tratam, em geral, senão das relações e processos relativos à estrutura econômica. Todavia, as relações e processos políticos também estão sempre envolvidos na mesma configuração. Aliás, pode-se dizer que, em última instância, o planejamento é um processo que começa e termina no âmbito das relações e estruturas de poder. Em geral, o planejamento destina-se, explicitamente, a transformar ou consolidar uma dada estrutura econômica e social. Em concomitância, e em consequência, ele implica na transformação ou consolidação de uma dada estrutura de poder. As relações e os processos políticos e econômicos estão sempre imbricados, influenciando-se e determinando-se reciprocamente. (Idem, p. 309-310)

Na lógica apresentada, o planejamento, ao contrário do que muitos pensam, não envolve apenas o campo econômico, mas também o campo político, uma vez que surge como forma de atender a estrutura do poder vigente, a qual busca, também, por meios econômicos manter o *status quo*. Ou seja, através de uma análise minuciosa da

economia, os técnicos do planejamento,²⁰ escolhidos pelo Governo Federal, desenvolvem estratégias econômicas para atenderem às estratégias políticas do poder dominante²¹, as quais, por conseguinte, vão refletir no campo social.

Portanto, o planejamento governamental está imbricado de objetivos políticos, econômicos, sociais e administrativos do Estado Restrito, sendo este o agente que garante a perpetuação dos interesses dos grupos ligados ao Estado Amplo. Vale ressaltar, no caso do Centro-Oeste, entendemos as políticas voltadas para o controle migratório enquanto uma das ações imbuídas no processo de planejamento.

Cientes do que foi dito, é importante ressaltarmos que foi a partir da segunda metade do século XX, no Brasil, que o Estado desempenhou funções econômicas e políticas para gerar a expansão do capitalismo monopolista em condições de dependência, e o planejamento econômico foi um dos dinamos para este processo. Logo, por meio da análise da relação Estado e economia, no Brasil, a partir da década de 1950, até meados da década de 1980, buscaremos entender o avanço capitalismo

²⁰ A tecnocracia – que denominamos também como gestores - como ficou conhecido o grupo de técnicos a serviço do Estado e do capital, atendia e atende ao tripé que sustenta o desenvolvimento do capital monopolista (capital estatal, nacional e externo), garantindo informações e execuções no que tange as necessidades do avanço do capital sobre o território. Neste sentido, acreditamos que Ianni, no seguinte trecho, expressa de forma satisfatória qual o papel destes técnicos (gestores) no processo de planejamento: “o processo de planejamento implica na formação de grupos sociais novos, como os tecnocratas, por exemplo, que podem assumir posições especiais, favorecendo mais ou menos diretamente os interesses econômicos e políticos de certas classes sociais, consideradas em nível nacional ou internacional. Em síntese, à medida que cresceu a importância do Estado, para o conjunto do sistema econômico, cresceram também as exigências relacionadas com a coleta de informações, a sistematização de dados, a análise de problemas, a formulação de previsões, a tomada de decisões, o controle da execução e a avaliação dos resultados particulares e gerais dos planos, programas e projetos. Isto é, à medida que crescia a importância relativa e absoluta da participação do Estado na economia, havia uma contínua incorporação de conselheiros, assessores, técnicos, engenheiros, estatísticos, economistas nos órgãos de formulação, execução e controle da política econômica governamental” (Ianni, 1986, p. 311). Nosso olhar se diferencia ao do autor em apenas uma questão: para ele esta tecnocracia aparece como coadjuvantes no processo em questão, isto é, os protagonistas são os burgueses. Já para nós vai ocorrer o inverso, os tecnocratas (gestores) tomam as rédeas do avanço do capital monopolista no país, tornando-se assim os verdadeiros protagonistas.

²¹ Ianni, tendo como referência Myrdal, esclarece a respeito da ação de planejar como opção política, o que para nós enriquece a discussão em torno do processo de planejamento, em que se tem intrínseco os campos econômico e político: “todo planejamento implica em opções políticas. Estas dizem respeito a todos os estágios do processo de planificação, e a cada uma das suas fases principais. Tanto os meios como os alvos almejados precisam ser avaliados. Conforme se desenrola a formulação e execução do plano, modificam-se crenças e opiniões. Mas as crenças e opiniões não se alteram meramente devido às mudanças que resultam da emergência de novos fatos, da clarificação e alteração de opiniões. Elas se alteram também devido às mudanças que resultam das modificações que se verificam na distribuição do poder, e suas influências nas pessoas, departamentos, camadas sociais e partidos políticos. Em essência, um plano de desenvolvimento é um programa político; e certamente estamos sujeitos a sérias confusões se não somos capazes de tomar isto em devida conta” (Myrdal, 1968, p. 1888-1889, *apud* Ianni, 1986, p. 309-310).

monopolista na região Centro-Oeste²² e para este intento focaremos, principalmente, na questão do planejamento enquanto ação econômica, política e ideológica do governo federal para assegurar o avanço da reprodução ampliada do capital em todo território nacional.

Entendemos que o Estado Restrito, no processo de desenvolvimento do capital no país, para além de sua condição de principal instrumento de dominação política, agiu como um agente de produção, o que garantiu a expansão e a consolidação do capitalismo monopolista sobre o território. Diante da base analítica de João Bernardo, este criou as Condições Gerais de Produção (CGP), o que mais adiante abordaremos. O sociólogo Octavio Ianni (1986), quando faz sua análise do processo de relação entre Estado e planejamento no Brasil, salienta que o Estado, ao utilizar o planejamento como instrumento para garantir o avanço capitalista intensificou sua atuação na economia, o que resultou em uma expansão capitalista em condições de dependência para com o capital externo. A passagem a seguir resume o que se quis dizer: “o Estado desempenhou funções decisivas (tanto econômicas como políticas) para o funcionamento e a expansão do capitalismo monopolista em condições de dependência” (Idem, p. 17). Acreditamos que as políticas voltadas para as migrações internas, sendo as ações de órgãos como a SUDECO, INCRA e MINTER determinantes em nosso recorte temporal e territorial, representam exemplos de como o Estado Restrito passou a agir diretamente na produção, atendendo a interesses do grande capital nacional e externo.

Buscando aperfeiçoar nossa acepção no que toca às ações do Estado no processo em análise, Luciano Martins (1985) é outra referência importante na discussão do tema no Brasil. Este, quando faz sua análise interpretativa do Estado capitalista, destacando questões que dizem respeito ao modo como o Estado se expandiu no Brasil pós-64 e das transformações burocráticas ocorridas como resultado dessa expansão - ressalta que o Estado não desempenha apenas uma função “estruturante” nas sociedades em transformação, mas desempenha também o “papel proeminente e decisivo na economia, seja enquanto gestor do desenvolvimento, seja enquanto produtor direto” (Idem, p. 24). Portanto,

²² É importante estarmos atentos para o fato de que o capitalismo monopolista se consolidou, no Brasil, apenas a partir da década de 1960, portanto, esta análise desde a década de 1950 é para entendermos como foi se estruturando as bases para que se consolidasse esta forma monopolista de acumulação de capital. Falar de capitalismo monopolista no Brasil antes da década de 1960 é um anacronismo.

o Estado não apenas passa a desempenhar papel decisivo na organização (por via administrativa) da acumulação, como tem também que gerir o relacionamento com o “centro” capitalista, mediar à ação dos grupos estrangeiros inseridos na produção local e, ainda, legitimar o exercício desenvolvido que desses novos poderes de intervenção faz a burocracia estatal em benefício próprio. (Idem, p. 25)

Acrescentamos a lógica mencionada que a mediação, pelo menos no que se refere ao Centro-Oeste, não se restringiu apenas aos grupos estrangeiros inseridos na produção regional, mas também aos grupos nacionais, pois o capital monopolizador é tanto externo quanto interno. É importante chamar atenção para essa atuação para que não ocorra o engano em se pensar que as forças produtivas se organizam, desenvolvem ou reproduzem apenas devido à ação empresarial – isto é, do Estado Amplo - mas é necessária também a ação governamental.

O Estado assume este papel contando com ministérios, superintendências (como é o caso da SUDECO), autarquias, institutos, empresas públicas, sociedades de economia mista, serviços de informações e processamento de dados. Isto é, ele dispõe de organizações, técnicas e pessoal (administrativo, burocrático, técnico, político, etc.) indispensáveis à execução das suas atividades. Contudo, o aparelho estatal incorpora o pensamento tecnocrático e científico para melhor desempenhar as suas funções econômicas (Idem, p. 17, 18, 19).

A par do entendimento inicial do processo de planejamento, enquanto instrumento da relação Estado e economia, devemos mencionar que a criação das diversas superintendências regionais são exemplos práticos de planejamento do tipo regional. O planejamento regional tem relação com o reconhecimento, por parte das esferas governamentais, de uma desigualdade entre as regiões do país, representada através de indicadores econômicos e sociais, o que legitimou o discurso da presença no nosso território de regiões “historicamente deprimidas”, forjando, no caso do Nordeste brasileiro, o que ficou conhecido como o “mito da necessidade”. E foi justamente por isso que a primeira das superintendências foi a SUDENE.

Este órgão surgiu em 1959 representando, portanto, o primeiro passo do governo federal no campo do planejamento regional, visando reduzir a um dos problemas econômico mais grave do país no período: a disparidade de níveis de renda existentes entre o nordeste e o Centro-Sul. Aqui, é importante salientarmos que a criação da

SUDENE não foi estritamente uma busca pela resolução de problemas econômicos, o que foi um fator importante mas, principalmente, pela busca de apaziguamento de problemas políticos. Nesse sentido, Octavio Ianni (1986) nos referencia ao afirmar que:

[...] quanto a SUDENE, era evidente que ela fora criada para fazer face aos problemas econômicos e políticos (principalmente político) que se agravavam de modo crescente na mais importante “região-problema” do país. A nosso ver, esse órgão federal surgiu num momento em que se revelavam de modo particularmente aberto e intenso os antagonismos políticos na sociedade do nordeste. Ou melhor, a SUDENE foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionário. (Idem, p. 160)

A desarticulação das ligas camponesas e o incentivo a migração são exemplos claros, no caso do Nordeste, de como as ações do Estado Restrito demonstram os reflexos do antagonismo de interesses entre as classes dominantes – burguesia e gestores – com os grupos descapitalizados (aqueles que se tornam migrantes em potencial).

Visando aprofundarmos ao debate em torno do planejamento regional no Brasil, o nome de José Roberto Mendonça de Barros é referência. Em seu artigo “A Experiência Regional de Planejamento”, na obra *Planejamento no Brasil* (1997), o autor faz uma análise significativa desta discussão. Voltando-se especificamente ao caso da SUDENE, segundo ele, esta atingiu, em parte, seu objetivo básico que era a elevação da renda regional a níveis suficientes para inverter a tendência de agravamento das disparidades regionais. Os dados disponíveis (estimativas de renda interna elaboradas pela Fundação Getúlio Vargas) comprovam que em 1966, ou seja, sete anos após sua criação, a SUDENE aumentou a renda interna da região que, no período de sua criação, representava 15,77 da renda interna do Centro-Sul, para 18,38 no período de 1964-1966.

Devido aos relativos bons resultados alcançados, a atividade de planejamento regional passou a fazer parte do processo de modernização do país, sendo muito valorizada perante os governos militares. Esta valorização ocorre, principalmente, pelo fato de o planejamento regional servir como instrumento necessário para o objetivo maior do espírito militar, que era a integração nacional e a ocupação de espaços econômicos servindo, assim, de base para a política da segurança nacional. Na busca da execução efetiva destes objetivos, os militares concentram suas ações na criação de

outros órgãos para, assim, permitir a recuperação do “atraso” das regiões mais pobres do país.

No que se refere, especificamente, à questão da integração nacional, Picoli (2006) contribui para nosso debate ao perceber que esta pode ser interpretada em dois sentidos: por um lado, como questão de segurança nacional, “em que a expansão da fronteira agrícola e a ocupação de regiões limites tem papel chave; por outro, o propósito de se produzir o crescimento econômico do conjunto do país”. Com estas estratégias criaram mecanismos para viabilizar a concentração econômica através da expansão dos grupos organizados e colocar a região [referindo-se à Amazônia, o que inclui o Centro-Oeste] à disposição do mercado mundial. (Idem, p. 37. Grifos nossos)

Voltando-nos, especificamente, ao processo de planejamento no Brasil, é válido fazer uma breve evolução histórica do seu caminhar, o que pode facilitar a tarefa de se entender um pouco mais do processo de aprofundamento da dependência ao capital internacional e, conseqüentemente, entendermos o avanço da ampla política pró-capital monopolista. Teremos como referência inicial os capítulos de Celso Lafer Martone (1997) na obra *Planejamento no Brasil*. Segundo o autor, desde a década de 1940, houve várias tentativas de controlar e planejar a economia, o que pode ser verificado com o relatório Simonsen (1944-1945), com a Missão Abbink (1948)²³, Plano Salte (1948)²⁴, e com a Comissão Mista Brasil-E.U.A. (1951-1953). Contudo, acabaram resumindo-se apenas em propostas. Foi apenas com o *Plano de Metas* (1956-1961), devido à sua complexidade e seu impacto, que ocorre a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil.

²³ A Missão Abbink foi constituída em 1948, pelos governos dos Estados Unidos e Brasil. Ela se compôs de economistas, técnicos, empresários e membros do governo dos dois países, sob a presidência de John Abbink e Octavio Gouvêa de Bulhões. Os estudos realizados por essa comissão orientaram-se no sentido de conhecer, tão minuciosamente quanto possível, os principais “pontos de estrangulamento” da economia brasileira. Neste sentido, fizeram-se estudos e apresentaram-se recomendações sobre os seguintes aspectos da economia do país: comércio, agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, combustíveis, mineração, indústria, transportes, eletricidade, mão-de-obra, assuntos fiscais, bancos, investimentos, financiamentos, discriminação de capitais etc. Ao longo de todas as análises e recomendações desta missão, havia a preocupação em criar condições (institucionais e políticas) para que o capital estrangeiro pudesse livremente ingressar e sair do país (Ianni, 1986, p. 105 e 107).

²⁴ Para um melhor entendimento ver: Nélson Mello e Souza, “O Planejamento Econômico no Brasil: Considerações Críticas”, *Revista de Administração Pública*, n.º 4, Rio de Janeiro, 1968, p. 59-115. Conforme observou o autor, numa síntese: “O Plano Salte, como plano, constituiu-se numa realidade puramente retórica, sem nenhuma eficácia executiva, sendo talvez o mais espetacular desastre das tentativas de planificação no Brasil” (*ibidem*, p. 70, *apud* Ianni, 1986, p. 103).

O Plano de Metas²⁵ – que foi colocado em prática pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira - que visava a uma política de industrialização para o país - vai representar, em nosso ponto de vista, o início da “gestação” do capitalismo monopolista. Neste ínterim, pouco a pouco planejamento e desenvolvimento econômico passaram a ser conceitos associados, tanto para governantes, empresários e técnicos como para boa parte da opinião pública.

Logo após o Plano de Metas, já no início da década de 1960, foi criado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), o qual ficou a cargo de uma equipe liderada por Celso Furtado, então ministro do planejamento do governo João Goulart. Tal plano foi analisado por Roberto B. M. Macedo (1997), em que o autor destaca que o país vinha de uma fase de pleno desenvolvimento econômico do período 1957-1961, em que a intensificação do processo de substituição de importação (o que ocorreu devido ao processo de industrialização) propiciou um crescimento do Produto Interno Bruto a uma elevada média de 6,9% ao ano. Porém, o Plano Trienal não conseguiu seguir este ritmo, tornando-se um fracasso, pois elevou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma taxa de 1,6% ao ano. Este fracasso pode ser atribuído a várias causas: secas que prejudicaram a produção agrícola e a produção industrial; pelo consequente racionamento de energia elétrica; e a baixos níveis de investimento.

Já em meio à Ditadura Militar, e diante do contexto dos problemas econômicos presentes à época de sua instauração, deve-se destacar o papel do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) - 1964-1966 - que buscou, sem eficiência, dar cabo ao principal problema que estava estagnando o desenvolvimento econômico do país: a inflação. Tal plano foi elaborado por Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, respectivamente Ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Humberto Castelo Branco (um dos principais articuladores do golpe de 1964). Deve-se destacar que a ineficiência do PAEG foi no sentido de conter a inflação, todavia obteve eficiência no

²⁵ Dentre os seus objetivos mais gerais, destacavam-se os seguintes: a) abolir os pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais, a cargo do Estado, pois que esses investimentos não atrairiam o setor privado; b) expandir a indústria de base, como a automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros. Um dos alvos centrais do programa era atrair o interesse de empresários estrangeiros, com seu capital e sua tecnologia. (Idem, p. 162-163).

sentido de intensificar a dependência ao capital estrangeiro e, por conseguinte, o fortalecimento do capital monopolista.

Na busca desta retomada do desenvolvimento econômico, o PAEG visou atenuar as desigualdades regionais de renda e para isto fez investimentos em áreas que se tinha um nível de pobreza mais elevado, e também iniciou uma política de estímulo às importações através de isenções fiscais e linhas de crédito. No entanto, mesmo com estas iniciativas, os dados do período mostram que o PAEG não conseguiu, nem sob o ponto de vista do desenvolvimento quanto da inflação, suas metas quantitativas estabelecidas, resultando em mais um fracasso de planejamento do governo. Martone (1997) nos ressalta este cenário:

Como foi visto, o PAEG havia estabelecido um crescimento de 6% ao ano para a economia brasileira, não se chegando, em nenhum dos anos de execução do plano, a essa cifra. (Idem, p. 87)

Durante os anos de execução do PAEG, como mostram os dados, o governo não logrou levar a economia a uma posição que motivasse a realização de novos investimentos. (Idem)

Tal fracasso, podemos dizer, foi do ponto de vista interno da economia. Entretanto, no caminhar do avanço do processo que estamos buscando esclarecer a partir das ações voltadas para o planejamento, este foi mais um a contribuir. Podemos esclarecer o que se afirma, tendo por base a análise de Ianni (1986):

[...] de qualquer modo, vista em conjunto, a política econômica planificada do Governo Castello Branco modificou bastante as condições de funcionamento da economia brasileira, como subsistema do capitalismo mundial. Em seus níveis principais, a política econômica governamental modificou as condições de funcionamento dos mercados de capitais e de força de trabalho. Isto é, reformulou as relações de produção, segundo as exigências da produção capitalista e da expansão do setor privado. Em particular, criou novas possibilidades para o funcionamento e a expansão da empresa privada, nacional e estrangeira. Nos termos em que se executaram as diretrizes do PAEG, a ação estatal tornou-se ainda mais decisiva para o conjunto da economia do País. (Idem, p. 236)

Fica evidente como a partir de 1964 o planejamento continuou a servir, para além de manter a ordem vigente, também para consolidar a estratégia de desenvolvimento dependente atendendo à lógica do capitalismo monopolista. Na continuação desta trajetória histórica do planejamento, e fazendo sua ligação com nosso objeto – as migrações internas - é importante citarmos os planos e programas elaborados pelo governo central militar no sentido de modernizar o setor agrícola: o Programa

Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) – PED; o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973); a criação do PIN (1970); o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1972); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria – PROTERRA – (1971), o qual enquanto consequência da política de integração nacional, realizou ações no sentido de “financiar a modernização, apoiando as grandes empresas, industriais e agrícolas, que eram mais eficientes e, portanto, competitivas” (Grenaud *et* Pires, *apud* Maciel, 2010, p. 05); e, por fim, o 1º Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste – PLADESCO – (1972) que, entre estes, é o único plano em sentido regional.

O PED foi criado durante o governo do general Arthur da Costa e Silva, o qual tinha Hélio Beltrão como ministro do planejamento. Já no governo de Médici foi criado o I PND, que se destacou pelo fato de ter continuidade mediante novos planos, os quais foram o II PND (1974-1979) e o III PND (1980-1985). No que toca especificamente ao contexto do I PND, Ianni (1986) nos referencia mais uma vez para provarmos sua relevância em nossa análise:

[...] o governo continuou a aperfeiçoar os seus instrumentos de ação, para criar condições mais propícias à prosperidade da empresa privada, nacional e multinacional. Nesse processo de “modernização” do sistema político-administrativo e econômico, inclui-se, necessariamente, a condenação da “democracia clássica ou liberal”. E, também, a afirmação da hegemonia da tecnoestrutura. Nessa linha de pensamento foi que se inseriram as sugestões do Ministro da Fazenda, no sentido de que o governo incentivasse a entrada de capital externo. Tratava-se de continuar a receber capital e tecnologia estrangeiros, não apenas pelas perspectivas oferecidas pelo mercado interno brasileiro, mas também pelas possibilidades de acesso a mercados externos. Isto é, as empresas privada, nacional e multinacional, poderiam beneficiar-se dos incentivos e condições que o governo estava criando. (Idem, p. 254-255)

Não só o I PND, mas todos estes planos, enquanto ações que demonstram o cenário citado por Ianni, foram importantes para o desenrolar do processo de aprofundamento da ampla política pró-capital monopolista. A modernização agrícola, enquanto forma de atender ao complexo agroindustrial – seja nacional ou internacional – está intrínseca ao processo que destacamos e ela vai influenciar no controle migratório exercido pelo Estado Restrito. Isto é, a partir da análise do caminhar do histórico de planejamento econômico no país no período em questão, de sua relação enquanto ação para criar as bases para o avanço do capital monopolista, percebemos que temos

imbuído aí nosso objeto, já que a modernização agrícola influenciou no fenômeno migratório.

Destarte, essa pequena análise no que tange à evolução histórica do processo em questão, deixa-nos evidente como o planejamento passa, então, a ser um instrumento de extrema importância para o Estado Restrito, o qual, a partir da intensificação da dependência ao capital estrangeiro, vai garantir os interesses dos atores envolvidos, leia-se, capital nacional, capital estatal e capital internacional. E é justamente neste sentido que percebemos a criação da SUDECO como consequência deste processo de planejamento regional, pois na região Centro-Oeste a instituição foi o organismo governamental responsável por garantir o desenvolvimento do capital monopolista e, conseqüentemente, por influenciar diretamente nas migrações internas.

1.4 - Desenvolvimento desigual e combinado: a “integração nacional”

Estando cientes do processo de planejamento econômico e sua imbricação ao avanço do capital monopolista, devemos inserir, nesse contexto, a fundamental participação da agricultura e da pecuária, tornando-se a chave para o Estado brasileiro poder promover a “integração nacional” das regiões sem grande participação no desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, potencializar a dependência ao capital multinacional. Para o Centro-Oeste foi determinante a sua inserção na lógica da expansão das fronteiras e, por conseguinte, no avanço do processo em questão. As próprias palavras do então presidente da república em 1970, Emílio Garrastazu Médici, expressa-nos bem e nos referencia quanto ao que queremos dizer com relação ao objetivo das ações governamentais voltadas para as regiões “intocadas” do território:

Progressiva transformação da agricultura tradicional ainda predominante em áreas do Centro, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil mediante incentivos de créditos, preços e assistência técnica capazes de lhes modificar os métodos de produção, as relações de trabalho e as condições de vida do trabalhador simultaneamente com substancial elevação de produtividade²⁶.

²⁶ *Metas e Bases para a Ação do Governo*, conforme transcrito em “Médici Lança Plano de Metas e Bases do Governo”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2/10/1970, p. 12, *apud* Ianni, 1986, p. 257.

Com o incentivo à agricultura e à pecuária em regiões como Centro-Oeste, Norte (Amazônia) e Nordeste passa-se a ter um desenvolvimento combinado no Brasil, ou seja, não apenas o Sudeste, mas também as outras regiões participam do desenvolvimento do capitalismo nacional. Porém, em um sentido de complementaridade deve-se acrescentar entre os termos desenvolvimento combinado, o termo desigual. Nesse sentido, é importante fazermos um pequeno debate teórico no que se refere a um “desenvolvimento desigual e combinado” na economia brasileira, já que o consideramos norteador no que diz respeito ao cenário econômico do Centro-Oeste. Para tal intento utilizaremos como arcabouço teórico o pensamento de Francisco de Oliveira, o qual faz uma análise marxista da fronteira, isto é, a expansão territorial do capital. Com base na teoria do desenvolvimento desigual e combinado desenvolvida pelo autor em questão demonstraremos como foi o processo de racionalização econômica e política voltada para a região que, até então, era considerada um “espaço vazio”.

No que se refere, especificamente, ao Centro-Oeste, não se pode pensar equivocadamente que o Estado Restrito buscou, por meio da SUDECO, desenvolver a região nos mesmos moldes capitalistas da região Sudeste: intensificando a industrialização e a modernizando. Na verdade, o que se verifica por intermédio do processo de planejamento voltado para a região e com as ações da instituição com jurisdição sobre esta, é um capitalismo monopolizador voltado para o setor agropecuário, que teria como função primordial atender ao mercado interno e externo com produtos primários e, também, servir de demanda para os produtos industrializados do Sudeste.

Para entendermos melhor tal contexto, e seguindo os passos de quem nos referencia neste momento, não se pode cair na mesma “vala” analítica da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Deve-se, ao contrário, superar sua visão dualista no tocante à economia nacional. Oliveira, em sua obra *Crítica a Razão Dualista* (2003), faz dura crítica, do ponto de vista econômico, a este dualismo da CEPAL - como exemplo pode-se mencionar os escritos de Celso Furtado no Brasil - o qual tinha como raiz a formação de dois pólos, o “atrasado” e o “moderno”. A partir desta visão formulou-se no Brasil a ideia de que apenas as regiões Sul e Sudeste (SP, RJ, MG, SC, PR e RS) eram capitalistas, ou seja, o pólo “moderno”, e que as outras regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) eram “pré-capitalistas”, pólo “atrasado”. Alguns grupos já faziam críticas a este modelo da Cepal no Brasil, como aqueles de filiação teórica

marginalista neoclássica e keynesiana. Entretanto, para Oliveira (2003, p. 32), estes opositores ao “modelo Cepalino” estavam “desvestidos apenas da paixão reformista e comprometidos com o *status quo* econômico, político e social da miséria e do atraso seculares latino-americanos.” Como coloca o autor, estes “como pobres papagaios, limitaram-se durante décadas a repetir os esquemas aprendidos nas universidades anglo-saxônicas sem nenhuma perspectiva crítica, sendo rigorosamente nulos seus aportes à teoria da sociedade latino-americana” (Idem). A referida obra nos dá um embasamento crítico mais adequado no contexto da análise da região Centro-Oeste como economia a serviço de um desenvolvimento desigual e combinado no Brasil e, portanto, inserida no avanço do capitalismo monopolista.

Para o autor, sem dúvida, a região Centro-Sul era a mais industrializada, porém, as outras regiões do país, com a mais-valia do trabalho, com a pecuária e com a agricultura atendiam à lógica do desenvolvimento capitalista. Portanto, estavam inseridas no processo de acumulação interna de capital como áreas de acumulação primitiva. Acrescentando ao debate, é válido mencionarmos sua outra obra, *Elegia para uma Re(li)gião* (1987), em que Oliveira destaca que:

[...] a expansão do sistema capitalista de produção ocorre mediante ciclos sucessivos, determinados pela mudança na composição orgânica do capital. Tais ciclos, ou o ciclo capitalista, de forma genérica, são a forma que tomam as mudanças na composição orgânica do capital; eles correspondem, por sua vez, ao movimento de concentração e centralização do capital. (Idem, p.75)

Para demonstrar este processo de concentração/centralização do capital, Oliveira destaca a questão de que no momento em que a expansão do sistema capitalista no Brasil teve seu *locus* na “região” Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma a forma de destruição das economias regionais, gerando um movimento dialético que destrói para concentrar, e capta o excedente das outras “regiões” para centralizar o capital. As regiões Nordeste e o extremo Sul do País, por exemplo, acabaram sendo desfavorecidas com isto, já a região Centro-Oeste foi favorecida, porque ela não precisou ser “destruída”. Afinal, ela foi criada pela própria expansão do capital do centro-sul, e é o que pode ser verificado através da expansão da pecuária:

Não se nota o mesmo efeito em relação a uma região como o Centro-Oeste: aqui, a redivisão regional do trabalho comandada pela expansão capitalista do Centro-Sul tomou claramente as formas de “criação” e não de “destruição”: é a expansão pecuária em direção a

Minas e Goiás, a do Café e da pecuária em direção a Mato Grosso;
(Idem, p. 77)

É importante ressaltarmos que, mesmo sendo desfavorecidas em determinados pontos de sua economia, estas outras regiões continuavam inseridas na lógica da acumulação do capital e, portanto, inseridas no processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista. Diante disso, Oliveira afirma que houve um desenvolvimento regional desigual como a CEPAL colocava. Porém, este desenvolvimento desigual era combinado, ou seja, algumas regiões não tinham o nível industrial do Centro-Sul, mas estavam produzindo na agricultura e na pecuária e, portanto, atendendo à lógica capitalista nacional, já que a região industrial dependia desta produção agropecuária.

Côncios deste debate, podemos compreender a questão da “integração nacional”, em que mesmo havendo um desequilíbrio econômico entre as regiões do território nacional, todas estas atendem aos objetivos do Estado: consolidar o capitalismo monopolista, que está ligado ao capital internacional, no Brasil, potencializando a dependência ao capital estrangeiro. Oliveira entende que a integração é um momento do processo de “nacionalização” do capital²⁷, isto é, enquanto as economias regionais ligaram-se ao exterior, o capital internacional se realizava “regionalizando-se”; quando uma das “regiões”, como foi o caso do Centro-Sul com São Paulo, assume o comando do processo de expansão do capitalismo e há, necessariamente, que realizar um processo de “nacionalização” do capital.²⁸ Portanto, “a

²⁷ Ainda com relação à “nacionalização” do capital, Oliveira em sua obra, *A Economia da Dependência Imperfeita* (1989, p. 03, 04), coloca que está “nacionalização” do capital, ao contrário do que a maioria pensa, não tem nada a ver com a nacionalidade dos seus proprietários, mas contrariamente, essa “nacionalização” somente se dá quando se está em presença de uma forma do capital, o capitalismo monopolista, que tem forte presença de propriedade estrangeira. A partir do que já foi colocado vai se percebendo que o processo de expansão do capitalismo no Brasil, aos poucos, vai destruindo as antigas economias regionais. E como coloca Oliveira (1989, p.03), “a *rationale* desse processo é a hegemonia do capitalismo monopolista, que apenas se desenha, se explicita e se consolida já na década de sessenta.” Outro ponto importante colocado por Oliveira é a periodização em que o chamado capitalismo monopolista se consolida no Brasil. Deve-se entender que expansão capitalista em si, não quer dizer expansão capitalista monopolista – apesar de o segundo caso fazer parte do desenvolvimento do primeiro, já que é uma forma do capital - pois o segundo caso é marcado por características que o distingue do capitalismo até então em desenvolvimento no país. Estas características, como por exemplo, a participação direta de capital internacional na economia nacional e a destruição das economias regionais, ocorrem de forma concreta a partir da década de 1960, e por isso pode-se falar em consolidação do capitalismo monopolista, no Brasil, apenas desde período em diante.

²⁸ Segundo Oliveira, tal “nacionalização” operou-se por vários modos: ora succionando os excedentes de capital que não podiam “reproduzir-se” nas suas “regiões” originais, o que é fato notório na história nacional, ora impondo as mercadorias de produção da “região” que se industrializava sobre as que se produziam nas demais “regiões” e, para completar, penetrando como capital nas outras “regiões”: isto é, penetrando como pressuposto: o simples succionamento dos excedentes de capital e o simples movimento

integração do mercado nacional, ou a criação do mercado nacional unificado é resultado da imposição em escala nacional do equivalente geral da economia da ‘região’ de São Paulo” (Oliveira, 1987, p. 90).

Destarte, a compreensão de todas as questões colocadas e a sua imbricação nos dão uma visão panorâmica do caminhar do processo em que temos inserido, também, nosso objeto, isto é, a dinâmica do fenômeno migratório em nosso recorte temporal está diretamente ligada, enquanto ação e consequência, à ampla política pró-capitalista que se dava sobre o território nacional. Nesse ínterim, teremos a formação e consolidação das bases que sustentam o projeto de contrarreforma agrária no país, fazendo com que a questão agrária fosse desconstruída e pulverizada no imaginário social. Era a transformação da reforma agrária em política de colonização. Tentaremos destrinchar tal debate no próximo tópico.

2- Política de reforma agrária no Brasil e o projeto nacional-desenvolvimentista: a gestação da contrarreforma agrária

Para se compreender como as migrações internas ganharam maior dimensão e como isso, por conseguinte, contribuiu para o avanço do amplo programa pró-capital monopolista sobre este território, é importante entender o alcance das políticas de migração/colonização a partir das ações de órgãos como o INCRA²⁹, MINTER, SUDECO, por exemplo. No próximo tópico, analisaremos o alcance destas políticas, em específico, desde o contexto anterior, até a criação do INCRA. Contudo, para se compreender melhor seja o contexto anterior ou o de sua criação é ponto nevrálgico que se entenda e faça uma datação histórica sobre a relação entre reforma agrária e colonização. Compreender essa relação é crucial para entender o significado da reforma agrária no contexto capitalista.

de balança comercial entre as “regiões” eram suficientes para completar o processo de “nacionalização” (Oliveira, 1987, p. 77).

²⁹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal da administração pública brasileira, o qual afirma ter como missão prioritária a realização da reforma agrária, a manutenção do cadastro nacional de imóveis rurais e a administração das terras públicas da União. Esse órgão está implantado em todo o território nacional por meio de trinta superintendências regionais.

Para entender tal relação temos que partir do seguinte questionamento: o que é a reforma agrária no modo capitalista de produção? Tentaremos esclarecer tal questionamento e outros posteriores tendo por base o pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Segundo o autor, a reforma agrária não altera a essência desse modo de produzir, mas tenta apenas remover a irracionalidade que a propriedade privada da terra (terra= mercadoria, terra= reserva de valor, terra reserva patrimonial) exerce na produção agrícola, impedindo-a, muitas vezes, de produzir. (Oliveira, 2007, p. 65) Nesse sentido, a reforma agrária aparece historicamente no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver – já que o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista - a questão social (atenuar as pressões) advinda da concentração de terras.

Na esteira das ações para resolver tal pressão, verifica-se que os exemplos de reformas agrárias sob o capitalismo apontam para a direção de uma das estratégias da expansão do capitalismo no campo, em que, visando esgotar a possibilidade de reprodução da produção camponesa, transforma os camponeses que começam a concentrar terra em pequenos capitalistas³⁰. Podemos interpretar, assim, que a reforma agrária constituiu-se como instrumento político de governos para frear movimentos revolucionários que possam surgir. Nessa busca, o governo coloca em prática um conjunto de atos que derivam de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado. Nessa perspectiva, não se pode entender a reforma agrária como solução para as contradições do capital, mas apenas um paliativo. (Idem, p. 67 e 68) Qual seria então a solução? A revolução agrária.³¹

Conscientes disso, surge um segundo questionamento: como foi a construção da política de reforma agrária no Brasil? Responder isso não é tarefa simples quando se tem como norte o princípio da totalidade. Contudo, buscaremos elucidar uma pequena

³⁰ É o que fica evidente nas ações da SUDECO e do INCRA quando se observa os casos de colonização particular no Centro-Oeste, isto é, os pequenos e médios proprietários atendem ao grande complexo agroindustrial, sem, contudo o capital desapropriá-los. Transforma-os em agentes do capital. Mais adiante vamos esclarecer as categorias de colonização e também os casos envolvendo exemplos nesse sentido.

³¹ Aqui é pertinente estabelecermos, sob o olhar de Oliveira (2007), a distinção conceitual entre revolução e reforma agrária: a revolução implica necessariamente na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando a construção de outra sociedade, a qual seria baseada na menor desigualdade social e em uma melhor distribuição de renda. Já a reforma agrária, apesar de provocar alterações na estrutura fundiária, ela não altera o modo capitalista de produção. (Idem, p. 68)

parte da problemática que envolve a questão agrária³² no país, pois é somente por esta via que podemos chegar a um desvendamento crítico e reflexivo do que está em voga.

De antemão, e fazendo, portanto, um caminho partindo do atual – criação do INCRA – para o passado – a lógica da política de reforma agrária anterior a tal instituição -, devemos partir da premissa que as ações da SUDECO e a criação do INCRA estão na transição do avanço do capitalismo no campo – ou seja, do pequeno e grande latifundiário- para o complexo agroindustrial, representando instituições enquanto agentes do Estado que contribuíram para o avanço do capital monopolista. A par disso, devemos compreender, também, que antes de 1950 a base de exploração do capital era o próprio camponês, através de relações de trabalho como o meeiro, parceiro, por exemplo. Todavia, pós 1964, com a formação do complexo agroindustrial³³, a base passa a ser o processo industrial, gerando a submissão da agricultura a ele. A SUDECO e, posteriormente, o INCRA apareceram para disciplinar essa nova fase de instalação do capitalismo no campo. Era a adesão do latifúndio ao projeto nacional-desenvolvimentista³⁴.

³² Que fique claro que nosso objetivo neste momento não é aprofundarmos na questão agrária brasileira, tema importante e muito debatido na historiografia, entretanto, alguns conceitos e reflexões que envolvem tal tema nos são caros para qualificar nossa argumentação. Nesse sentido, buscaremos dialogar com referências teóricas que abordam a questão para fazermos a ligação desta com a problemática de nossa pesquisa.

³³ A industrialização da agricultura, que é uma evidência do monopólio da produção dentro do mecanismo lógico do avanço capital monopolista, gera a agroindústria. É portanto, o capital que solda novamente o que ele mesmo separou: agricultura e indústria, cidade e campo. Aqui, o capital sujeita o trabalho que se dá no campo. (Idem, p. 32) Para complementar a lógica intrínseca do caminhar em questão, vale destacarmos trecho de outra obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em que salienta como no Brasil, “o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários”. Ou seja, “o Brasil rural virou urbano ou então, o Brasil urbano virou rural”. Como colocado ironicamente o autor, “nem mesmo os mais dialéticos dos filósofos imaginaria tamanha ‘dialética do virtual’.” (Idem, 2003, p. 114)

³⁴ Nos dando base neste sentido, em sua obra *Barbárie e Modernidade*, Oliveira (2003) nos trás dados esclarecedores de como o modelo nacional-desenvolvimentista, iniciado por JK e que ganhou intensidade com o regime militar, criou as bases para o neoliberalismo e a dependência econômica nacional diante do mercado mundial. Partindo especificamente de 1964, nesse ano, o Brasil exportava 1,430 bilhões de dólares, já em 1984, último ano do regime, o país exportava 27,005 bilhões de dólares. Isso demonstra como o regime militar potencializou o processo de inserção do Brasil no capitalismo internacional, mas, ao mesmo tempo, potencializava também o crescimento da dívida externa. Era necessário aumentar as exportações para pagar os juros da dívida. Para se ter uma dimensão, em 1964 a dívida era de 2,5 bilhões de dólares, e em 1984 era de 102 bilhões de dólares. Como diria o autor, “era o cachorro correndo atrás do próprio rabo.” (Idem, p. 123 e 124) Isto é, a dívida externa, que foi o meio utilizado para modernizar a agricultura, levou o país a mergulhar no neoliberalismo. A SUDECO e o INCRA tiveram papel importante neste processo. Os grandes beneficiados nesse caminhar foram os seguintes: o setor financeiro internacional, que lucra através dos juros pagos, e os grupos capitalistas nacionais (leia-se oligarquias rurais e grupos industriais) e internacionais que lucram com o crescimento das exportações.

Entender tal projeto é fundamental para se compreender a gestação da política de reforma agrária que passou a ser diretriz no contexto de intensificação da ampliação do capital no campo nos moldes industriais, o que, por conseguinte, nos ajuda a entender a relação entre reforma agrária e colonização. Nesta busca teremos como referência Vânia Maria Losada Moreira (2003), a qual o analisa de forma pormenorizada. Como destacado pela autora, o nacional-desenvolvimentismo foi defendido e implementado por Juscelino Kubitschek, tornando-se não só um estilo de governo, como também um projeto social e político para o Brasil. Este se inter-relacionava com outros projetos (o ruralista, conservador e autoritário, e também com o nacionalista econômico, reformista e popular) e assumiu como compromisso a defesa da democracia e a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista. (Idem, p. 158 e 159) Na busca da execução do segundo compromisso, a implantação do Plano de Metas foi o seu baluarte, pois este visava aprofundar o processo de industrialização.

Nesse contexto, é interessante notarmos a defesa da reforma agrária através do projeto progressista liberal-burguês. A ala dos políticos progressista, ligados a JK, ainda acreditava que, “na ausência de um processo distributivo de terras (reforma agrária), capaz de elevar o padrão social e econômico das massas rurais, dificilmente a industrialização nacional seria bem sucedida, pois tornar-se-ia sufocada pela ausência de mercado interno consumidor”. (Idem, p. 168)

Sabemos que a busca pela industrialização não se encerrou com o governo JK e muito menos com o fim da experiência democrática, posto que a partir da ditadura de 1964 este modelo não só ganhou fôlego, mas também foi aprofundado. Um dos instrumentos para aprofundá-lo foi a guinada de direção da política de reforma agrária, que vai ganhar outros contornos e dimensões com o Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30/11/64)³⁵. Essa nova política vai se concretizar a partir do elo/pacto dos setores

³⁵ De acordo com a Lei nº 4.504 (Estatuto da Terra), de 30 de novembro de 1964, art. 1º, & 1º, “considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. (Fundação Joaquim Nabuco. Reforma agrária no Brasil. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar../index.php?option=com_content&view=article&id=228&Itemid=1> Acesso em: 12 de março de 2020.) Tendo como norte esse conceito oficial, entendemos, portanto, que a reforma agrária deveria ser um processo de mudanças estruturais que visaria distribuir os direitos sobre a posse e uso da terra e o controle de sua produção, assegurando a participação da população rural camponesa nos benefícios do desenvolvimento. Isto é, por ele o Estado prometera realizar a tão esperada reforma agrária, entretanto, era e é “uma farsa histórica”, pois nada foi feito no sentido de realizá-la com o intuito de transformação social, pelo contrário, atendia a perpetuação dos interesses das

tradicionais ligados ao latifúndio como o projeto nacional-desenvolvimentista. Estava, portanto, consolidada a subordinação da agricultura a plataforma industrial³⁶.

Uma das exigências do latifúndio para aderir a este projeto era que o Estado transformasse a reforma agrária em uma política de colonização. Mas o que seria a política de colonização? A política de colonização seria aquela que visaria à ocupação econômica por meio da ampliação das fronteiras produtivas, mas atendendo a lógica de avanço do capital no campo com o complexo agroindustrial. Nesse sentido, fica perceptível que a reforma agrária, nos moldes capitalista e a qual foi colocada em prática, era, na verdade, uma política de colonização. Essa política levou a perpetuação do latifúndio, a expropriação indígena, a exclusão dos descapitalizados do campo e também a proletarianização de muitos destes para atender à demanda de mão de obra exigida pela agroindústria.

Nessa perspectiva, e concordando com Caio Prado Jr. – como destacado por Moreira (p. 183) - a política de colonização foi um equívoco, pois antes de colonizar áreas ainda afastadas dos centros produtores, dever-se-ia proceder a recolonização de áreas já ocupadas, porém subaproveitadas, devido à grande quantidade de latifúndios improdutivos. O fato é que não existia qualquer possibilidade da política de colonização em voga visar à proteção dos pequenos proprietários ou de camponeses despossuídos de terra. Para que não ocorra o erro da generalização, deve-se frisar que o único projeto que houve interesse do Estado em associar colonização com a pequena propriedade e com a organização cooperativa foi com as colônias agrícolas de Vargas, chamadas de colônias nacionais.

Sobre elas, não se deve confundir este formato de colonização com uma reforma agrária fundamentada na desapropriação de latifúndio e posterior distribuição de terras.

oligarquias rurais, mas, agora, subordinados aos interesses do complexo agroindustrial. Nesse sentido, entendemos que o Estatuto da Terra, ao longo do período ditatorial, tornou-se lei morta, pois a política de colonização locada em prática na Amazônia aparecia como uma autêntica contrarreforma agrária. Era o capital atuando como um rolo compressor.

³⁶ Neste sentido, é necessário fazermos aqui uma observação: Gonçalves Neto (1997), quando analisa o processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista e como seus interesses vão se tornando hegemônicos no território nacional, relata a conciliação dos interesses cidade/campo. Segundo o autor, não necessariamente se deu a sobreposição do urbano, mas é a hegemonia do capital monopolista, o qual opera com os interesses também dos grupos tradicionais, não em equilíbrio, mas também não como uma imposição ou uma dominação.

As colônias agrícolas de Vargas, inseridas no contexto da Marcha para Oeste, buscavam a ocupação dos considerados “espaços vazios” do território nacional, visando combater a formação de latifúndios nas fronteiras agrícolas, porém sem jamais tocar na estrutura fundiária já vigente no restante do país. Outro ponto a ser salientado sobre estas colônias é que elas também buscavam melhorar as condições de vida e trabalho da população pobre do campo, tornando-os pequenos proprietários rurais com capacidade de consumo de bens industriais. Como analisado por Moreira (2003), este modelo fracassou por vários motivos, e JK vai optar por um modelo radicalmente distinto. Segundo a autora, seu modelo “apoiou a apropriação espontânea do solo nacional, e a elevação dos níveis sociais e econômicos da população rural, via colonização, estava descartada”. (Idem, p. 186)

Portanto, depois de Vargas o capital abandonou aquela política de colonização baseada na pequena propriedade, o que fica claro a partir do Governo JK que passou a promover uma política de colonização através da construção de rodovias. Com o sucesso do Plano de Metas, tanto a implantação do “cruzeiro rodoviário” como a construção e inauguração de Brasília influenciaram para promover a “nova” política de colonização. Ela vai ser fruto do pacto entre o projeto ruralista e o industrial, o qual já destacamos. O excerto contribui para a elucidação do cenário:

Os representantes políticos ruralistas do Congresso Nacional perceberam, rapidamente, as novas possibilidades ofertadas ao setor agropecuário, graças à implementação da operação Brasília. Definiram a obra como a ‘Nova Marcha para Oeste’. Que, ao seu modo, dava continuidade à penetração ao interior desencadeada, anteriormente, por Getúlio Vargas. Foram tenazes defensores da medida e frequentemente frisavam o quanto a operação era fundamental para a articulação de um novo pacto tácito entre os interesses rurais e industriais no Brasil, pois, graças à medida, novas perspectivas de desenvolvimento tornavam-se disponíveis para ambos os setores. (Idem, p. 177)

A “operação Brasília” contribuiu tanto para o setor industrial quanto para o setor agropecuário, visto que as novas perspectivas os fizeram criar uma via de mão dupla no sentido de garantir os interesses de ambos: mesmo com a subordinação do setor agropecuário ao industrial. Sabemos que isso teve um preço, porque o Estado, enquanto representante subordinado ao capital industrial, atendendo aos grupos ligados ao latifúndio, garantiu a transformação da política de reforma agrária em política de colonização. Portanto, o projeto nacional-desenvolvimentista, tendo tal operação como

um de seus fundamentos, não só reproduziu como ampliou o que se julgava de mais “atrasado” na sociedade: a grande propriedade rural e a classe social e política a ela ligada. Em outras palavras, pronunciadas por Moreira (2003, p. 190), “era a reprodução ampliada e modernizada da oligarquia rural brasileira”.

Essa via impulsionou a ação do capital monopolista, criando uma relação entre as regiões que estavam sendo ocupadas sem se preocupar com a proteção do pequeno proprietário e muito menos com os migrantes que chegavam ou que circulavam por estas regiões. Essa política de colonização fazia parte do projeto nacional-desenvolvimentista, o qual apesar da “ideologia do desenvolvimento nacional” era, na verdade, liberal e burguês. Em outras palavras, “ofertava o ‘desenvolvimento nacional’ como algo de todos e para todos, cujo resultado final seria a transição do Brasil para o mundo das nações ricas, modernas e portadoras de bem-estar social.” (Idem, p. 165) Era, assim, um projeto que determinava a subordinação do Estado brasileiro aos interesses estrangeiros representantes do capital monopolista.

Por conseguinte, entendemos que a “operação Brasília” quando cria as condições para o pacto citado, na mesma medida intensificou as migrações, em razão de o Estado além de garantir o desenvolvimento do capital tem que garantir, também, mão de obra a ser explorada por este. Cria-se um discurso da existência de um novo “eldorado”, o qual seria marcado pelas oportunidades e pelo enriquecimento. Era uma nova corrida para a fronteira.

Com a ditadura militar a reprodução ampliada das oligarquias rurais ganhou ainda mais força, principalmente após o Estatuto da Terra, garantindo a perpetuação daquele projeto moldado na intensificação de uma contrarreforma agrária. Nesse sentido, Martins (2009) contribui para nossa argumentação quando relata que “o governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para toda a sociedade o preço da não realização de uma reforma agrária, isto é, a opção por um modelo concentracionista de propriedade, e não por um modelo distributivista [...]” (Idem, p. 76) Ele não utiliza o termo “contrarreforma agrária”, porém sua análise vai ao encontro de seu significado como destacado por Oliveira (2007, p. 120 a 137) e Ianni (1979).

No desenrolar desse processo surgem a SUDECO e a SUDAM - enquanto agências que conduzem o avanço do capital no campo - e no contexto de suas ações são criados

os programas especiais que, como já mencionamos, potencializaram, ainda mais, o fluxo migratório na área de jurisdição da superintendência que é nosso norte.

Conscientes disso, devemos perceber que as ações da SUDECO e do INCRA não foram no sentido de omissão em realizar uma reforma agrária, pelo contrário, suas ações se voltaram para realizá-la. Contudo, como já mencionado, a reforma agrária conduzida no Brasil, gerada desde o governo JK³⁷ e colocada em prática após a instauração da ditadura militar, foi, na verdade, uma política de colonização³⁸ e não de reforma agrária no sentido oficial. É pertinente fazermos tal delimitação do que realmente foi a política de reforma agrária em nosso contexto para que não haja confusão entre o seu sentido na teoria com o que de fato foi colocado em prática. Isto é, não existe omissão das instituições mencionadas, mas sim execução, haja vista que já está imbuído no processo de reforma agrária a ideia de colonização.

Quando falamos em reforma agrária, em seu sentido oficial, ou seja, teórico, estamos nos referindo ao Estatuto da Terra, visto que a base fundamental de tal documento é a questão da função social da terra, o que determinaria a desapropriação de quem não cumprisse essa função, a qual se resume em ter a terra e não fazer uso dela. Determinaria, deveria, mas não foi o que ocorreu, uma vez que a política de reforma agrária, no Brasil, após tal estatuto, não foi e nem é necessariamente uma política de divisão de terras e sim de ordenamento do processo de ocupação do capital no campo.

³⁷ Foi gerada a partir de JK pois seu programa de governo, atendendo as oligarquias rurais, além da omissão diante de qualquer medida de organização fundiária, criando uma reforma agrária que não era pautada na distribuição de terras, criou todas as condições para viabilizar o controle destas elites rurais sobre os novos territórios ocupados a partir da construção de Brasília e da rede rodoviária. Isso, além de garantir o que foi dito, levou a uma intensa exclusão sociais dos grupos descapitalizados que estavam se deslocando e também dos que já eram originários destes novos territórios ocupados do ponto de vista do capital. Entendemos assim que o governo JK vai criar as bases políticas, econômicas e sociais que resultarão na intensificação das migrações internas sobre a área da SUDECO.

³⁸ Neste ponto devemos fazer o seguinte esclarecimento: quando afirmamos que a reforma agrária conduzida no Brasil após a instauração da ditadura militar foi na verdade uma política de colonização, fazemos tal afirmação a partir dos fatos após a criação do Estatuto da Terra (1964). Todavia, temos que ter consciência que estamos lhe dando com um processo, o qual foi sendo gestado desde o governo JK. Viemos descrevendo em parte esse processo, porém vale acrescentarmos aqui uma passagem citada por Moreira (2003) de uma carta escrita por Afonso Alberto Ribeiro Neto, integrante do Conselho Superior das Classes Produtoras, lida e defendida pela bancada ruralista na Câmara dos Deputados, em que ele deixa claro qual era a definição para aquele grupo de reforma agrária: “Num país de possibilidades imensas como o Brasil, a reforma agrária tem que ter por objetivo a formação de grandes unidades altamente produtivas, dotadas de assessoria técnica moderna, grandemente capitalizadas. No Brasil onde tudo é grande, a agricultura não pode ser pequena, não pode ser limitada nem em hectares, nem em extensão [...] No Brasil, pois, a reforma agrária não pode ser divisão de terras, retalhamento de propriedades: tem que ser mais muito mais que isso, tem que ser industrialização da agricultura”. (Idem, p. 179) Fica evidente, portanto, a busca por beneficiar o latifúndio e o projeto agroindustrial a vias de instalação.

Quando se afirma que alguém vai ser desapropriado é porque ele não está fazendo uso da terra, ou seja, não a transforma em capital. Sendo assim, a reforma agrária diz que não pode ter terra como patrimônio e sim ter terra como capital.

Quando se fala em reforma agrária no Brasil não estamos falando de uma política de proteção ao pequeno, uma vez que o grande papel da “reforma agrária” à brasileira foi o de disciplinar o processo de ocupação do território nos moldes do capital. O Estatuto da Terra foi pensado pelos militares para organizar o processo de ocupação e exploração. Nesse sentido, e reforçando o debate da relação entre reforma agrária e colonização, Ianni (1979) nos referencia ao destacar que:

[...] as leis se referem à “reforma agrária”, mas o que os governos põem em prática é a colonização dirigida”. Sob certos aspectos, toda legislação brasileira desses anos, sobre a questão da terra, pode ser tomada como um conjunto de instrumentos de uma política destinada a pôr em prática uma contrarreforma agrária de cunho ditatorial. (Idem, p. 129)

Quanto ao que o autor destaca como colonização dirigida, procuraremos analisá-la de forma pormenorizada mais adiante, quando da busca do entendimento do papel das categorias de colonização oficial e particular para a intensificação do programa de contrarreforma agrária. Entretanto, já podemos, desde já, ter em mente que a colonização dirigida vai servir a política de colonização – e não de reforma agrária – que foi colocada em prática após o Estatuto da Terra. Posto isto, devemos compreender que a rigor o mencionado Estatuto não foi posto em prática, quanto à “reforma agrária” nele defendida. O que de fato ganhou ênfase foi à colonização, tomada como “reforma agrária”. O INCRA vai ter papel fundamental neste processo, pois este atuou e se empenhou quase que exclusivamente à colonização dirigida - seja a oficial ou a particular - apresentando-a como a realização da “reforma agrária”. Nesse sentido, Octavio Ianni é preciso e categórico ao afirmar que:

Esse tosco artifício semântico já estava presente no Estatuto da Terra, adotado em 1964, e ganhou maior consolidação em 1966, com o Decreto n 59.428, que regulamenta artigos do Estatuto da Terra em termos de colonização. O que estava acontecendo era à progressiva subordinação da política agrária do governo aos interesses dos latifundiários e empresários empenhados em preservar e estender os seus negócios. (Idem, p. 134)

Fica evidente a subordinação da política agrária aos interesses escusos dos capitalistas, isto é, o Estado Restrito contribuiu decisivamente para a intensa expansão

do grande capital sobre a indústria e a agricultura, formando o complexo agroindustrial. Para clarificar ainda mais o cenário: era o Estado Restrito atendendo ao Estado Amplo no conjunto da economia brasileira, contexto no qual se deu a metamorfose – tanto na prática quanto ideologicamente – da “reforma agrária” em política de colonização. A contrarreforma agrária estava consolidada.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, existia um forte discurso, apesar de não ser real, de que as oligarquias não estavam preparadas para o avanço do capitalismo³⁹. Entretanto, depois, as políticas agrícolas do regime militar mostraram como as oligarquias tinham capacidade para se adaptar ao projeto de desenvolvimento do capital monopolista. Por conseguinte, a reforma agrária, nos moldes oficiais, não foi mais necessária: ela saiu da agenda do próprio Estado e passou para a agenda dos movimentos sociais.

Diante do entendimento da conjuntura envolvendo a política de reforma agrária à brasileira em nosso contexto, entendemos que os migrantes, assim como os camponeses originários de nosso recorte territorial⁴⁰, vão e circulam pelo interior da região em foco – na fronteira – acreditando no sonho de ter acesso à terra – já que esse era o discurso oficial. Porém, quando chegam a um determinado local em busca de seu sonho, a SUDECO e o INCRA, por exemplo, ofereceram apenas a submissão ao processo de exploração do capital. Nessa perspectiva, entendemos que a reforma agrária, nos moldes colocados, está dentro do contexto das migrações internas, o que nos leva a concluir que a política de reforma agrária e a política de migração estão atreladas no caminhar do processo da ampla política pró-capitalista.

Destarte, como destacado por Oliveira (2007), e tendo uma visão panorâmica sobre o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista, para entender essa etapa tem que se perceber que um de seus traços mais típicos é a presença de grandes complexos industriais se integrando à produção

³⁹ Desde o governo JK que tal discurso ganhou espaço no cenário político, e entre os principais divulgadores se tinha o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição ligado ao Ministério da Educação, defensora do projeto nacional-desenvolvimentista e que tinha uma relação orgânica com o presidente. Estes viam as “classes sociais arcaicas” – isto é, latifundiários, os setores ligados ao comércio exportador e a classe média tradicional – como enormes empecilhos à realização da plataforma de intensa industrialização. (Moreira, 2003, p. 162)

⁴⁰ Neste contexto, é importante salientarmos que não apenas o migrante, mas também aqueles grupos que já viviam no local (indígenas, posseiros, etc) eram indivíduos descapitalizados. Todos eles vão ser proletarizados, vão ser subsumidos no processo de avanço do capital monopolista.

agropecuária. E acrescenta que “esse processo contínuo de industrialização do campo traz em sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo”. (Idem, p. 08) Entendemos que esta esteira foi construída pelo projeto nacional-desenvolvimentista, o qual é fundamental para se entender a relação entre política de reforma agrária e política de colonização. É a partir desta relação que podemos compreender parte das transformações e redefinições na estrutura socioeconômica e política no campo, para assim, compreendermos, também, como o fenômeno migratório está intrínseco a esse movimento de transformação. Nesse sentido, uma das transformações está em torno do fato de que a etapa final do processo produtivo no campo não é mais controlada pelo agricultor, mas sim pelo processo tecnológico industrial. Essa alteração do controle no processo produtivo influenciou demasiadamente as migrações internas no país, sobretudo na região de jurisdição da SUDECO.

Conscientes disso, fica evidente que só podemos entender o campo brasileiro e sua ligação com o fenômeno migratório a partir da compreensão da lógica do desenvolvimento capitalista moderno, o qual se fez e se faz de forma desigual e contraditória. É importante que fique claro que o desenvolvimento capitalista e sua expansão no campo se fez de forma heterogênea e complexa.

Por fim, tendo como referência, mais uma vez, Moreira (2003), se analisarmos o processo histórico desde a Revolução de 1930 até os dias atuais, destacam-se três grandes momentos em que o Estado formulou políticas específicas de fomento à expansão da sociedade nacional: “a Marcha para Oeste, de Getúlio Vargas, a operação Brasília, de Kubitschek e, posteriormente, a colonização da Amazônia”. (Idem, 185) Tentamos analisar brevemente cada um destes momentos para atingirmos nosso objetivo nesse momento: fazer uma datação histórica até chegarmos à colonização da Amazônia, isto é, a intensificação do avanço do capital monopolista a partir da formação do complexo agroindustrial. Adiante tentaremos demonstrar como isto influenciou no fenômeno migratório sobre a parte da Amazônia que estava no território de jurisdição da SUDECO. As noções envolvendo o debate de reforma agrária, colonização e contrarreforma agrária estão atreladas ao processo e são fundamentais para ter uma visão panorâmica sobre o contexto que circunda nosso objeto.

3- Antecedentes, sua criação e os bastidores posteriores: o INCRA como ferramenta no processo de intensificação da colonização

Consideramos relevante para a intensificação e dinamização das migrações internas a atuação do INCRA – criado em 1970 – e entender o contexto anterior, seu surgimento e também os bastidores posteriores contribuem para a compreensão da totalidade do processo em análise. Começaremos pelo contexto anterior e mais adiante falaremos especificamente de sua criação. Nesse sentido, para entendermos a lógica de execução do INCRA e também dos órgãos e instrumento anteriores semelhantes a ele, primeiramente tentamos entender, no tópico anterior, o que significa política de reforma agrária no contexto capitalista e como na dimensão nacional tal política está atrelada à política de colonização, tornando, assim, em nosso ponto de vista, uma política de contrarreforma agrária.

A par disso, buscaremos demonstrar, inicialmente, a formação do contexto de luta pela reforma agrária, reforma que foi desconstruída diante do projeto nacional-desenvolvimentista e das ações dos governos militares após o Estatuto da Terra. Assim, entendemos que o contexto anterior e a criação do INCRA são esclarecedores para visualizarmos como a política de reforma agrária atrelada à política de colonização resultam em um amplo programa pró-capital monopolista, o qual tem como um de seus “tentáculos” uma política de contrarreforma agrária.

Quando se fala em luta pela reforma agrária, foi com as Ligas Camponesas, nas décadas de 1940 a 1960, que esta ganhou dimensão nacional, tornando-se, assim, o primeiro movimento social de luta pela terra, tendo como principal liderança o pernambucano Francisco Julião Arruda de Paula. (Oliveira, 2007, p. 106, 107) Com o golpe militar de 1964, o movimento foi desarticulado, instaurando a perseguição e “desaparecimento” das lideranças do movimento, dando início a um grande número de assassinatos no campo brasileiro. Sabemos que estas ações, além de fazerem parte da lógica de combate aos movimentos de esquerda, respondiam, ainda, ao projeto nacional-desenvolvimentista que estava em plena execução. Buscava-se, pois, um reforma

agrária de tipo capitalista, pois além de conter os movimentos sociais garantiu os interesses dos latifundiários e do complexo agroindustrial em instalação.

O governo de João Goulart, por meio das reformas de base, tinha como um de seus objetivos realizar a reforma agrária de forma mais transformadora, e não apenas como um paliativo para encobrir a grave situação do camponês brasileiro. Contudo, de modo algum podemos nos enganar como se o seu projeto fosse de uma reforma agrária radical. Oliveira (2007) nos referencia mais uma vez ao destacar a seguinte passagem no contexto das metas de Goulart: “fez questão de destacar que a reforma agrária não se caracterizaria na retaliação ou expropriação dos latifúndios. Na verdade, visava a atingir aqueles improdutivos e subutilizados. Jango não apoiava, portanto, uma reforma agrária radical.” (Idem, p. 114) Mesmo não sendo um projeto radical, mas que buscava uma reforma agrária mais transformadora, isso lhe trouxe vários “inimigos”. E entre eles, sabemos, estava o capital e seus representantes: latifundiários, industriais e o legislativo, sendo que este último deixava claro que não desejava a mudança agrária proposta por Goulart.

O resultado não poderia ser outro: golpe dos militares aliados aos setores mais conservadores da sociedade que, aproveitando-se do contexto anticomunista, utilizou-se da lógica de combate à esquerda para desmoralizar Goulart a partir de seu programa de reformas de base. Era a justificativa que eles precisavam para ter apoio popular para depor o então presidente e instaurar uma ditadura que durou 21 anos. Ditadura que, antes de tudo, ficou contra qualquer projeto de reforma agrária que realmente fosse transformador. Assim, o projeto de Goulart foi liquidado e implementado um projeto de contrarreforma agrária. A base estratégia para a execução desta contrarreforma agrária partiu da criação do Estatuto da Terra, o qual, como já destacamos, foi “uma farsa história”, uma vez que garantiu a manutenção dos interesses das tradicionais oligarquias rurais agora atrelados e subordinados aos grupos agroindustriais.

Com a criação do Estatuto da Terra, os militares, imediatamente, extinguíram a SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária) e criaram o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário)⁴¹.

⁴¹ É a partir da criação do Estatuto da Terra que surgem o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), para cuidar da reforma da estrutura fundiária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), voltado para o processo de colonização, os quais foram criados pela lei nº 4.504, sancionada pelo então Presidente Castelo Branco em 30 de novembro de 1964. Antes desses, sabe-se que existiu à antiga

Estes existiram de 1964 a 1970 – quando da criação do INCRA – e foram os órgãos promotores da fase inicial⁴² da contrarreforma agrária dos militares, sendo suas trajetórias marcadas pelo intenso processo de grilagens, corrupção e venda de terras para estrangeiros⁴³.

Com a criação do INCRA,

[...] estava sendo arquitetada outra parte do plano da geopolítica militar para a Amazônia. Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da “Operação Amazônia”, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito tempo em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização. Juntava-se assim a “fome com a vontade de comer”. (Idem, p. 122)

Nesse sentido, o Estado “fabricava o fabricante”; ou seja, além de levar o capital à fronteira amazônica, também, criou as condições para o seu desenvolvimento oferecendo mão de obra a este. Entendemos que, tendo o fenômeno migratório como norte, a SUDECO, INCRA e também o PIN (Programa de Integração Nacional)⁴⁴ foram órgãos fundamentais para tal execução no contexto da região Centro-Oeste, e suas atuações explicam, também, a relação entre política de reforma agrária e política de colonização. Neste ínterim, entram os programas especiais, os quais, ao modernizarem a

Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), criada em 1962, durante o governo João Goulart. O fato é que, em 9 de julho de 1970, o Decreto-lei nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir da fusão do IBRA com o INDA.

⁴² Consideramos como a fase inicial, pois, a partir da fusão destes foi criado o INCRA, o qual, em nosso ponto de vista, fundamentalmente através das migrações internas, vai não só dá continuidade como potencializar o projeto de contrarreforma agrária.

⁴³ Quando da análise sobre estes, Oliveira (2007) destaca que devido aos casos mencionados foi aberta uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar as denúncias. “O resultado da CPI, como se viu, foi a elaboração de um relatório – Relatório Velloso – e a comprovação do envolvimento de inúmeros brasileiros particulares e funcionários do IBRA e de cartórios públicos na grande falcatura da venda de terras a estrangeiros na Amazônia.” (Idem, p. 122)

⁴⁴ O PIN (Programa de Integração Nacional), criado em 1970, surgiu como um projeto do Governo Federal em perspectiva nacional, baseado na construção de estradas e na apropriação de uma faixa de 10 Km dos dois lados das rodovias federais na Amazônia e na instalação de programas de grande porte de colonização. No mesmo ano em que foi criado o PIN foi criado, também, o INCRA, que servindo como aliado do PIN naquele contexto de preocupação com a Integração e com a Segurança Nacional, tinha como tarefa implementar e administrar os projetos de colonização, lotear e distribuir as terras, construir estradas e toda infraestrutura necessária aos colonos. Assim, o PIN foi um dos principais responsáveis pela injeção de capital para que se tivesse o mínimo necessário de estradas para escoar a produção. Lembrando que todo este investimento e esforço do Estado em criar condições de deslocamento pelo território foram fundamentalmente para garantir o escoamento da produção das grandes empresas (burguesia nacional e internacional) e dos latifundiários da região, ou seja, mais uma forma de garantir e intensificar a exploração do grande capital sobre os trabalhadores urbanos e rurais.

agricultura, criaram as condições para a instalação do complexo agroindustrial e também para atrair migrantes para servir de força de trabalho para o capital já instalado.

Sendo assim, devemos compreender que a partir da criação do INCRA buscava-se a ocupação da fronteira Amazônica para atender à necessidade de mão de obra que o capital exige para sua ampliação. Era necessário fazer uma reforma agrária nos moldes capitalistas – o que consideramos uma contrarreforma agrária como foi colocada em prática ao longo do regime militar - na Amazônia, e tanto o INCRA como o PIN foram chaves para isso. Quando se volta ao Centro-Oeste, acrescenta-se a SUDECO.

No Nordeste, devido à grande concentração fundiária, não se realizou a reforma agrária, passando a ser a Amazônia o lugar para realizá-la. Para nos referenciar nesse debate e no que nos pomos a descrever, vale a pena destacarmos o seguinte excerto:

A região nordestina, com uma estrutura fundiária concentrada, era foco permanente de tensão social, mas os interesses em jogo e no poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então “fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia” ou, como preferia dizer o General Médici, “vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia.” PIN e INCRA foram as peças deste jogo. (Idem, p. 122)

Quanto ao PIN, tal programa colaborou no sentido de criação de rodovias, principalmente aquelas integrando o Nordeste à Amazônia, tornando-se, assim, rotas para a migração. Com estas rotas, altera-se o fluxo migratório, que deixa de ser predominantemente do Nordeste-Sudeste para a abertura de uma nova frente do Nordeste para o Centro-Norte. Este órgão também já previa a colonização em faixa de 10 Km ao longo das rodovias, o que só foi implementado pelo INCRA. Nesta relação das ações PIN e INCRA fica evidente a chamada contrarreforma agrária, visto que os projetos de colonização passaram a ser chamados de reforma agrária pelo Estado ditatorial. E como acrescenta Oliveira (2007), tendo por base Ianni (1979), “nascia assim, da estratégia geopolítica da ocupação/exploração da Amazônia a chamada ‘contrarreforma agrária do Estado autoritário’, pois passou-se a chamar de ‘reforma agrária’ os projetos de colonização implantados na Transamazônica pelo INCRA.” (Ianni, 1979 *apud* Oliveira, 2007, p. 123)

Fica claro, portanto, como o controle migratório serviu a esta reforma agrária em sua lógica capitalista, o que, estando de acordo com Oliveira (2007) e Ianni (1979),

entendemos como uma contrarreforma agrária, a qual foi um dos tentáculos do amplo programa pró-capital monopolista que estava em execução sobre o território.

Por fim, apenas como nota de esclarecimento dos fatos que marcaram os bastidores posteriores nesta lógica de atuação da política de reforma agrária, vale sublinhar que com o fim do regime militar, quando José Sarney assumiu o poder em 1985, foi elaborado o "Plano Nacional de Reforma Agrária" (PNRA), previsto no Estatuto da Terra. Criou-se, para isso, o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD).

Em 1987 o INCRA foi extinto, e dois anos depois, em 1989, extinto o MIRAD. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989 o Congresso Nacional recriou o INCRA, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas o órgão permaneceu semiparalisado por falta de verba e de apoio político. O órgão ficou vinculado diretamente à Presidência da República, com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o INCRA. Nos anos 2000, para ser exato no dia 14 de janeiro, o decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual o INCRA passou a ser vinculado⁴⁵.

O último ato que determinou a qual ministério o INCRA pertence – e que pelo menos até o dia de hoje continua sendo – foi o Decreto 8.780 publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de maio de 2016, em que o presidente da República em exercício, Michel Temer, transferiu não só o instituto em questão, mas também cinco secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para a responsabilidade da Casa Civil⁴⁶. A título de curiosidade, as secretarias transferidas foram: a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; a Secretaria de Reordenamento Agrário; a Secretaria de Agricultura Familiar; a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. Portanto, com o mencionado decreto, o INCRA deixa de estar

⁴⁵ Fundação Joaquim Nabuco. Reforma agrária no Brasil. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar../index.php?option=com_content&view=article&id=228&Itemid=1> Acesso em: 12 de março de 2020.

⁴⁶ Estadão. Temer transfere Incra e secretarias d desenvolvimento social e agrário para Casa Civil. 30 de maio de 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-transfere-incra-e-secretarias-do-desenvolvimento-social-e-agrario-para-casa-civil,10000054145>> Acesso em: 10 de março de 2020.

vinculado ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário e passa a ser vinculado à Casa Civil da Presidência da República, ficando transferidas a esse ministério as competências de reforma agrária; de promoção ao desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações.

Destarte, acreditamos e buscaremos demonstrar que o INCRA - no que tange ao nosso recorte temporal - cumpriu com o seu propósito, a partir de suas ações atreladas às ações de diversos outros órgãos, no sentido de transformar a política de reforma agrária em uma política de colonização, o que, como já salientamos, gerou uma política de contrarreforma agrária atendendo ao avanço do capital monopolista. Assim, fica claro que o principal resultado da política de reforma agrária, iniciada antes, e desenvolvida durante e depois do regime militar, foi reforçar o poder do latifúndio tradicional e desenvolver o latifúndio moderno, este último ligado às grandes empresas nacionais e multinacionais que são as representantes do capital monopolista. Projetos agrícolas, agroindustriais e agropecuários, financiados pelo governo, transformaram-se em enormes latifúndios, apoderando-se de terras de posseiros e nativos⁴⁷.

⁴⁷ Com referência especificamente a este grupo social, o abordaremos de forma aprofundada no quarto capítulo, quando analisaremos o caso dos nativos em Rondônia, para assim exemplificar como no contexto de nossa análise estes foram demasiadamente prejudicados pelo avanço das migrações internas, o que levou conseqüentemente ao avanço do latifúndio ligados aos donos do capital sobre as reservas indígenas.

CAPÍTULO 02- O AVANÇO DO CAPITAL: A INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO E DO PROGRAMA DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA SOBRE OS MIGRANTES

1- Contexto inicial: os programas especiais e as categorias de colonizações oficial e particular

De 1974 a 1985 intensificou-se a modernização agropecuária no Centro-Oeste brasileiro, tendo os programas especiais papel nefrágico neste processo. Diante desse contexto, houve a implantação de grandes projetos de colonização oficial e particular sobre o território regional, os quais deram volume e dinâmica às migrações internas, o que foi relevante para a execução do programa de contrarreforma agrária e, conseqüentemente, para estimular a extorsão sobre a mão de obra migrante. Como já mencionado, a política de colonização, atrelada à política de reforma agrária, garantiu a perpetuação dos interesses de grupos capitalizados, e os fatos que identificamos ligados ao nosso contexto temporal e territorial comprovam o que se afirma.

Antes de iniciarmos destacando os fatos que darão lastro a nossa argumentação, é de fundamental importância esclarecermos o que foram os programas especiais, qual o contexto em que foram criados e qual a importância de suas ações enquanto representativos para apresentar o fenômeno em questão. Posterior a isso, devemos, também, estabelecer a distinção entre colonização oficial e particular, pois somente assim pode-se ter um cenário menos turvo para se visualizar o que pretendemos demonstrar.

Em 1974 – ano que nos representa marco temporal para o início da intensificação das migrações internas na região em questão – o governo federal, visando à intensificação, à expansão e à modernização agropecuária na região citada, criou os citados programas especiais. Cada programa foi designado para atuar em uma microrregião, o que facilitará a tarefa de desenvolver e modernizar cada área do território regional. Importante salientar que foram criados vários programas especiais

para atuarem em várias regiões do país⁴⁸. Entretanto, os que ficaram sob responsabilidade da SUDECO e que, portanto, vão atuar no Centro-Oeste e que tinham interesse imediato para o encaminhamento de soluções a respeito do fenômeno migratório foram: Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) – dezembro de 1974 a 1977 -; Programa Especial do Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) – dezembro de 1974 a 1978 -; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) – janeiro de 1975 a 1984 -; Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (GEOECONÔMICA) – janeiro de 1975 a 1985 -; e o Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) – abril de 1976 a 1981.

A criação de todos estes programas especiais a cargo da SUDECO foi estimulada a partir da elaboração do 1º Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), em 1972. Aqui, devemos ter a percepção – a qual é fundamental para se entender a lógica em debate - de que o PLADESCO já fazia parte do processo de transição na forma de planejamento, ou seja, neste início da década de 1970, tínhamos a transição do planejamento regional para um planejamento integrado em âmbito nacional (os pólos de desenvolvimento). Ocorreu, portanto, em nível nacional o esvaziamento dos órgãos regionais e a ascensão dos programas de pólos. Neste ínterim, recorreremos a Maciel (2007), autora especialista no debate e que nos referencia na argumentação. Segundo Maciel, “no final dos anos de 1960, o planejamento regional veio a ceder lugar ao planejamento de pólos de desenvolvimento, definidos a partir da identificação dos potenciais de dadas microrregiões, eleitas para exploração, mediante um programa estratégico de âmbito nacional.” E conclui afirmando que, “desde então, as superintendências de desenvolvimento regional viram-se reduzidas à função de meros responsáveis pela adaptação e acompanhamento local dos programas nacionais.” (Idem, p. 06) A própria instituição reconheceu oficialmente este processo de mudança em suas ações:

O marco institucional do planejamento regional brasileiro é, sem dúvida alguma, representado pelas superintendências regionais de desenvolvimento. Estas superintendências estão atualmente afetadas

⁴⁸ Podemos mencionar, entre outros, os seguintes: Programa Especial para o Vale do São Francisco, Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Programa de Desenvolvimento Integrado do Litoral Sul de Santa Catarina, Programa de Áreas Irrigadas do Nordeste, Programa Especial de Apoio ao Nordeste do Paraná, Programa Solo do Noroeste do Paraná, Programa Especial do Norte Fluminense, Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins e o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas Gerais (C. Vainer e F. Araújo, 2002, p. 28).

por um processo de esvaziamento institucional, em razão da evidência patente de excessiva centralização do planejamento nacional. (SUDECO 28. *II plano de desenvolvimento econômico-social da região Centro-Oeste 1980-1990*. Estudos Científicos e Técnicos. Sem data, p. 04)

Contribuindo para o esclarecimento deste processo, Vainer e Araújo (2002) salientam que o Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Governo Federal em 1970, e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), instituído em 1972, foram “exemplos modelares” desse novo padrão de gestão territorial. Com isso, percebe-se que o planejamento regional, em moldes tradicionais, bem como suas agências, as superintendências de desenvolvimento, foram submetidas ao planejamento nacional.

No que se refere às diretrizes que vinham dos planos nacionais, é importante salientarmos que muitos dos programas especiais foram criados a partir do I PND. Contudo, suas ações e seus efeitos se deram quando da criação e atuação dos planos que deram continuação a esta lógica, isto é, tanto o II PND quanto o III PND. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979) teve sua inauguração no governo do general Ernesto Geisel, que manteve Reis Veloso à frente do planejamento. Já o III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985) – III PND -, vigorou durante o governo do general João Batista Figueiredo, o qual foi formulado sob uma conjuntura de desajustes da economia brasileira, que ficou conhecida como “crise energética” ou “segunda crise do petróleo”.

Com a estratégia em que o planejamento regional cede lugar ao planejamento de pólos de desenvolvimento o Estado central brasileiro pode alcançar objetivos tanto políticos quanto econômicos: o primeiro objetivo voltado a uma efetiva concentração do poder político em seu âmbito, e o segundo no sentido da concretização do seu projeto de plena integração econômica nacional:

Ao repelir o regional, o poder central também atravessava e destruía as fronteiras no interior das quais se reproduziam, encastelados, os núcleos de poder local/regional. E, desta forma, seguia o movimento do capital que, vindo do centro, jogava para o lixo da história os mercados regionais fechados. (Idem, p. 27)

Conscientes deste processo, devemos ressaltar, no que se refere, especificamente, ao Centro-Oeste, que os programas especiais – enquanto resultado do PLADESCO em articulação e integração com a SUDECO, o MINTER e a SEPLAN/PR

– marcaram uma nova fase na forma de planejar, o que trouxe consequências para a região. Assim, é na aceção desta nova fase e na práxis envolvida em torno dos programas especiais é que podemos entendê-los enquanto representativos para apresentarmos o fenômeno migratório e, conseqüentemente, o avanço da ampla política pró-capital monopolista.

A criação do programa de pólos de desenvolvimento e o contexto de suas ações durante sua existência reforçam o argumento de que o Estado Restrito – no caso do Centro-Oeste, através dos programas especiais e da SUDECO - vai organizar e financiar a centralização do capital, o que garantiu o avanço do capital monopolista. Em um depoimento de militar que fazia parte da tecnoestrutura estatal, verificamos como o próprio Estado delineou seu papel: segundo o general Meira Matos – em *Uma geopolítica pan-amazônica* (1980) -, o programa de pólos de desenvolvimento do regime militar inspirou-se na teoria do francês François Perroux, a qual afirmava que:

[...] o crescimento não surge em toda parte e ao mesmo tempo – manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou *pólos de crescimento*; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos variáveis no conjunto da economia. Quatro dinamismos dominantes impulsionam o processo desenvolvimentista: demográfico, da inovação, da dominação (direção) e dos grupos sociais (motivação e coesão). (Maciel, 2007, p. 116)

Estas palavras do general Meira Matos são a prova cabal de que o Estado militar reconheceu um desenvolvimento de forma desigual e combinada, e os programas de pólos de desenvolvimento mostram, na prática, como o Estado concretizou este desenvolvimento. Buscaremos através das ações destes programas demonstrar como, a partir da criação destes, intensificou-se a expansão e modernização agropecuária na região em foco. Para que isso ocorresse foi necessária a intensificação da ocupação humana e econômica nas áreas de boa qualidade, tendo como prioridade, para garantir a expansão, a implantação de infraestrutura básica como armazenagem, energia e transporte. Isto é, agora o Estado Restrito deveria “fabricar o fabricante” e o controle migratório foi ferramenta de fundamental importância para este objetivo. É nesse sentido que percebemos a importância das ações e a ligação dos programas especiais para nosso objeto de estudo.

A região Centro-Oeste atendia perfeitamente a esta nova lógica da agropecuária no contexto econômico nacional. A região aparece como abastecedora do mercado interno, além de elevar as taxas de exportação, o que, para isso, foi necessário a

utilização dos produtos industrializados, principalmente de São Paulo. Estava formada, então, a racionalização sobre a agropecuária do Centro-Oeste – não apenas na região - no que converge à efetuação de um desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, atender à chamada “integração nacional” e à centralização do capital como pretendia o setor monopolístico urbano-industrial.⁴⁹

Os principais beneficiados nesse contexto foram os grandes proprietários de terras - uma pequena parcela dos produtores rurais que tiveram acesso ao crédito subsidiado - e privilegiou culturas destinadas à exportação ou à substituição de importações que pesassem negativamente na balança comercial (o trigo, por exemplo). Formava-se o chamado *complexo agroindustrial*, que segundo Gonçalves Neto (1997), é definido da seguinte maneira:

[...] conjunto de empresas que produz insumos modernos, tratores, máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, medicamentos veterinários, etc.; ou presta serviços, situadas a montante do setor agropecuário; à própria unidade produtiva rural, agora calcada em novas relações de produção; e às empresas que compram, transformam e comercializam a produção agrícola, antes de estar agindo o consumidor, situadas à jusante do setor. (Idem, p. 225)

A composição e efetuação deste *complexo agroindustrial* foi e é, portanto, o componente primordial para a consecução do desenvolvimento desigual e combinado no Brasil. Um primeiro exemplo que demonstra como vai se intensificando o suporte infra-estrutural para que o Centro-Oeste atendesse a este complexo agroindustrial e, por conseguinte, a lógica monopolista, ocorreu através do PRODEPAN. Tal programa, inicialmente, buscou promover a melhoria do desempenho zootécnico do rebanho bovino do Pantanal, o que era a expressão econômica da região, e também concluiu as obras de melhoria dos portos de Ladário e Corumbá constituídos de armazém, equipamentos e plataformas para embarque de gado (SUDECO 01. *Relatório Sintético. Relatórios Anuais e Plurianuais*. 1977, p. 03). Na área do PRODEPAN, na bacia do Alto Paraguai, foram realizados estudos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em convênio com a SUDECO a partir do ano de 1976.

⁴⁹ Neste sentido é importante destacarmos que as políticas públicas que atingiram o setor agrário, a partir de 1930, vão atender ao setor urbano-industrial. Isso nos mostra que a agricultura se torna subordinada a este setor desde os anos 1930, o que levou a um crescimento paulatino do setor não-agrário na realidade nacional. [A década de 1970, no caso do Centro-Oeste, com a criação dos programas especiais representou um maior fortalecimento dos setores urbano-industriais sobre o setor agrário, o que nos fica claro com o conhecimento da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.] (Gonçalves Neto, 1997, p. 115. Grifos nossos).

Os outros programas foram sendo criados e, na medida em que iam atuando, suas ações contribuíram para o contexto em questão. Destacaremos, brevemente, o papel de cada um dos programas a cargo da SUDECO para o desenvolvimento do capital na região o que, por conseguinte, vai influenciar no fenômeno migratório.

O POLOCENTRO, desde sua criação, em 1975, deu início ao seu papel de estimular a utilização produtiva dos cerrados, através do crédito rural⁵⁰. Por meio do crédito orientado criou-se um sistema de assistência técnica, o qual tinha como base empresas especializadas do setor privado. Com isso, reduziu-se o risco da aplicação inadequada nos cerrados, pois com a assistência técnica rural tinha-se um acompanhamento em todas as fases dos trabalhos nas propriedades agrícolas, desde os estudos de pré-viabilidade até a avaliação e assistência técnica sistemáticas. Os órgãos de pesquisa, liderados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) reuniram os resultados de pesquisas sobre os cerrados, e com estas informações puderam garantir níveis de produtividade mais altos. Até então o grande obstáculo para a utilização agrícola das áreas do cerrado era a fertilidade do solo, o qual era impossibilitado ao emprego de sistema de manejo primitivo. Porém, com os diversos estudos e experiências, os órgão de pesquisas puderam demonstrar a possibilidade de aproveitamento de grande parte dessas áreas com o emprego de sistemas de manejo mais avançados, caracterizado pela aplicação de resultados de pesquisas e emprego de calcário e fertilizantes na manutenção e melhoramento das condições do solo, bem como da mecanização (SUDECO 17. *POLOCENTRO*. Planos e Orçamentos. 1975, p. 03).

Em 1976, o programa dos cerrados executou a criação de 707 Km de estradas rurais, 927 Km de linhas-tronco de eletrificação rural, aumentou a capacidade de armazenagem em 228 mil toneladas e, também, construiu quatro (4) centros de pesquisas dos cerrados (Planaltina, Sete Lagoas, Goiânia e Campo Grande). Em 1977, já havia atingido 1.292 Km de criação de estradas rurais, e implementado 681 Km de linhas de transmissão, para os quais foram destinados 357. 776 mil cruzeiros. Toda esta infraestrutura foi elevando o potencial existente nos cerrados, possibilitando o aumento da oferta e a substituição de importações, além de permitir ao país a exportação de

⁵⁰ Como coloca Fernando Homem de Mello (1985, p. 218), “o crescimento da área plantada tem sido, historicamente mais importante fonte de crescimento do nosso produto agrícola”. E a região Centro-Oeste foi umas das principais responsáveis pela incorporação de milhares de hectares de terra ao setor produtivo nacional, o que consequentemente aumentou a produção agrícola.

produtos primários, para as quais existia um grande potencial no mercado internacional (Idem, p. 09).

De 1980 adiante, percebe-se um aumento da produção com a irrigação, o que foi garantido através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a qual tinha como função dar assistência técnica aos produtores rurais, realizando visitas às fazendas para auxiliar os produtores de forma correta. (SUDECO 22. *Irrigação no Centro-Oeste*. Estudos Científicos e Técnicos. 1980, p. 02) Eram os técnicos do governo trabalhando para garantir o avanço da “modernização” do campo. Era o Estado Restrito criando as Condições Gerais de Produção (CGP) para garantir o avanço da ampla política pró-capital monopolista.

Com o GEOECONÔMICA – conhecido também como POLOBRASÍLIA - criado em 1975, buscava-se proporcionar a Brasília condições para o exercício efetivo de sua função de integração nacional e para a consolidação de sua escala regional. Diante disso, o programa atuou no sentido de trazer o desenvolvimento social e urbano para dar oportunidades, alternativas de emprego na região geoeconômica, pois com mais emprego nas cidades próximas a Brasília podia-se absorver os migrantes que vinham demandando a capital da República. Com esta medida podiam obter redução da taxa de expansão demográfica que tanto afetava o Distrito Federal (SUDECO 01. *Relatório Sintético*. Relatórios Anuais e Plurianuais. 1977, p. 07).

Esse programa, além de toda a infraestrutura urbana no sentido de criação de escolas, unidades sanitárias, hospitais, entre outros, foram criadas e melhoradas 570 Km de estradas. Entre estas cabe destacar a ligação entre Garapuava-Arinos (MG-181), Unai-Garapuava e Pires do Rio (BR-050). Na área de energia 470 Km de linhas de transmissão foram concluídos, além de subestações e linhas de distribuição. Era a eletrificação chegando aos pontos distantes do território. Ainda como parte do programa, o setor de desenvolvimento rural foi um dos que mais tiveram recursos incluindo pesquisa, assistência técnica, armazenagem e assentamento de colonos. Cerca de sessenta e quatro experimentos foram concluídos em diversos locais, construindo um armazém em Vianópolis para 6.000 t. e celebrados convênios de combate a Febre Aftosa, Brucelose, central de suinocultura, melhorias de sementes e assentamento de 70 famílias em Unai (Idem, p. 08). Vale colocar, também, a construção do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) – inaugurado em novembro 1976 - que no ano de

1977 já possuía uma dezena de indústrias de razoável porte em funcionamento, o que consolidou-se como base física de apoio ao setor secundário da GEOECONÔMICA (Idem, p. 09). Entretanto, deve-se salientar que este distrito vai ser abandonado por um determinado tempo, pelo fato de o Governo Federal ter cortado os incentivos fiscais, o que desestimulou as empresas em se instalarem no distrito agroindustrial da cidade de Anápolis (SUDECO 27. *Uma proposta para a retomada do processo de ocupação do Distrito Agroindustrial de Anápolis e da efetiva industrialização na região Geoeconômica de Brasília*. Projetos Industriais/agroindustriais. 1978, p. 04).

O POLAMAZÔNIA tinha como objetivo global promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais de 15 áreas na Amazônia legal. E como já destacado, na Amazônia Legal havia a sobreposição entre a SUDECO e a SUDAM, sendo uma área com territórios de jurisdição das duas superintendências. Destas 15 áreas, cinco ficaram a cargo da SUDECO, envolvendo o território federal de Rondônia e os estados de Mato Grosso e Goiás. Estas cinco áreas programadas eram o Pólo Rondônia (no então território federal de Rondônia); o Pólo Aripuanã, Juruena e Xingu-Araguaia (em Mato Grosso); e o Pólo Araguaia-Tocantins (o único no estado de Goiás) (SUDECO 01. *Relatório Sintético*. Relatórios Anuais e Plurianuais. 1977, p. 07).

Em 1977, iniciaram as principais obras visando à modernização agropecuária nestas áreas, atingindo estas o montante de 466 milhões de cruzeiros neste ano, destinado à criação de infraestrutura em geral. Seguem-se as principais obras em cada um dos cinco pólos: no Pólo Rondônia foram criadas sete usinas termoeletricas (17.500 KWa no total), uma usina de leite em Porto Velho e um matadouro. Quanto a armazenamento, duas unidades instaladas no núcleo Guajará-Mirim elevaram a capacidade instalada em mais de 9.000 t. Estas iniciativas, mais a construção de cinco armazéns e a implantação de 50 ha de campos de produção de sementes de cacau, assim como a construção da usina de beneficiamento de cacau (a qual dá início ao processo de industrialização do fruto) no município de Porto Velho, onde foi criado o Projeto Integrado Ouro Preto, completam a ação do programa nas áreas de produção e comercialização de produtos primários. No setor de transportes, além da conclusão de 100 Km de estradas vicinais, atingiu-se a implantação de cerca de 200 Km de estradas rurais, todas visando à integração com a rodovia tronco, BR-364 (Idem, p. 05, 06).

Nos três pólos de Mato Grosso – Aripuanã, Juruena e Xingu-Araguaia – a ênfase maior foi no setor de transportes onde foram construídas cerca de 430 Km de estradas vicinais e 270 Km de estradas rurais, que tinham como função, na produção da região, o escoamento de produtos primários. No que diz respeito ao pólo Araguaia-Tocantins em Goiás, este efetuou a construção de dois armazéns de 3.000 t cada, e cerca de 300 Km de estradas rurais vinculadas ao eixo da Belém-Brasília (Idem, p. 06).

Dentre as cinco áreas citadas, a que mais se destacou foi o Pólo Rondônia, pois este já havia incorporado até o ano de 1978 aproximadamente 453.810 ha à área agrícola e 3.672.000 ha à bovinocultura. A partir destes dados pode-se afirmar que, com relação à expansão de áreas agropecuárias estipuladas no II PND para o Centro-Oeste estas foram superadas (SUDECO 28. *II plano de desenvolvimento econômico-social da região Centro-Oeste 1980-1990*. Estudos Científicos e Técnicos. Sem data, p. 25,26)

O PRODEGRAN, o qual abrangia 28 municípios de Mato Grosso do Sul, tinha como principal objetivo o trabalho agrícola em solos de média e boa qualidade, e em 1978 já tinha incorporado 450 mil ha de solos ao processo produtivo regional, o que contou com o apoio da infraestrutura criada no setor de transportes e energia. Neste último, já havia sido criado 145 Km de linhas de transmissão, 4.500 postes de rede de distribuição e 19.000 KVa em subestações (SUDECO 01. *Relatório Sintético*. Relatórios Anuais e Plurianuais. 1977, p. 08-11). Com relação, especificamente, a um produto no setor agrícola, devemos destacar o milho como produto de grande expressão na economia agrícola regional no ano de 1977, apresentando um alto desempenho com expansão de 20 % no ano (SUDECO 03. *Comportamento global da economia regional*. Estudos Científicos e Técnicos. 1978, p. 12).

As ações, em conjunto de todos os programas especiais destacados, foram relevantes para a inserção do Centro-Oeste à nova dinâmica econômica imposta pelo capital monopolista: dados que nos mostram a taxa média de crescimento, na primeira metade da década de 1970, para o Brasil foi de 3,18, enquanto que a taxa para o Centro-Oeste foi de 8,17, representando a maior taxa se comparado a todas as outras regiões do território nacional. Deve-se, também, registrar que a segunda metade da década de 1970 foi marcada por uma acentuada queda da taxa de crescimento para o país (de 3,67% para 2,23%); entretanto a menor queda, neste período, ocorreu na região Centro-Oeste (de 6,81% para 6,43%) (Mello, 1985, p. 219).

Dessa maneira, estes representaram uma importante ferramenta da ação governamental que levou ao investimento em infraestrutura e, dessa forma, à aceleração do processo de ocupação econômica de modo racional. Aos poucos, o governo foi intensificando sua atuação no sentido de trazer o “desenvolvimento” para a região considerada “intocada” (sob o ponto de vista do capital monopolista) do território nacional. Intensificava-se, também, aquele velho discurso de que a dita modernização econômica traria o “desenvolvimento regional”, como fica claro em um trecho documental no que toca à análise institucional ao comportamento global da economia regional:

Estes programas representaram um instrumento da ação governamental que permitiu a aplicação de recursos em áreas carentes de infraestrutura e de modo geral acelerou o processo de ocupação econômica de modo racional. Contribuíram, também, efetivamente para aumentar a área agrícola, aumentar a produção, propiciar a melhoria de produtividade, criar estrutura urbana (o que foi de forma mais tímida), aumentar a renda regional, e na implementação de pesquisa e assistência técnica. (SUDECO 03. *Comportamento global da economia regional*. Estudos Científicos e Técnicos. 1978, p. 08)

Todavia, sabemos que por trás deste discurso se tem é a maior exploração dos recursos naturais e a espoliação sobre a mão de obra de grupos sociais descapitalizados, isto é, os de fato beneficiados vão ser aqueles grupos ligados ao tripé tradicional sustentadores do capital monopolista; o capital estatal, o capital nacional (seja a grande burguesia nacional ou a pequena burguesia tradicional ligada ao latifúndio) e o capital externo (o qual tem à frente os gestores); enquanto que a classe trabalhadora regional continuou servindo de instrumento de superexploração, exército de reserva, de garantia de mais-valia para os donos dos meios de produção e para aqueles ligados a eles (os gestores). As migrações internas vão servir a esta demanda por mão de obra que o capital monopolista vai exigir. Era a “modernização conservadora”⁵¹ sendo executada, a

⁵¹ A origem do termo “modernização conservadora” vem dos escritos do sociólogo estadunidense Barrington Moore Junior para retratar o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes. Os primeiros a utilizarem o termo, da intelectualidade brasileira, utilizaram-na no sentido de mostrar que houve a penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional. (Ver melhor em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4207148/mod_resource/content/1/516_05_semin%C3%A1rio_P IRES_o%20termo%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20conservadora.pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2020. Em nosso contexto, entendemos, pois, que a modernização conservadora foi aquela que garantiu a modernização dos meios de produção e o crescimento da produção, levando, ao mesmo tempo, a concentração fundiária e de capital, isto é, ao alastramento e intensificação da desigualdade social.

qual levou a concentração de renda e, conseqüentemente, ao crescimento das desigualdades sociais.

Quando se fala em modernização conservadora estamos entrando em um “terreno” que apresenta um debate mais amplo, ou seja, o entendimento do discurso de “modernidade” no contexto de avanço do capitalismo mundializado. Consideramos plausível fazer uma pequena explanação sobre seu sentido neste momento, pois seu contexto colabora para o entendimento do todo que envolve nosso objeto de análise. Nessa busca, faremos alusão a um texto apresentado⁵² e publicado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003).

Como já citado, é evidente que a dita modernidade – que tem como uma de suas vertentes a modernização econômica -, tão presente no discurso, não traz na prática os ditos benefícios para a grande parte da população. Pelo contrário, para a maioria - como analisado no texto que nos referencia -, a modernidade no caminhar histórico do capitalismo gera a barbárie. Segundo o autor:

[...] a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa à economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres da cidade e do campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros. (Idem, p. 114)

Percebe-se, assim, que no campo brasileiro temos duas realidades distintas: de um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade; de outro, está o campo em conflito, em que há a luta de parte dos trabalhadores do campo e de parte dos excluídos da cidade, para “entrarem na terra”, para se transformarem em camponeses. O lado do agronegócio, enquanto representante das elites - oligárquicas tradicionais e os setores industriais -, recorre à violência e à barbárie como via de manutenção de seu patrimônio, expresso na propriedade privada capitalista da terra.

Tal contexto deixa claro como a questão agrária escancara a luta de classes, demonstrando como o capitalismo no Brasil produz e reproduz a violência e a barbárie sobre os descapitalizados. Deixa claro, ainda, como destacado por Oliveira (2003), o lugar do Brasil no capitalismo mundializado:

⁵² A primeira versão deste texto foi apresentada para discussão em reunião da CPT Nacional – Goiânia-GO, 22/10/2003. A segunda versão ampliada, foi apresentada no XII Encontro Nacional do MST – São Miguel do Iguaçu-PR, 19 a 24 de janeiro de 2004.

A inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. [...] A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a esta lógica mundial. O agronegócio e suas *comodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial. (Idem, p. 120)

Nesse sentido, o agronegócio pode ser percebido como sinônimo de produção para o mundo, visto que com a adoção da modernidade, no campo a agricultura, tornou-se um negócio extremamente rentável regulado pelo mercado mundial. Isto é, a modernização do campo demonstra o neoliberalismo em formação e expansão. Avaliar a atuação de órgãos como a SUDECO e o INCRA colabora para a percepção do entendimento desta mundialização do capitalismo a partir do controle da produção sobre a economia regional.

Tendo o entendimento da lógica do discurso da modernidade e sua ligação com nosso objeto, devemos, agora, voltar para a compreensão das categorias de colonização oficial e particular, as quais, em seu conjunto, são consideradas formas de colonização dirigida. É relevante destacá-las para se entender melhor quais migrantes vão predominar em cada estado ou microrregião, porque predominam os grupos capitalizados ou descapitalizados e quais seus papéis no avanço do programa de contrarreforma agrária e na intensificação da espoliação da mão de obra migrante, fatos os quais que fazem parte da lógica da ampla política pró-capitalista.

Preliminarmente, devemos destacar que o INCRA participou tanto da colonização oficial quanto da particular. Todavia, coube a este órgão a responsabilidade maior sobre a colonização oficial, a qual se resumia em assentamentos (agro-vilas) de pessoas com baixa renda (ou seja, grupos despossuídos e marginalizados). Quanto à colonização particular, este órgão apenas atuava no sentido de orientar seus fluxos. Para melhor entendê-la vale sublinhar o seguinte excerto:

A colonização particular/privada “é aquela realizada por empresas particulares de colonização, devidamente registrada no INCRA, em terras particulares ou públicas, submetendo à aprovação deste instituto os seus projetos de colonização para cada área. A clientela potencial dos Projetos de Colonização Particular é a do tipo empresarial, constituída por agricultores de média renda, com tecnologia mais avançada e possuidores de crédito bancário” (SUDECO 41. *Processo de ocupação em Rondônia*. Migrações/Colonização. Sem data, p. 26).

Fica claro que na colonização particular predominaram grupos capitalizados e que se distanciam quantitativamente da colonização oficial, dado que essa sim vai ocorrer com grandes volumes humanos. É válido destacarmos uma tipificação quanto às formas de migrações que podem ocorrer, pois é partindo dela que se pode entender melhor as categorias de colonização oficial e particular. Podemos considerar três tipos/formas de migrações: a individual, a de grupo e a maciça. A migração individual é aquela que ocorre de forma espontânea (colonização espontânea), a de grupo é promovida por empresas privadas (colonização particular) e a migração maciça (em massa) que é dirigida diretamente pelo governo (o que se encaixa na colonização oficial). Lembrando que as duas últimas são consideradas formas de colonização dirigida.

As que nos interessa neste momento, no entanto, é a colonização oficial e a particular, visto que foram elas que serviram de instrumentos do Estado Restrito para potencializar a política de contrarreforma agrária. Contudo, devemos destacar brevemente a colonização espontânea, já que a sua intensificação levou a reação do Estado para a realização das outras duas formas de colonização, ou seja, entendemos a colonização oficial e particular enquanto medidas para frear a colonização espontânea.

Visando à clarificação do cenário posto, recorreremos a Octavio Ianni com a sua obra “Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia”, a qual nos referencia neste sentido. O autor considera a colonização espontânea como uma espécie de reforma agrária espontânea, que se intensificou e generalizou a partir de 1970 com o crescente afluxo de trabalhadores rurais para as terras indígenas e devolutas de regiões como norte de Goiás, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Pará, Amapá e Acre. (Ianni, 1979, p. 12) O excerto a seguir reverbera o entendimento do autor:

O que esta acontecendo, na prática, ao mesmo tempo que crescia extensivamente o capitalismo na região, era uma espécie de reforma agrária de fato, ou espontânea. Os trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados – camponeses e operários – estavam buscando terras virgens ou devolutas, para ali construir o seu lugar, a sua vida, a roça e a criação, a morada habitual e a cultura efetiva. Sitiantes, moradores, meeiros, parceiros, arrendatários, assalariados, corumbás, bóias-frias, paus de arara, peões – camponeses e operários do campo – estavam buscando soluções práticas, diretas, por seus próprios meios, para os seus problemas de trabalho e sobrevivência. Buscavam terra. (Idem, p. 15)

Tal processo significa que, na prática, as migrações de trabalhadores rurais para as regiões citadas configurava uma reforma agrária realizada por eles mesmos, sem a

interferência do governo com seus técnicos. Entretanto, com a construção de rodovias e com a criação de infraestrutura básica nestas regiões, a colonização espontânea passou a conviver, ao mesmo tempo, com a colonização particular e a oficial (ambas estimuladas pelo Estado Restrito). Segundo Ianni (1979, p. 126), tal estimulação a partir da colonização dirigida, vai servir como bloqueio à colonização espontânea, realizando a contrarreforma agrária. Como destacado pelo autor, e estando em concordância com este, a colonização dirigida se configura como uma contrarreforma agrária em dois sentidos: transforma a reforma agrária de fato, realizada pela colonização espontânea (pelas migrações de trabalhadores rurais do Nordeste, Sul e outras regiões para a Amazônia Legal) em uma limitada e controlada distribuição de terras, em umas poucas e reduzidas áreas da região. Segundo, o poder estatal induz, estimula, favorece e protege, econômica e politicamente, a apropriação de terras devolutas, tribais ou ocupadas pelo latifúndio, fazenda ou empresa.

Por fim, ainda segundo Ianni (1979), o tratamento marcado por ambiguidades dos governos militares com relação à questão agrária – que ele destaca fundamentalmente entre 1964-1978 – foi, na verdade, uma espécie de contrarreforma agrária. Concordamos com a colocação, apenas ampliamos este olhar e entendimento, pelo menos, até 1985, quando se finda nossa recorte temporal. Como acrescenta o autor:

Tudo o que se realizou, em termos de colonização dirigida – oficial e particular – e de criação e expansão da empresa privada de agropecuária e outras atividades, tem redundado numa ampla e intensa ocupação e apropriação de terra por grandes empresas e latifúndios, nacionais e estrangeiros. (p. 127)

Entendemos que esta contrarreforma agrária racionalizada pelo Estado Restrito vai atender tanto a burguesia agrária (indivíduos ligados as tradicionais oligarquias rurais), quanto à burguesia industrial, seja a nacional e/ou internacional. E nesta lógica, acrescentamos as ações dos gestores, grupo que consideramos de fundamental importância para ampliar as ações do capital em âmbito multinacional. Era a ampla política pró-capital monopolista a “pleno vapor”.

É oportuno salientar, também, o que diz respeito às migrações internas com as categorias de colonização dirigida, que o encarregado por toda movimentação populacional no país no período em análise foi o extinto Ministério do Interior

(MINTER)⁵³, uma vez que era a partir de suas diretrizes que ocorria a atuação do INCRA. Para auxiliá-lo quanto à tarefa de controlar as migrações internas, o governo federal criou diversos órgãos que vão dar suporte logístico ao MINTER, a saber: o SIMI (Serviço de Informações sobre Migrações), o SAMI (Serviço de Apoio as Migrações Internas), e os CETREMIS (Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes). Primeiramente foi criado o SIMI (em 1975) e depois o SAMI (1976), nos quais os CETREMIS, que eram os postos criados em cada região, que recebiam os migrantes, estavam ligados. A este último coube a vigilância, o controle e a fiscalização dos migrantes (SUDECO 91. *Sistema de Informação sobre Migrações Internas: manual SIMI*. Ministério do Interior. 1979. p. 13-17).

Tais órgãos fizeram vários estudos visando mapear o espaço brasileiro para assim perceberem quais áreas eram de maior potencial de atração de migrantes. Para isso, utilizaram três categorias para classificarem estas áreas: áreas de grande projeto; áreas de frente de expansão; áreas de grandes cidades e aglomerados urbanos. Na região Centro-Oeste, encontravam-se exemplos das três categorias.

Adiante, destacaremos casos quem envolvem as citadas categorias na região, classificando-as como sendo de colonização particular ou colonização oficial. Todavia, é significativo fazer uma análise da conjuntura política e econômica em que estão inseridas as migrações tendo por base as citadas categorias.

Diante da referência do histórico institucional que nos serve como aporte – da SUDECO – para entendermos nosso objeto nesse momento – as migrações internas – é válido ressaltarmos que neste contexto institucional os temas migração/colonização e reforma agrária estão interligados fazendo parte de uma mesma realidade, a qual se resume em atender aos interesses de Estado militar, responsável pela intensificação do avanço do capital monopolista sobre o território brasileiro. Neste íterim, é importante lembrarmos, também, que a ideologia presente na doutrina de segurança nacional – a

⁵³ Este Ministério foi criado pelo decreto lei número 200/1967, sendo-lhe atribuído o encargo de atuar na área de radicação de populações, ocupação de território e migrações internas. Órgão, o qual, em que todas as superintendências estavam vinculadas - além de se articular com os demais ministérios. Estes se integraram também com a SEPLAN/PR – Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Esta integração representou expressão máxima de planejamento integrado sob o ponto de vista setorial e institucional, marcando uma nova etapa no processo de desenvolvimento da região Centro-Oeste. SUDECO 92. *Análise do projeto de reestruturação do SIMI e sugestões para o aperfeiçoamento do sistema*. Ministério do Interior. 1977. p. 03)

qual já destacamos - é que vai nortear as políticas migratórias no período em análise, garantindo a concretização do programa de contrarreforma agrária e acentuando a exploração sobre a mão de obra de grupos descapitalizados. À vista disso, é imperioso destacarmos a relação entre a ótica da doutrina de segurança nacional com o “fenômeno” das migrações internas no território brasileiro sob a ótica de Maciel (2008). Segundo a autora,

[...] todo o movimento de população pelo território nacional tem sido determinado pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente, sendo que no início da década de 1970 as palavras de ordem do governo central do período eram “segurança e desenvolvimento”. O porquê deste período pode ser explicado pelo fato de ser neste início de década instituído o Programa Nacional de Apoio as Migrações Internas (vinculado ao Ministério do Interior), o qual tinha como “objetivos” (pelo menos na teoria) oferecer assistência ao migrante carente; atuar no sentido de orientar os fluxos migratórios para determinadas áreas do território nacional, as quais se encontravam parcamente habitadas e economicamente inexploradas, ou também, áreas onde iam-se implementar grandes empreendimentos governamentais (hidrelétricas, projetos de exploração mineral, rodovia Transamazônica, etc.); e, também, atuar em áreas de expulsão demográfica, no recrutamento, triagem e encaminhamento de trabalhadores para áreas carentes de mão de obra. (Idem, p. 05, 06, 07)

Um fato modelar que exemplifica a citada relação foi o combate às ligas camponesas no Nordeste que defendiam a reforma agrária. Para o Estado brasileiro, que já atendia aos interesses do capital monopolista, aquelas ligas eram uma ameaça e deveriam ser combatidas. De fato foram combatidas e uma das “armas” utilizadas foi o incentivo e controle de grandes contingentes humanos a partir de políticas migratórias.

Quando se destaca o Estado brasileiro, sabe-se que no período ora em análise – 1974-1985 - o país vivia sob a égide dos militares, os quais vão ser responsáveis diretamente pelo avanço do capital monopolista, e sendo o controle migratório ferramenta de grande valia para sua concretização. Sabemos, também, que entre os diversos legados deixados pela ditadura militar implantada em 1964⁵⁴, um dos principais foi a intensificação da concentração de renda, fato que teve como um de seus sustentáculos a expansão do latifúndio e da agroindústria e, conseqüentemente, o avanço do programa de contrarreforma agrária. A par das seguintes afirmações e

⁵⁴ Entre as diversas conseqüências da ditadura militar instalada no país em 1964 e que perdurou até 1985, podemos citar as seguintes: cassação de direitos, perseguições, tortura, fim da liberdade de imprensa, ausência de liberdade de expressão e pensamento e a barbárie da concentração de renda.

alusões, buscaremos demonstrar, a seguir, os fatos que as comprovam e reforçam nossa tese.

2- Cresce o volume de migrantes: a dinamização das migrações intensifica a exploração da mão de obra dos descapitalizados e potencializa o projeto de contrarreforma agrária

2.1 – Do contexto nacional ao regional

Para compreendermos melhor o quadro que envolve o fenômeno migratório no que tange à intensificação do volume de migrantes em trânsito no território brasileiro e, dessa maneira, para a região Centro-Oeste, devemos nos voltar para a questão da expulsão que determinadas regiões vão exercer sobre os migrantes e de como, a partir disso, a região em foco se torna um polo de atração. Desde já é significativo sublinhar que em nosso contexto de análise entendemos que o fenômeno migratório foi marcado pelo seu caráter coercitivo, visto que percebemos que este foi muito mais caracterizado por fatores de expulsão, levando-nos, conseqüentemente, a concluir que o controle migratório foi uma das várias formas de violência impostas pelo Estado em conluio com o capital sobre aqueles migrantes.

O cenário nacional nos ajuda a entender a questão da expulsão e da atração no Centro-Oeste e, nesse sentido, teremos como referência inicial um relatório produzido pelo MINTER em 1979 destacando os problemas existentes na política migratória. Segundo o relatório (SUDECO 23. Política de Migrações Internas – MINTER, 1979. p. 03), naquele ano, a população de base rural com renda baixa já chegava a 40 milhões no país, dentre os quais pode-se identificar: 8,5 milhões de trabalhadores assalariados temporários (os “bóias-fria”), 2,7 milhões de minifundistas, 550 mil parceiros e arrendatários, 550 mil posseiros, 1,3 milhões de trabalhadores permanentes, os quais com seus respectivos dependentes, chegam ao número total de 40 milhões.

A população total do país era de cerca de 120 milhões de pessoas, ou seja, 33,3 % da população total do país era formada pela população rural descapitalizada. Números expressivos para um país com dimensões continentais e com tanta terra improdutiva. A terra se tornou inacessível para a maioria da população, pois o Estado Restrito, atendendo à lógica do avanço do capital monopolista, tomou todas as ações necessárias para concentrar a terra nas mãos de poucos. Era a superconcentração fundiária se desenvolvendo no país, aos olhos das autoridades e órgãos que diziam estar lutando pela democratização do acesso à terra. É muito importante ressaltarmos, aqui, esse número elevado da população rural de baixa renda, visto que é uma prova relevante de como as políticas de migrações internas não atenderam os migrantes, mas sim uma minoria que já eram capitalizados.

Nessa conjuntura marcada pelo elevado censo demográfico da população rural de baixa renda – o que levou a um “excedente” de população em movimento pelo país - é fundamental destacarmos, também, os reflexos desse processo no meio urbano e como essa parcela da sociedade (a urbana), que em sua maioria são de baixa renda, é um dos resultados das migrações internas.

No final da década de 1970, nas áreas urbanas, a proporção de pessoas as quais se pode aplicar a rubrica “sub-remunerado” era – e até os dias atuais continua sendo, justamente pelo fato de o hoje ser resultado daquele processo que vinha caminhando a passos largos no contexto em análise – bastante alta. Segundo o documento citado (Idem, p. 04), estudos daquele período nas regiões metropolitanas, que se constituíam nos maiores polos de atração de migrantes - já que acolhiam 36% de todos os migrantes no país, o que equivalia a aproximadamente 14 milhões de pessoas – indicavam que mais de um terço da população economicamente ativa dessas localidades era sub-remunerada, isto é, viviam com o mínimo necessário à sobrevivência. Em outras áreas urbanas, a situação era igualmente precária, indicando que a migração rural-urbana maciça era inviável como solução para a pobreza rural. Vale aqui destacarmos que um dos principais motivos que levou a acentuação das migrações em direção às áreas urbanas, particularmente as grandes metrópoles, foi a concentração progressiva de investimentos públicos e privados nessas áreas.

A existência e crescimento deste “excedente” rural e urbano está na raiz da grande movimentação de população revelada pelos censos de 1979. Como já foi citado,

cerca de 40 milhões de pessoas, correspondendo à quase um terço da população total, podiam ser considerados migrantes, já que residiam num município distinto do de nascimento. As direções predominantes dos fluxos migratórios refletiam a distribuição desigual das atividades econômicas e, conseqüentemente, das oportunidades socioeconômicas, por regiões, setores e grupos sociais, assim como as mudanças ocorridas na estrutura e distribuição do sistema produtivo.

Qual seria, então, a solução? Se o Estado e, conseqüentemente, as políticas públicas adotassem práticas para com o processo das migrações internas que de fato se preocupassem com os menos privilegiados, com os grupos descapitalizados, com aqueles que bancam há muito tempo o sistema produtivo e financeiro especulador que exploram sua mão de obra, com certeza que, em um país com as dimensões territoriais como o nosso, todos - sem exceção - poderiam ter acesso à terra. Diante disso, teriam melhores condições para sobreviverem de forma digna em seu pedaço de terra ou mesmo que migrando para o meio urbano teriam renda suficiente para não se submeterem a condições de trabalho sub-humanas o que, conseqüentemente, gera o grave problema da má distribuição de renda, trazendo miséria social que a tempos assola o país.

Através dos números destacados no seguinte estudo (SUDECO 09. *Estudo SUDECO - Balanços migratórios dos estados do Centro-Oeste - 1970-1980* -. 1981), o qual corresponde aos principais fluxos inter-estaduais, constata-se, também, uma continuação dos fluxos nordestinos em direção à região Sudeste e Centro-Oeste, produto, em parte, de oportunidades socioeconômicas. Desde já é importante citar o fato que, diante da comparação entre o Sudeste e o Centro-Oeste, os números são muito mais elevados para a primeira região, contudo voltaremos, exclusivamente, para a região ora em análise. Só para o DF os números de migrantes do NO são os seguintes: 39.693 do Ceará; 38.517 do Piauí; 33.824 do Maranhão; 33.271 da Bahia; 10.988 do Rio Grande do Norte; 22.927 da Paraíba; 15.746 de Pernambuco; 1.428 de Alagoas; e por fim, 1.557 de Sergipe. Totalizando 197.951 migrantes nordestinos que já residiam no DF em 1980 (Idem, p. 16). No Mato Grosso do Sul contabilizou-se, neste mesmo ano, 13.224 (Idem, p. 19). Em Mato Grosso 13.952 (Idem, p. 22). Rondônia com 14.737 (Idem, p. 18). E em Goiás com 101.486 (Idem, 24). Havia, portanto, no seu total residindo no Centro-Oeste, 341.350 migrantes nordestinos.

Percebe-se, aqui, fazendo uma ligação entre as duas importantes superintendências que fizeram parte da lógica e da preocupação com o desenvolvimento regional, que as “falhas” – ou a forma de se trabalhar preocupando-se apenas com os grupos capitalizados – da SUDENE, fundada antes da SUDECO, já refletiam no processo das migrações internas no Centro-Oeste. A inexistência de políticas públicas voltadas para uma reforma agrária transformadora obrigou e “empurrou” uma enorme leva de contingente humano descapitalizado a migrarem para regiões onde acreditavam ter uma melhor oportunidade de qualidade de vida, pois grande parte daqueles fugiam da miséria no sertão nordestino. Nesse sentido, é fundamental, neste momento, relembrarmos a noção de fronteira em nossa abordagem, porque esta contribui para o entendimento do intenso movimento migratório que ocorria no território nacional e como o dínamo disso está ligado à lógica da busca por melhores condições de vida em uma “nova” terra, na fronteira.

Nomes como Foweraker e Posey⁵⁵ consideram que, na América Latina, a última grande fronteira é a Amazônia, em especial a Amazônia brasileira. Em concordância com estes, podemos considerar a área de jurisdição da SUDECO, em nosso recorte temporal, como parte desta última fronteira a ser explorada pelo capital. Fronteira marcada pela situação de conflito social, entre diversos grupos, capitalizados e descapitalizados. Contudo, interessa-nos neste momento os resultados dessa situação de conflito para os despossuídos, os subalternos, os desprovidos de capital.

A área de jurisdição da SUDECO, enquanto parte da Amazônia Legal e, portanto, como parte da última fronteira a ser explorada, tornou-se polo de atração de muitos grupos sociais. Já destacamos aqueles que vinham da região Nordeste, mas não existia apenas essa via de penetração, havia também outra grande via sentido Sul-Sudeste-Centro-Oeste.

Os dados demonstram um esvaziamento incipiente da região Sul, particularmente do estado do Paraná, em favor do Sudeste e do Centro-Oeste. Relativamente à região de jurisdição da SUDECO se tem, somente do Paraná, em 1980, 98.571 migrantes no Mato Grosso do Sul; 96.877 em Mato Grosso; e 95.406 em

⁵⁵ FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*, trad. Maria Júlia Goldwasser, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 11; POSEY, Darrel A. Time, space, and the interface of divergent cultures: the Kayapó indians of the Amazon face the culture. In: *Revista de Antropologia*, v. 25, São Paulo, Departamento de Ciências Sociais – FFLCH/USP, 1982, p. 89.

Rondônia (Idem, p. 25). Tinha-se, logo, no seu “total” 290.854 migrantes paranaenses na região em destaque. O fato de ser um “total” (entre aspas) reside no fato de os dados do documento não terem citado o caso de Goiás. Estes números que demonstram uma verdadeira diáspora do Sul para o Centro-Oeste são resultados das alterações ocorridas na estrutura da produção agrícola, decorrente de estímulos à exportação, no sentido da valorização da terra, da mecanização da lavoura e da diminuição da produção voltada para o mercado interno. Por fim, observa-se um aumento dos fluxos em direção ao Centro-Oeste e Norte, em resposta à expansão da fronteira agrícola e como consequência das alterações ocorridas na estrutura da produção agrícola nas regiões Sul e Sudeste. Era a busca incessante pela “nova” fronteira.

Nesse caso, fica evidente, mais uma vez, que a situação da já predominante concentração fundiária na região Sul levou levas de populações capitalizadas⁵⁶ e descapitalizadas a buscarem, concomitantemente, terras menos valorizadas e a sobrevivência no Centro-Oeste do país. Era a marcha para o oeste à brasileira na segunda metade do século XX. Entretanto, este cenário estendeu o problema, a curto e médio prazo, para a região tendo em vista a chegada desses migrantes sulistas, pois o Estado, assim como as regiões tidas como mais desenvolvidas/modernas, continuou com sua atuação de atender ao grande capital nacional e internacional, garantindo oportunidade de acesso à terra apenas a um grupo seleto de pessoas. Era a concentração fundiária se perpetuando juntamente com todos os outros problemas decorrentes do avanço do capital monopolista.

Fica-nos claro que, a partir dos dados mencionados nos diversos estudos promovidos dentro do Programa de Migrações Internas e que foram citados aqui a par de nossa análise, o migrante típico, nos diversos fluxos citados, é proveniente dos estratos mais carentes da população e impulsionado pela busca de melhores condições de emprego e renda. Pelo Censo de 1979, quase 60% dos migrantes urbanos com menos de cinco anos de residência no local de enumeração ganhavam em torno de um salário mínimo. Para os migrantes recém-chegados nas mesmas localidades urbanas e para aqueles que engrossavam outros tipos de fluxos, a proporção encontrada nos estratos de renda baixa era ainda maior. Nessas condições, a migração se constituiu,

⁵⁶ No tocante aos grupos capitalizados, destacaremos exemplos que envolvem especificamente essa categoria mais adiante, quando formos analisar a concentração fundiária na região ora em análise.

fundamentalmente, numa busca pela sobrevivência. (SUDECO 23. *Política de Migrações Internas – MINTER*. p. 7)

Entretanto seja, talvez, mais significativo ainda, o fato de que, com exceção dos migrantes recém-chegados, cuja situação de emprego e renda era sistematicamente inferior à do resto da população, as condições de vida destes não diferiam significativamente das que predominavam entre a maioria dos não migrantes que residiam tanto nos lugares de origem como nos de destino. Isso quer dizer que – como já mencionamos anteriormente – quando se fala em descapitalizados não é apenas o migrante, mas também o não migrante que já vivia no local, como, por exemplo, os posseiros originários (aqueles que receberam a posse de herança de seus familiares, os quais, posteriormente, muitos se tornam migrante), as comunidades indígenas e o proletariado no meio urbano. Percebe-se, então, que as situações de subemprego e baixa renda eram extensivas a vários grupos populacionais, sugerindo que grande parte dos não migrantes daquele “hoje” se tornassem migrantes em potencial posteriormente.

Nessa perspectiva, dada à preponderância dos fatores emprego e renda na motivação dos migrantes e a força determinante do remanejamento setorial e espacial das atividades econômicas sobre o deslocamento da população, o problema migratório se define em termos da própria disponibilidade e distribuição de oportunidades socioeconômicas satisfatórias. Assim, medidas mais eficazes deveriam ser embasadas em uma definição do problema que considerasse de forma integrada aos parâmetros da dimensão e do ritmo de crescimento populacional, da tendência histórica do processo de urbanização e da dimensão do subemprego e da pobreza em espaços urbanos e rurais.

Diante do que foi colocado, fica evidente que a solução que poderia colocar a cabo, de fato, o problema migratório teria que levar em consideração, principalmente, a situação da população de baixa renda de modo geral. Como salientamos, poderia, mas não foi colocada em prática tal consideração e muito menos houve uma busca para sanar as dificuldades daqueles migrantes/ou não, que viviam com baixa renda. Muito pelo contrário, ao invés de a atuação governamental, nessa área, ser estruturada de modo a beneficiar uma preocupação sistemática com a criação de oportunidades de sobrevivência em espaços diferenciados, foram efetivadas políticas que intensificaram a expansão do latifúndio e do complexo agroindustrial o que intensificou a exploração da mão de obra, seja migrante ou não migrante, a partir da formação de um exército de

reserva. No tópico a seguir analisaremos, especificamente, os casos e situações que envolvem o Centro-Oeste e que corroboram para comprovarmos o que afirmamos.

2.2 – O Centro-Oeste em foco: o migrante/camponês tornando-se proletário

Conscientes da importância da criação dos programas especiais para a intensificação do fenômeno migratório sobre o Centro-Oeste – criação a qual é o nosso marco temporal inicial - das categorias de colonização oficial e particular e, também, do caminhar do processo migratório no cenário nacional, nosso intento, a partir de agora, é demonstrar com fatos e reflexões, advindas da análise sobre as fontes históricas disponíveis, tudo aquilo que possa acrescentar na comprovação de nossa hipótese e, conseqüentemente, para o fortalecimento de nossa tese.

Visando a esse caminho, buscaremos descrever e analisar a chegada em grande volume de migrantes no Centro-Oeste, além de demonstrar como estes e, também, os descapitalizados originários da região, tornaram-se proletários no território em foco, servindo de exército de reserva ao capital já instalado nos grandes centros.

Muitos grupos de nativos e também de posseiros (camponeses) foram expulsos de suas terras para que fossem abertas grandes pastagens e, também, para a extração de minerais. Sem seu espaço de sobrevivência e de trabalho muitos migram para cidades mais próximas, meio no qual em que eles são proletarizados – tornando-os assalariados sazonais -, passando a viver em condições de superexploração e miséria nas favelas que vão surgindo.

Nesse sentido, Oliveira (2007), esclarece melhor esse cenário a partir da lógica da alienação imposta pelo capital através de suas ferramentas. Segundo o autor, as relações de produção são na essência relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. No caso das relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda propriedade, exceto de sua força de trabalho. Assim, o Direito no capitalismo, enquanto instrumento de preservação do *status quo*, contribui para transformar a desigualdade

econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade, pois somente pessoas jurídicas iguais podem assinar contrato de compra e venda da força de trabalho. Essa relação de compra e venda contém o ato implícito de que um trabalha (vende a força de trabalho) e o outro compra e paga, através do salário, essa força de trabalho. Para o capitalista, a compra dessa força de trabalho é a compra de uma mercadoria especial, pois é a única capaz de criar outras mercadorias. Assim, a relação que, de início, no plano jurídico era de igualdade, revela sua verdadeira face, tornando-se no plano econômico, uma relação de desigualdade: o capitalista ganha e o trabalhador perde. Através da alienação cria-se no imaginário do trabalhador que isso é uma troca justa e legítima, sendo esse raciocínio uma das funções da ideologia capitalista. (Idem, p. 36 e 37)

Os casos envolvendo a separação dos camponeses dos meios de produção são salutares para demonstrarmos a intensificação do processo de proletarização para atender à demanda por mão de obra que o capital industrial que estava se instalando exigia. No que se refere a este grupo, Martins (2009), reforça o entendimento do processo:

[...] milhares de camponeses teriam que ser expulsos de suas terras de trabalho, como de fato o foram, para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da subocupação e das favelas. (Idem, p. 75)

O cenário ora posto, no que se refere às migrações de grupos descapitalizados para o Centro-Oeste brasileiro, é exemplar para visualizarmos a formação destes e sua importância para o desenvolvimento do capital a partir do momento em que se tornam exército de reserva para os donos dos meios de produção instalados ou a ainda a se instalar, podendo, desse modo, garantir a extração da mais-valia da forma mais agressiva possível. A seguir buscaremos esmiuçar melhor este cenário.

Em um estudo feito a pedido do MINTER, destacando as diretrizes e objetivos para as ações na Política de Migrações Internas, o qual foi realizado com a colaboração do perito em migrações internas George Martine, do PNUD, fica-nos evidente, a partir de um olhar mais crítico sobre tal documento (SUDECO 05. *Diretrizes e objetivos para as ações na política de migrações internas*. Estudo do MINTER. p. 05 e 06), que poucas são as atividades e políticas no campo do desenvolvimento socioeconômico que não têm implicações nas áreas de migrações e distribuição da população, as quais

constituem causa e efeito das condições econômicas e sociais que se manifestam na estrutura político-administrativa da sociedade. Portanto, podemos considerar que as migrações internas constituem matéria de interesse e repercussão nacional.

No que toca a estas implicações, perceber as consequências da política das migrações internas nas condições sociais daqueles grupos descapitalizados e seus reflexos na organização socioeconômica, são pilares importantes para a compreensão do processo em estudo. Com relação, especificamente, a região Centro-Oeste, já destacamos que desde a criação dos programas especiais em 1974 avolumou-se um número de migrantes sobre tal território. Segundo dados (Idem, p. 07), a partir de 1974, intensificaram-se tanto as migrações inter-regionais (procedentes de outros estados da mesma região ou de outras) quanto as intra-regionais (pessoas naturais de outro município do mesmo estado). Quanto à caracterização dos fluxos inter-regionais mais importantes destaca-se o fluxo das regiões Nordeste, Sul e Sudeste para o Centro-Oeste, que são tanto de destino urbano (em especial para o Distrito Federal), como de destino rural, para as zonas de expansão das fronteiras agrícolas de Mato Grosso e Goiás.

Em outro documento referente ao fundo da SUDECO, identificamos um estudo abordando o panorama populacional na região Centro-Oeste a partir da evolução demográfica com as migrações internas. Tal estudo nos mostra que o crescimento populacional da região Centro-Oeste - a taxas médias anuais de 5.8% - a partir de 1970, colocou esta área como a que mais crescia no Brasil em termos populacionais. Para entender esta conjuntura, em termos estimativos, a região em destaque contava com 6,3 milhões de habitantes em 1975, o que já representava 6% do total da população brasileira. Nesse mesmo ano, os dados nos confidenciam que a intensidade deste fluxo migratório é evidenciada pelo fato de que cerca de 45% das populações de Goiás e Mato Grosso e 80% do Distrito Federal se constituíam de migrantes (SUDECO 07. *Panorama populacional na região centro-oeste: evolução demográfica e migrações internas*. Estudo do MINTER. p. 02). Esta informação – além de corroborar para a relevância dos programas especiais para o crescimento de migrantes sobre a região em foco - ratifica como as migrações internas foram determinantes para colocar o Centro-Oeste como uma das regiões que mais crescia em termos de população. Em outras palavras, o censo demográfico foi extremamente influenciado pelo fator migrações e isso trouxe mudanças e consequências políticas, econômicas e, claro, sociais.

É significativo nesse sentido salientarmos que enquanto a população do Centro-Oeste crescia, a das regiões Nordeste e Sudeste decresciam. Os censos com referência aos anos de 1955, 1965 e 1975 destacam essa informação: o Nordeste apresentou as taxas de 34,6, 31,8 e 30,2, respectivamente. O Sudeste as taxas de 43,5, 43,2 e 42,7. E o Centro-Oeste com as taxas de 3,3, 4,2 e 6,0 (Idem, p. 03). Lógica que pode ser explicada pelas seguintes condições: quanto ao Nordeste, isso demonstra o controle migratório por parte do Estado, buscando esvaziar as regiões com tensões sociais e levando essas levadas de pessoas para regiões com necessidade de mão de obra. Quanto ao Sudeste, demonstra como o capital já havia monopolizado as terras da região, e por isso muitos vão em busca de um pequeno pedaço de terra em regiões consideradas um “espaço vazio”⁵⁷.

O Centro-Oeste destacava-se, pois, como um polo alternativo de atração de migrantes de quase todas as regiões do país. Nesse sentido, é importante apontar, também, que no Centro-Oeste, ao contrário do que ocorreu em outras regiões do país, como Rio, São Paulo e demais áreas metropolitanas, o fluxo migratório orientou-se, inicialmente, de forma predominantemente para as áreas rurais. Cerca de 67% das correntes migratórias para Mato Grosso e mais da metade do fluxo para Goiás, foram de destino rural. A exceção foi o Distrito Federal, para o qual predominou o fluxo urbano (Idem, p. 5). No que tange ao caso do DF, detalharemos quando da análise sobre a gestão de René Pompeu de Pina estando à frente da SUDECO.

O crescimento demográfico do Centro-Oeste pode ser compreendido como consequência da incorporação dessa região ao sistema econômico nacional e internacional, cujo centro dinâmico, em nível nacional, era São Paulo. O que pode ser melhor compreendido a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. A relação entre crescimento demográfico e econômico decorre do fato de que os fluxos migratórios são motivados pela existência de ilusórias melhores oportunidades econômicas em outras áreas que não as de residência dos migrantes.

Os intensos deslocamentos internos de população indicam o grau de heterogeneidade que existia – e ainda existe - entre as diferentes regiões do país no

⁵⁷ “Espaços vazios” eram aqueles territórios intocados, diante do ponto de vista do capital, um lugar a ser povoado e explorado. Os migrantes tinham o papel fundamental de ocupá-los, papel este presente na ótica da doutrina de segurança nacional criada pela Escola Superior de Guerra – ESG.

processo econômico, induzindo, ao mesmo tempo, a conveniência de se considerar apropriadamente os processos de expulsão populacional. Como já mencionado anteriormente, fica evidente que as migrações são ocasionadas pela distribuição desigual das atividades econômicas, em regiões, setores e grupos sociais, e por mudanças ocorridas na estrutura e distribuição espacial da produção. No que se refere ao fator expulsão, voltando-se às causas determinantes da perda de população de certas áreas, interessa-nos, neste momento, as áreas de perda de população rural, as quais podem ser discriminadas em duas categorias: primeiro as áreas caracterizadas por um intenso processo de substituição de mão de obra por capital, via mecanização agrícola, sem, contudo, apresentarem redução no dinamismo de suas atividades; segundo, as áreas caracterizadas por intensa diminuição das atividades agrícolas frequentemente associadas à transformação de áreas de lavoura em áreas de pecuária.

Nesse sentido, percebemos no caso do Centro-Oeste como a região, a princípio, atraiu os migrantes para as áreas rurais, os quais diante da expulsão de áreas já monopolizadas pelo capital – como através dos exemplos que já descrevemos - vão em busca de seu pedaço de terra em áreas consideradas um “espaço vazio”, aquele lugar onde as terras ainda não tinham um alto valor, um lugar a ser explorado. Entretanto, ao mesmo tempo em que chegavam os migrantes, chegavam também os grupos capitalizados, os quais, aos poucos, foram monopolizando as terras e formando seus latifúndios⁵⁸.

Quanto aos grupos capitalizados que também chegavam à região, destacaremos e os analisaremos em tópico posterior. Entretanto, visando ao entendimento do todo, desde já é importante destacarmos as concepções de frente de expansão e de frente pioneira, as quais são muito caras para o entendimento da chegada tanto de grupos descapitalizados quanto dos capitalizados.

Martins (2009) faz uma intensa discussão em torno das concepções de frente de expansão e frente pioneira no Brasil. Segundo o autor, a frente de expansão é marcada pela ocupação do território, em que se tem o deslocamento de populações ricas e pobres

⁵⁸ Vale lembrar que além dos migrantes capitalizados chegavam, também, os grandes grupos/empresas nacionais e internacionais, que percebendo o potencial econômico da região se instalaram rapidamente com o apoio do Estado. Quanto a estes grupos os analisaremos posteriormente, mas desde já é importante frisar que a partir da chegada destes grupos e dos migrantes capitalizados, estes formaram seus latifúndios e executando o programa de contrarreforma agrária racionalizados pelo Estado.

em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas. É, portanto, um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, o da sua expansão territorial. Entretanto, na frente de expansão:

As relações sociais (e de produção) são predominantemente relações *não capitalistas* de produção mediadoras da reprodução *capitalista* do capital. Isso não faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. (Idem, p. 156)

A concepção de frente de expansão está mais ligada à ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, daqueles preocupados (fundamentalmente antropólogos) com o impacto da expansão branca sobre os nativos. Ou seja, esta se define pela situação de contato, a qual parte do pressuposto metodológico da totalidade, como é próprio da tradição dialética. Percebe-se, portanto, através desta concepção que, neste contexto, a expansão do capital não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista, já que ela é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que exploram índios ou camponeses. (Idem, p. 134 a 137)

Em outro momento, desse modo de expansão, tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas frentes pioneiras. Na frente pioneira,

O capital se torna proprietário de terra, recria no terreno os mecanismos de sua reprodução ampliada. Expande-se sobre o território, de que se apossa com *seu* território. Essa expansão territorial traz para a própria fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista do capital: o mercado de produtos e de força de trabalho e com ele as instituições que regulam o princípio da contratualidade das relações sociais, que é o que caracteriza a sociedade moderna. (Idem, p. 157)

Assim, a concepção de frente pioneira tem como referência não os nativos ou os camponeses, mas sim o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. Nela está intrínseca a ideia de que na fronteira se cria o novo, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, situação que induz a chamada “modernização”.

Dessarte, não podemos perder de vista, assim como chama a atenção José de Souza Martins, que ambas as frentes, na verdade, são faces de momentos distintos da mesma expansão, isto é, o que se tem imbricado neste processo com as ditas frentes é a acentuada dependência que o capital tem da mediação da renda da terra para assegurar a sua reprodução ampliada, e é essa reprodução o seu fim. Com relação a essa expansão, o autor destaca que “por meio dela, recria mecanismos de acumulação primitiva, confisca terras e territórios, justamente por esse meio atingindo violentamente as populações indígenas e, também, as camponesas”. (Idem, p. 26) Assim, não podemos entender a fronteira como tendo um lado só – o econômico - mas dois lados. Assim como também temos que nos ater ao fato de que ambas as frentes, de expansão e pioneira, caminham juntas e não como etapas. A diferença reside no fato de que a frente pioneira se define essencialmente pela presença do capital na produção, o mesmo não ocorrendo na frente de expansão, pois esta está mais próxima da economia mercantil simples, ou da economia de subsistência. São desta maneira, “a junção e confronto de duas concepções, como momentos históricos distintos e combinados⁵⁹ de diferentes modalidades da expansão territorial do capital”. (Idem, p. 170)

Tendo como referência o caminho percorrido por Martins (2009), no qual ele rompe com a ideia estruturalista de que primeiro vai uma frente e depois a outra, entendemos que o avanço do capital sobre a fronteira têm grupos capitalizados e descapitalizados migrando juntos: de um lado, na frente de expansão, com o pequeno e grande proprietários e, do outro, depois o capital monopolista (empresários, indústrias, etc.), representando a frente pioneira, assume o controle da fronteira. É no encontro destas frentes que surgem as agências de fomento que vão ser fiadoras do avanço do capital monopolista sobre o território regional. Entre elas tem-se, a SUDECO como diretriz. O autor, em destaque, deixa claro essa questão quando cita as políticas de colonização que foram feitas pelo regime militar, e é aqui que entra nosso objeto em tal contexto, uma vez que a SUDECO, através de incentivos fiscais, influenciou no fenômeno migratório e, conseqüentemente, tanto no movimento da frente de expansão como no da frente pioneira.

⁵⁹ Com o intuito de somar no entendimento de tal reflexão, o excerto a seguir contribui para o debate: “Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do ‘cálculo capitalista’ do agente econômico privilegiado.” (FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 65).

Ter a consciência destas concepções é fundamental para compreendermos o fluxo migratório heterogêneo que chegava à área de atuação da SUDECO. Os capitalizados, como já dito, focaremos mais adiante. Portanto, continuaremos a entender esse processo a partir da proletarianização dos camponeses descapitalizados no meio urbano.

Aqueles grupos descapitalizados que haviam chegado à região, a partir do momento que se viram sem oportunidade de ter acesso à terra, sem possibilidade de desenvolver sua gleba quando a tinha, ou quando a perdeu desde a imposição do capital – imposição que ocorreu de diversas formas, seja através da grilagem⁶⁰, da compra ou da violência – passaram a migrar para as áreas urbanas. Isto é, a lógica que conseguimos identificar nas migrações internas, envolvendo os migrantes descapitalizados no Centro-Oeste, a contar do período ora em análise, foi a seguinte: a partir da expulsão de outras áreas, com os programas especiais e com aquela ideia de “espaços vazios”, muitos se deslocam com suas famílias para a região e, logo depois que chegam, fazem outro processo migratório, agora do campo para as cidades (êxodo rural).

A passagem a seguir expressa bem a racionalização do Estado em utilizar os programas especiais como instrumento fundamental para induzir as levas de migrantes que estavam chegando ao campo para se deslocarem para o meio urbano:

Induzir, através de estímulos aos programas especiais, a criação de polos urbanos de compensação, com atividades econômicas combinadas (agroindustriais, agro comerciais, etc.), dentro de uma estratégia geral de interiorização. Em princípio, essa recomendação está relacionada com o esforço socioeconômico dos polos secundários dos grandes centros urbanos. (SUDECO 08. *Programa de trabalho sobre migrações internas*. Ministério do Interior. 1975. p. 35)

Visando evitar conflitos no campo – visto que com a monopolização da terra exercida pelos grupos capitalizados os grupos subalternos que chegavam em grandes levas não tinham acesso a ela - o Estado, representado pelo MINTER e com o apoio direto do INCRA, utilizou-se dos programas especiais para ter controle sobre estes, ou seja, induzi-los a partirem para uma “segunda diáspora” migratória. Com relação a essa

⁶⁰ Com relação ao grileiro, “trata-se de um agente cujo expediente para obter extensões de terra é a falsificação de títulos de propriedade e documentos de toda ordem. As origens populares da palavra elucidativas. O ‘grilo’, ou ‘grilagem’ das terras, corresponde ao método adotado para falsificação: buscam-se folhas de papel timbrado, imitam-se escritas, e os documentos são amarelecidos propositalmente, guardados em gavetas/compartimentos repletos de grilos que lhes dão o ar de antigos” (Becker, 1991, p. 31).

“segunda diáspora” migratória, demonstraremos com dados o que estamos afirmando. Segundo tabela referente aos censos de 1960, 1970 e 1980 (SUDECO 07. *Panorama populacional na região centro-oeste: evolução demográfica e migrações internas*. Estudo do MINTER. 1977. p. 06), os números destacam como a população urbana, aos poucos, foi crescendo e a rural decrescendo: em 1960 a população urbana no Centro-Oeste representava 25%, enquanto a rural 75%; em 1970, a urbana passou a representar 30% e a rural 70%; e, por fim, em 1980, a urbana já representava 48% e a rural 52%. Outro documento (SUDECO 08. *Programa de trabalho sobre migrações internas*. Ministério do Interior. p. 05) destaca as taxas de crescimento das populações urbana e rural de 5,1% e 0,7% respectivamente, entre os anos 1975 a 1980.

Fica evidente como no ano de 1980, fundamentalmente entre os anos 1975-1980, a região já apresentava uma urbanização com taxas bastante altas, o que nos serve de exemplo para provar como os migrantes que chegavam, por não terem oportunidade de acesso à terra, vão para o meio urbano gerando diversos problemas sociais. Era o “bate-volta” dos migrantes, já que ao chegarem a uma região que não lhes ofereciam estrutura para se estabelecerem no meio rural, estes voltam para seu lugar de origem ou vão para as áreas urbanas da própria região.

Todos estes dados são importantes para averiguarmos o inchaço urbano causado pelos migrantes que não encontraram suporte do Estado para obterem e/ou desenvolverem seu pequeno pedaço de terra. Diante disso, como já mencionamos, vão para o meio urbano o que vão ocasionar vários problemas sociais. Entre os diversos problemas, podemos citar os que foram relatados no próprio estudo elaborado a mando do MINTER:

Desemprego, desajustamento das massas de migrantes e novas maneiras de vida, necessidades de infraestrutura básica de educação e de treinamento tecnológicos, constituem algumas das preocupações que crescentemente vem requerendo pesquisas e estudos interdisciplinares necessários ao planejamento das atividades de desenvolvimento do país e de suas regiões. (Idem, p. 06)

Outro excerto, do mesmo documento, é importante para esmiuçar a questão em debate:

Refletindo o processo migratório a própria redistribuição de fatores produtivos, é de se supor a existência de desequilíbrios entre sua oferta e demanda nas áreas de origem e de recepção, tanto em função

do volume, como de capacitação requerida pelas respectivas estruturas produtivas. Tais desequilíbrios se refletem na expulsão do migrante do lugar de origem e na total ou parcial marginalização desses contingentes nas áreas de recepção. (Idem, p. 16)

Os problemas, resultantes do processo de marginalização - exemplo de como o Estado vai influenciar tanto na expulsão como na marginalização dos grupos descapitalizados - são aqueles mais visíveis na prática do dia a dia na vida destes migrantes, mas nos cabe aqui analisá-los a partir de uma visão panorâmica sobre o processo e crítica acerca da fonte documental: o desemprego, a falta de infraestrutura básica, seja no campo da saúde, da educação e da saúde pública, por exemplo. Isso são reflexos de uma política migratória que almejava justamente esta trajetória, ou seja, o capital monopolista (Estado Amplo), aliado ao Estado brasileiro (Estado Restrito), utilizou-se do processo migratório e de toda racionalidade criada sobre ele para garantir a perpetuação de uma estrutura fundiária marcada pelo latifúndio e para a formação de um exército de reserva, visando, assim, atender à agroindústria através da extração da mais-valia sobre aqueles descapitalizados e desempregados. Problemas que demonstram o caminhar da ampla política pró-capital monopolista por meio do projeto de reforma agrária (leia-se contrarreforma agrária).

Fica evidente que o fenômeno migratório responde ao processo político-econômico, e é justamente por isso que consideramos o INCRA e o MINTER, através de suas ações ou não ações, elementos fundamentais para o entendimento desse processo na região Centro-Oeste. No que concerne, especificamente, às ações do MINTER, visando aperfeiçoar os estudos sobre as migrações, tal ministério dividiu o Brasil em 361 microrregiões homogêneas. Em cada uma delas foram examinados os seguintes indicadores: uso potencial do solo, estrutura fundiária (posse e uso da terra), histórico e perfil das atividades primárias, de maneira a revelar a sua vitalidade e perspectiva, sensibilidade da economia a fatores climáticos e a predominância de culturas ou atividades industriais concentradas. (Idem, p. 33) Esses indicadores nos servem como exemplos para destacarmos a preocupação do Estado, representado pelo citado ministério, em atender à expansão do capital, pois tais estudos⁶¹, a partir da produção de conhecimento técnico, não favoreceram a fixação do homem desprovido de capital à

⁶¹ No sentido de relatar e esclarecer quanto aos custos destes estudos e pesquisas, apenas o estudo em destaque, os custos chegaram à cifra de 15 milhões de cruzeiros. (Idem, p. 39) Ou seja, um gasto extremamente elevado custeado com dinheiro público para garantir o aos grupos capitalizados sua monopolização sobre a terra.

terra, mas sim daqueles grupos detentores de poder econômico e político. Desse modo, a lógica da economia monopolística, elaborada através de ações políticas, vai trazer consequências sociais de grande impacto: impactos positivos para os grupos capitalizados e impactos extremamente danosos aos trabalhadores. Destacaremos a seguir alguns casos que exemplificam o cenário prejudicial que foi imposto aos migrantes.

O caso do trabalhador volante, aquele trabalhador rural que mora nas periferias das cidades e vilas - ou seja, aquele que realiza atividades sazonais - é exemplar no que concerne à intensificação da exploração sobre a mão de obra migrantes. Em 1975, no estado de Goiás, a proporção de pessoas economicamente ativas ocupadas na agricultura e residentes nas áreas urbanas era de 15 %. (Idem, p. 11) Estes contingentes eram (e são) forçados anualmente, na época da colheita, pelos trabalhadores (famílias inteiras ou trabalhadores solteiros) trazidos por intermediários que os empregam nas fazendas. Com certa frequência tais trabalhadores ficam endividados com os fazendeiros (latifundiários), que pagaram as suas despesas de viagem e as comissões dos intermediários. Esses trabalhadores são conhecidos como “boias-frias” nos cafezais do Paraná; “paus de arara” nas culturas de cana, café e frutas de São Paulo; e “clandestinos” em Pernambuco.

Primeiramente – e diante de uma dimensão mais técnica do que sistêmica - a primeira consequência grave que podemos identificar nessas relações de trabalho (através da intermediação) a que eram (e são) submetidos os volantes é o desamparo que eles enfrentaram (e ainda enfrentam) por não terem acesso aos benefícios da legislação trabalhista e previdenciária existente no país. Na realidade, não tendo estabelecido qualquer contrato de trabalho com os proprietários rurais, e sem dispor na maioria das vezes sequer de carteira profissional, o trabalhador volante não tinha condições para receber os benefícios que a legislação brasileira lhe faculta a esse respeito. Ademais, e percebendo sua gravidade em sua amplitude dentro do sistema, este por já não ter acesso a sua gleba de terra (não ter acesso ao seu meio de produção) é empurrado para as periferias das cidades, onde tem que submeter a esta relação de trabalho citada, ou mesmo que consiga um emprego com carteira assinada terá a mais-valia intensificada pelo patrão sobre sua mão de obra. Assim, a situação desse grupo social denominado de volante, que se avoluma diante da intensificação das migrações internas no Centro-Oeste e que teve – e tem – a superexploração sobre sua mão de obra como uma

constante, torna-se um dos exemplos relevantes para demonstrarmos como o programa de contrarreforma agrária vai de desenrolando sobre o território regional.

No estado do Mato Grosso averiguamos outro caso que nos elucida melhor esse cenário de marginalização dos migrantes. Em um ofício de solicitação de criação de CETREMIS, no ano de 1977, em Rondonópolis e Dourados (SUDECO 13, *Conselho deliberativo*. 1985. p. 03) fica clara - a partir da justificativa mencionada do porquê se criar CETREMIS naqueles dois municípios - a situação de abandono do Estado perante aqueles grupos sociais descapitalizados que haviam chegado à região.

Especificamente no caso do município de Dourados, tal justificativa se volta para o fato de haver a falta de infraestruturas básicas aos migrantes que ali chegavam, gerando a marginalização e proliferação de favelas na cidade. Exemplo clássico que leva ao inchaço urbano e, conseqüentemente, à formação do exército de reserva tão desejado pelos donos do capital. O trecho a seguir contribui o que estamos afirmando:

A cidade de Dourados, além de não possuir infraestruturas básicas, tem enfrentado maiores problemas na área de saneamento e abastecimento de água, além da marginalização e proliferação de favelas, fatores os quais que sua prefeitura tem procurado através de sua secretaria de saúde e de promoção social dar a assistência necessária a população carente formada pelos migrantes. (Idem, p. 04)

Nesse cenário descrito pelo documento oficial, cabe-nos questionar por onde andavam os gestores à frente do MINTER e do INCRA diante dessa situação dos migrantes? Por que não foi garantido um pequeno pedaço de terra àqueles despossuídos? O que foi feito para acabar com aquele ambiente de insalubridade a que estavam expostos? Pelo que aponta o próprio documento, na ausência absoluta dos representantes do MINTER e do INCRA, a saída encontrada pela prefeitura foi encaminhar aqueles migrantes para o município de Rondonópolis, no sentido de aproveitamento daquela mão de obra, já que tal município passava por uma situação privilegiada por ter rodovias asfaltadas tornando-o promissor no desenvolvimento da agricultura moderna e com a implantação de um polo industrial. (Idem, p. 05)

Outro documento referente ao fundo da SUDECO reforça nossa argumentação para descortinar o cenário em debate. Identificamos neste (SUDECO 26. *X Reunião Nacional do Programa de Migrações Internas*. 1984. p. 09 e 10) críticas feitas por

instituições, inclusive da própria SUDECO, aos programas SAMI⁶² e SIMI⁶³. Tais críticas ocorreram em 1984 na X Reunião Nacional do Programa de Migrações Internas, as quais relataram que a experiência dos programas SAMI/SIMI, por parte das prefeituras municipais em Mato Grosso estava se mostrando deficiente, em função da interferência dos prefeitos na aplicação dos recursos e na concessão de benefícios. Ainda nesse sentido, especificamente quanto ao SAMI, foi explanado que havia dois aspectos que prejudicavam as ações do subprograma: a reduzida disponibilidade financeira, que limitou drasticamente o atendimento (tanto quantitativo quanto qualitativo), e o enorme atraso no repasse de verba. Ao citar essas “interferências” dos prefeitos nas verbas destinadas à política migratória, fica clara sua denúncia de corrupção em nível local e a falta de fiscalização nesse sentido, o que nos confirma que, em muitos casos, tinha verba sim, mas a cultura da malandragem e a incompetência dos órgãos envolvidos naquele processo deixaram, mais uma vez, os menos favorecidos mais desfavorecidos ainda.

Isto é, diante destas críticas aos programas SAMI e SIMI a partir da atuação das prefeituras em MT e dos casos envolvendo especificamente os municípios de Rondonópolis e Dourados, fica evidente aqui o “calvário” dos migrantes: estes já haviam migrado de outras regiões⁶⁴ para o Mato Grosso, e de lá, por diversos motivos –

⁶² No documento citado, a fala de Francisco Magalhães, então subsecretário de desenvolvimento regional do MINTER, contribui para o que estamos afirmando. Nela, ele deixou claro que o SAMI vinha sofrendo críticas de ser um programa assistencialista de cunho paternalista, cujas soluções são paliativas. Não é possível imaginar, disse ele, “que o SAMI pudesse atender adequadamente à enorme massa de migrantes, que todos os anos se deslocam de uma área para a outra, dentro do país” (Idem, p. 4). Segundo o subsecretário, era preciso que o SAMI fosse mais ativo e abrangente, o que significa dizer que o programa deveria se articular mais com outros órgãos que tinham objetivos afins, numa soma de esforços que fossem capazes de melhorar, de forma menos superficial, o atendimento aos migrantes.

⁶³ No que se refere especificamente a SUDECO, só no ano de 1982 tal superintendência recebeu do SIMI um orçamento que chegou a cifra de 28, 1 milhões de cruzeiros sendo-lhe de responsabilidade alguns objetivos e metas. Entre os objetivos destacam-se: aprimorar o levantamento de dados relativos ao movimento migratório na região; implantar novas unidades de coleta em áreas que permita cobrir os principais fluxos migratórios; estabelecer um sistema de análise regional dos boletins de coleta para agilizar a sua edificação e proceder a rápida identificação de problemas emergentes nas áreas. Quanto às metas, seguem as seguintes: manter 42 unidades de coleta já existentes; incrementar a produção de boletins através de práticas eficazes de localização e abordagem de migrantes; e expandir a rede de unidades coletoras. (SUDECO 22. *Irrigação no Centro-Oeste*. Estudos Científicos e Técnicos. 1980. p. 02) Fica-nos evidente o alto valor financeiro e muito discurso acompanhado por uma “teia” burocrática para buscar aperfeiçoar um sistema de informação e consequentemente de atendimento ao migrante, mas que na prática não vemos soluções.

⁶⁴ Grande parte destes migrantes que chegavam ao Mato Grosso entre 1970 e 1980 vinham principalmente do Paraná. Fato citado em um estudo realizado a mando da SUDECO destacando os principais fluxos inter-estaduais no centro-oeste. Tal estudo destaca ainda como esse processo migratório

falta de oportunidade, fatores climáticos, expectativa de melhores condições de vida, expulsão por motivo de estagnação ou modernização e por não conseguirem sua gleba de terra ou as perdendo através da venda ou da violência imposta pelos latifundiários locais que ali estavam - estes migram novamente para a cidade mais próxima. Como não tinham o auxílio esperado que deveria ser proporcionado pelos órgãos e programas responsáveis pela migração interna – leia-se MINTER, INCRA, SAMI e SIMI – estes são induzidos a migrarem para outro município já dotado de infraestrutura imposta pelo grande capital, e ali vão servir de mão de obra barata para aqueles que buscavam garantir ao máximo seus lucros através da extração da mais-valia.

Dados referentes às migrações para a cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, também contribuem para nossa análise nesse momento. Os números nos mostram como o volume de migrações urbanas se intensificou no período posterior a 1975. Antes de destacá-los, é importante sublinharmos que tais migrações urbanas são marcadas, predominantemente, por grupos descapitalizados que já foram expulsos de outras regiões do país ou da própria região e/ou estado. Essa expulsão se baseia em três questões: seja pelo fato de o Estado, buscando evitar conflitos sociais que poderiam ser resultantes daquele grande volume humano sem terra, por meio de seus órgãos de controle migratório, influenciou estas levas a se deslocarem com suas famílias para outras regiões com “oportunidades” (leia-se, regiões em que o avanço do capital monopolista exigia mão de obra farta e barata). Esse contexto se volta para a região Nordeste. A segunda questão se deu, principalmente, pelo fato de grandes latifundiários e grandes empresas irem monopolizando as terras das regiões sul e sudeste, fazendo com que muitos posseiros e pequenos proprietários buscassem terras mais baratas na nova frente pioneira, ou seja, o Centro-Oeste, e, por fim, muitos camponeses e posseiros, aqueles que viviam na roça, seja pela mecanização agrícola que foi, aos poucos, formando o desemprego estrutural ou por acreditarem no discurso de que na cidade poderiam ter melhor qualidade de vida, muitos venderam seu pequeno pedaço de terra e migraram para os centros urbanos. Era a trajetória da ilusão.

do Paraná para o Mato Grosso demonstra como o estado sulista antes era uma frente pioneira, mas como o centro-oeste aos poucos se torna o principal polo de atração de migrantes, tornando-se, portanto, a nova frente pioneira. (SUDECO 09. *Estudo SUDECO - Balanços migratórios dos estados do Centro-Oeste (1970-1980)*. 1981. p. 10 e 11)

Os números referentes às migrações urbanas para Goiânia, destaca-se a entrada de pessoas vindas do Nordeste e do estado de São Paulo para a capital goiana. Somente do estado de São Paulo se tem a entrada de 29.511 pessoas entre 1974 a 1978. O crescimento acelerado da população de Goiânia nos dá uma primeira ideia da significação do fluxo migratório para o meio urbano, uma vez que em 1970 a cidade contava com 233.573 pessoas de população migrante e em 1980 já se tinha 430.448 pessoas migrantes. (SUDECO 29. *Absorção de mão de obra migrante na construção civil*. Estudo realizado a partir de acordo firmado entre o governo de Goiás e o MINTER. 1982. p. 11) Dessa forma, podemos observar que houve uma taxa de crescimento bastante acentuada de população migrante na referida cidade entre os anos 1970-1980, tornando-a uma das maiores no sentido de atração ao migrante em relação aos maiores centros comerciais e industriais.

No que se refere à terceira questão que envolve a expulsão da terra e, por conseguinte, a migração interna, é válido destacar que muitos dos migrantes entrevistados pelo SIMI entre 1978 e 1979 na cidade de Goiânia vinham da roça. Eram os posseiros que deixaram suas terras, seja pela expulsão derivada da mecanização do campo ou pelo discurso de que vendendo suas terras e deslocando-se com suas famílias para a “cidade grande” conseguiriam uma melhor qualidade de vida. Segundo tabela, do total de migrantes entrevistados – sendo 111 pessoas – 20 % deles eram naturais da roça e foram para a capital goiana. (SUDECO 18. *População migrante entrevistada no município de Goiânia*. 1979. p. 04). E aqui entra o assunto que mais nos interessa: destes 111 migrantes entrevistados, muitos vão servir como mão de obra barata (operários) para as empresas e indústrias que se instalaram na cidade e, uma outra parcela significativa era de desempregados, aqueles que serviram de exército de reserva para o capital.

Em outra tabela (Idem, p. 02), ficam claras estas evidências com relação àqueles que trabalhavam em “subempregos” em que a mais-valia é extraída da forma mais intensa possível, tinha-se 12,6% trabalhando na construção civil como serventes de pedreiro, 11,7% como empregados (as) domésticos, 7,2% como trabalhadores braçais no setor primário, 7,2% trabalhando nas indústrias como pedreiros, pintores, frentistas, etc., 3,6% como cozinheiros, 5,6 em ocupações do comércio (ex.: balconista) e 12,7 em ocupações da indústria mecânica e metalúrgica (soldadores, torneiros-mecânicos, etc.). Tinha-se, pois, 60,6% dos migrantes entrevistados trabalhando em funções que

consideramos de superexploração (tornaram-se, pois, proletários). E, por fim, que isoladamente representa o maior dado, tinham-se 19% de pessoas desempregadas. Estes sem ocupação é o exército de reserva que tanto interessava o capital e que gerou a marginalidade e os problemas sociais que, conseqüentemente, são decorrentes.

Destarte, entendemos que a partir dos exemplos mencionados no que se refere aos trabalhadores volantes em Goiás, o caso do MT – tendo como referência a análise que envolve os municípios de Rondonópolis e de Dourados – e a cidade de Goiânia-GO, as migrações internas – que nesse contexto, inicialmente, destacaram-se as rurais para depois, aos poucos, tornarem-se urbanas – foram determinantes para a intensificação da formação do proletariado no contexto regional, o que, desse modo, está ligado à intensificação da exploração da mão de obra tanto dos migrantes quanto de outros grupos descapitalizados ali estabelecidos, os quais foram, de alguma forma, abandonados pelo Estado. Estado que diante da questão do controle migratório, representado por órgãos como o MINTER, INCRA e SUDECO, não garantiu um pequeno pedaço de terra àqueles que o buscava. Pelo contrário, garantiu a perpetuação do latifúndio e o avanço do capital monopolista. É exatamente nesse ponto que identificamos as migrações internas utilizadas na lógica do que entendemos como um programa de contrarreforma agrária racionalizado pelo capital (Estado Amplo) em conluio com o Estado (Estado Restrito).

2.3- O “boom” da construção civil em Goiânia: caso exemplar do desserviço do capital junto ao migrante

Voltaremos nossa análise especificamente para o estado de Goiás, com o objetivo de continuar nosso intento para identificar e demonstrar o quanto o migrante foi prejudicado. Neste íterim, consideramos relevante destacar e analisar um estudo do governo do estado de Goiás em parceria com o MINTER e a SUDECO no que tange à absorção de mão de obra migrante na construção civil em tal estado. Esse estudo remete ao ano de 1982 (SUDECO 29. *Absorção de mão de obra migrante na construção civil*. Estudo realizado a partir de acordo firmado entre o governo de Goiás e o MINTER. 1982), data na qual tinham-se à frente das entidades envolvidas os subseqüentes nomes:

como governador do estado a pessoa de Iris Rezende Machado, René Pompeu de Pina como superintendente da SUDECO (figura que mais adiante vamos analisar especificamente para entendermos sua importância para o processo em questão) e Mário David Andrezza como Ministro do Interior.

Como já citado, esse estudo tinha por objetivo fazer uma caracterização de como se deu a absorção do migrante no mercado de trabalho da construção civil. As informações nele contidas, mesmo que de forma indireta, esclarece-nos quanto à situação do migrante ao tentar uma nova vida fora do seu local de origem (seja no campo ou em pequenas cidades) e, na maioria das vezes, submetendo-se a uma condição de inferioridade e de intensa exploração de sua mão de obra. Percebemos, especificamente, nessa atividade profissional, fundamentalmente os que atuam como mestre de obras, pedreiros, serventes, pintor, eletricista e encanador, a intensificação da extração da mais valia nesse período e nessa região, já que o exército de reserva que se formou com as migrações internas nas áreas com desenvolvimento industrial e empresarial – o que tem ligação com a modernização agrícola – facilitou o desserviço que o capital fez e faz sobre grande parte da sociedade.

Nesse sentido, percebemos, portanto, que diante desse contexto em específico a política pró-capital monopolista não beneficiou apenas o latifundiário e a agroindústria, mas também o ramo da construção civil. Isto é, o projeto de contrarreforma agrária, enquanto um dos braços das ações do Estado visando garantir a ampla política pró-capitalista, ao executar suas ações atendeu à demanda por mão de obra em que vários setores do capital exigiam. A construção civil também foi um deles. Esta constatação nos escancara aquilo que já mencionamos anteriormente: não se tinha apenas uma política pró-latifúndio em execução, vai além disso, tínhamos algo maior e mais complexo em andamento.

Nesse ínterim, é importante observarmos que houve a intensificação da extração da mais valia sobre a mão de obra do migrante na construção civil no Centro-Oeste desde a década de 1970. Entretanto, esse processo, em nível nacional, tem seu início anteriormente. Nos anos 1950, com a inserção do capital estrangeiro na indústria brasileira, ocorreu um crescimento acentuado nesse setor de atividades e o deslocamento espacial de populações se verificou com grande intensidade,

caracterizando as migrações inter e intra-regionais que provocaram o inchamento de algumas regiões e o esvaziamento de outras.

Como já citado no tópico passado, vários são os fatores que fizeram com que a população brasileira se tornasse mais propensa a mudar de residência embora suas expectativas quase sempre não correspondessem com as perspectivas iniciais. Dentre eles, é importante frisarmos alguns e destacarmos outros neste momento: falta de oportunidade de trabalho, fatores climáticos, expectativas de melhores condições de vida, expulsão por motivos de estagnação ou modernização, atração efetiva exercida por áreas em processo de expansão econômica, por exemplo, ou seja, os deslocamentos migratórios tendem a ocorrer, principalmente, sob decisões voluntariamente tomadas pelos indivíduos em resposta a fatores econômicos, sociais e culturais.

Comparando os dados citados em documentos que abordam o censo sobre migração inter-regional entre 1950 e 1970 (SUDECO 02. *Notas preliminares sobre as migrações internas no centro-oeste*. Estudo realizado pelo Ministério do Interior. 1980. p. 05; SUDECO 05. *Diretrizes e objetivos para as ações na política de migrações internas*. Estudo do MINTER. 1975. p. 07; SUDECO 07. *Panorama populacional na região centro-oeste: evolução demográfica e migrações internas*. Estudo do MINTER. 1977 p. 02), averiguamos que a proporção de pessoas que já se mudaram de uma região para outra, pelo menos uma vez, foi maior em 1970 do que em 1950. O mesmo fenômeno registrou-se em relação aos movimentos intra-regionais, fazendo-nos concluir que a mobilidade espacial da população vem aumentando através do tempo. Em nossa tese, o fator determinante para tal processo foi o avanço do capital monopolista, visto que foi ele que desencadeou os diversos fatores, sejam econômicos, sociais ou culturais, que influenciaram direta ou indiretamente para essa intensificação da mobilidade humana pelo território.

Na caracterização dos fluxos inter-regionais mais importantes, como já destacados, observamos que a migração para a região Centro-Oeste foi oriunda - ainda nos anos 1970 - das regiões Nordeste, Sul e Sudeste, tornando-se fonte de destino urbano (em especial o Distrito Federal), como de destino rural (para as zonas de expansão das fronteiras agrícolas de Mato Grosso e Goiás). Vale sublinharmos que a migração intra-regional no Centro-Oeste não se deu somente entre as unidades que a

compõem e/ou compunha, mas se processou mais intensamente dentro de cada unidade (migração intra-estadual).

Em consequência do exposto, veio a necessidade de se ver ampliada a atividade no setor da construção civil, já que a população migrante e a natural que crescia, necessitavam de um local para fixar residência e os industriais de instalações físicas para dar início às suas atividades. Verificou-se, então, o crescimento de cidades consideradas polos industriais e, gradativamente, os aglomerados urbanos foram surgindo, cada um com seu atrativo particular e a contínua necessidade de se construir mais e mais, gerando aí, o que se chama na economia, de efeito multiplicador, ou seja, a aplicação do capital em determinado setor gerou o aumento da atividade em outro, com a utilização de outro capital.

Nos anos iniciais da década de 1970, quando se tem uma maior fluência do capital estrangeiro no país, período que se denominou de “o milagre econômico” – o qual foi efêmero e que desencadeou o declínio do PIB e o crescimento da dívida externa e da inflação como nunca vistos na história desta pobre república periférica dependente – ocorreu um crescimento intensivo da indústria da construção civil e, conseqüentemente, uma maior absorção de mão de obra.

Para compreendermos a formação desse mercado da construção civil em Goiás, é fundamental destacarmos que grande parte dos trabalhadores que vão servir como mão de obra eram originários do meio rural. Na busca de esclarecer a conjuntura em questão é importante que se entenda, tendo como base Singer (1981):

Com o avanço do capital monopolista na economia brasileira surgem diversos fatores básicos de expulsão do trabalhador do campo. Sendo fatores de mudanças nas relações de produção no contexto de reestruturação das relações de produção face às imposições do desenvolvimento das forças produtivas no sistema capitalista. Quando áreas da economia de subsistência são conectadas ao mercado, sendo fator determinante à expansão na rede de transporte, se desencadeiam fortes pressões no sentido de sua integração na economia de mercado. Essas pressões tanto podem levar a uma expropriação do solo por parte de empresários, como dar lugar a um processo de diferenciação no seio da própria comunidade da qual acabam surgindo camponeses ricos e proprietários médios que se apossam, por compra, arrendamento, grilagem ou execução de dívidas, de mais e mais terras, cujos antigos donos são proletariados. (Idem, p. 83)

Quando há expropriação do solo e a não absorção do pequeno proprietário como assalariado no campo, geralmente a população rural despojadas de suas moradias, também em consequência do resultado da estagnação das forças produtivas em regiões rurais ou fruto de mecanização ou tecnificação poupadora de mão de obra, busca, como alternativa para a sua condição de sobrevivência, a zona urbana. A passagem a seguir nos elucida melhor este cenário:

Primeiro estaria se observando um processo de saturação na capacidade de absorção populacional das áreas rurais relacionado na estrutura de produção. Segundo é muito provável que a expulsão de população esteja se registrando entre pequenos agricultores, posseiros e arrendatários, cuja produção é quase toda orientada ao autoconsumo. (SUDECO 29. *Absorção de mão de obra migrante na construção civil*. Estudo realizado a partir de acordo firmado entre o governo de Goiás e o MINTER. 1982. p.11)

A capital do estado de Goiás, que em consequência da modernização agrícola e do avanço do latifúndio, já havia se tornado um grande centro e, portanto, atraindo o grande capital, tornou-se nesse decurso um polo de atração de migrantes que saíam do meio rural em busca de emprego na construção civil. Segundo o documento (Idem, p. 8), baseando-se em informações do CREA/GO, nos anos de 1974/1976 verificou-se um maior número de projetos de construção na cidade de Goiânia, o que, automaticamente, levou a uma maior absorção de operários no setor da construção civil.

Dados nos revelam que Goiânia, na década de 1970, tornou-se uma das cidades de maior atração ao migrante em relação aos maiores centros comerciais e industriais, o que é comprovado pelo crescimento acelerado de sua população:

No município, a migração para a zona rural (com taxa de 1,7%) diminuiu de intensidade em relação a migração para a zona urbana em 1980 (com taxa de 98,3%), causando sérios desequilíbrios em ambos os setores. O crescimento acelerado da população de Goiânia da uma primeira ideia da significação do fluxo migratório, uma vez que em 1970 contava com 233.573 de população migrante, enquanto que em 1980 chegou ao número de 430.448. (Idem, p. 11)

Vale destacar que entre esses fluxos o que predominou na capital goiana foi a migração intra-estadual, como destacam os números: em 1970 dos 233.573 migrantes 64,3% deste contingente procediam do próprio estado. Em 1980, uma década após, dos 430.448 migrantes 77,6% de sua população eram oriundas do próprio estado. (Idem, p. 11) Verifica-se, assim, a predominância nos anos da década de 1970 do caráter intra-estadual e urbano nos fluxos migratórios com destino à capital do estado. No universo

investigado, grande parte dos indivíduos que trabalhavam na construção civil, antes viviam em pequenos sítios, roçados, e, em consequência do tamanho da família e das condições do sistema econômico vigente, foram reduzidos à condição de miséria e obrigados a mudar, isto é, forçados pelas características econômicas dos locais de origem, viram-se na condição de procurar em outros locais a oportunidade de exercerem qualquer atividade para seu sustento.

Essa população, nesse caso específico, é antes expulsa de seu local de origem do que atraída pelo local de destino. Como mencionado por Rodrigues (1978, p. 24), obra na qual a autora analisa a vida do migrante na grande cidade, as experiências de vida na capital se revestem de um caráter de urgência tal como, nas palavras de um dos entrevistados; “parar para pensar nas coisas é atraso de vida”. A mérito de contribuição ao que se afirma, vale ressaltar o subsequente excerto documental:

É oportuna essa análise para o entendimento da realidade da capital goiana, onde os movimentos populacionais, na maioria intra-estado, e a maior parte dos migrantes com as mesmas características, iniciam um processo migratório quando constatarem que há poucas alternativas de vida no local de origem, e procuram os grandes centros em busca de alternativas que possibilitem a sua subsistência. Quase nunca a expectativa de melhoria se realiza de acordo com os objetivos almejados nos locais de origem. (SUDECO 29. *Absorção de mão de obra migrante na construção civil*. Estudo realizado a partir de acordo firmado entre o governo de Goiás e o MINTER. 1982. p. 19)

Tal processo está vinculado ao avanço do latifúndio, à chegada de grandes aglomerados industriais, à mecanização do campo, entre outros, os quais fazem parte da lógica da tomada do capital monopolista. Sem saída em seu local de origem, esses grupos descapitalizados vão para os centros urbanos à procura, meramente, da sobrevivência, onde continuam seu martírio de serem explorados, violentados e humilhados pelo capital. O ramo da construção civil em Goiânia, como estamos salientando, é exemplar dessa extensão da exploração, deixando apenas de ser na zona rural e passando a ser na zona urbana. Assim, entendemos que o caso em evidência demonstra como o processo de migração (que em Goiás foi de forma mais interna), intrínseco à lógica do que entendemos como contrarreforma agrária, reverbera para além da questão agrária, ou seja, reverbera na economia capitalista como um todo.

Em suma, a massa de migrantes não foi absorvida, como uma das facetas daquilo que estamos buscando esclarecer: o capital chegou à zona rural e “empurrou” os

descapitalizados para o centro urbano, fazendo-os acreditar que teriam melhores condições de vida nesse novo ambiente. Todavia, ao chegarem nesse centro, grande parte – que vão se concentrar nas periferias colaborando cada vez mais para os desequilíbrios urbanos - tendo que sobreviver com o subemprego ou estando totalmente à margem, desempregados e se tornam um exército de reserva do capital industrial e/ou empresarial.

2.4- De atrativo a expulsor: a crise na construção civil nos primeiros anos da década de 1980 em Goiás

Verificamos, anteriormente, que as correntes migratórias nesse estado da federação constituíram-se basicamente de pequenos proprietários rurais sem condições de explorar uma agricultura familiar, devido, principalmente, à estrutura fundiária dos estados do Nordeste e de outras regiões, que incapacitaram o homem do campo de gerar uma renda que lhe garantisse a sobrevivência, e os pequenos comerciantes, que confiantes no potencial de seu trabalho, buscavam libertar-se da condição de assalariados. Esta busca por melhores dias não fugiu aos efeitos de uma política econômico-financeira que, embora tenha propiciado o crescimento econômico do Estado, beneficiou apenas uma parcela diminuta de sua população, ou seja, aqueles que já eram capitalizados, os donos dos meios de produção e os gestores que controlam o capital.

O estado de Goiás que conta com uma superfície que representa 7,3% do Brasil tinha, no ano de 1970, uma população que representava apenas 0,32% do total. Essa discrepância começou a se equilibrar ao longo desta década. Como temos descrito, a construção civil assumiu relevância nesse processo, pois atraiu milhares de migrantes para esse ramo da economia. Todavia, averiguamos que no início da década de 1980 esse cenário passou por mudanças, posto que de atrativo o estado passou a ser de expulsão de migrantes.

Assim sendo, enquanto que os anos de 1970 foram marcados pela atração de migrantes para esse ramo específico da economia, no início dos anos de 1980 registrou-

se uma queda acentuada, visto que os reflexos de crise econômica por que o país passou a viver, a queda nos financiamentos imobiliários e as políticas salariais, provocaram uma grande recessão no setor da construção civil, tendo como consequência o acúmulo de desempregados, o aumento de subempregados à procura de um meio de subsistência e, conseqüentemente, a expulsão de muitos destes para outras regiões. Esse contexto levou a uma retração no crescimento populacional no estado de Goiás.

Entendemos que o processo de desconcentração populacional em Goiás, além da questão da crise do setor da construção civil, tem ligação direta com a expansão da fronteira agrícola, pois fica perceptível que no início da década de 1980 já havia uma saturação de sua capacidade de absorção, gerando uma reversão de seus fluxos migratórios. Ou seja, essa saturação empurrou esses fluxos para outras áreas de fronteira que estavam naquele momento em expansão. Os estados do Mato Grosso e Rondônia se tornam esse novo polo de atração, o que analisaremos a posteriori.

Destacamos, anteriormente, o cenário que nos esclarece o porquê de o estado de Goiás ter sido grande polo de atração de migrantes na década de 1970. No entanto, na década de 1980, como já mencionamos, houve na região uma queda acentuada na atração destes, passando a se tornar uma área de expulsão. Os censos dos anos iniciais da década de 1980 nos comprovam tal situação. Um dos documentos que nos referenciou no tópico passado (SUDECO 29) – aquele referente ao estudo sobre a absorção de mão de obra migrante na construção civil no estado de Goiás – nos traz os excertos seguintes que revigoram a situação em destaque:

Na região Centro-Oeste ainda não se configura uma situação de tão franca expulsão como no Paraná. Entretanto, é extremamente sugestivo o declínio nas taxas de crescimento demográficos da região, particularmente no estado de Goiás. Esse declínio, embora menos abrupto, anuncia uma quebra decisiva no padrão de crescimento acelerado que caracterizava a região nos anos 1970. (Idem, p. 10)

Do total de 223 municípios goianos, 66% tiveram uma taxa de crescimento inferior a do país e 35% tiveram uma perda absoluta de população entre 1980-1985. Se for descontado o crescimento vegetativo nesse estado, estima-se uma emigração líquida de 81 mil pessoas nessa primeira metade de década. Embora reduzida em termos comparativos, essa cifra indicaria que esta área, em franca expansão até os censos dos anos de 1970, não somente estaria estagnada em termos de absorção de novos contingentes, mas também já estaria liberando os migrantes anteriormente chegados. (Idem, p. 11)

O estado de Goiás, que é nesse momento nosso objeto de análise, destacou-se pelo declínio nas taxas de crescimento demográfico no início dos anos 1980, fator que devemos levar em consideração para refletirmos sobre as condições e consequências do fenômeno migratório para com aqueles grupos descapitalizados em deslocamento.

Dessa maneira, vale ressaltar que grande parte dos migrantes que vão servir como operários tanto em Goiás quanto em outras federações da região de jurisdição da SUDECO, ora empregados, ora desempregados, vão ser camponeses que pelos diversos motivos já citados perderam suas terras e não sendo absorvidos como assalariados naquela mesma área rural – e nesse sentido a mecanização agrícola tem culpa comprovada – migram para as zonas urbanas em busca de sua sobrevivência. Averiguamos aqui que o capital promove a violência sobre esse grupo específico em dois momentos: primeiro quando o latifúndio avança sobre as terras destes camponeses através da barganha – ou seja, negócio conseguido por meios cavilosos – e pela segunda vez quando, não tendo opção, ao migrarem para os grandes centros se tornam operários e, portanto, instrumento valioso do capital para continuar sua tarefa de extração da mais valia sobre os desprovidos dos meios de produção.

Dando continuidade à nossa análise, tendo como referências dados demonstrativos disponibilizados pelo SINE/GO⁶⁵ (SUDECO 35. *Dados do SINE referentes ao desemprego no estado de Goiás*. 1984. p. 8 a 12), fica claro a quantidade de trabalhadores, em sua maioria migrantes, que ficaram desempregados não só na capital, mas também em outros municípios do estado de Goiás, motivo que consideramos importante para a expulsão de migrantes e, conseqüentemente, para a retração do crescimento demográfico. Os dados são amostras de empresas de Goiânia, Anápolis e mais 141 municípios do interior onde verificamos movimentações relevantes no quadro de desempregados entre os anos de 1982 a 1983. É importante ressaltarmos que os números que destacaremos contemplam a construção civil, porém se estendem a outros setores da economia.

⁶⁵ O SINE (Serviço Nacional de Emprego) é um órgão do governo federal coordenado pelo Ministério do Trabalho. Para se ter conhecimento de emprego e desemprego por setores de atividades econômicas, foram utilizados dados secundários, trabalhados pelo SINE/GO, através de informações que eram encaminhadas mensalmente ao Ministério do Trabalho. Estas informações após serem cadastradas no citado Ministério, eram manuseadas no SINE/GO, sendo estes dados considerados confidenciais até o primeiro semestre de 1983, quando então liberou-se as informações nos boletins mensais de análise do mercado de trabalho.

As informações fornecidas com relação ao ano de 1982 trouxeram uma média mensal de 18 empresas do setor primário, 560 indústrias (setor secundário), 270 da área da construção civil (setor secundário), 1.375 estabelecimentos comerciais e 1.019 empresas de prestação de serviço (setor terciário)⁶⁶ (Idem, p. 10). Estabelecendo a relação entre o primeiro semestre de 1982 e os dados gerais do mesmo ano, verificamos que apesar de não ter ocorrido um saldo negativo, a crise econômica começou a afetar seriamente os setores de mão de obra, visto que de janeiro a junho registrou-se um saldo de 18.087 novos empregos, enquanto que no segundo semestre apenas 4.018 novos empregos foram registrados, demonstrando, assim, para o primeiro semestre, um saldo de 81,8%, em relação ao total.

⁶⁶ Diante da citação de áreas e setores econômicos nesse fragmento, consideramos relevante trazer, a nível de conhecimento básico, informações que esclarecem melhor conceitualmente esse cenário. Os setores da economia podem ser considerados estágios pelos quais os produtos (materiais ou imateriais) passam dentro do ciclo econômico do capitalismo. Esse processo engloba as etapas de exploração dos recursos naturais, passando pela industrialização e preparo para o consumo, até a utilização propriamente dita. Estes setores econômicos podem mostrar o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. A composição clássica dos setores da economia é a seguinte: 1) Primário: envolve a extração e/ou produção de matérias-primas. Exemplos de trabalhadores do setor primário podem ser um mineiro de carvão e um pescador. O setor primário está relacionado à produção através da exploração de recursos da natureza. Podemos citar como exemplos de atividades econômicas do setor primário: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça. É o setor primário que fornece a matéria-prima para a indústria de transformação. Este setor da economia é muito vulnerável, pois depende muito dos fenômenos da natureza como, por exemplo, do clima. Enfim, neste setor da economia, as atividades econômicas irão obter o produto primário por meio de extração ou produção. 2) Secundário: é o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas, etc.). Como há conhecimentos tecnológicos agregados aos produtos do setor secundário, o lucro obtido na comercialização é significativo. Transformam as matérias primas em produtos prontos para o consumo ou em maquinários e ferramentas industriais. Dessa maneira, este setor alimenta a si próprio e ao setor terciário. É justamente a indústria a atividade mais importante deste campo. Especialmente aquelas que purificam, processam e embalam a matéria prima, ou até mesmo aquelas que fornecem água, gás e eletricidade. Os principais destaques desse ramo da economia estão na transformação de produtos e na construção civil. 3) Terciário: é o setor econômico relacionado aos serviços. Os serviços são produtos não materiais em que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Como atividades econômicas deste setor econômico, podemos citar: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes, o *baby-sitting*, o cinema etc. Este setor é marcante nos países de alto grau de desenvolvimento econômico. Quanto mais rica é uma região, maior é a presença de atividades do setor terciário. O Setor Terciário é o campo da economia capitalista que mais cresce e há mais valor agregado, caracterizando-se pela inclusão comercial de tudo aquilo que não abarca os outros setores. É uma arena complexa e diversificada, onde o foco está nas relações interpessoais. (Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/setores-da-economia/> e https://www.suapesquisa.com/geografia/setores_economia.htm > Acesso em: 06/11/2018.)

No período compreendido entre janeiro a junho de 1983, registrou-se uma diminuição do nível de emprego de forma generalizada no espaço geográfico, afetando tanto a capital como o conjunto dos municípios do interior, terminando o semestre com um incremento de 7,05% em relação ao mesmo período do ano anterior. O peso maior neste saldo negativo, embora o nível de emprego tenha sido reduzido em todos os setores, foi na construção civil, ramo que iniciou uma retração acentuada em novembro de 1982, persistindo até abril de 1983. Nos três primeiros meses do primeiro semestre de 1983, fazendo uma comparação dos saldos entre admissões e desligamentos, verificamos um saldo negativo de 1,276, haja vista que foram admitidos 65.353 operários e desligados 66.629. (Idem, p. 11)

Apenas para contribuir ao entendimento do cenário, vale citar dois outros exemplos que fogem especificamente ao da construção civil, mas que mostram a diminuição do número de emprego nesse período: o setor primário e o setor industrial. No que tange ao primeiro, os números que comprovam essa queda foram identificados em outro documento (SUDECO 30. *Queda do número de emprego em setores estratégicos*. Estudo realizado a pedido do MINTER. 1984 p. 47), o qual envolve um estudo a pedido do MINTER visando entender o desemprego em algumas áreas da economia. Os números que identificamos neste estudo nos mostram como a participação do setor primário na formação da renda interna sofreu um declínio de 31,8% em 1970 para 20,0% em 1982, isto em um estado que sempre se caracterizou por ter a agropecuária como “carro chefe” de sua economia. Obviamente que com a queda da participação desse setor na renda interna, conseqüentemente aconteceram cortes no número de empregos. Causas desse processo podem ser apontadas pela falta de apoio financeiro, sobretudo para a economia agrícola sujeito às frustrações da safra, ocasionadas por fatores climáticos, pelo irrealismo da política de preços e crédito, pelos problemas de comercialização, pela retirada dos subsídios para fertilizantes e a ausência de modernização tecnológica e empresarial. Além disso, deve-se ater ao fato de que o subsetor da pecuária se manteve crescendo enquanto que o da agricultura declinou. O fragmento a seguir, do estudo que nos referencia neste momento, é esclarecedor nesse sentido:

Com relação ao setor primário, o subsetor pecuário manteve-se em ritmo constante de crescimento, o que responsabiliza o subsetor da agricultura pela atipicidade do crescimento setorial, especialmente nos anos 1978-1983, quando as frustrações das safras agrícola ocasionadas

por perturbações climáticas, pelo anacronismo da política de preços e financiamentos, e ainda pelos problemas de comercialização em geral, fizeram com que houvesse uma quebra na evolução do produto agrícola. Ressalta-se ainda que a retirada de subsídios para fertilizantes contribuiu para o insucesso das safras de 1981 e 1982, afetando o nível das principais culturas regionais: arroz, feijão, milho e mandioca. (Idem. p, 52)

A propósito, é relevante observarmos que a queda da participação da agricultura na renda agrícola ocorreu junto com o decréscimo da população rural (-1,50% a.a) no início dos anos de 1980. Como a agricultura goiana se caracterizou como a grande absorvedora de mão de obra rural, logo existe uma correlação entre esses fatos. Com relação à pecuária, sabe-se que mesmo se mantendo em crescimento, esse subsector não é absorvedor de mão de obra, posto que essa atividade exige pouco nesse sentido.

No setor industrial foi muito semelhante à situação do setor primário, visto que também diminuiu sua participação na renda interna e, conseqüentemente, trouxe o desemprego. Esse setor acumulou no primeiro semestre de 1983 um saldo positivo de 752 empregos, número muito aquém do ocorrido no mesmo período do ano de 1982, quando registrou um saldo acumulado de 3.850 empregos. Isto posto, além de mostrar a grande redução no número de empregos, indica um dos fatores determinantes para a mudança na tendência dos fluxos migratórios, que partem para as fronteiras agrícolas de Rondônia e Mato grosso.

Voltando ao setor da construção civil, com relação, especificamente, à cidade de Goiânia, o saldo final de empregos em 1982 foi de uma retração bastante acentuada, com um incremento negativo de 22%. O setor que mais contribuiu para esse resultado negativo foi o da construção civil, que já vinha demonstrando uma retração desde o ano anterior e continuou em 1983, aumentando de (- 1.718) para (- 4.101). Os excertos em seguida especificam melhor a situação:

Em 1982, apurando o universo de Goiânia, dos estabelecimentos que tem movimentação formal, o saldo de admissões (38.513) menos os desligamentos (40.231) foi de (- 1.718) empregos. Este saldo negativo se fez notar mais precisamente à partir de setembro e se agravando até o final do ano. Iniciou 1983 com saldo negativo e permaneceu até o final do primeiro semestre, apresentando inclusive, retração no número de estabelecimentos fornecedores de informação (de 358 em janeiro para 288 em junho). Por estes dados, conclui-se que a retração na criação de novos empregos no setor da construção civil começou a ser afetada em 1981, e permaneceu em decadência até o final do primeiro semestre de 1983, com tendência a continuar retraindo.

(SUDECO 29. *Absorção de mão de obra migrante na construção civil*. Estudo realizado a partir de acordo firmado entre o governo de Goiás e o MINTER. 1982. p. 34)

Acompanhando o dia a dia da capital de Goiás, certifica-se da existência de obras espalhadas pela cidade, no entanto não se registra mais a constância de grandes projetos absorvedores de mão de obra, como nos anos do “milagre econômico” 1973/74. A crise econômica que começou a deixar suas marcas no setor da construção civil à partir de 1979, se viu agravada no segundo semestre de 1982, mais precisamente no mês de setembro e acentuou-se em 1983. (Idem, p. 39)

Fica evidente como a conjuntura político-econômica, daquele período, influenciou para se ter números negativos na construção civil nesta região. Todavia, é importante destacarmos algumas das possíveis causas específicas geradoras desta crise: o alto custo da construção; renda decrescente em termos de poder aquisitivo da população geral e da classe média; aumento dos aluguéis e, especialmente, das prestações do BNH (Banco Nacional de Habitação), acima da capacidade aquisitiva da classe média e classe operária. A título de ilustração, em 1982, foram leiloados pelo BNH mais de dois mil imóveis que se encontravam vazios. Em Goiás, os investimentos iniciais, normalmente de pequeno e médio porte, característica econômica do estado, encontravam-se em inibição, tanto pelos riscos de instabilidade econômica como pelo receio das elevadas taxas de juros vigentes no mercado. Além dessa situação, que dificultava a geração de novos empregos, verificou-se uma série de dispensas vinculadas à redução e/ou à paralisação de diversas atividades produtivas. No caso de Goiânia, onde se tinha um número mais significativo de empresas voltadas para o ramo, segundo informações do sindicato da construção civil (SUDECO 34. *Sindicato da construção civil em Goiás*. 1985 p. 32), ocorreu na capital uma grande rotatividade da mão de obra no setor, não conseguindo a oferta superar ou mesmo equiparar a procura.

Segundo informações do CETREMI/Goiânia (SUDECO 37. *Relatório SIMI/CETREMI Goiânia*. 1985), tinha-se a chegada de migrantes do interior, urbano e rural, à procura de colocação no mercado de trabalho, mas se deparavam com dificuldades para serem absorvidos nas vagas – quando existiam - ofertadas pela construção civil, dado que as empresas não ofereciam hospedagem e alimentação e eles não tinham como se manter nos primeiros dias de trabalho. Neste setor, observamos ainda, uma grande massa de funcionários da área administrativa que foram despedidos

por motivos ligados à contenção de despesas. Estes também passaram a compor o exército de reserva que, para sua sobrevivência, submeteram-se a subempregos.

A situação de desemprego se tornou tão crítica na construção civil, que o presidente do sindicato deste setor solicitou ao prefeito de Goiânia naquele ano, Nion Albernaz, a criação de dois mil empregos de gari para absorver parcela da mão de obra ociosa, o qual foi prontamente atendido. Como ilustração do grave desemprego, no mês de abril de 1983, o Ministério do Trabalho/Departamento Regional registrou em Goiânia um número aproximado de doze mil desempregados no setor da construção civil, sendo que 1/4 destes correspondiam a ocupação de servente (SUDECO 34. *Sindicato da construção civil em Goiás*. 1985 p. 62).

A condição de não qualificado, principalmente dos migrantes oriundos da zona rural, tornou-se um obstáculo de grande monta para a absorção destes, já que as empresas se colocavam na condição de poder escolher, tendo em vista a demanda ser maior do que a oferta e, neste caso, davam preferência para os que já tinham registrado em suas carteiras uma experiência anterior.

A crescente retração na construção civil na capital do estado de Goiás atingiu de maneira acentuada a classe operária, visto que se compararmos a construção civil na década de 1970 e no ano de 1980, período em que esse setor absorvia quase toda mão de obra migrante, houve casos de algumas firmas construtoras darem cursos de qualificação pessoal para trabalharem nas respectivas firmas. Já no período 1981-1983, com a desativação de grandes construtoras e a quase paralisação de outras, causada pela inibição do mercado imobiliário, levou a classe operária à semi-paralisação de suas atividades, causando problemas sociais muito sérios, agravando ainda mais sua renda, como saúde, habitação, entre outros.

Nesse contexto, quando ocorreu o estreitamento conjuntural dos mercados, ocorreu, conseqüentemente, a imediata redução dos custos fixos (os operários são os primeiros a contribuir com a perda do emprego) e o aumento dos preços, a fim de manter inalterada a margem de lucro. Ou seja, fica claro, nessa situação referente à construção civil, e que nos é exemplar para demonstrar a situação de descaso do Estado para com os migrantes, como as grupos dominantes (burguesia e gestores) – sejam eles representante do capital estatal, nacional ou internacional –, independentemente de se

ter crise econômica ou não, como ela sempre vai garantir seus dividendos através da exploração sobre o proletariado. (Martine; Peliano, 1978, p. 125). Para garantir isso, quando se tem uma crise, ela demite operários para reduzir os custos na mesma medida em que intensifica a exploração sobre aqueles que se mantiveram no emprego. E para não restar possibilidade de redução do lucro aumentam o preço de seu produto.

Pelo exposto, conclui-se que já no início dos anos de 1980 ocorreu no mercado de trabalho, fundamentalmente da construção civil, uma redução drástica na oferta de novos empregos e quando estes surgiam, exigiam certa qualificação, o que não correspondia à maioria dos que compunham a grande massa de desempregados. Explica-se isso pelo número bastante elevado de migrantes, principalmente rural-urbano, nos grandes aglomerados urbanos que chegaram na condição de aventureiros para tentar uma nova vida, sem nenhuma qualificação de atividade do novo habitat.

Grande parte dessa classe operária, como já salientamos, eram os migrantes, sendo, portanto, eles os mais prejudicados nesse contexto. Nesse sentido, vale salientar qual era a real situação com relação à renda, à saúde e à habitação deste migrante na cidade de Goiânia naqueles primeiros anos da década de 1980. Com relação à renda, diante do cenário já mencionado de redução do número de empregos, o trabalhador migrante na construção civil nesta cidade perdeu drasticamente seu poder aquisitivo, visto que seu salário era sempre corrigido abaixo do INPC⁶⁷, o que expurga os salários, enquanto que a inflação real não é expurgada. A seguinte passagem ressalta melhor esse quadro:

Conforme pesquisa do IPES (Instituto de Pesquisa Econômica e Social do estado de Goiás) só a alimentação em Goiânia no período de janeiro a setembro de 1983 subiu 205%, quase o triplo do aumento do salário mínimo até o mês de setembro do ano em referência, dados que nos faz chegar a uma desoladora constatação: o salário mínimo vigente em nosso país não dá sequer para a alimentação de uma pessoa solteira, conforme pesquisa do IPES, ECOS (Equipe de Estudos Econômicos e Sociais da UCG) e do DIEESE (Departamento Institucional de Estatística e Estudos Sociais Econômicos). Logo, a renda não dá para saúde, habitação e vestuário. (SUDECO 29. *Absorção de mão de obra migrante na construção civil*. Estudo

⁶⁷ O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde setembro de 1979. Ele é obtido a partir dos Índices de Preços ao Consumidor regionais e tem como objetivo oferecer a variação dos preços no mercado varejista, mostrando, assim, o aumento do custo de vida da população.

realizado a partir de acordo firmado entre o governo de Goiás e o MINTER. 1982. p. 45)

Esse contexto com relação à renda gerou um efeito dominó, e no que tange à saúde as sequelas foram graves. A saúde da classe trabalhadora migrante era de baixo nível, pois se alimentavam mal - o que é fator motivador para gerar diversos danos ao corpo humano – faltavam hospitais públicos, já que não tinham dinheiro para um tratamento particular, como também medicamentos oferecidos “gratuitamente”. Recorreremos, novamente, ao último documento destacado, uma vez que este exalta tal circunstância:

A saúde da classe trabalhadora migrante é, em geral, de baixo nível. Conforme já tivemos oportunidade de constatar, o trabalhador as vezes não tem condições de fazer uma alimentação mínima necessária, como pode ele ter saúde, como pode ele ter atendimento médico digno se o INAMPS é o único hospital acessível a ele, e se o INAMPS, é via de regra, o lugar onde o paciente não pode estar doente, pois o segurado para ser atendido enfrenta imensas filas, burocracia, além de ter que esperar um dia, semana ou até mês, coisa que não se pode admitir para uma pessoa doente e subnutrida, cujo efeito são muitas vezes irreversíveis. Se o paciente é atendido, ele passa a ter problemas na aquisição dos remédios indicados, e que na maioria dos casos não são conseguidos ou adquiridos, e o paciente continua doente, baixando ainda mais sua produtividade no trabalho, cujos efeitos são sentidos na qualidade do trabalho, podendo gerar a sua demissão. (Idem, p. 45 e 46)

Com relação ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)⁶⁸, este se constituía como a política pública de saúde que vigorava antes da criação do SUS (Sistema Único de Saúde). O antigo instituto era responsável pela

⁶⁸ O INAMPS, autarquia federal, foi criado em 1977, pela Lei nº 6.439, que instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), definindo um novo desenho institucional para o sistema previdenciário, voltado para a especialização e integração de suas diferentes atividades e instituições. O novo sistema transferiu parte das funções até então exercidas pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) para duas novas instituições. A assistência médica aos segurados foi atribuída ao INAMPS e a gestão financeira, ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), permanecendo no INPS apenas a competência para a concessão de benefícios. Tal instituto foi extinto em 1993, pela Lei nº 8.689, e suas competências transferidas às instâncias federal, estadual e municipal gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição de 1988, que consagrou o direito universal à saúde e a unificação/descentralização para os estados e municípios da responsabilidade pela gestão dos serviços de saúde. Seus 16 anos de existência correspondem ao período em que o país transitou de um sistema de saúde segmentado, voltado principalmente para a prestação de serviços médico-hospitalares a clientelas previdenciárias, nos marcos da ideia meritocrática de seguro social, para um sistema de saúde desenhado para garantir o acesso universal aos serviços e ações de saúde, com base no princípio da seguridade social. Nesse período, representou também um espaço institucional privilegiado onde se ensaiaram propostas de mudança do sistema, tornando-se uma das principais arenas setoriais onde se disputou e decidiu a agenda de reformas que mobilizou o país ao longo da década de 1980, dando-lhe uma nova configuração institucional e novo padrão de políticas sociais, especialmente na área da saúde.

assistência médica aos trabalhadores que contribuíam para a previdência social, e entre estes estavam aqueles migrantes que trabalhavam na construção civil, já que pelo fato de terem carteira assinada, conseqüentemente, tornavam-se segurados. Os setores da população que não faziam esta contribuição não podiam ter acesso a estes serviços. Com a criação do SUS, o atendimento passou a ser universal, ou seja, qualquer pessoa pode acessar o serviço público de saúde em qualquer parte do país.

Responsável, também, pelo baixo potencial de saúde da população migrante goiana era o baixo índice de escolaridade. A inadequação de como era tratado o projeto educacional no estado confirma a série de deficiências que assolavam a comunidade estudantil. Tinha-se um baixo nível intelectual, visto que muitos professores não chegavam sequer a ter a formação superior o que, conseqüentemente, contribuiu para o baixo nível educacional encontrado desde o ensino pré-escolar até ao antigo segundo grau (atual ensino médio) da rede estadual de ensino,

Sem dúvida que essa deficiência educacional foi fator determinante para que se tivesse uma saúde mais frágil entre os mais pobres, porque além de não terem condições financeiras para garantirem uma saúde de qualidade, já que o estado não oferecia – e ainda que tenham ocorrido melhorias, ainda hoje continua em situação deplorável – saúde pública que pudesse responder aos anseios da comunidade carente, ainda se tem como agravante o fato de não terem acesso a informações de precauções básicas no sentido sanitário, de higienização, de saneamento básico e de hábitos alimentares. Há de se ater a problemática educacional como contribuinte da situação de marginalidade a que eram submetidos aqueles migrantes, pois a escola sempre constituiu e sempre se constituirá como a unidade básica para que se inicie o processo de rompimento do círculo vicioso da miséria e da desigualdade.

No que tange à habitação, tendo como referência um estudo da ECOS (Equipe de Estudos Econômicos e Sociais) da UCG – Antiga Universidade Católica de Goiás e atualmente a PUC (Pontifícia Universidade Católica) – (SUDECO 31. O problema da habitação entre os operários da construção civil em Goiânia. 1987 p. 26), este destaca que a moradia de grande parte dos operários migrantes na construção civil deu-se nos fins da década de 1970, através de barracão e casebres, uma vez que naquele período ainda se tinha certo equilíbrio neste ramo da economia local, fazendo com que os operários tivessem renda suficiente para “bancarem” o aluguel. Entretanto, com o

agravamento da crise na construção civil em Goiânia, e a consequente perda do poder aquisitivo, o operário já não conseguia mais ter acesso a estes barracões, fazendo com que eles procurassem invasões e favelas, trazendo, conseqüentemente, diversos problemas sociais.

Nesse início da década de 1980, o estado de Goiás apresentava pontos de estrangulamento na sua situação estrutural, isto é, a ausência de infraestrutura que atendesse aos reais interesses da população, principalmente a parcela dos migrantes, tais como a já citada habitação, onde havia uma demanda efetiva por novas moradias. Na região Centro-Oeste houve necessidade de se construir pelo menos 677 mil novas moradias para aqueles que mais necessitavam. Outro problema de estrutura, que está ligado à habitação, é o saneamento básico, gerado pela incapacidade e impossibilidade de se pagar a implantação e manutenção dos serviços, uma vez que a pobreza e a má distribuição de renda refletiram na condição em que a população migrante se encontrava.

Portanto, os diversos casos mencionados, os números destacados comprovando a redução da oferta de empregos na construção civil em Goiânia e no estado de Goiás de modo geral, os casos descritos envolvendo renda, saúde e habitação são exemplares para elucidar o contexto em que tal cidade e estado deixassem de ser tão atrativos, no início da década de 1980, para os migrantes, tornando-se, assim, uma região de expulsão e não mais de atração.

Diante do exposto, é elementar voltarmos para a análise dos setores econômicos para finalizar esse tópico com um entendimento transparente no que se refere à importância dos fatores econômicos para com a política migratória no estado de Goiás no período em destaque. É importante chamar a atenção que, nesse início da década de 1980, mesmo com redução do número de empregos na construção civil, houve um crescimento dos setores secundário e terciário, enquanto que o primário se retraiu. Esse cenário teve forte influência para a expulsão dos migrantes do estado, o que de certa maneira já salientamos anteriormente. Todavia, vislumbraremos de forma sintética e conclusiva esse quadro.

Enquanto que os indicadores mostram um declínio do setor primário na participação do produto interno no início dos anos de 1980, essa tendência, no entanto,

foi compensada pelo desempenho dos setores secundário⁶⁹ e terciário, com destaque para o último⁷⁰. Isso influenciou para que a população rural sofresse forte redução:

Analisando os componentes do PIB e a composição demográfica do estado, constatamos a existência de fatos correlacionados, isto é, o estado de Goiás de que um quadro demográfico nitidamente agrário, nos anos 1970/1982, exibiu uma taxa de urbanização acelerada (6,81% a.a), contrapondo-se a uma taxa decrescente da população rural (-1,50% a.a). A estas alterações, o estado viu o seu quadro demográfico se estabelecer da seguinte maneira: a) 1970 – 42,1% da população (zona urbana) e 57,9% da população (zona rural); b) 1982 – 34,1% da população (zona rural) e 65,9% da população (zona urbana). (SUDECO 32. *Diagnóstico geo-sócio-econômico da região Centro-Oeste do Brasil*. Estudos Científicos e Técnicos. 1984. p. 51)

Sendo as atividades do setor terciário e grande parte do setor secundário tipicamente urbanas, o crescimento demográfico das cidades nesse estado expandiu-se justamente por força do crescimento destes setores. O esvaziamento do meio rural determinou que as taxas de crescimento do setor primário se tornassem inferior (7,39% a.a) ao crescimento do PIB (11,65% a.a) no período entre 1970 e 1982.

⁶⁹ A participação relativa das atividades industriais na composição da renda interna do estado é outro fator considerável, uma vez que até 1970 sua participação foi sempre modesta (6%), evoluindo até 1980 para 18%. A evolução do produto industrial se deu em ritmo crescente e constante, sem a atipicidade dos outros setores. Para isso, foi importante o desempenho dos subsetores extrativo mineral, transformação, construção civil e utilidades públicas, que geraram uma taxa de crescimento de 12,2% a.a, entre 1970 e 1980. Essa evolução pode ser avaliada pelo aumento do número de estabelecimentos e empregos, assim como pelo consumo de energia elétrica e de gêneros industriais, que praticamente quadruplicou de 1975 a 1982, determinando assim o grau de desenvolvimento do estado com referência aos demais da federação. (SUDECO 32. *Diagnóstico geo-sócio-econômico da região Centro-Oeste do Brasil*. Estudos Científicos e Técnicos. 1984. p. 53)

⁷⁰ Dentre os setores econômicos, o setor terciário foi o que mais cresceu em números absolutos e relativos. Seu acelerado crescimento pode ser avaliado pela sua elevada taxa real média de incremento de 13,47%, ou seja, acima da taxa do Produto Global de 11,65% para o período 1970-1982. A participação do setor terciário na formação da renda interna do estado teve um crescimento vertiginoso passando de 23,8% de participação em 1955 para 60,0% em 1982. Este crescimento se deve em parte ao surgimento de um mercado altamente consumidor no estado, que se originou da crescente urbanização, que veio consolidar a indústria de bens duráveis e alimentícios apoiada na crescente demanda. Por outro lado, o incremento da rede financeira que operou no estado, fez com que a renda dos intermediários financeiros (bancos e financeiras – associações de poupança e empréstimo), se elevasse de 10% para 15% na participação do seu setor. A renda desses intermediários financeiros só fez crescer ao longo dos anos, fator que nos mostra como esse avanço do capitalismo monopolista, que tem intrínseco na sua dinâmica o crescimento dos setores econômicos, principalmente do terciário, levou a uma superconcentração de renda nas mãos de poucos. Isso consequentemente levou a intensificação da desigualdade social, e nesse sentido os migrantes descapitalizados foram vítimas desse processo em análise. (SUDECO 38. *Revisão e atualização do Plano de ação do sistema de indústria, comércio e turismo, biênio 1983/1984*. Elaborado pela Secretaria da Indústria e Comércio do estado de Goiás, 1985. p. 26)

Se compararmos as taxas médias de crescimento do PIB e crescimento demográfico, concluir-se-á que o estado de Goiás obteve um aumento efetivo e substancial de riqueza, isto é, PIB (11,65% a.a) e crescimento demográfico (2,83% a.a). Sendo assim, observa-se que o nível de renda cresceu a níveis superiores ao crescimento vegetativo da economia. Confirma-se isso, tendo em vista que a renda real “per capita” de Goiás em 1970 era de CR\$ 1.043,00, saltando para CR\$ 2.817,00 em 1982.

Com a expansão do nível de atividade, gerado pelo crescimento dos setores secundário e terciário, a oferta de emprego urbano também sofreu incremento, possibilitando uma absorção razoável da população economicamente ativa. Por outro lado, criou-se uma expectativa em relação às cidades, provocando a migração rural descontrolada e a consequente série de efeitos negativos em cadeia, iniciada com as levadas consideradas desqualificadas de mão de obra que fixaram residência nos principais centros urbanos do estado e, principalmente, na capital. Exemplificamos isso anteriormente aprofundando o debate com relação à construção civil, assim como demonstramos que a partir de 1982, nesse mesmo ramo, o número de desempregados foi crescente, já que a partir daquele ano houve relativa estagnação na construção civil.

Nesse sentido deve-se questionar: quais foram os beneficiados com o crescimento do PIB? Quais foram os beneficiados com o crescimento da renda “per capita” em Goiás? Pois quando se fala em crescimento, erroneamente muitos generalizam como se isso fosse para todos da sociedade, entretanto e, infelizmente, não é assim que ocorre. Como já os salientamos, os verdadeiros beneficiados é uma pequena parcela da sociedade, aqueles que possuem os meios de produção e que gerem o capital, os grandes empresários e gestores que através da mais valia sobre a mão de obra dos trabalhadores concretizam uma superconcentração de renda em suas mãos. Com a retração da construção civil a partir de 1982, pelos diversos motivos já citados anteriormente, grande parte da população rural que havia migrado para os grandes centros em busca da sobrevivência, principalmente para a capital goiana, viram-se desempregados.

Essa grande leva de desempregados vai buscar uma nova oportunidade de vida em um novo local: era novamente os migrantes se deslocando e dando continuidade à sua trajetória da ilusão, buscando a sobrevivência em algum dos rincões do país, onde, infelizmente, vão apenas dar continuidade a sua saga de atender àqueles que detêm o

poder, de favorecer com sua mão de obra e seus minifúndios grupos, que apoiados pelo Estado, garantirão a exploração, a desapropriação, a extorsão e a violência sobre estes. Esse quadro tonifica nossa percepção de como o avanço do capital monopolista, através dos organismos estatais, utilizou-se da política migratória para atender a seus interesses escusos.

2.5- Política de Migrações Internas: teoria x prática no Centro-Oeste

A par dos casos e situações que citamos envolvendo os migrantes no Centro-Oeste e como tal realidade deriva de uma lógica que estava operando em todo território nacional, resta-nos verificar o que os documentos oficiais diziam quanto ao processo que envolvia a política migratória e quais os fatos e consequências que podemos verificar, a partir da análise comparativa, entre o que ficou na teoria com aquilo que até então já verificamos como ocorreu na prática.

Previamente, é pertinente deixar claro que nessa análise comparativa não nos surpreendem as atitudes dos órgãos representantes do Estado no sentido de garantir a reforma agrária nos moldes que o caminhar do capital monopolista exigia, isto é, não nos admira o tratamento de descaso frente aos grupos descapitalizados, pois o Estado tinha que “fabricar” a mão de obra para a expansão capitalista. Desde o pacto que se consolidou a partir do projeto nacional-desenvolvimentista e que ganhou forma pós 1964 com o Estatuto da Terra, que já estavam levando o capital (leia-se: o complexo agroindustrial e outros setores como da construção civil) para as “novas” fronteiras (tanto no sentido da frente de expansão como da frente pioneira) agora era necessário garantir o seu desenvolvimento, o qual é dependente da extração da mais-valia sobre a mão de obra dos despossuídos. Contudo, não podemos nos esquecer de que a questão do que aparecia como discurso nos documentos oficiais, no sentido de escancará-lo enquanto ferramenta do Estado – que vem sendo utilizada há muito tempo – para camuflar o que de fato eram seus objetivos. Avaliar o discurso e compará-lo com o que de fato foi colocado em prática consideramos ser um dos caminhos para se ter uma visão mais panorâmica sobre a relação do fenômeno migratório com a ampla política pró-capitalista, ou seja, entender como as ações do Estado foram no sentido de executar

o programa de contrarreforma agrária que era denominado oficialmente como política de reforma agrária. No entanto, sabemos que não passava de uma política de colonização que racionalizou a ocupação do capital no campo.

Nesta busca, começaremos tendo como referência um documento oficial do MINTER (SUDECO 05. *Diretrizes e objetivos para as ações na política de migrações internas*. Estudo do MINTER. 1975. p. 17), o qual relata que o objeto-síntese da política de migrações internas, naquele contexto, consistia em criar estímulos orientados para a melhoria do nível de renda real das camadas populacionais de baixa renda, concomitantemente com o aumento das possibilidades de obtenção de emprego e a progressiva eliminação das disparidades regionais. Diante daquilo que já destacamos e abordamos, ficou evidente que não foi isso que aconteceu, mas sim o contrário, já que as migrações internas da forma como foram racionalizadas e efetivadas, no contexto analisado, levaram à superexploração da mão de obra tanto dos migrantes quanto dos grupos descapitalizados locais e, também, não diminuíram as disparidades regionais.

Afirmando estar em busca daquilo denominado como objeto-síntese, em 1974 foi criada a Comissão Executiva da Pesquisa de Migrações Internas (CEMMIG), incumbida de consolidar todo o trabalho de pesquisas e de definição de política, previsto no Programa de Migrações Internas elaborado pelo MINTER em 1973. Esta seria uma instância de consultoria e assessoramento aos diferentes ministérios envolvidos com a problemática, tanto os da área econômica, como os da área social e de assessoramento técnico ao Programa de Migrações. Fato importante a ser destacado, já que era mais um departamento criado para auxiliar nas migrações internas buscando efetivar a reforma agrária nos moldes capitalista. Era a intensificação de uma burocracia que serviu para gastar muito dinheiro e papel públicos em pesquisas que só fizeram reforçar o avanço do latifúndio e do capital monopolístico no território nacional.

Para exemplificar esse reforço do capital é válido sobrepujar o seguinte trecho: “Com este programa busca-se a racionalização dos fluxos migratórios, no sentido de vincular mão de obra migrante às oportunidades econômicas, em particular as ligadas à ativação dos grandes projetos nacionais” (Idem, p. 37). Este trecho faz referência a um dos vários programas que tal estudo elaborado a pedido do MINTER cita, sendo este, especificamente, voltado para o recrutamento, triagem e orientação de mão de obra migrante. Aqui fica claro que a lógica do estudo é a busca de mão de obra para o capital

e não oferecer, de fato, oportunidade de dar acesso à terra aos migrantes. Assim sendo, toda essa racionalização que se destaca em estudos elaborados pelos diversos órgãos, instituições e comissões envolvidos com o fenômeno migratório, quando voltada para o direcionamento e controle sobre os grupos descapitalizados desemboca em interesses escusos do capital. Ou seja, o capital, em seu nível monopolístico, reforça sua engrenagem e poder a partir da mencionada racionalização – estando apoiado e ligado ao Estado (em seu sentido Restrito) - a qual vai garantir que essa massa de grupos humanos – os descapitalizados - jamais tenham acesso à terra enquanto seu meio de produção, tornando-os marginalizados uma vez que vão servir como exército de reserva.

Havia vários programas de pesquisa, os quais deveriam ser realizados em níveis nacional, regional, sub-regional e urbano-local, competindo à CEMMIG coordenar a sua execução, realizando a esse respeito a seleção de temas, elaboração de termos de referência, a seleção de projetos e o estabelecimento de prioridades (Idem, p. 38). Nesse sentido, a CEMMIG, para realizar seu objetivo, deveria se articular com as superintendências regionais – como a SUDECO – e vários outros órgãos. Aqui percebemos como a SUDECO estava umbilicalmente ligada ao fenômeno ora analisado, visto que vai atuar, simultaneamente, com os diversos órgãos ligados ao controle migratório. Voltando-se a essa “teia” de articulação existente entre vários órgãos – o que demonstra a importância da CEMMIG para nosso contexto - para racionalizar e executar os objetivos do Estado frente às migrações internas, o fragmento a seguir é elucidador:

Em articulação com entidades vinculadas ao MINTER, como as superintendências de desenvolvimento regional, o BNH, o BNB e o Projeto Rondon; à SEPLAN, com o IBGE e o IPEA; ao Ministério do Trabalho; e ao Ministério da Agricultura, deverá a CEMMIG, apoiando-se na estrutura técnica e administrativa da sua secretaria executiva, realizar o acompanhamento técnico, financeiro e jurídico (colaboração nos processos de licitação) dos projetos de pesquisa a serem objeto de execução. (Idem, p. 39)

Fica evidente que a criação de uma comissão/órgão como a CEMMIG, e a partir de toda racionalização efetuada por ele, influenciou para que se intensificasse a circulação de migrantes – neste caso os descapitalizados, por acreditarem na propaganda governamental de que havia infraestrutura suficiente para atendê-los - pelo território nacional. Isso, conseqüentemente, fez crescer o volume de migrantes para determinadas regiões que eram consideradas terras a serem exploradas (frente de expansão), como foi

o caso do Centro-Oeste. Como já mencionamos, a CEMMIG vai se articular com as várias superintendências regionais, o que no caso de nosso recorte regional ocorreu com a SUDECO, articulação a qual já se deu após a implantação dos programas especiais, ou seja, a criação da CEMMIG foi um ato planejado para justamente atender aos objetivos que existiam na lógica dos já citados e analisados programas especiais.

Com relação aos gastos com dinheiro público, nada mais protótipo do que mencionar os diversos fundos, programas, órgão e ministérios que tinham volumosos recursos financeiros destinados a eles para atuarem na política das migrações internas. Entre os instrumentos financeiros que foram significativos para a execução de programas nessa área, destacaram-se os seguintes: Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI); Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas (FDAE); Programa de Integração Nacional (PIN); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA); Sistema Financeiro de Saneamento (SFS); Sistema Financeiro de Habitação (SFH); Fundo de Desenvolvimento Urbano (SDU); Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). (Idem, p. 29) Por fim, o documento ainda destaca que, além destes, há que se considerar a contribuição orçamentária de cada Ministério e dos diferentes governos estaduais, que se “empenharam” em dar solução aos problemas migratórios.

Indo ao encontro do que relatamos, é importante termos a percepção da imbricação entre o fator econômico com fatores políticos e sociais. Em outro documento identificamos um excerto que descortina essa imbricação: “O estudo visa oferecer subsídios que permitam ao governo formular políticas de migrações internas atendendo a interesses de natureza econômica, de justiça social, de segurança nacional, etc.” (SUDECO 08. *Programa de trabalho sobre migrações internas*. Ministério do Interior. 1975. p. 04) Esta passagem deixa claro como as migrações internas vão atender à lógica da doutrina de segurança nacional, buscando ter controle sobre o processo migratório. Doutrina que, a partir desse controle, demonstra seu caráter político, econômico e ideológico, e estes levam a consequências sociais. Daí a imbricação citada. E quanto à justiça social? Para qual grupo social foi feita a mencionada justiça? Sabemos que esse processo vai atender aos grupos sociais capitalizados e intensificar a exploração sobre os grupos descapitalizados. Para melhor entendermos esse panorama podemos ter como referência o texto “As margens da História” de Antonio Gramsci (2001) em que ele

destaca como o Estado tem duas funções: enquanto ele organiza os grupos sociais dominantes, ao mesmo tempo desorganiza os grupos sociais subalternos. Em nosso contexto, os subalternos são os migrantes, os grupos descapitalizados locais e os nativos. Nesse momento nosso foco são os migrantes descapitalizados, e quanto aos nativos, abordaremos os efeitos do avanço do capital sobre estes mais adiante.

Em documento produzido pelo MINTER em 1979 (SUDECO 23. *Política de Migrações Internas* – MINTER. 1979), no tocante à política de migrações internas visando sanar os problemas detectados no processo migratório, fica claro que tal órgão e toda a sua burocracia envolvida tinham total consciência de todos os problemas com relação às migrações, os mesmos que destacamos anteriormente. Inclusive, nesse documento, são destacadas as diretrizes que, segundo a instituição, orientariam as ações governamentais no campo das migrações internas durante o período 1979 a 1984, sendo elas as seguintes:

- Influenciar a alocação de investimentos públicos e privados sobre o espaço de modo a reorientar a distribuição de atividades econômicas e promover uma melhor distribuição espacial da população;
- Promover medidas visando à criação de empregos, atuando sobre a estrutura da produção, privilegiando na medida do possível, atividades econômicas de absorção intensiva de mão de obra;
- Minimizar os custos sociais ocasionados pela migração à população migrante de baixa renda;
- Elaborar uma concepção global de distribuição espacial da população, explicitando as alternativas de ocupação territorial e de remanejamento populacional, dentro de uma preocupação sistemática com a maximização das oportunidades de emprego. (Idem, p. 8)

Fica clara, portanto, a consciência institucional com relação aos problemas que de fato estavam envolvidos no processo migratório. Entretanto, as ações que foram colocadas em prática, no período destacado, não condizem com o que foi objetivado como diretrizes no citado documento. Verificamos que no desenrolar do período de 1979 a 1984, no que concerne à região Centro-Oeste, que vários dos problemas citados se potencializaram, gerando a chegada de um número maior de migrantes descapitalizados e, como isso, acarretou na exploração da mão de obra destes a partir da extração da mais-valia, aumentou o número de desempregados e, conseqüentemente, levou a intensificação da pobreza nas metrópoles que recebiam essas levas de população e de todos os problemas sociais decorrentes disso.

Assim sendo, podemos afirmar que o MINTER - órgão responsável pela radicação da população, migrações internas e ocupação do território - não levou a termo seus objetivos no que se refere ao Centro-Oeste como citado no documento mencionado, deixando muitos destes migrantes sem estrutura que lhes garantissem o mínimo de condições de vida pelos rincões desse país de dimensões continentais. O fato é que a instituição fez vários estudos buscando identificar quais eram os problemas que afetavam os migrantes e, também, propôs e realizou acordos de integração com outras repartições governamentais (INCRA, SUDECO, etc.) afirmando que este seria o caminho para sanar tais problemas. Entretanto, verifica-se muito investimento governamental, muita verba disponibilizada e muitos estudos e folhas gastas pelas burocracias institucionais, mas que não geraram resoluções algumas para as vítimas do processo: os migrantes descapitalizados. Sabemos que suas ações, assim como dos órgãos vinculados a ele, foram no sentido de inserir o Brasil – e por conseguinte o Centro-Oeste - na lógica do capitalismo mundializado, executando o projeto de reforma agrária coerente com os interesses do capital.

Relativamente aos citados acordos de integração com outros órgãos, é importante destacarmos um desses casos que chamou a atenção pela quantidade de órgãos envolvidos e reunidos e que tinham em comum, pelo menos na teoria, a preocupação com a política migratória no sentido de assessorar os descapitalizados. Esse acordo se resumiu, fundamentalmente, na criação do Grupo de Trabalho sobre Migrações Internas que estava sob orientação do Ministério do Interior e ligado a diversos outros ministérios. A passagem a seguir esclarece quanto à narrativa oficial para a execução de tal acordo e quais os ministérios envolvidos:

Para o desenvolvimento da ação governamental na área das migrações internas, torna-se necessário o envolvimento de organismos de administração direta e indireta, ligados à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (pelo fato de ter sob sua responsabilidade a definição das diretrizes mais abrangentes do planejamento da ação governamental no país), ao Ministério do Trabalho (por tratar de aspectos de emprego, política salarial e relações de trabalho), ao Ministério da Agricultura (pelo seu poder decisório em assuntos reativos à organização da produção agrícola, estrutura fundiária, política de colonização e apoio ao pequeno produtor), ao Ministério da Indústria e Comércio (por sua influência na aplicação de investimentos nos setores secundários e terciários), e ao Ministério da Previdência Social (pelas atividades de apoio à população de baixa renda). Ademais, outros Ministérios precisariam ser envolvidos nessa

ação, de acordo com situações problemáticas específicas. (Idem, p. 17 e 18)

E não para por aí: coube ainda à secretaria geral do MINTER a articulação das ações de diversos outros órgãos vinculados a tal ministério no sentido de estar em sintonia com as ações do Grupo de Trabalho sobre Migrações Internas para assim integrá-los e orientá-los para a consecução dos objetivos básicos da política migratória. Dentre estes outros órgãos vale destacar: o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Conselho Nacional de desenvolvimento Urbano (CNDU), as Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDECO, SUDAM, etc.), a Secretaria Especial da Região Sudeste, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco da Amazônia (BASA), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), a coordenação dos Programas Especiais de desenvolvimento e os governos dos, então existentes, Territórios Federais. Segundo o documento em análise, o trabalho que seria desenvolvido pela secretaria geral do MINTER, junto aos diversos órgãos acima mencionados, teria como norte as seguintes ações:

- integrar a ação das entidades vinculadas ao MINTER, objetivando imprimir linhas de ação articuladas no que refere à alocação de investimentos sobre o espaço, de modo a beneficiar o descongestionamento urbano e a distribuição mais racional das atividades econômicas e a elevação do nível de vida da população;
- articular e procurar conduzir coerentemente as atividades dos diversos programas integrados ou especiais, realizados sob sua coordenação, tendo em vista as orientações definidas na política migratória;
- buscar a reorientação da ação da SUDAM, SUDECO e SUDENE, que dispõem de incentivos fiscais, e de outros órgãos do MINTER, tal como a CODEVASF, no sentido de proporcionar maior absorção e fixação de mão de obra;
- promover principalmente através da SUDAM e do BASA, apoio financeiro preferencial aos projetos públicos e às cooperativas privadas de colonização;
- orientar a ação do BNH, do CNDU e do DNOS, dentre outros para a descentralização de atividades econômicas, proporcionando recursos e apoio às pequenas e médias cidades do interior, de modo a aumentar seu poder de atração e, às periferias das regiões metropolitanas, com o objetivo de melhorar as condições de vida e renda de sua população;

- fortalecer de forma especial as Superintendências de Desenvolvimento Regional, e a secretaria especial da região Sudeste de modo que as ações conduzidas pelo governo nas diversas regiões possam ter maior integração e coerência entre si no que se refere à distribuição da população. (Idem, p. 19 e 20)

Analisando alguns desses pontos podemos assegurar o seguinte: a) não verificamos um descongestionamento urbano e muito menos uma elevação do nível de vida da população migrante, pois o que tivemos foi um crescimento/inchaço desordenado dos subúrbios nas áreas metropolitanas – as quais receberam levadas de migrantes descapitalizados que estavam em trânsito pelo território em busca de sanar suas necessidades básicas de sobrevivência – e a continuação/perpetuação das péssimas condições de vida sobre essa população que não recebia assistência básica do Estado. O caso de Goiânia é exemplar; b) as diversas superintendências – que em nosso caso se alude à SUDECO – não deram os resultados esperados como propostos em suas diretrizes para com os migrantes e grupos descapitalizados. Que fique claro: para os migrantes capitalizados houve sim incentivos fiscais (o que mais à frente discutiremos). O fato é que, com a falta de recurso e apoio à massa migrante – os descapitalizados – e com a mecanização do campo, não se teve de forma relevante a absorção e muito menos fixação de mão de obra; c) os bancos regionais como o BASA e o BNB financiaram apenas os migrantes capitalizados, ou seja, aqueles que faziam parte da colonização privada. Já os que faziam parte dos assentamentos oficiais, organizados pelo INCRA, não tiveram a mesma “sorte”. No que tange ao alto número de migrantes nordestinos que se deslocam para a região Centro-Oeste – o que já demonstramos quantitativamente - consideramos um dos motivos a falta de apoio das instituições responsáveis pelo financiamento a baixos juros para aquela população desprovida de capital; d) e, por fim, mesmo diante de toda essa “teia” organizativa e burocrática que foi criada no sentido de colaborar para o fortalecimento das superintendências, não foi isso que verificamos, pelo menos, no caso da SUDECO.

Destarte, havia a existência de tantos órgãos, fundos, ministérios e programas que receberam recursos públicos para serem injetados na busca de soluções para as migrações internas, porém não verificamos práticas e resultados que de fato trouxeram soluções para os problemas dos grupos descapitalizados, muito pelo contrário, os problemas continuaram a se intensificar. Identificamos que grande parte desse dinheiro não foi utilizado para trazer infraestrutura para os migrantes descapitalizados, mas sim

para beneficiar aqueles que já chegavam capitalizados, garantindo, assim, não só a monopolização da terra como exército de reserva para servir como mão de obra a ser explorada pelo capital que se instalava. Essa não resolução nos escancara a contradição do discurso no que toca aos grupos descapitalizados. No que se refere aos capitalizados, a programação de ações foi muito bem executada, o que buscaremos esclarecer mais adiante. Vale ressaltar que parte desse dinheiro também serviu para “atulhar” os bolsos dos burocratas e tecnocratas envolvidos nesse processo racionalizado pelo Estado. Quanto à análise envolvendo estes tecnocratas (gestores), mais adiante analisaremos um caso em específico, o qual será modelar para entendermos o papel desta categoria/grupo social para o avanço do programa de contrarreforma agrária.

Por fim, na tentativa de demonstrar a disparidade entre o que ficou na teoria e o que de fato ocorreu na prática no que concerne à política migratória voltada para os descapitalizados no Centro-Oeste, destacaremos a partir da comparação entre dois fatos que ocorreram no ano de 1984 o cenário que estamos tentando descortinar. Começaremos citando o caso que envolve aquilo que ficou na teoria, a partir de um documento referente à avaliação do programa das migrações internas resultante da X Reunião Nacional do Programa de Migrações Internas que foi realizada em Belém, no período de 07 a 10 de fevereiro de 1984, sob a coordenação da SUDAM (SUDECO 26, p. 01). Participaram da mesa representantes do MINTER, através das secretarias de planejamento e de organização de sistemas, do Ministério do Trabalho, além da SUDAM, SUDENE, SUDECO e SUDESUL. Ou seja, todos os organismos envolvidos no controle migratório estavam ali representados.

Durante a mencionada reunião, o então representante da SUDECO – que não teve seu nome citado – fez uma exposição, e nela um dos trechos nos chamou a atenção: primeiramente, ele afirmou que a SUDECO, naquele ano de 1984, estava recebendo apoio financeiro do POLOAMAZÔNIA – que foi um dos programas especiais - para a implantação de postos de atendimentos aos migrantes carentes. Na sequência, ele também afirmou que a instituição, a qual representava, vinha tomando ações no sentido de dar apoio a projetos de ação comunitária e ao desenvolvimento da comunidade nas unidades federadas sob jurisdição da SUDECO (Idem, p. 10). Nesta fala, sendo ele o representante institucional diretamente ligado à região em foco, reside a teoria que não se aplicou à realidade dos migrantes, melhor dizendo, não verificamos ações

institucionais que foram concretizadas para melhoria da vida dos migrantes carentes. Na prática, identificamos em outro documento, o oposto daquele discurso.

Buscando evidenciar na prática o absoluto abandono do Estado, representado, nesse contexto, fundamentalmente pela SUDECO e pelo MINTER, frente aos migrantes e grupos descapitalizados na área de jurisdição da superintendência - o que já mencionamos precedentemente em outros contextos - neste momento o destacaremos a partir de um exemplo de resistência destes, o que nos serve como prova cabal para denunciar a contradição da fala do representante da SUDECO em afirmar que tal instituição “vinha tomando ações no sentido de dar apoio a projetos de ação comunitária”. Tal resistência se materializou com um projeto de Programa Comunitário que levou à criação de um Centro de Integração de Aprendizado e Trabalho no município de Ariquemes-RO (SUDECO 20. *Programa comunitário: centro integrado de aprendizado e trabalho*.1984). Este episódio ocorreu em 1984, mesmo ano da reunião que identificamos a fala contraditória do representante institucional e que, portanto, está inserido nos anos finais que envolvem nosso contexto de abordagem.

Percebemos como resistência a criação deste Centro pelo fato de a sociedade civil – no caso de um pequeno grupo de pessoas carentes em uma região esquecida (leia-se fronteira, onde acontece a degradação do outro nos confins do humano) pelas autoridades competentes – tomar ações organizativas para executarem um projeto físico de um espaço que seria e é dever do Estado oferecer. Já que o Estado não ofereceu a infraestrutura básica aos migrantes carentes daquela região, eles mesmos decidiram colocar em prática. Os seguintes trechos nos mostram o empenho e o grau de consciência dos migrantes em seu objetivo:

Esta proposta embrião é fruto das ideias de um pequeno grupo de pessoas que acreditam na capacidade do homem em gerar conhecimento e trabalhar de modo a repartir com outros homens, de forma justa e igualitária, o produto de seu conhecimento e de seu trabalho. É evidente que quanto maior o número de homens envolvidos, em maior quantidade serão os frutos, cuja qualidade dependerá da seriedade e do processo crítico, através dos quais deverá ser conduzida esta ação de produção conjunta. (Idem, p. 3)

Acreditamos que transformações são necessárias, mas no real concreto, no dia a dia das pessoas e não apenas no campo das ideias. São necessárias condições de vida, onde a luta pela terra, pelo trabalho, pelo pão e pela liberdade de ser e não de ter é uma luta de indivíduos. Luta que não será ganha individualmente, embora calcada no trabalho e na crença de cada um do grupo. (Idem, p. 4)

Entendemos este espaço como local de concentração dos interessados, bem como um lugar onde poderão estar contidos aqueles equipamentos suporte a um trabalho comunitário amplo, como exemplo as oficinas de trabalho, salas de reunião, creche, ponto de encontro de discussões, de apoio diverso ao agricultor, salas de aula, etc. (Idem, p. 5)

Evidencia-se, pois, a busca determinada da práxis do objetivo em pauta, práxis que deriva de uma crítica direta destes colonos desprovidos de capital ao discurso retórico do Estado em lhes oferecer a infraestrutura necessária para sua sobrevivência naquela região. Para eles, somente ideia não bastava, era necessária a ação, a qual eles vão tomar. Como diria Martins (2009, p. 132), “a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”. Neste caso, em específico, percebemos não só a resistência, como a esperança.

Interessante verificar, também, a percepção daquela comunidade de colonos quanto à importância da educação para todos que viviam ali e que dependiam um do outro, já que o Estado os abandonara:

A escola entendida então como um dos agentes do processo educacional, deve proporcionar a comunidade meios para participar em todos os níveis deste processo. A interação do processo educacional as demais dimensões da vida comunitária, onde a apreensão dos conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade poderá garantir e viabilizar uma educação calcada na vida produtiva dos diversos grupos, gerando experiências e situações de aprendizagem que poderão manter ou transformar as condições de produção e conseqüentemente de vida. (SUDECO 20. *Programa comunitário: centro integrado de aprendizado e trabalho*. 1984. p. 5)

A estrutura básica da escola será assegurada por um sistema que permita associar elementos da escola e da comunidade, tais como: professores, profissionais, agricultores, alunos, pais e demais interessados ou envolvidos no processo de modo a garantir uma estrutura de cooperação, bastante flexível e dinâmica para gerir a condução administrativa, pedagógicas, produtiva e financeira do estabelecimento. (Idem, p. 6)

Desse modo, esse projeto e sua execução nos revela - além da contradição entre o que foi pregado na teoria e o que de fato ocorreu na prática - a força que uma comunidade exerce a partir do momento de que se tem consciência coletiva e que se unem. Sabemos a força que o capital possui e que no processo em análise ele foi o vencedor. Entretanto, a execução do projeto mencionado é um pequeno exemplo de

resistência dos colonos a esse capital representado pelo Estado, garantindo-lhes o necessário para a sobrevivência com o mínimo de dignidade.

2.6 - A colonização oficial em Rondônia: a trajetória da ilusão

Nas páginas anteriores destacamos várias situações que demonstram o quanto os órgãos ligados à política migratória não ofereceram o mínimo necessário, no que se refere à criação de infraestrutura, para a fixação do migrante descapitalizado ao seu tão sonhado pedaço de terra no território regional, muito pelo contrário, garantiram a perpetuação do latifúndio e o avanço de grupos capitalizados. Mais adiante, destacaremos de forma pormenorizada casos e situações que corroboram para o entendimento do avanço do capital monopolista a partir da criação das condições gerais de produção (CGP) para os grupos capitalizados: seja para das empresas/colonizadoras nacionais; para seus gestores; para colonos capitalizados que vinham fundamentalmente do sul; ou para empresas multinacionais. Entretanto, para finalizarmos o debate no que concerne aos migrantes no recorte territorial aqui presente (toda a área de atuação da SUDECO), destacaremos os casos dos empreendimentos de colonização oficial em Rondônia, pois estes são relevantes para o processo que temos esmiuçado.

De antemão, é importante esclarecermos a questão geográfica que envolve o atual estado de Rondônia: em 1982, Rondônia recebeu o status de estado; entretanto, antes disso, tinha o status de Território Federal⁷¹. Até 1945, este fazia parte da região Centro-Oeste, mas depois desta data passou a integrar a região Norte do país. Durante o período que analisaremos, o atual estado de Rondônia fazia parte da jurisdição da SUDECO, pois integrava a região denominada Amazônia Legal e, por isso, este também faz parte do recorte territorial em análise. As ações da SUDECO, em conluio com outras instituições (INCRA, FUNAI, SUDAM), foram relevantes para a consecução do programa de contrarreforma agrária no território de Rondônia.

⁷¹ O atual estado de Rondônia tornou-se Território Federal em 1943, sendo denominado de Território Federal de Guaporé, com capital em Porto Velho, sendo resultado do desmembramento de parte dos estados do Mato Grosso e do Amazonas. Apenas em 1956 que o território passou a ser denominado de Rondônia.

Côncios disso, desde já é pertinente expor o fato de que até 1983, do total de projetos de colonização oficial no Brasil, 35% estavam na área de jurisdição da SUDECO, sobretudo em Rondônia e no Mato Grosso. (SUDECO 06. *Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências*. Documento apresentado na IX reunião nacional do programa de migrações internas. Recife, 1983. p. 18) Reservaremos a análise de Rondônia por dois fatores: primeiro, porque o número de migrantes que lá residiam em decorrência da atração dos projetos de colonização oficial foi o mais intenso; e segundo, pelo fato de que tal território foi o único que estabeleceu, entre 1974 a 1985, a ocupação de suas terras agricultáveis predominantemente através da colonização oficial. Todavia, é salutar destacarmos que mesmo não havendo grandes projetos de colonização privada isso não quer dizer que não tenha ocorrido a chegada de migrantes capitalizados. Estes chegaram sim, mas através da migração individual e pela busca pessoal dos ditos “pioneiros” que “desbravaram” – leia-se: exploraram e expropriaram – a fronteira brasileira em busca do enriquecimento a todo custo.

Destarte, em direção ao Território Federal de Rondônia, ao longo da Cuiabá-Porto Velho (BR-364), foi onde se registrou o mais intenso fluxo de migração espontânea, ou seja, aquela quando o indivíduo migra espontaneamente - a partir de seu planejamento - para outra região, seja por motivo econômico, político ou cultural. No contexto em análise, o fator determinante foi o econômico, uma vez que ao longo da citada rodovia foram instalados projetos de colonização oficial, os quais ofereciam pequenas glebas/lotês de terra e prometiam uma melhor qualidade de vida aos migrantes descapitalizados, o que, conseqüentemente, os atraiu.

Segundo relato documental (SUDECO 24. *Centro-Oeste – a nova fronteira (encontro ano I): Situação fundiária da região Centro-Oeste*. 1980. p. 13), em 1980, já estavam instalados quatro projetos fundiários que abrangiam a totalidade da área do território, cujos trabalhos estavam praticamente em seu final, mantendo o INCRA um controle seguro da posição fundiária de Rondônia.

Cabe, portanto, a reflexão sobre o que seria e a quem serviria esse controle seguro da situação fundiária em tal região. Estando a par do processo migratório em Rondônia, fica notório quem realmente teve esse controle. Todavia, era um controle no sentido de garantir poucos títulos aos migrantes descapitalizados e muitos aos migrantes capitalizados. Vale destacar que nessa situação de privilegiar os capitalizados o mesmo

órgão fazia “vista grossa” ao processo de usurpação das terras dos grupos descapitalizados, o que acontecia através da compra com valores muito baixos e da violência, como as invasões e a grilagem. Outro fator a se destacar sobre esse controle fundiário é com relação às reservas indígenas. Nesse sentido, o INCRA – juntamente com a FUNAI (como já citamos anteriormente e que iremos analisar particularmente posteriormente) – não tiveram controle, ou melhor, não fizeram questão de controlar a situação fundiária para beneficiar os grupos indígenas, muito pelo contrário, diante da indefinição das áreas e do atraso na demarcação das reservas, o capital – madeiras, mineradoras, e outros - entrou atropelando o direito fundamental dos nativos de ter o seu espaço respeitado.

Nessa perspectiva, é importante salientarmos que, ao longo da década de 1970, Rondônia foi a maior e mais dinâmica área de colonização oficial. No período de 1972 a 1979, sete projetos oficiais de colonização foram instalados – Ouro Preto (município de Ji-Paraná), Sidney Girão (Guajará-Mirim), Gy-Paraná (Cocal), Paulo de Assis Ribeiro (Vilhena), Pe. Adolpho Rohl (Ji-Paraná), Marechal Dutra (Ariquemes) e Burareiro (Ariquemes) – e 17.957 famílias foram assentadas. (Idem, p. 13) Tal situação perdurou no início da década de 1980, como pode ser percebido com a instalação de mais dois projetos: Urunã (no município de Ji-Paraná) e Machadinho (município de Ariquemes). (SUDECO 06. *Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências*. Documento apresentado na IX reunião nacional do programa de migrações internas. Recife, 1983. p. 23) Não por acaso, tal território federal apresentou a mais alta taxa de crescimento populacional na área de jurisdição da SUDECO, tendo cerca de 80% da população total de migrantes. O próprio discurso governamental deixa claro seu objetivo que levou a esta elevada taxa de migrantes em Rondônia: “o governo do estado tem como uma das metas ocupar os ‘vazios territoriais’ e isto é traduzido pela política populacional de apoio às migrações para o estado e pela constante implantação de novos projetos de colonização no período recente”. (Idem, p 06) Neste trecho do discurso nos fica evidente a relação entre política de reforma agrária com a política de colonização, tornando-se processos intrínsecos e que resultaram, em nosso ponto de vista, em um projeto de contrarreforma agrária que fez parte da ampla política pró-capitalista.

Outro excerto do mesmo documento nos relata o cenário econômico e político do novo estado que favoreceu a intensidade das migrações:

A presença de cerca de 100 mil pessoas não naturais no estado pode ser considerada provável, dado o atual contexto econômico e político do novo estado que tem requerido e absorvido constantes contingentes humanos nos mais variados setores produtivos, abrindo mercado para a força de trabalho através da ocupação de terras, distribuição da produção agrícola, administração pública que ora se estrutura, comércio, atividades extrativistas, construção civil, etc. (Idem, p. 07)

Por um lado visualizamos a partir deste número expressivo de migrantes como a política de colonização estava tendo sucesso, do ponto de vista da lógica do capital, garantindo mão de obra para vários setores da economia. Contudo, por outro lado, aquele cenário positivo para os grupos descapitalizados relatado no discurso oficial, não tornou-se realidade, demonstrando que para estes grupos os projetos de colonização oficial foram um fracasso. Devemos salientar que era um fracasso diante de nosso ponto de vista no sentido de que o Estado, constitucionalmente, tem como dever atender aos grupos mais vulneráveis da sociedade, mas ao mesmo tempo sabemos que no desenrolar da ampla política em voga era esse mesmo o papel da colonização e dos órgãos ligados ao fenômeno migratório, isto é, executar uma política de reforma agrária nos moldes capitalista. A seguir, enfatizaremos alguns dos motivos que levaram a tal fracasso, iniciando com a questão de distribuição de recursos que, de fato, chegavam às famílias de migrantes carentes.

Os gastos com a implantação e manutenção dos sete projetos mencionados anteriormente, no período 1972 a 1979, foram da ordem de 821 milhões de cruzeiros de recursos orçamentários do INCRA. Isso deu um valor médio de 45.737, 50 cruzeiros por família assentada, ou cerca de 3,80 dólares (Idem, p. 24). Em termos comparativos com padrões internacionais, esse é um dos valores mais baixos. Esse dado é fundamental para percebermos o porquê de muitos colonos destes assentamentos oficiais venderem ou abandonarem sua pequena gleba de terra, porque com os baixos recursos que de fato chegava até eles, faltavam-lhes infraestrutura suficiente e apoio de financiamento para se desenvolverem e sobreviverem a partir da utilização de sua própria terra.

Como citado, o que de fato era gasto na colonização oficial era baixo, porém muito dinheiro público foi destinado ao INCRA. Para comprovar essa alta cifra destinada ao órgão, destacaremos informações citadas em outro documento oficial. Segundo este (SUDECO 24. *Centro-Oeste – a nova fronteira (encontro ano I): Situação fundiária da região Centro-Oeste*. 1980. p. 15), o montante destinado somente aos

programas especiais chegou ao valor elevado de 408,5 milhões de dólares e, se somarmos a isso os valores destinados, por exemplo, à aquisição de imóveis, gastos pessoais, empréstimos e obras públicas, chegaremos à cifra exorbitante de 1.481,60 bilhões de dólares. Isto é, analisando friamente, era muito dinheiro público sendo gasto para manter uma burocracia institucional que buscou privilegiar somente aqueles grupos capitalizados, pois os que mais necessitavam, aqueles que realmente sustentam a economia nacional com sua mão de obra, foram abandonados no processo em questão.

Outra questão considerável, que identificamos como motivo que contribuiu para o fracasso da colonização oficial para os grupos descapitalizados na região em foco, envolve a falta de infraestrutura em diversas áreas, fato abordado em ofício da então secretaria da agricultura de Rondônia solicitando, junto a SUDECO, a liberação de recursos para sanar as dificuldades em torno da problemática. O excerto a seguir nos descortina o que se afirma:

A precária situação do atual sistema viário de Rondônia vem apresentando grave problema ao desenvolvimento agropecuário, principalmente nos centros de produção agrícola, representados pelos projetos de colonização implantados ao longo da BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá. Não obstante haver sido construído cerca de 3.550 km de estradas vicinais nesses projetos, a implantação de novas estradas se torna imperiosa para atender milhares de colonos assentados que desenvolvem suas parcelas num esforço sobrecomum, haja vista não se beneficiarem de meios para escoar seus produtos, de assistência técnica e creditícia, e do acesso a serviços sociais básicos. (SUDECO 11. *Ofício da Secretaria da agricultura - Rondônia*. 1979. p. 01)

A partir do mencionado ofício nos fica clara a questão do desprezo, ausência e absoluto abandono em que o Estado (Restrito) deixou os migrantes que chegaram à região para se fixarem nos projetos de colonização oficial. Tal ausência ficou mais do que evidente diante das questões que foram citadas, visto que sem estradas para escoarem sua pequena produção, sem assistência técnica e, principalmente, a creditícia e, para piorar, sem acesso a serviços sociais básicos tornou-se impossível desenvolverem seus minifúndios e garantirem sua sobrevivência naquela região. A realidade foi outra para os grupos capitalizados que chegavam a Rondônia ou às outras federações que estavam sob jurisdição da SUDECO. Estes receberam enorme apoio creditício, técnico, infraestrutural e outros, para garantirem a expansão do capital em nível monopolístico. Nas próximas páginas abordaremos esta temática.

Por fim, pode-se acrescentar, enquanto motivos que levaram ao insucesso dos empreendimentos de colonização oficial em Rondônia, as frequentes questões fundiárias, em que se tinha a concentração de latifúndios improdutivos, o excessivo número de latifúndios sem estabelecimento e inúmeras posses e grilagens com problema de titulação.

Dessa forma, o cenário descrito, envolvendo a colonização oficial em Rondônia, é mais uma prova que o programa de contrarreforma agrária estava em plena expansão sobre o território regional. Fato que nos serve para demonstrar que o INCRA – que tinha total responsabilidade pelos projetos de colonização oficial – de forma alguma realizou uma reforma agrária transformadora, como era colocada no Estatuto da Terra, uma vez que em momento algum o latifúndio foi tocado, inclusive, no sentido de desapropriar terras improdutivas que diante do texto oficial do Estatuto não estariam cumprindo sua função social. Nesse contexto, Rondônia tornou-se, assim, a trajetória da ilusão para esse grupo social inserido em um processo em que a lógica em vigor era o benefício daqueles já capitalizados.

3- O avanço da colonização particular: intensifica-se a ampla política pró-capitalista

3.1- MINTER, INCRA e os programas especiais na organização da colonização particular: o avanço da concentração fundiária

Nos tópicos anteriores buscamos demonstrar, através da análise das fontes originais institucionais, fatos e situações que corroboram para nossa tese no sentido de compreendermos o processo de intensificação da extração da mais-valia sobre os grupos descapitalizados, fundamentalmente os migrantes, e como tal processo está atrelado ao projeto de contrarreforma agrária. Buscaremos, nesse momento, descrever e analisar indicadores que comprovam a concentração fundiária, os quais são exemplares para

evidenciarmos a potencialização da política de reforma agrária pró-capital monopolista na região em foco.

Primeiramente é importante descrevermos quais as medidas utilizadas pelo órgão maior ligado à política migratória, o qual, atendendo a lógica em voga, criou as condições estruturais necessárias para o desenvolvimento da colonização particular o que, conseqüentemente, foi fundamental para a concentração fundiária. Para tal descrição teremos como referência inicial um estudo que expressa as principais linhas de ação que o MINTER desenvolverá e, dentre elas, podemos citar as seguintes:

Estimular as atividades econômicas forte e potencialmente empregadoras de mão de obra; considerar, na concessão de incentivos econômicos às unidades de produção, o nível de tecnologia pretendido, relacionando as suas repercussões sobre o emprego; conceder ênfase à pequena e média indústria potencialmente empregadoras de mão de obra não especializada; e na área de desenvolvimento regional e sub-regional oferecer incentivos fiscais e crédito bancário através dos bancos regionais. (SUDECO 08. *Programa de trabalho sobre migrações internas*. Ministério do Interior. 1975. p. 36 e 37)

Isto posto, fica-nos indubitável o quanto o MINTER preocupou-se, por meio de suas ações, beneficiar especificamente a colonização privada, articulando suas ações em nível regional. Inquiriremos quanto ao contexto que envolve estas ações na região ora em debate, tanto do MINTER quanto dos outros órgãos ligados à política migratória, para assim ratificarmos a nossa tese quanto à concentração fundiária.

No intento dessa inquirição, começaremos destacando números levantados por Martins (2009) que já demonstram como pouco antes de nosso recorte temporal como o Estado já estabelecia contato direto com o capital monopolista através da política de incentivos fiscais. Segundo levantamento realizado em 1970, pouco antes da criação dos programas especiais, revelou que no norte de Mato Grosso 66 empresas já haviam se instalado na região com o apoio do governo federal em articulação com a SUDECO, sendo que todas elas tinham 75% do capital proveniente dos incentivos fiscais. A área total de 51 delas era de quase dois milhões e duzentos mil hectares. (Idem, p. 97) O excerto a seguir nos traz uma visão panorâmica desta questão:

[...] as novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros. Para lograr esse resultado, o governo federal

concedeu às grandes empresas, nacionais e multinacionais, incentivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. (Idem, p. 75)

E não pararam por aí tais incentivos: visando assegurar a rentabilidade aos novos investimentos, o Estado incentivou os banqueiros e os grandes empresários da indústria e do comércio a estenderem seus investimentos a um campo até então desinteressante a eles, à agropecuária. O autor, em questão, aprofunda sua constatação ao relatar que “o governo militar oferecia aos empresários dos outros setores a recompensa dessa doação de 75% do capital que necessitavam para o novo empreendimento, cabendo-lhes entrar com 25% de recursos próprios. (Idem, p. 75)

Dessa forma, o Estado atendia, ao mesmo tempo, o capital industrial monopolístico e, também, assegurava a sobrevivência política e econômica das tradicionais oligarquias latifundiárias⁷². Essa intermediação foi uma constante nas ações voltadas para a região de jurisdição da SUDECO. Para o Estado militar era fundamental dar apoio a ambos os grupos que foram a base de sustentação do golpe de 1964 e aliados e beneficiários do regime militar. Importante lembrarmos que desde 1964 havia de forma intensa um contexto anticomunista que passou a considerar as classes trabalhadoras, do campo e da cidade, como suspeitas de subversão da ordem política. Ter o controle do movimento migratório atendia a essa lógica de sempre coibir qualquer movimento de contestação dos grupos subalternos, os chamados “inimigo interno”, além, ainda, de “fabricar” mão de obra para o capital instalado.

No que se refere à crescente concentração fundiária, antes de destacarmos os números referentes ao nosso recorte territorial, devemos mencioná-los partindo do cenário nacional. Nesse sentido, teremos como base Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Em uma de suas obras, Oliveira (2003), o autor evidencia que o Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração de terra. No Brasil, estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país atinge uma superfície igual àquela ocupada pelo estado de São Paulo. Como exemplo de uma das maiores propriedades, é válido citar a

⁷² Como já abordamos, tendo como base os pensamentos de Oliveira (2007) e Moreira (2003), essa ligação entre as oligarquias tradicionais e os grupos industriais foi fruto do pacto estabelecido a partir da lógica do projeto nacional-desenvolvimentista. O Estado, enquanto fiador do capital monopolista, vai ser o intermediador deste pacto.

da Jari S/A que fica parte no Pará e parte no Amapá, a qual tem área superior ao estado de Sergipe. (Idem, p. 127)

Estas constatações absurdas e impressionantes só se efetivaram pelo fato de que existe uma profunda desigualdade na agricultura no que toca ao crédito obtido, isto é, a política de crédito oferecido pelo Estado sempre beneficia os grandes proprietários. O excerto a seguir escancara a situação:

Os poucos créditos obtidos foram massivamente para o agronegócio das grandes unidades. Aquelas unidades com mais de 10.000 hectares, obtiveram parcelas médias de mais de um milhão de reais cada uma. (Idem, p. 132)

Fica claro como o favorecimento exercido pelo Estado aos grupos capitalizados, através dos incentivos fiscais, foi determinante para o processo de concentração fundiária. Era o caminhar do projeto de contrarreforma agrária em plena ascensão no cenário nacional. Em outra obra, Oliveira (2007), o autor nos referencia trazendo números importantes do crescimento total de área ocupada no país, fazendo uma comparação do crescimento entre os imóveis considerados de grande, médio e pequeno porte. Segundo seu relato, no período de 1967 a 1972, a área ocupada total cresceu 10.170.887 ha, porém a área dos imóveis rurais com mais de 1.000 ha (de grande porte) cresceu 17.658.740 ha, o que quer dizer que os pequenos perderam 6.242.980 ha, e os médios outros 1.244.873 ha. No período de 1972 a 1978, a área total ocupada cresceu 49.626.683 ha, contudo, novamente, as grandes propriedades cresceram 52.273.849 ha, o que significou queda na área ocupada pelos pequenos (1.1561.895 ha) e médios (1.490.271 ha). Isto quer dizer que entre 1967 e 1978, os latifúndios, no Brasil, ampliaram sua área em 69.939.589 ha e as pequenas perderam 7.399.875 ha. (Idem, p. 132 e 133)

Através destes números, é notório que o maior crescimento dos latifúndios se deu entre 1972 a 1978, período que corresponde ao surgimento e parte da atuação dos programas especiais. Como já mencionado, na área de jurisdição da SUDECO, consideramos as ações destes programas como ponto nefrágico para a expansão da ampla política pró-capitalista, pois estes contribuíram para a modernização da agricultura, para a expansão do latifúndio e, por conseguinte, abriram caminho para a instalação da agroindústria.

No que se refere à questão da modernização da agricultura, em sua análise para entender como esta veio acompanhada da crescente concentração fundiária, Oliveira (Idem, p. 131 e 132) percebe que essa modernização “não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos, sobretudo do Centro-Sul do país, em proprietários de terra, em latifundiários”⁷³. Neste ínterim, o autor destaca a política de incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM como instrumento econômico que viabilizou esta fusão. Concordamos e temos essa mesma percepção diante das migrações internas no Centro-Oeste, só que neste território, a SUDECO que será a protagonista, fazenda a mesma função que suas semelhantes, as quais atuavam em outras regiões. A política de incentivo fiscal deste órgão foi de suma importância para a instalação do complexo agroindustrial em seu território de jurisdição, isto é, transformou capitalistas industriais em latifundiários.

Voltando agora para a análise sobre a situação fundiária no Centro-Oeste, teremos como referência um estudo realizado a mando da SUDECO (SUDECO 24. *Centro-Oeste – a nova fronteira (encontro ano I): Situação fundiária da região Centro-Oeste*. 1980.), o qual é resultado do encontro “A Nova Fronteira”, em 1980, que ocorreu no auditório do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, sob a liderança do então presidente do INCRA Paulo Yokota. Tal documento faz uma exposição pretendendo dar uma visão geral da situação fundiária encontrada na região Centro-Oeste e das perspectivas futuras, tendo em vista os trabalhos que estavam sendo realizados e a serem executados pelo INCRA. Logo de início, o documento já esclarece a área de atuação direta do INCRA na região Centro-Oeste, o que foi determinado pelo Decreto-lei 1.164 de 1971, a qual se dava somente nas faixas de 150 km ao longo das fronteiras internacionais, nas faixas de 100 km de cada lado das rodovias federais e no Território Federal de Rondônia. (Idem, p. 7)

Cientes das informações contidas nesse documento, o qual analisa, em específico, cada uma das áreas pertencentes ao Centro-Oeste (leia-se área de jurisdição da SUDECO) – estados, Território Federal e Distrito Federal – identificamos vários

⁷³ Tal percepção vai ao encontro do que relatamos tendo como referência Martins (2009), quando este destaca que através dos incentivos fiscais o Estado incentivava banqueiros e grandes empresários do ramo industrial a investirem na agropecuária, campo o qual que até então eles não tinham interesse.

problemas envolvendo o fenômeno migratório, fundamentalmente no que corresponde à concentração fundiária no Centro-Oeste brasileiro. Interessante percebermos que um documento oficial do INCRA deixa subtendido, em suas entrelinhas, as falhas do próprio órgão, as quais – em nossa nobre função de investigação, cumprindo nosso ofício enquanto historiador – vamos esclarecer. Para tal esclarecimento, basear-nos-emos não só neste último documento mencionado, como também em outros em que identificamos tais falhas que, portanto, são relevantes para reforçarmos a tese aqui desenvolvida.

Iniciaremos com o estado de Mato Grosso do Sul, o qual, com uma área de cerca de 350.000 Km² de superfície, possuía 150 Km² de suas terras localizadas na faixa de 150 Km das fronteiras, ou seja, naquele período, quase 43% das terras do estado estavam sob jurisdição da União e, conseqüentemente, tinha o INCRA como órgão responsável pela execução da política fundiária. Em 1980, tinha-se um quadro fundiário precário como destaca o próprio documento oficial:

A intensa titulação nessa faixa, promovida pelo estado, frequentemente sobre bases cartográficas inadequadas, gerou um quadro fundiário precário. É necessária a realização de um trabalho mais intenso nessa área, por se registrar aqui uma ocupação intensa e pela presença de empreendimentos agropecuários já consolidados. Espera-se, com a aceleração dos trabalhos de regularização fundiária e a criação de uma coordenadoria regional do INCRA no estado, conseguir o suporte administrativo necessário ao bom desempenho dos projetos fundiários. (Idem, p. 10)

Verifica-se, assim, que, naquele ano, o INCRA ainda não havia efetivado ações de relevância no tocante a soluções para o problema fundiário, o que fez com que exigências fossem destacadas naquele relatório sob coordenação do então presidente do órgão. Vale observarmos, também, a citação quanto à intensa ocupação na região e a presença de empreendimentos agropecuários, o que nos leva a perceber a preocupação do órgão, naquele momento em específico, com relação à colonização particular, já que aqueles empreendimentos surgiram a partir desta categoria de colonização. Nesse sentido, reafirmamos uma constatação importante em que o então presidente do INCRA deixou claro naquele encontro: a de que o INCRA fugia à sua função primordial – de se preocupar com a colonização oficial, ou seja, com os migrantes e grupos descapitalizados – preocupando-se muito mais com a criação de infraestrutura que atendesse aos grupos capitalizados que já haviam se instalado na região. Quanto à

preocupação com a criação de infraestrutura, destacaremos nas próximas páginas. Por fim, e como já citado, as políticas para com os grupos capitalizados – utilizando-se da linguagem náutica para exemplificar tal fenômeno - funcionaram de “vento em popa”, já para os descapitalizados (sabemos que o vento soprou contra a frente do barco), ou seja, na proa do processo de seu desenvolvimento. O caso já relatado de Rondônia é exemplar nesse sentido.

Situação muito semelhante aconteceu no Mato Grosso. Tal estado, com uma superfície de aproximadamente 884.000 km², possuía uma das mais diversificadas e complexas situações quanto ao domínio das terras, principalmente pelo fato da forte pressão demográfica que a região vinha suportando por se tratar de área de passagem obrigatória das correntes migratórias que se dirigiam para o Território Federal de Rondônia. O excerto a seguir nos relata sobre essa situação:

Na faixa de fronteira, na bacia do alto Guaporé, onde o estado, ao titular indiscriminadamente terras da União e suas próprias terras, tornou-se imperativa a execução do processo discriminatório e de regularização das ocupações, pois numerosos litígios vem se sucedendo entre pequenos posseiros, projetos agropecuários que estão se instalando na região e áreas de reservas indígenas. (Idem, p. 11)

A ineficiência do INCRA quanto à questão fundiária perante aos migrantes e grupos descapitalizados e, também, aos originários donos da terra (os nativos) ficou latente quando analisamos o caso do estado em questão, pois verificamos que ali predominou o domínio dos grupos capitalizados – representando os projetos agropecuários – sobre aquelas terras. No que se refere aos casos envolvendo o citado predomínio e privilégios concedidos aos grupos capitalizados, alguns dos exemplos que podemos mencionar neste momento foi citado em um ofício da SUDECO para o MINTER em 1975, destacando a criação de infraestrutura em Mato Grosso, fundamentalmente rodovias e energia. Tal documento deixa claro o interesse da SUDECO e do estado do Mato Grosso em realizar melhorias na rodovia MT-114, utilizando tanto recursos dos programas especiais POLOCENTRO e POLAMAZÔNIA quanto da iniciativa privada.

Em uma das páginas do ofício foi citado o fato de que um trecho de rodovia foi vendido a empresários pelo próprio governo de Mato Grosso. Tal fato é justificado por permitir a ocupação produtiva de terras entre os rios Apiacá e Juruena, sendo de

interesse ao “desenvolvimento” de toda região norte do Mato Grosso. Segue o trecho na íntegra:

O trecho da J-1 de Apiacá ao Jurema foi programado como opção de saída da produção da área entre o Jurema e o Aripuanã e foi vendida a empresários pelo próprio governo de Mato Grosso. Isso vai permitir a ocupação produtiva de excelentes terras localizadas entre os rios Apiacá e Jurema, na maioria ainda devolutas, sendo do máximo interesse ao desenvolvimento de toda região norte de Mato Grosso. (SUDECO 10. *Ofício da SUDECO para o MINTER – Infraestrutura em Mato Grosso (rodovias e energia)*. 1975. p. 02)

Primeiramente, este exemplo nos demonstra a força da colonização particular, fazendo o papel do Estado (Estado Restrito) na criação de infraestrutura (CGP) para garantirem o avanço de seus investimentos e de seus latifúndios na região. Serve-nos como exemplo, também, para demonstrar o discurso oficial intrínseco nestes documentos destacando o tempo todo a busca pelo “desenvolvimento”. Era a preocupação com o desenvolvimento regional, atendendo à lógica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado: a ocupação dos “espaços vazios”.

Ainda no mesmo ofício foi destacado o trecho da MT-114 entre os municípios de Porto dos Gaúchos e de Sinop, em que são citados motivos para que o programa especial POLOCENTRO continuasse a manter suas ações no sentido de realizar melhorias naquela região e, também, faz referência ao programa especial POLAMAZÔNIA como fiador para a criação de infraestrutura para os migrantes capitalizados que chegavam à região:

Além de ser de alta importância para o desenvolvimento de áreas férteis da margem esquerda do rio Juruena, permitindo opção de venda, principalmente de madeira industrializada, para os mercados externos através de Santarem, interliga dois núcleos pioneiros da região e possibilita melhor dinamismo em seus fluxos de comercialização. (Idem, p. 02)

Dar continuidade a estrada AR-1 – a qual dá acesso a MT-114 - até alcançar as áreas vendidas pelo estado de Mato Grosso a empresários, pois necessitam desse acesso para iniciar a fase dinâmica de implantação dos seus projetos, motivo básico da programação proposta pela SUDECO e aprovada pelo grupo especial de coordenação e acompanhamento do POLAMAZÔNIA. (idem, p. 03)

Nestes casos, além de reafirmarmos o papel importante dos programas especiais na intensificação das migrações internas na região Centro-Oeste, destacam-se, especificamente, os exemplos de criação de infraestrutura para municípios e micro-

região que foram marcados pela colonização privada, fundamentalmente de gaúchos e paranaenses⁷⁴. Com isso, constata-se como, para as regiões onde se teve majoritariamente esse tipo de colonização, as ações fluíram no sentido de se criar bases para fixar os grupos capitalizados e, por conseguinte, garantir o avanço do capital monopolista. Destaca-se, ainda, o fato dessa passagem nos mostrar a preocupação do Estado em explorar a madeira da região. Inclusive, com esse objetivo, o próprio Estado expropriou terras indígenas para grandes empresas explorarem as riquezas naturais da região, fundamentalmente no seu potencial de madeira e minério⁷⁵.

No sentido de apenas noticiar a questão fundiária no estado de Goiás, é importante esclarecermos, sobretudo, que em tal estado não se verificou no início da década de 1980 a instalação de projetos de colonização, seja oficial ou particular. Isto é, Goiás foi uma exceção, pois em todos os outros estados – incluem-se Território Federal e Distrito Federal – que faziam parte da jurisdição da SUDECO foram instalados projetos de colonização. (SUDECO 06. *Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências*. Documento apresentado na IX reunião nacional do programa de migrações internas. Recife, 1983. p. 18). Contudo, em Goiás, destacou-se uma situação fundiária complexa. Isso decorreu, fundamentalmente, da precária documentação sobre os antigos domínios das terras, além de terem feitos várias titulações que não respeitavam as posses existentes. Tudo isso diz respeito às funções na teoria do INCRA que, como verificado, não estava cumprindo sua tarefa no que tange à organização e regulamentação de terras, assim como na proteção dos posseiros. contra os abusos dos grandes latifundiário e grileiros. Como consequência, houve inúmeros conflitos sobre a propriedade da terra e grande quantidade de áreas em litígio judicial, que caminhava – e, infelizmente, ainda caminha – em ritmo extremamente lento. Sabemos que nesse embate entre os donos do capital – sejam migrantes ou não – com os grupos descapitalizados – sejam migrantes ou não – que no final sempre prevaleceu e ainda

⁷⁴ Quando da análise do fenômeno migratório no contexto nacional citamos a região sul enquanto “expulsora” (aquela que dispersa) para chegarmos ao Centro-Oeste enquanto atrativo de migrantes, e nesse sentido destacamos alguns números que comprovam uma verdadeira diáspora sulista para a região sob jurisdição da SUDECO. No sentido de reforçar esta questão, válido mencionar outros números que são destacados em tabelas que demonstram os principais fluxos migratórios no país entre 1970 a 1980: em números absolutos no sentido Região Sul – Mato Grosso tivemos a entrada de 118.216 migrantes; no sentido Sul – Mato Grosso do Sul a entrada de 116.365; Sul – Rondônia mais 107.060; Sul – Goiás 9.067; e por fim Sul – Distrito Federal com a entrada de 14.046. No total foram, portanto, 364.754 migrantes sulistas que entraram no território regional. (SUDECO 09. *Estudo SUDECO - Balanços migratórios dos estados do Centro-Oeste (1970-1980)*. 1981. p. 16 a 26)

⁷⁵ No que se refere a esta questão, aprofundaremos tal debate quando formos analisar o caso dos nativos em Rondônia no terceiro capítulo.

prevalece a lei do mais forte. O estatuto do direito burguês está aí para isso, isto é, para servir a institucionalização da lei do capital sobre aqueles desprovidos de poder.

Voltando-se ao documento citado anteriormente (SUDECO 24. *Centro-Oeste – a nova fronteira (encontro ano I): Situação fundiária da região Centro-Oeste*. 1980), um de seus excertos contribuem com informações que são salutares e complementares para a análise agora em questão:

Levantamentos indicam que, dos 500.000 km², aproximadamente, que passaram para a jurisdição federal, por força do citado Decreto-lei e da legislação sobre a faixa de fronteira, o Estado, junto ao INCRA, já havia titulado cerca de 450.000 km², restando cerca de 50.000 km² de terras devolutas disponíveis. Há dificuldades para se localizar, com a precisão requerida, toda essa titulação expendida, inclusive aquelas sobre as terras da União na faixa de fronteira e sobre as áreas indígenas. Torna-se indispensável uma revisão de todas as alienações ocorridas, através do processo discriminatório, com a identificação dos títulos definitivos e provisórios outorgados; promover a sua localização e reconhecimento ou ratificação, se cabível; e, por fim, arrecadar o remanescente devoluto e providenciar sua destinação adequada. (Idem, p. 12)

Fica clara a crítica da então atual direção do INCRA às ações tomadas anteriormente por outras direções do órgão. O fato é que, grande parte desses títulos concedidos de forma rápida e sem uma organização e controle, beneficiaram aqueles que tinham ligação direta com o Estado ou com grupos, empresas e pessoas com poder e cabedal financeiro suficiente para garantirem a formação de seus latifúndios. Quanto à questão da busca por uma revisão com a identificação dos títulos no sentido de se fazer justiça perante a questão fundiária, não passou de “anedotas oficiais”, ou seja, apenas discursos que não saíram da teoria e, dessa maneira, facilitou o processo de usurpação de terras de posseiros e de reservas indígenas pelos grupos representantes do tripé do capital (o capital externo, o grande capital nacional e o capital estatal).

Portanto, vasculhando os documentos oficiais que envolve a política migratória liderada pelo MINTER e que destacam as ações do INCRA, encontramos brechas que as próprias instituições deixaram escapar no que se refere tanto as suas falhas quanto ao seu real interesse, interesse que nos ficou evidente: não era com aqueles migrantes e grupos descapitalizados, os quais faziam parte da colonização oficial, mas sim na busca de facilitar para os grupos capitalizados - seja individual ou representados por grupos

como cooperativas - a ocupação e monopolização do território, o que contraria os objetivos de suas ações destacados em suas diretrizes fundadoras.

3.2- As empresas/colonizadoras e seus gestores: os beneficiados no processo em Mato Grosso

Com relação àqueles que foram beneficiados nesse processo – que garantiram a formação de seus latifúndios, a expansão da agroindústria, a intensificação da extração da mais-valia e, conseqüentemente, o avanço do capital monopolista – destacaremos alguns casos exemplares que identificamos em Mato Grosso que avigoram nossa tese. Começaremos citando a questão em torno da forte pressão pela ocupação de “novas terras” que estava ocorrendo, naqueles fins da década de 1970 e início da década de 1980, ao longo das rodovias federais Cuiabá-Santarém, BR-158, BR-70, BR-80 e BR-364. Diante daquela demanda, o INCRA recebeu recursos elevados para priorizar projetos de colonização particular, o que fica evidenciado no seguinte trecho:

Para enfrentar essa situação, o INCRA dispõe de sua coordenadoria regional e está dinamizando os projetos fundiários de Cuiabá, Barra do Garças, Diamantino e Cáceres, agora, mais do que nunca, ante a tremenda pressão pela ocupação de novas terras, que vem ocorrendo ao longo das rodovias federais Cuiabá-Santarém, BR-158, BR-70, BR-80 e BR-364. O novo programa para a região norte do estado prevê a aplicação de recursos substanciais no processo discriminatório, na implantação de novos projetos de colonização, principalmente através das cooperativas agrícolas e incentivos à colonização particular, ultimamente desenvolvido de forma animadora na área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém. (Idem, p. 12)

Portanto, no caso em evidência, a questão envolvendo a pressão pela ocupação de “novas terras” está assentada na abertura de rodovias e na busca pelo “desenvolvimento” do território nos moldes do capitalismo monopolista. O Estado – em seu sentido Restrito – proporcionou, através de programas como PIN, a criação de infraestrutura básica, como as rodovias, para atender ao Estado Amplo, ou seja, garantiu a chegada da frente de expansão para que o capital privado chegasse garantindo a concretização da frente pioneira. Nesse momento entra o INCRA que, como ficou claro na citação documental, buscou incentivar a colonização privada através de estímulo

financeiro, demonstrando, portanto, ser um importante ator nesse processo de favorecer o Estado Amplo criando as condições necessárias para proporcionar o avanço do capital em seu nível monopolístico. Isto é, o INCRA foi de fundamental importância não só para o avanço do projeto de contrarreforma agrária racionalizado em nível nacional, como também colaborou para algo maior: suas ações garantiram a replicação da ampla política pró-capitalista.

Buscando ilustrar suas ações e suas consequências no Centro-Oeste brasileiro, destacaremos alguns exemplos que comprovam como os recursos financeiros citados foram aplicados e como incentivaram a vinda e o beneficiamento dos grupos capitalizados que chegavam à região. Um primeiro exemplo foi a chegada da COBAN (Colonizadora Bandeirante Ltda.), instalada no município de Nova Bandeirantes no norte de Mato Grosso, que potencializou a produção agrícola em caráter comercial na região.

A COBAN surgiu de uma iniciativa de empresários paranaenses, tendo como dono da companhia Daniel Meneghel que, além de colonizador, era diretor da Usina Bandeirantes, na cidade de Bandeirantes, no norte do Paraná. Era o típico gestor que se tornou também burguês, caso muito semelhante à trajetória do então superintendente da SUDECO René Pompeu de Pina, personagem que será analisado no próximo capítulo. A citada colonizadora chegou à região em 1982, dando origem ao município de Nova Bandeirantes. No ano posterior, amparado, legalmente, pelo INCRA⁷⁶, já iniciou seus trabalhos assentando os primeiros colonos e comerciantes capitalizados.

Com o apoio legal e financeiro do INCRA, a COBAN realizou os primeiros levantamentos topográficos na região dando início à abertura da rodovia MT-208, trecho ligando o que hoje é o município de Santa Rita do Trivelato à cidade de Nova Bandeirantes, além da construção de diversas estradas e pontes (SUDECO 60. *Colonizadora Bandeirante (COBAN)*. Migrações/Colonização. Sem data. p. 01-04). Era

⁷⁶ O projeto de colonização particular da COBAN foi aprovado pela portaria do INCRA nº14 de 18 de agosto de 1983, a qual foi assinada pelo diretor de projetos e operação, conforme consta no processo do INCRA/BR nº 3.422/83. Ver melhor em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/novabandeirantes.pdf>.

o capital privado (Estado Amplo) com o apoio do capital estatal (Estado Restrito) criando as condições estruturais necessárias para a perpetuação do latifúndio e o avanço da agroindústria.

Diversas outras empresas/colonizadoras chegaram ao estado de Mato Grosso antes mesmo da COBAN as quais, em seu conjunto, foram, aos poucos, usurpando terras com o apoio incondicional de instituições estatais – como já destacamos anteriormente – e formando imensos latifúndios que garantiram o desenvolvimento da agroindústria. Inicialmente, devemos frisar que quando citamos a agroindústria, procuramos compreendê-la como sinônimo de monopolização de terras e capital, potencialização da extração da mais-valia e de expropriação de reservas indígenas.

Em documento oficial do fundo da SUDECO, identificamos tabelas – elaboradas pelo INCRA em 1982- que destacam nomes, municípios em que se instalaram e áreas para exploração dessas diversas empresas de colonização privada. Dentre elas, citaremos: Colonizadora Jurenha, instalada no município de Aripuanã-MT, adquirindo cerca de 20 mil hectares de terra; Colonizadora 31 de março (Coopercol), que instalou-se nos municípios de Barra do Garças (26 mil hectares) e Água Boa (57 mil hectares); Colonização e Consultoria Agrária (Conagro), um grupo de cooperativas do Paraná, que instalou-se em Canarana (49 mil hectares), Nova Xavantina (22 mil hectares), Barra do Garças (15 mil hectares) e Água Boa (42 mil hectares); Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana (Coopercana), em Colider (210 mil hectares); Colonizadora Cacique em Nova Xavantina com mais de 18 mil hectares; Colonizadora Vila Rica, município de Santa Terezinha, com 43 mil hectares; Colonizadora Gaúcha, na cidade de Paranatinga, com 10 mil hectares; Colonizadora Cravari, em Diamantino, com mais de 70 mil hectares; Empresa Codemat, em Juina, com 92 mil hectares; Colonizadora Coplaca, no município de Colider, com mais de 15 mil hectares; e, por fim, a Colonizadora Mainá, em Sinop, com 20 mil hectares. (INCRA – Divisão de Colonização Particular (DCP) *op cit* SUDECO 06. *Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências*. Documento apresentado na IX reunião nacional do programa de migrações internas. Recife, 1983. p. 20 a 22)

Na soma da quantidade de hectares adquiridos e explorados por essas colonizadoras, somente no estado de Mato Grosso – lembrando que as citadas não compreendem o todo – temos em número absoluto um total de 709 mil hectares de

terras monopolizadas por aqueles que representam o capital. Tal número é demasiadamente ilustrativo para descortinarmos o cenário em pauta.

No que diz respeito a algumas destas empresa/colonizadoras é importante destacarmos alguns nomes que, além de se beneficiarem pessoalmente com a formação de seus latifúndios e com a mão de obra “fabricada” pelo Estado através das migrações internas, foram determinantes enquanto tecnocratas/gestores para o desenvolvimento destas colonizadoras e, por conseguinte, para o avanço do projeto de contrarreforma agrária racionalizado pelo capital monopolista em conluio com o Estado Restrito brasileiro.

Começaremos com a figura do pastor luterano Norberto Schwantes, o qual, na década de 1970, foi responsável por fazer a ponte aérea entre o sul do país para alguns municípios do estado de Mato Grosso, influenciando e trazendo migrantes sulistas que lá se instalaram. Norberto Schwantes, por meio de uma parceria público-privada com o governo federal – parceria a qual foi intermediada pelo INCRA e MINTER - ficou responsável pela colonização do leste mato-grossense, conhecido como médio Araguaia, mais especificamente onde hoje se localizam os municípios de Canarana, Água Boa e Nova Xavantina. No sentido de termos a percepção de como estas ações no passado refletem no presente, criando as condições básicas iniciais para formação do latifúndio moderno – o qual é marcado pela agroindústria- no ano de 2018, estes três municípios responderam por 1,487 milhão de toneladas de soja, 641,4 mil toneladas de milho e 829 mil cabeças de gado bovino⁷⁷. Dados que nos ilustram o quão importante estas colonizadora particulares foram para o processo de avanço do capital monopolista sobre o território regional.

Nosso personagem inicial também foi gerente geral da Cooperativa Colonização 31 de Março (Coopercol), entre 1971 e 1977, que promoveu a colonização do Médio Araguaia. Neste meio tempo, foi diretor administrativo da Colonização e Consultoria Agrária (Conagro) e diretor-presidente da Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana (Coopercana). Por meio da Coopercana, fundou um novo município, o de Terra Nova

⁷⁷ Governo de Mato Grosso. Pioneiros do agronegócio impulsionam desenvolvimento de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/11736627-pioneiros-do-agronegocio-impulsionam-desenvolvimento-de-mato-grosso> > Acesso em: 08 de maio de 2020.

do Norte, ao trazer, em 1978, novos colonos gaúchos para Mato Grosso. A cooperativa ficou responsável pelo trabalho de abertura prévia da região, preparação da infraestrutura e transporte dos migrantes. Foram destinados 435 mil hectares para os assentamentos, com a abertura de 1.062 lotes e nove agrovilas.

Não apenas Terra Nova do Norte, mas muitos outros municípios surgem e se desenvolvem com a chegada destas levas de migrantes à região, no caso da cooperativa em questão, principalmente oriundos do Rio Grande do Sul. Outro exemplo que podemos mencionar é o município de Canarana no estado de Mato Grosso, sendo que os migrantes que lá se assentavam tinham como origem, em sua maioria, o município gaúcho de Tenente Portela. A Coopercana, criada em 1975, foi a responsável, juntamente com o Governo Federal e Estadual, por atrair não apenas estes colonos que se tornam pequenos proprietários, mas também empresários rurais para a região. Toda área de atuação da cooperativa eram os municípios de Barra do Garças, Canarana, Colíder, Paranatinga, Torixoréu, Ponta Branca e General Carneiro, todos no estado do Mato Grosso. Tinham como objetivo expandir a agropecuária na região e, ao mesmo tempo, diminuir as tensões e os conflitos de terras criados no Rio Grande do Sul (SUDECO 58. *COOPERCANA: estatuto social*. Migrações/Colonização. 1985. p. 03-04). Cooperativas como a destacada foram fundamentais para atrair colonos que mesmo possuindo terras vão servir como instrumento de exploração do capital.

No que se refere a esta leva de colonos sulistas, atraídos por estes assentamentos, é importante fazermos, neste momento, uma constatação quanto à percepção da função e atuação destes no processo em andamento, pois consideramos essa atuação como uma das contradições no desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para esclarecermos isso recorreremos mais uma vez a Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Segundo esse autor, o desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório, isto é, o próprio capital também cria e recria relações não-capitalistas de produção. Nesse sentido, o que muitos acreditavam que deveria desaparecer com o avanço do capitalismo acabam não só permanecendo como em alguns casos se fortalecendo. O campesinato e o latifúndio são exemplos do que permaneceu e no caso do segundo personagem é o que vai se fortalecer. No caso do campesinato, o que houve foi sua sujeição ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. (Oliveira, 2007, p. 11 e 12)

Isto é, a contradição intrínseca ao desenvolvimento do capital criou as condições para a reprodução da produção familiar camponesa, contudo, devido às condições de baixa rentabilidade do capital no campo, comparativamente à indústria, fizeram com que esse capital (na essência industrial) desenvolvesse mecanismos de dominação sobre esses camponeses, explorando-os sem expropriá-los. (Idem, p. 19) Era a sujeição da renda da terra ao capital. Estabelecia as bases para a transformação desta em renda capitalizada, tornando-se proprietário, sem, contudo, expropriar a terra do camponês. Como acrescenta o autor, nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda da terra sem ser o proprietário da terra. (Idem, p. 32)

Quando voltamos nosso olhar para o contexto de nosso objeto, percebemos essa contradição quando nos deparamos com os muitos casos de migrantes sulistas que adquiriram terra no Centro-Oeste, porém, enquanto camponeses, continuaram a trabalhar na terra, ou seja, não são essencialmente burgueses, pois para serem não precisariam trabalhar e sim explorar a mão de obra de outros.

Para entendermos melhor esse raciocínio, o qual Oliveira (2007), esclarece-nos de forma categórica, devemos partir da premissa de que um cidadão só é capitalista e o seu dinheiro capital, isto é, burguês, quando o coloca no processo produtivo (comprando meio de produção e força de trabalho) para reproduzir, de forma ampliada, esse capital. O capital é, pois, a materialização do trabalho não pago ao trabalhador. (Idem, p. 38) No caso de muitos destes migrantes sulistas, como já destacamos, eles até adquirem a terra através da compra, no entanto não compra força de trabalho, posto que ele mesmo, com sua família, fazem esse papel, isto é, não transforma seu dinheiro em capital, visto que não existe trabalho não pago a alguém e, assim, não existe a reprodução ampliada ou acumulação de capital. Acabam dessa forma, mesmo sendo proprietários, submetendo-se à lógica da agroindústria e, por conseguinte, sendo camponeses também explorados pelo capital.

Assim, entendemos que a partir dos assentamentos, através da colonização particular, atraíram os migrantes sulistas que passaram de fato a serem proprietários de uma maior quantidade de terra na “nova” fronteira – contribuindo para a concentração fundiária-, ou seja, passaram a possuir uma gleba de terra maior que as suas antigas

propriedades em seu local de origem. Todavia, muitos destes não se tornaram burgueses de fato, uma vez que passaram a ter sua renda apropriada pelo capital e estavam, na realidade, servindo as demandas exigidas pelo avanço da agroindústria. Essa constatação com relação a muitos dos migrantes sulistas vale não somente para o caso específico da Coopercana, como também para vários outros quando se tem a criação de novos municípios a partir da colonização privada.

Conscientes desse cenário, voltaremos aos nomes daqueles beneficiados nesse processo. Surge, então, nosso segundo personagem, Ênio Pipino, o qual fundou, em 1948, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop), considerada uma das mais antigas empresas de colonização do país. Em 1970, surge a Colonizadora Sinop S/A, com a proposta de desenvolver projetos tanto na região Centro-Oeste quanto na Amazônia. Em 1974, em uma área de 645 mil hectares, denominada Gleba Celeste, inicia a colonização na altura do km 500 da BR-163 (Cuiabá-Santarém), dividindo-a em sítios, fazendas e chácaras, propiciando o surgimento de cidades como Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia. Segundo dados do IBGE, somente o município de Sinop, no ano de 2017, respondeu por uma produção de mais de dois milhões de toneladas de milho, 1,6 milhão de toneladas de soja e 143,7 mil cabeças de gado bovino, tendo um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 6,35 bilhões⁷⁸.

Outro nome de grande relevância entre estes gestores é o colonizador Ariosto da Riva. Ele foi fundador dos atuais municípios de Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta, e apelidado de “o último dos bandeirantes” pelo jornalista (da antiga Revista Cruzeiro, de Assis Chateaubriand) David Nasser. Ariosto da Riva, desde a década de 1950, vinha atuando na região Centro-Oeste, tanto no Mato Grosso do Sul quanto no Mato Grosso: em 1952, fundou a Colonizadora Vera Cruz e adquiriu parte dos 300 mil hectares da Colônia Agrícola Nacional em Dourados (MS), distribuídos no Governo de Getúlio Vargas. Fundou Naviraí (MS) e nos anos de 1960 esteve na região do Araguaia mato-grossense, onde permaneceu por pouco tempo. Entretanto, foi na década de 1970 – especificamente no ano em que se inicia nosso recorte temporal agora em análise – que ele se destaca enquanto gestor máximo de uma das maiores colonizadoras particulares que se instalou no estado agora em questão: em 1974, veio definitivamente para Mato

⁷⁸ Ver melhor em: <http://www.mt.gov.br/-/11736627-pioneiros-do-agronegocio-impulsionam-desenvolvimento-de-mato-grosso>

Grosso e adquiriu 418 mil hectares no norte do estado, onde fundou a INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização) e implantou os três projetos embriões de Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta. Em 2018, os três municípios responderam por 1,466 milhão de cabeças de gado bovino, 4.107 estabelecimentos agropecuários distribuídos em 1,686 milhão de hectares e um PIB de R\$ 2,12 bilhões⁷⁹.

Por fim, nosso último personagem, nesse contexto de lideranças nas colonizadoras particulares, é Munefumi Matsubara, considerado o “pai da soja” no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e um dos pioneiros no incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento do agronegócio em Mato Grosso. Matsubara veio de Maringá (PR), onde atuava na agricultura e na compra de cereais. Decidiu por Mato Grosso ao ouvir falar do “eldorado” que poderia se transformar – e se transformou - na região onde se instalaria.

No que corresponde ao seu incentivo à pesquisa, um dos exemplos que podemos citar se deu em 1974 quando ele destinou uma área, entre 250 e 300 ha para experimentos da EMBRAPA, EMPAER e outras instituições do setor, demonstrando seu intuito em investir forte em tecnologia e na mecanização da lavoura. Matsubara foi além destas ações no sentido de fortalecer seu capital e, ao mesmo tempo, criar as condições infraestruturais para o avanço do latifúndio e do agronegócio sobre a região: Matsubara comprou 10 mil hectares do Governo de Mato Grosso às margens da rodovia BR-163 no município de Sorriso, onde abriu a Fazenda Progresso, uma espécie de berço da soja no médio-norte mato-grossense. Somente na safra de 1977/78, nosso colonizador em foco, plantou 3.600 ha de soja, o que do ponto de vista quantitativo foi impressionante para aquele período e, também, demonstrativo para termos a percepção de como suas ações foram importantes, enquanto pioneiro e gestor, para criar as condições necessárias para o avanço do latifúndio moderno e da agroindústria. Um exemplo disso é o fato de que, em 2018, o município de Sorriso – onde Matsubara destacou-se inicialmente como o rei da soja - segundo o IBGE, produziu mais de dois milhões de toneladas de soja⁸⁰.

⁷⁹ Ver melhor em: <http://www.mt.gov.br/-/11736627-pioneiros-do-agronegocio-impulsionam-desenvolvimento-de-mato-grosso>

⁸⁰ Ver melhor em: <http://www.mt.gov.br/-/11736627-pioneiros-do-agronegocio-impulsionam-desenvolvimento-de-mato-grosso>

Vale destacar, ainda, que a chegada destas colonizadoras particulares ocorreu concomitantemente com a instalação de grandes indústrias multinacionais na região, as quais também garantiram sua “fatia do bolo” no processo em questão: estabeleceram seus latifúndios modernos e extraíram ao máximo a mais-valia sobre os grupos descapitalizados que já estavam ou que estavam migrando para o Centro-Oeste brasileiro. Dentre os que chegavam, importante lembrarmos dos sulistas que chegavam e passavam a serem proprietários de considerável gleba de terra. Entretanto, mesmo sendo donos do meio de produção, tornavam-se mais uma ferramenta de exploração, o que já explicamos a partir da lógica de sujeição da terra ao capital. Casos assim ocorreram em todos os municípios que descrevemos e surgiram a partir da colonização particular.

Com relação às multinacionais, apenas para ilustrar, rapidamente, com exemplos, destacou-se a chegada das empresas Sadia e Coca-Cola na região de Várzea Grande: em 1974, houve a instalação da empresa Sadia Oeste S.A e, em 1977, instalou-se a indústria de bebidas Refrigerantes do Noroeste do Brasil, fabricante da Coca-Cola.

Dessa maneira, devemos estar conscientes a partir do histórico dos citados personagens e da chegada de colonizadoras e multinacionais é que, o que muitos veem - diante de uma percepção unilateral e sem qualquer consciência crítica da realidade que o cerca - como desenvolvimento econômico, geração de empregos, progresso e pioneirismo, tem imbricado em seu movimento, enquanto fatos históricos, a busca incessante pelo lucro, pela perpetuação do latifúndio, pelo avanço da agroindústria, a extração da mais-valia sobre grupos descapitalizados – mesmo quando possuíam a terra - (principalmente os migrantes) e a expropriação de reservas indígenas. E todas essas ações, que estão visceralmente ligadas e ao mesmo tempo camufladas no caminhar do processo histórico em questão, foram apoiadas pelo Estado Restrito para garantir o avanço do capital monopolista – por conseguinte do Estado Amplo - o qual é formado seja pela elite nacional ou internacional. Leia-se: era o programa de contrarreforma agrária em plena ascensão sobre o território regional através de uma ampla política do capital monopolista.

CAPÍTULO 03- O(S) ESTADO(S) E SEUS GESTORES: RENÉ POMPEU DE PINA E SUA CONTRIBUIÇÃO AO AVANÇO DO CAPITAL NO CENTRO-OESTE

1- Contextualizando o personagem em questão

Buscamos destacar e analisar, entre os anos que compõem nosso recorte temporal (1974-1985), o contexto em que se intensificaram as migrações internas para a região de atuação da SUDECO. Destacamos mais profundamente vários casos envolvendo os grupos descapitalizados, os quais nos demonstraram, ao mesmo tempo, a intensificação da exploração sobre sua mão de obra e a potencialização do projeto de contrarreforma agrária sobre estes atores representantes de uma parcela social abandonada pelo Estado brasileiro. Por fim, destacamos, também - buscando avigorar nossa tese do caminhar da ampla política pró-capitalista - como a partir da lógica da colonização particular houve a barbárie da concentração fundiária e como aquelas empresas/colonizadoras e seus tecnocratas – enquanto representantes do capital - foram beneficiados nesse processo.

Agora, perscrutaremos sobre o avanço do capital monopolista sobre o Centro-Oeste utilizando-se de outro instrumento: a trajetória histórica de um personagem em específico que foi fundamental na engrenagem do(s) processo(s) em estudo. Quando da abordagem no que se refere às empresas/colonizadoras particulares atuando sobre o Mato Grosso, destacamos alguns personagens que identificamos como tecnocratas do capital. Aqueles eram gestores ligados diretamente a empresas privadas nacionais, o que destacaremos a seguir é, também, um gestor, contudo, ligado à burocracia⁸¹ estatal, o

⁸¹ Uma burocracia caracteriza-se pela sistemática divisão do trabalho. Esta divisão do trabalho atende a uma racionalidade que é adequada ao objetivo a ser atingido, ou seja, a eficiência da organização. Nesta busca, uma organização burocrática estabelece os cargos segundo o princípio de hierarquia em que cada inferior deve estar sobre a supervisão de um superior. E esta divisão e distribuição de funções, a seleção de pessoal especializado, os regulamentos e a disciplina hierárquica, são fatores que fazem da burocracia moderna o modo mais eficiente de administração, tanto na esfera privada (numa empresa multinacional) quanto na administração pública. Verificamos que no caso da SUDECO, a qual se encaixa na esfera da administração pública, a burocracia moderna predominou como forma organizacional da instituição. A percepção deste predomínio se deu através da quantidade de documentos encontrados no arquivo da instituição em que se tem uma vasta divisão de cargos e funções a serem exercidas por um grande quadro

que fez - ao nosso ver – com que suas ações atingissem uma amplitude de maior alcance sobre todo processo em questão, já que a partir de suas ações estabeleceu-se a penetração mais intensa de organismos e empresas internacionais sobre o território regional.

Assim, a partir de sua intermediação como superintendente institucional, quando ele realiza acordos com organismos internacionais, consequentemente contribuiu decisivamente para a intensificação do fluxo migratório para a região. Isto é, suas ações abriram caminho às políticas neoliberais sobre o território em questão, o que foi essencial para o desenvolvimento da ampla política pró-capitalista. Tudo isso já seria justificativa suficiente para o fato de termos escolhido este personagem para ser analisado. Entretanto, ainda resta mencionar o seguinte: primeiramente, sua gestão à frente na instituição coincide com o período de vigência dos programas especiais, que como já analisado, tiveram papel nefrágico no desenrolar de todo o processo em análise. Entendemos, portanto, que suas ações impulsionaram a realização dos objetivos do Estado por meio dos mencionados programas. Por fim, é válido mencionar, também, que quando da análise do acervo documental da instituição, impressionou-nos a quantidade de documentos assinados por nosso personagem dentro da pasta sobre migrações internas. Tal fato foi ganhando evidência até percebermos como aquele superintendente em específico - mais do que os outros que também apareciam nos documentos oficiais - estava umbilicalmente ligado ao fenômeno migratório, tornando-o peça chave para tentarmos desvendar todo o processo que envolve nosso objeto.

Nesse sentido buscaremos, portanto, esclarecer mais esta faceta de todo processo que envolve as migrações internas e, para isso, teremos como perspectiva a análise da trajetória pessoal de um personagem que - com o seu trabalho intelectual de organização, melhor dizendo, enquanto tecnocrata para a organização e desenvolvimento do capital - pode ser efetivado comparativamente a essa história institucional da SUDECO no contexto em questão.

No quadro burocrático e técnico que compunha toda a hierarquia institucional da SUDECO tinha-se como cargo máximo a figura do superintendente. Entre os vários

de funcionários. E todos estes cargos e funções faziam parte de uma rede hierárquica, em que, buscando uma agilidade e qualidade nos resultados que visavam, fizeram da administração do órgão uma verdadeira “teia” empregatícia.

superintendentes que compuseram esses quadros surge o personagem que nos interessa nesse momento: *René Pompeu de Pina* (1941), descendente das tradicionais famílias Fleury, Jayme, Pina, Mendonça e Aquino, de Pirenópolis. Tornou-se engenheiro eletricitista pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) (1964) e Master of Science (M.Sc.) em Engenharia Elétrica pela University of Colorado, Boulder, Colorado, E.U.A (1970). Pompeu de Pina ocupou diversos cargos e funções nos Governos de Goiás, Tocantins e no Governo Federal, entre os quais pode-se citar: I) fundador do curso de Engenharia Elétrica da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Goiás (UFG); II) secretário da Fazenda do estado de Goiás (1976-79); III) titular da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO (1979-85); IV) e, por fim, participou de dezenas de comissões técnicas, entre elas as que definiram a divisão do estado do Mato Grosso e a que criou o estado de Rondônia.

Nosso roteiro se dará, inicialmente, pelos esclarecimentos teórico-metodológicos que nos guiará nesse momento, aprofundando-nos sobre conceitos fundamentais para nossa abordagem, como os de Estado(s) – Restrito e Amplo -, Condições Gerais de Produção (CGP) e Gestores enquanto intelectuais. Em seguida, voltaremos nosso olhar para a trajetória de nosso personagem desde sua formação acadêmica, perpassando pelo contexto de como ele entrou e suas atuações na superintendência em questão⁸² e como ele produziu conhecimento através de livros, artigos, relatórios entre outros. Este é o ponto chave em que o percebemos como objeto a ser analisado, tendo por base um trabalho focado na história intelectual deste tecnocrata. Este não é necessariamente um grande teórico ou ideólogo⁸³, é um personagem que se encontra no interior da administração da SUDECO com um perfil intelectual diferente, ou seja, é o gestor tecnocrata, é o homem da divulgação e organização *pari passu* dessas institucionalidades no interior do processo da própria organização destas. Esta é uma caracterização particular que muito contribuirá para nossa tese: ligar esse personagem

⁸² Importante destacarmos que teremos como base para analisar a seguinte trajetória intelectual os documentos originais da instituição SUDECO, pois eles trazem o momento que consideramos mais importante para percebermos a contribuição do citado personagem para o avanço do capital monopolista e, conseqüentemente, para a exploração sobre os migrantes sobre o território regional: sua gestão a frente dessa instituição.

⁸³ Importante salientarmos que tem aqueles intelectuais que fazem a criação, que é o grande intelectual em seu sentido tradicional, aqueles pensadores que formulam teorias. Exemplos destes, no sentido de contribuir para o avanço do capital monopolista, podemos citar os nomes de Mario Henrique Simonsen, Delfim Neto, Roberto Campos e Celso Furtado. Contudo, tem o intelectual divulgador, que não produz necessariamente uma teoria da organização, daqueles setores estratégicos como é o caso das superintendências, os personagens que se encontra na administração destas.

ao contexto das migrações internas e como tudo isso está intrínseco ao processo de avanço da intensificação da exploração sobre a mão de obra e do programa de contrarreforma agrária que se instalou na região Centro-Oeste, o que colaborou, consideravelmente, para o avanço do capital monopolista em nível regional e, conseqüentemente, nacional. Portanto, pretende-se agora compreender quem é este gestor que foi responsável pela gerência deste capital internacional e nacional que atuaram e atuam sobre a região de jurisdição da SUDECO.

2- O(s) Estado(s) e os gestores na organização da produção no Centro-Oeste: pressupostos teórico-metodológicos

2.1 O(s) Estado(s) atuante(s) na região Centro-Oeste: breve esclarecimento teórico-conceitual sobre o termo

As práticas institucionais que teremos como fundamentação para a análise do avanço do capital monopolista sobre a região Centro-Oeste serão aferidas, historiograficamente, sob a inspiração teórico-metodológica do universo conceitual de João Bernardo - intelectual português de grande renome na historiografia devido às suas várias contribuições originais - em que utilizaremos como ferramentas as definições de “Estado Amplo”; “Estado Restrito”; “Gestores”; e “Condições Gerais de Produção (CGP)”. Estando a par do entendimento destes, descortina-se o cenário que buscaremos esclarecê-lo.

Dando início à nossa análise, pretendemos agora esclarecer que Estado(s) é(são) esse(s) em que o(s) percebemos como agente(s) produtivo(s) que foi(foram) responsável(responsáveis) pela criação da SUDECO e, concomitantemente, pela expansão e consolidação do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste. Na parte introdutória de nosso texto e no capítulo anterior já fizemos referências a estes conceitos, deixando-os ainda de forma inicial apenas para nortear a percepção do cenário até aqui posto. Todavia, agora, é primordial aprofundarmos o entendimentos

destes, pois o caminho e instrumento neste momento adotados - para contribuírem ao entendimento de todo processo que circunscreve nosso objeto - requerem tal postura.

Desde já é de essencial importância se ter um esclarecimento teórico-conceitual do termo Estado para podermos dar continuidade à discussão. Como destaca Bernardo (1998, p. 29), para Marx e Engels, o Estado seria além de um aparelho de coação sobre a classe explorada, uma espécie de árbitro das divergências surgidas entre os exploradores. Uma célebre frase de Engels resume bem o que é o Estado, caracterizando-o como o comitê de negócios da burguesia. Com isto, o marxismo ortodoxo situou os aparelhos políticos na superestrutura, tal como o mercado funciona num plano acima da produção. Na perspectiva de Bernardo, ele apresenta o Estado, enquanto instituição reguladora da concorrência entre capitalistas, localizando este na própria esfera da produção e pertence, portanto, à infraestrutura. Com esta visão, Bernardo demonstra uma abordagem inovadora com relação ao Estado.

Na tentativa de mostrar o Estado enquanto mecanismo geral do poder, o intelectual português faz uma divisão entre “Estado Restrito” e “Estado Amplo”. Segundo ele, o Estado Restrito é aquele que inclui o aparelho político reconhecido juridicamente, assim como é definido pelas constituições dos vários países, ou seja, governo, parlamento e tribunais. Por este, ocorre a acumulação de capital sob forma absolutamente centralizada, uma verdadeira ditadura interna aos capitalistas. Já o Estado Amplo inclui todas as formas organizadas do poder das classes dominantes, sendo as empresas os elementos constitutivos do Estado Amplo. Este é constituído pelos mecanismos de produção de mais-valia, ou seja, por aqueles processos que asseguram aos capitalistas a reprodução da exploração (Idem, p. 41, 42). A passagem a seguir expressa bem este ponto de vista:

As empresas são o principal lugar de exercício do poder dos capitalistas sobre os trabalhadores, e o principal lugar de contestação desse poder. As empresas não determinam só a vida do trabalhador durante a jornada de trabalho, mas pela sua mera importância econômica incidem no tecido social e urbano em redor, condicionando, portanto a vida do resto da população. Defino, assim, as empresas como os elementos constitutivos do Estado Amplo. (*Id.*, *ibid.*)

Em sua outra obra, João Bernardo (2009, p.209), referencia-nos ao afirmar que “o capitalismo consiste numa relação social globalizada, funcionando como um sistema econômico integrado.” Sendo assim, deve ficar claro que, em nível mundial, o

capitalismo tem-se organizado sempre articulando Estado Restrito e Estado Amplo, o que demonstra que o poder capitalista é tão amplo quanto às próprias classes dominantes (Bernardo, 1998, p. 42). É exatamente neste ponto que percebemos que o processo das migrações internas no contexto de expansão e consolidação do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste, através da SUDECO, entra em cena neste debate, pois identificamos como a atuação da instituição e dos gestores por trás dela estabeleceram a articulação entre Estado Restrito e Estado Amplo a partir do fenômeno migratório.

A criação da SUDECO por si só foi uma ação do Estado Restrito, porque foi o governo federal o responsável por seu plano de criação. Esta enquanto instituição - atuante como uma empresa pública - vai se articular com as empresas nacionais e multinacionais - ou seja, aqueles órgãos do Estado Amplo – as quais, percebendo o potencial econômico que a região poderia oferecer, entraram no jogo e se “aliam” com o Estado militar brasileiro (Estado Restrito). Aqui está a articulação que o capitalismo impõe entre o Estado Restrito e o Estado Amplo buscando seu pleno desenvolvimento.

No capítulo anterior citamos algumas empresas/colonizadoras em âmbito nacional que representaram o Estado em seu sentido Amplo e atuaram sobre o Centro-Oeste. Entretanto, nosso foco inicial neste capítulo serão as empresas multinacionais, pois, além de serem parte significativa dos atores envolvidos no processo, estas tiveram maior controle sobre a geração de capital no território regional. Também destacaremos algumas outras empresas nacionais que se envolvem na trajetória de nosso personagem, e, assim, reforçaremos nossa argumentação nesse momento e, ademais, no que se refere ao que já analisamos anteriormente.

Entre alguns dos órgãos que fazem parte do Estado Amplo em nível internacional e que se aliaram ao governo federal brasileiro (Estado Restrito) pode-se destacar o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a OEA (Organização dos Estados Americanos), os quais com toda certeza tinham grande interesse financeiro sobre a região. Em nossa busca para desvendar até que ponto se deu esse processo nesta região, constatamos que a alta burocracia da SUDECO, fundamentalmente seus superintendentes, tiveram papel determinante para a consecução da articulação já destacada. E entre estes superintendentes consideramos de elevado grau de importância

– tendo por base a análise documental que relatam as ações destes – a administração de René Pompeu de Pina sobre a instituição em foco. Atuação, a qual, mais adiante, aprofundaremos sua análise.

No caso da SUDECO, o que se verifica é que com o passar do tempo este capital internacional, controlado pelas multinacionais (órgãos do Estado Amplo), passa a controlar grande parte do capital gerado no Centro-Oeste. Obviamente que as empresas nacionais (também representantes do Estado Amplo), o Estado Restrito, no caso o governo federal militar e o estadual (no último caso os da região Centro-Oeste) garantiram sua “parte do bolo”, porém a parte maior acaba sendo convertida por essas empresas internacionais que investiram e investem sobre tal região. À vista disso, ocorre uma “apropriação” da economia regional e nacional por interesses multinacionais. As companhias transnacionais passam a ser os principais agentes do comércio mundial, e não o país (no caso se alude o Brasil) por mais importantes que eles sejam. Portanto,

a supremacia econômica e social das companhias transnacionais confirma-se quando observamos que a sua capacidade de atração dos capitais locais é geralmente superior à conseguida pelos próprios centros econômicos e políticos de cada país. [...] o capital transnacional passou a mobilizar grande parte dos capitais locais e a ditar o ritmo de toda a vida econômica. (*Id., ibid.*, p. 46)

Bernardo já havia, de forma geral, percebido isso colocando que o elevado grau de concentração do capital que se tem – principalmente a partir da década de 1960 - permitiu às grandes empresas inter-relacionarem diretamente e, portanto, ocuparem-se das Condições Gerais de Produção (CGP),⁸⁴ sem necessitarem da intervenção do Estado Restrito. Antes de dar continuidade ao assunto é necessário compreendermos o que são as CGP:

Não se deve entender aqui produção num sentido meramente técnico, mas em toda a sua amplitude social. As CGP não se limitam ao que geralmente se denomina “infraestrutura”, mas cobrem todo o campo da tecnologia; que defino como aquele em que as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material. As técnicas são esta realização estritamente material e na tecnologia concebe-se a articulação das técnicas com a sociedade. É nesta perspectiva que proponho o conceito de CGP. (Bernardo, 2009, p. 212)

⁸⁴ Para uma análise mais profunda sobre as CGP: BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. *Integração econômica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 209-289.

Em suma, as Condições Gerais de Produção incluem todo o conjunto das infraestruturas materiais, tecnológicas, sanitárias, sociais, culturais e repressivas indispensáveis à organização geral do capitalismo e ao seu progresso (Bernardo, 1998, p. 31). Com isso, podemos perceber que as Condições Gerais de Produção constituem o principal campo de existência do Estado, pois este é o responsável por toda essa organização logística da produção, abrangendo em todas as infraestruturas. O Estado Restrito é, pois, o grande responsável pela organização, consolidação e progresso do capitalismo, porém quem toma as rédeas é o Estado Amplo, através das multinacionais.

Nesse sentido, devemos elucidar que o Estado Restrito é por definição nacional, sendo assim, estes Estados não têm qualquer possibilidade de se contrapor ao Estado Amplo, o qual é transnacional. O que se verifica é aquela articulação entre o Estado Restrito em direção ao Estado Amplo, através de organismos reconhecidos constitucionalmente e hegemonzados pelo Estado Restrito, passando, gradualmente, a processar-se mediante os *lobbis*, os grupos de pressão, que são instituições inteiramente controladas pelo Estado Amplo:

Na sequência desta evolução, diversas instituições, quer econômicas quer administrativas, que de início pertenciam ao quadro do Estado Restrito passaram paulatinamente sob a égide do Estado Amplo, tanto nas prioridades impostas ao seu funcionamento, como na sua estrutura interna e, ainda, na maneira de se relacionarem com outras instituições. (*Id., ibid.*, p. 45)

Em conclusão, Bernardo (*Id., ibid.*, p. 47) afirma que:

[...]as companhias transnacionais têm a capacidade de prosseguir uma estratégia própria, independente dos governos tanto dos países onde estão implantadas as matrizes como daqueles onde se estabelecem as filiais. Elas não são um agente de um ou outro governo estrangeiro, como pensam aqueles que ainda hoje raciocinam em termos estritamente nacionais. As companhias transnacionais são elas mesmas um poder, o mais importante na época atual.

Tudo isso nos demonstra como as companhias transnacionais tornaram-se o elemento mais dinâmico no interior do Estado Amplo e o principal responsável pela desagregação do Estado Restrito. Com isso, verifica-se que a superestrutura política evolui no sentido do reforço do Estado Amplo, e na redução da esfera do poder do Estado Restrito. O que se entende hoje por neoliberalismo não é mais do que a hegemonia exercida sobre o Estado Restrito pelas multinacionais, enquanto elementos determinantes do Estado Amplo (*Id., ibid.*, p. 48).

Averiguamos que todo esse processo colocado por Bernardo se concretizou na região Centro-Oeste através da ligação SUDECO - controlada pelo governo federal militar (Estado Restrito), com o capital internacional - transnacionais (Estado Amplo). Podemos colocar aqui apenas um Estado globalmente considerado, o qual resulta da articulação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito, sendo este Estado, no Brasil, o grande agente capitalista. Contudo, percebemos este Estado globalmente considerado como agente de produção e não apenas como espaço político.

Consideramos ainda nesse sentido, tendo como alicerce nosso prévio conhecimento sobre o assunto - o que nos fica claro tendo consciência da trajetória histórica da SUDECO - é que outros “pontos” ainda “soltos” se somam para desbravarmos com mais afinco o desenrolar de todo processo em questão. Buscaremos analisá-los de forma pormenorizada, visando assim “amarrar” esses novos “pontos” em nossa narrativa. Como citado anteriormente, quando analisamos o papel da SUDECO no avanço do capital monopolista na Região Centro-Oeste (Araújo, 2016), fizemos a divisão de sua trajetória, entre 1967 a 1990, em três fases. Na última dessas fases (1985-1990) evidenciamos como a mencionada instituição foi se esvaziando a partir da intensificação do capital monopolista, que seria o mesmo que dizer que a concretização da política neoliberal, o que é fator determinante, em nosso ponto de vista, para a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito.

No entanto, entendemos que as ações ocorridas na segunda fase por nós destacadas – e que neste momento materializou-se como sendo todo nosso recorte temporal diante do fenômeno migratório – marcada pela intensificação da modernização agropecuária regional e pela implantação de grandes projetos de colonização oficial e particular, foram elas os elementos fundadores que potencializaram o avanço do capital monopolista e, por conseguinte, a sobreposição citada. E é justamente no contexto deste recorte temporal que se encontra o personagem que será analisado, pois sua administração enquanto superintendente ocorreu entre 1979 a 1985. Entendemos a priori que os gestores da SUDECO, principalmente aquele aqui destacado, foram resolutivos para o processo das migrações internas e, consequentemente, para a citada sobreposição. Dessa maneira, partindo desse histórico institucional já analisado, investigaremos as outras facetas – “pontos” - que explicam melhor o processo que buscaremos esmiuçar.

2.2 – Os gestores nas rédeas do capitalismo monopolista sobre o Centro-Oeste: quem realmente são os gestores?

Depois de entendermos como o Estado se torna o grande agente de produção na consolidação do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste – o que vai fazer dele responsável direto pelo processo das migrações internas - pretende-se agora compreender quem são estes gestores que são os responsáveis pela gerência deste capital internacional e nacional que atuaram e atuam sobre a região de jurisdição da SUDECO.

Primeiramente, é importante salientarmos que este tecnocrata/gestor, é percebido enquanto intelectual e, portanto, o que examinaremos inicialmente se volta para as seguintes questões: percebermos a identidade do indivíduo/intelectual que se encontra no interior da institucionalidade das relações sociais em torno da trama que envolve o processo em análise; entendermos as determinações estruturantes da ação social deste intelectual buscando verificarmos até que ponto sua práxis condicionou o funcionamento e/ou desenvolvimento do avanço do capital sobre a região em foco. É somente na institucionalidade das relações sociais que o profissional da ciência histórica poderá encontrar o sentido identitário dos sujeitos interpelados.

Tendo como referência Goldmann (1970, p. 11) - obra a qual ele inicia destacando sua crítica às principais correntes teóricas das ciências sociais contemporâneas baseadas em pesquisa positivista - inferimos que conhecer a identidade e a ação deste intelectual no processo em questão é não deixar escapar as transformações qualitativas das estruturas sociais e a dimensão histórica dos fatos humanos.

Entendemos que esse é um dos caminhos fundamentais que o historiador tem como norte para analisar o fato social⁸⁵, indagando-o como parte de um processo que

⁸⁵ Nas palavras de Goldmann (1970, p. 17) “todo fato social é uma fato histórico e inversamente. Segue-se daí que a história e a sociologia estudam os mesmos fenômenos [...]”, ou seja, a ciência sociológica será nossa aliada nos fornecendo instrumentos para analisar o contexto histórico posto, pois temos a consciência que não podemos isolá-las, sendo que na verdade se complementam enquanto ciências, contribuindo uma com a outra. Contudo, “não se trata pois de reunir os resultados da sociologia e da

envolve uma totalidade de acontecimentos. E esse será nosso caminho nesse momento, na tentativa de verificar como este tecnocrata, enquanto intelectual a serviço do capital, foi relevante no histórico institucional da SUDECO para a consecução do capital monopolista no contexto regional. Nesse percurso, analisar as relações sociais entre gestores e migrantes neste processo, tendo como referencial a luta de classes e as visões de mundo opostas – o que os determina enquanto classe dominante e classe dominada – será de grande valia para concretizarmos nossa tarefa historiográfica. Como corrobora Goldmann,

[...] o fundamento ontológico da história é a relação do homem com outros homens, o fato de que o ‘eu’ individual só existe como pano de fundo da comunidade. O que procuramos no conhecimento do passado é a mesma coisa que procuramos no conhecimento dos homens contemporâneos. Primeiro, as atitudes fundamentais dos indivíduos e dos grupos humanos em face de valores, da comunidade e do universo. (*Id., Ibid*, p. 22)

Entendemos, assim, que só a atitude dialética pode realizar uma síntese que concomitantemente levará à consciência de classe e à ação, despertando a preocupação com o “outro”, com o ser humano que está na mesma situação de exploração. É com essa atitude e com a consciência de classe resultante dela que poderemos [...] “conhecer os homens que, em condições diferentes e com meios diferentes, no mais das vezes inaplicáveis à nossa época, lutaram por valores e ideais, análogos, idênticos ou opostos aos que possuímos hoje; o que nos dá consciência de fazer parte dum todo” [...] (*Id., Ibid*) Isto é, “a consciência histórica existe apenas para uma atitude que ultrapassa o eu individualista, ela é precisamente um dos principais meios para realizar essa superação.” [...] (*Id., Ibid*) No caso dos intelectuais/tecnocratas à frente da SUDECO, percebemos claramente que estabeleceram valores opostos aos dos migrantes enquanto homens despossuídos, pois evidentemente eram e são grupos sociais distintos. Buscaremos esclarecer isso tendo como instrumento a conscientização histórica, visando, dessa forma, atentar parte da sociedade atual no que se refere à qual classe de fato ela pertence e de como a classe dominante tem total consciência da sua condição, fazendo com que perpetuem a exploração de uma minoria social sobre a maioria da população, maioria a qual o indivíduo porventura tenha acesso a essa leitura

história, mas de abandonar toda sociologia e toda história abstratas para chegar a uma ciência concreta dos fatos humanos [...] (*Id., Ibid*) Logo “a sociologia não pode ser concreta se não for histórica, do mesmo modo, a história, se pretender ultrapassar o simples registro dos fatos, tornar-se-á necessariamente explicativa, a saber, numa medida maior ou menos, sociológica.” (*Id., Ibid*)

provavelmente se encontra. Fundamentalmente através da consciência histórica poderemos superar o individualismo e, portanto, passaremos a pensar no “outro”. É nesse momento que passamos a ter consciência de classe.

Diante do exposto e nos remetendo ao papel do intelectual, visualizamos que os gestores à frente da SUDECO, principalmente aqueles da mais alta hierarquia burocrática – os superintendentes – cumpriram, em nosso ponto de vista, seu papel fundamental na sociedade capitalista: organizar a produção tendo como fim assegurar a exploração. A passagem a seguir esclarece melhor o que se quer dizer:

Se uma das marcas identitárias fundamentais do intelectual é a institucionalidade da organização da produção, então é possível afirmar que o intelectual na sociedade capitalista cumpre, por definição ontológica, funções institucionais de exploração. E se assim for, o outro institucional do intelectual é sempre aquele que sofre sobre si essa organização institucional da exploração, a força de trabalho submetida à lógica da exploração capitalista. Na materialidade institucional do capitalismo, a identidade e a alteridade do intelectual são, portanto, sempre expressões institucionais de classe. (Pinto, 2011, p. 02)

Tendo como fundamento esta percepção identitária do intelectual tecnocrata/gestor, enquanto aquele que garante a exploração a partir da organização da produção, resta-nos entender quem são e quais as consequências para os sujeitos/grupos que estão na outra “ponta” do processo, ou seja, aqueles que sofrem com a exploração imposta. Anteriormente, já iniciamos a análise de quem são eles – os grupos descapitalizados - e neste capítulo buscaremos aprofundar com exemplos de representantes deste grupo explorado e, principalmente, as consequências para estes. Todavia, procuraremos fazê-lo no momento em que formos analisar a trajetória pessoal deste personagem, pois, assim, poderemos destacar comparativamente as suas ações aos resultados para aqueles que foram atingidos por elas.

No contexto em análise e tendo como referência a luta de classes, entendemos que estas visões de mundo diferentes que estão sempre em embate, de classes distintas cada qual com a sua lógica, fica muito clara a partir das migrações internas, em que os migrantes são os sujeitos da outra “ponta”, aquela dos despossuídos, desprovidos de capital e que sofreram e sofrem de forma brutal o peso da exploração imposta pelos gestores a serviço do capital e pela burguesia (seja nacional ou internacional). É o que já verificamos – e vamos continuar destacando - sobre os migrantes na região Centro-Oeste, os quais foram forçados ou incentivados pelo Estado Restrito. Nesse caso,

representados por instituições como SUDECO, INCRA e MINTER, a se deslocarem pelo território atendendo, de alguma forma, à lógica do avanço do capital monopolista imposta pelo Estado Amplo, processo no qual está intrínseco a exploração, ou seja, a expropriação da mais-valia. Sabemos que a mais-valia é a base fundamental de onde parte a construção do edifício capitalista. É de sua produção e realização que se constitui a prática institucional da exploração da força de trabalho. Como deixa claro Pinto,

O fato histórico fundamental do capitalismo é a prática institucional da exploração; assim, é da produção e realização da mais-valia que se constrói todo o edifício institucional do capitalismo. Capitalismo é um modo de produção de integração, todas as realidades sociais de uma formação social capitalista estão integradas ao seu vértice fundamental: a exploração da força de trabalho, não existe nenhuma materialidade socialmente institucionalizada fora desse espectro totalizante. (*Id., Ibid*, p. 03)

É de fundamental importância destacarmos que no contexto de nossa análise, como já afirmamos, voltarmos nesse momento, para o entendimento das relações sociais entre tecnocratas e migrantes (neste caso, estes enquanto força de trabalho assalariada) - ou seja, classe dominante e classe dominada, e como a primeira concretiza sua função de extração da mais-valia sobre a outra - visualizamos não apenas estes grupos na luta de classes que envolvem o processo em questão. Além delas, visualizamos mais duas: a burguesia, a qual está do lado dos gestores enquanto classe dominante; e as nações indígenas, que estão do mesmo lado dos migrantes enquanto classe dominada. Os trechos a seguir nos referenciam e reforçam o que defendemos:

A expropriação da mais-valia na esfera produtiva e a sua consequente realização na esfera da circulação opõem estruturalmente três classes sociais: de um lado a força de trabalho assalariada submetida à lógica da exploração; e do outro lado, a burguesia e os gestores organizando a lógica da exploração. (*Id., ibid.*)

Sob as sociabilidades de uma formação social capitalista, os indivíduos vêm-se contingenciados pelas determinações da esfera produtiva, ora como proprietários dos meios de produção (burguesia), ora como organizadores e controladores institucionais da exploração frente ao processo produtivo (gestores) ou como força de trabalho sob exploração (força de trabalho assalariada). (*Id., ibid*, p. 04)

Apesar de sua contribuição, no contexto que estamos analisando, não nos restringiremos apenas às três classes citadas. Acrescentaríamos, como destacado anteriormente, as nações indígenas como outro grupo social dominado que faz parte da lógica da expropriação da mais-valia. Todavia, neste capítulo, limitaremos a analisar até

que ponto a atuação do intelectual em questão contribuiu para intensificar a exploração/violência e o programa de contrarreforma agrária sobre os migrantes e outros grupos descapitalizados na região Centro-Oeste, deixando a análise no que tange à exploração e à violência sobre os nativos para nosso próximo capítulo.

Por fim, vale ressaltar que o gestor enquanto pertencente à classe dominante capitalista, aquele que detém o controle e planejamento do processo produtivo, conseguiu não apenas intensificar a expropriação da mais-valia e o programa de contrarreforma agrária sobre os trabalhadores assalariados, mas também manter a harmonia social, evitando os conflitos de classes. Resumidamente, isso faz com que o trabalhador assalariado – os grupos descapitalizados – vê-se como parte do processo e que seu trabalho trará frutos para ele e sua família. É a partir deste discurso das classes dominantes que ocorre a desarticulação da consciência de classe, fazendo com que os trabalhadores fiquem passivos diante da exploração que os consome. Os instrumentos utilizados para a citada desarticulação são os mais variados, entre os quais podemos citar: a repressão, utilizando o Direito como instrumento; pela cooptação; e através do Estatuto de Cidadania burguesa, o qual desarticula a consciência de classe. No próximo capítulo aprofundaremos tal debate no que corresponde aos instrumentos utilizados para a desarticulação da consciência de classe.

Voltando-se ao “busílis” da questão, identificamos uma passagem escrita por Pinto (2011) que destaca como a própria burguesia já havia percebido a importância dos gestores para o avanço do capital:

Nas palavras da burguesia industrial a consagração institucional dos gestores como a classe dominante capitalista por excelência – porque sua efetiva configuração institucional era a do controle e planejamento do processo produtivo, tinha como resultantes práticas não só a intensificação da expropriação da mais-valia sobre a força de trabalho assalariada, mas também a organização da harmonia social para o não conflito de classes, e é dessas práticas que se pode definir efetivamente a historicidade das alteridades de classe na definição ontológica das identidades do trabalho intelectual no capitalismo. (Id., *Ibid.*, p. 12)

Imbuídos da consciência de que a burguesia passou a ter da importância dos gestores para os seus negócios e, concomitantemente, para o desenvolvimento do capitalismo, pode-se indagar nesse momento o seguinte: mas e a burguesia? Não é ela a classe responsável pelo controle do capital? Na tentativa de responder quem são os gestores, está incluída a resposta para esta segunda questão.

Nessa discussão, novamente, teremos como referência João Bernardo e, segundo sua definição, a burguesia vive em função do funcionamento particularizado da economia, já os gestores em função do funcionamento integrado da economia (Bernardo, 1998, p. 51). A partir disso podemos perceber que em nível quantitativo quem tem maior tutela sobre a circulação de capital em âmbito mundial são os gestores, pois são eles que se articulam com a economia de forma integrada e não particularizada como a burguesia. Sendo assim, a burguesia tem um poder sobre o capital em nível restritamente local, já os gestores articulam e controlam o capital sobre todo o planeta. Indo ao encontro do que Pinto (2011, p. 09) afirma, concordamos que “o processo produtivo capitalista só se erige com a presença dos gestores, o trabalho de organizar e agregar valores tecnológicos à mercadoria é de responsabilidade do gestor, raramente do burguês proprietário”.

Na busca de esclarecer melhor quem são os gestores, não poderíamos deixar de compará-los à burguesia, já que ambos os grupos fazem parte da classe dominante. Fazer um paralelo entre estes contribui para elucidar melhor quem é quem enquanto classe/grupo e quais seus papéis nesse processo. Partimos do ponto básico de que a burguesia representa aqueles que detêm os meios de produção, isto é, vivem da extração da mais-valia sobre aqueles indivíduos que trabalham em suas posses, não sendo, portanto, assalariados. Já os gestores constituem-se como profissionais com funções institucionais de direção que são assalariados pela mais-valia como resultado da exploração da força de trabalho. É, portanto, aquele assalariado que instrui o burguês enquanto proprietário dos meios de produção para extrair ao máximo a mais-valia. Para definir de forma mais clara quem é este intelectual tecnocrata enquanto gestor do capital vale ressaltar:

[...] um profissional que é assalariado pela mais-valia como resultado da exploração da força de trabalho e que se organiza como um profissional assalariado com funções institucionais de direção, alguém que a partir de si mesmo não se pensa como trabalhador assalariado, alguém que instrui o capitalista proprietário dos meios de produção, enfim, alguém que se pensa como expressão autônoma frente ao processo que organiza e reproduz como estrutura. (Pinto, 2011, p. 113)

Pensando na esfera da propriedade e na distribuição da mais-valia, a propriedade burguesa é de caráter individual, vitalício e transmissível, pois são os donos dos meios de produção. Já os gestores, os quais não são os donos dos meios de produção, mas que

porventura podem se tornar, participam coletivamente na apropriação da mais-valia, já que exercem funções em corpos dirigentes da burocracia política e econômica, pública ou privada. (Bernardo, 1998, p. 52) Em outros termos, a burguesia são os proprietários dos meios de produção e os gestores os controladores da produção. Se estes detêm na esfera produtiva o controle do saber tecnológico produtivo, o controle científico da racionalidade produtiva, eles são, também, indubitavelmente, classe dominante. O que se quer fazer entender fica ainda mais detalhado a seguir:

[...] intelectuais como os engenheiros (os quais chamamos de gestores) demarcam a operacionalidade da visão de mundo tecnocrática como o sentido ideológico do real existente: a técnica e o cientificismo da organização como elementos de integração e de maximização da expropriação dos tempos produtivos da força de trabalho, esses procedimentos são partes fundamentais de realização da mais-valia. (Pinto, 2011, p. 09, grifo nosso)

Em suma, tanto a burguesia como os gestores encontram-se do mesmo lado na extorsão da mais-valia. Ambos têm o controle sobre o seu próprio tempo de trabalho e exercem o controle sobre o tempo de trabalho alheio, o que significa que são exploradores. Na medida em que estas duas classes se apropriam de mais-valia estas são classes capitalistas, entretanto, trata-se de duas classes capitalistas distintas.

O que deve ficar claro é que os gestores existem como classe desde o início do capitalismo, porém não apareciam como uma classe unificada. Podemos demonstrar isso, no caso do Brasil, através da figura de André Rebouças. Este é percebido como um homem de negócios e também intelectual do século XIX, o qual foi um dos responsáveis pela modernização dos meios de produção do país através da utilização de investimentos estrangeiros. Percebemos aí a relação entre capital nacional e o capital internacional. O intelectual é aqui entendido como um gerenciador no capitalismo. Portanto, Rebouças é um gestor no ponto de vista que adotamos. Os gestores, com o passar do tempo, foram adquirindo uma consciência de classe comum à medida que progrediu a concentração do capital:

[...] quanto mais a economia se desenvolve e se integra, mais se consolidam os gestores, que nessa integração fundamentam precisamente a sua existência. São a classe capitalista que, contemporânea da gênese deste modo de produção, expande-se e reforça-se com o crescimento econômico, confundindo-se com ele o seu eixo de evolução. (Bernardo, 1991, p. 216 *op cit* Pinto, 2011, p. 07)

Conscientes de que os gestores existem enquanto classe desde o princípio do capitalismo, é importante salientar que foi na década de 1930 – a denominada Era Vargas – que suas ações no interior do Estado Restrito, estabelecendo ligações com o capital monopolista internacional, foram determinantes para organizarem pragmaticamente as Condições Gerais de Produção capitalista no Brasil. O trecho a seguir elucida o que buscamos descortinar:

Foi a partir da ação institucional dos gestores no Estado Restrito e da sua locução internacional junto ao capitalismo monopolista que se puderam efetivamente estabelecer os supostos fundamentais das Condições Gerais de Produção no Brasil (a criação da Companhia Siderúrgica Nacional [CSN] é um exemplo máximo dessa capacidade de organização produtiva do Estado Restrito) e dessas práticas definiu-se a possibilidade estrutural para a ação produtiva das empresas privadas (o Estado Amplo). (Pinto, 2011, p. 116)

Assim sendo, desde o modelo nacionalista varguista vinham sendo orquestradas as Condições Gerais de Produção, condições as quais consideramos que foram ainda mais intensificadas a partir da década de 1960, no contexto do avanço do capital monopolista e da criação das superintendências regionais. Como bem destaca Bernardo (1977 e 2009) citado por Pinto (2011, p. 04), este processo de intensificação das CGP, entre 1930 a 1960, que fez parte do programa de desenvolvimento em âmbito nacional do Estado Restrito, estruturou junto a ele a consolidação gradativa do Estado Amplo, em que as empresas nacionais se integram ao capital internacional.

Nesse sentido, vale mencionar como o processo de planejamento econômico – o qual já abordamos no tocante à contextualização dos antecedentes - e às ações da SUDECO são relevantes para se entender o desenvolvimento desse processo das CGP e a importância dos gestores para a consolidação do Estado Amplo. Aqui, pode-se citar como exemplos de categorias de gestores não apenas os que estavam à frente da burocracia institucional da SUDECO, mas também engenheiros, economistas, juristas e outras diversas categorias de “especialistas” enquanto organizadores institucionais do capitalismo.

A classe dos gestores é encontrada tanto nas instituições estatais quanto nas empresas nacionais e multinacionais, sendo eles os responsáveis por sua administração. Temos os três casos no contexto da consolidação do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste através da SUDECO, contexto o qual tem intrínseco em seu desenrolar o

processo das migrações internas⁸⁶. No primeiro caso se tem como exemplo o corpo administrativo/burocrático da SUDECO, a qual era uma instituição ligada ao Estado federal e tinha uma imensa burocracia alicerçada pelos tecnocratas (gestores).

É interessante percebermos como os gestores passam a predominar no cenário econômico regional e nacional, pois já estavam no corpo administrativo da SUDECO e, além disso, são os mentores da exploração em massa exercida pelas grandes multinacionais na mesma região, fato que buscaremos esclarecer melhor diante do controle migratório sobre o território em evidência. Há, então, os gestores públicos e os gestores privados: no segundo caso, eles são encontrados tanto na administração direta das empresas com capital internacional (os executivos e dirigentes das grandes corporações), ou como acionistas destas.

Já que nos referimos aos acionistas, é importante colocarmos que se tem um fenômeno inusitado de a propriedade privada ser negada pela corporação (multinacionais), pois ela é autônoma, porém, no plano interno, o grupo controlador manda. A autonomia deriva do fato de ser uma sociedade anônima, composta por ações, mas o grupo que tem a porção majoritária das ações é o grupo que determina e controla tornando-se, portanto, os grandes exploradores. (Tragtenberg, 1980, p. 8)

Voltando, especificamente, a esta classificação dos gestores em públicos e privados (os das empresas nacionais e multinacionais), tentaremos adiante mencionar na prática uma referência como gestor público na administração da SUDECO que foi um dos responsáveis por garantir o avanço do capital monopolista sobre o Centro-Oeste brasileiro e, conseqüentemente, pela sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito. Neste íterim, destacaremos as grandes empresas gestoras do capital transnacional que verificamos atuando sobre a região em foco, o que nos servirá de exemplos para demonstrar como, a partir dos acordos estabelecidos entre nosso personagem, enquanto representante do Estado Restrito, com organismos e empresas multinacionais (Estado Amplo) foi concretizada a citada sobreposição.

Logo, consideramos imprescindível compreender a identidade desse intelectual para se esclarecer melhor o processo em análise, o qual é formado por várias facetas.

⁸⁶ No capítulo anterior, no que concerne ao fenômeno migratório, destacamos casos envolvendo os gestores na direção de empresas/colonizadoras nacionais. Neste capítulo, abordaremos, mais adiante, como um gestor ligado à burocracia estatal, a partir de acordos com organismos e empresas internacionais, foi de fundamental relevância para o avanço do capital monopolista sobre o Centro-Oeste.

Compreender a identidade deste intelectual nesse processo, enquanto uma das facetas que nos fazem entendê-lo em sua totalidade, só se faz historicamente possível dentro da materialidade institucional que condiciona sua práxis. Práxis a qual, enquanto intervenção pública do intelectual (Intelligentsia), que representa a expressão síntese da visão de mundo na construção das práticas ideológicas de classe. É isso que buscaremos entender adiante.

3- René Pompeu de Pina: um intelectual a serviço do capital

3.1 - Sua origem e sua “gestação” como gestor

O personagem em foco nasceu no dia 29 de junho de 1941 na cidade de Palmeiras de Goiás-GO, descendente das famílias/oligarquias Fleury, Pina, Jayme, Mendonça e Aquino, as quais são tradicionais na região de Pirenópolis⁸⁷. Buscando mergulhar inicialmente em seu universo de origem familiar, fica claro seu destaque social a partir do poder financeiro, político e intelectual de sua linhagem: seu pai, Antônio Pompêo de Pina (1903-1997), era comerciante e industrial, homem com vasto cabedal financeiro. Já sua mãe, Ophelia Jayme de Pina (1917-2015), destacou-se no campo intelectual, pois é considerada uma mulher erudita e culta de seu tempo. Foi professora e pianista, bacharel em Ciências e Letras (1935), em Pedagogia, e licenciada em Letras Vernáculas e em didática, com pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP - 1970 a 1973), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 1970-1973) e na Université Paris – Sorbonne (1972).

René Pompeu de Pina saiu ainda muito jovem de seu estado de origem para estudar em São Paulo, onde fez seus estudos fundamentais e médios no Colégio Arquidiocesano, finalizados em 1956 e 1959, respectivamente. Ingressou na USP e tornou-se engenheiro eletricitista pela Escola Politécnica daquela universidade em 1964,

⁸⁷ Aprofundando um pouco mais em seu histórico familiar, vale a pena citar a seguinte passagem: “com raízes na Espanha – pelas famílias Bueno e Camargo – e em Portugal, por João Ramalho, náufrago que chegou ao Brasil em 1508, fundador da Vila de Santo André da Borda do Campo, genro do Cacique Tibiriçá – ‘Protetor da Casa de Piratininga’ e dos padres fundadores do Colégio Jesuíta, que deu origem à Vila de São Paulo, atual capital paulista”. (Jaime, 2016, p. 13) O autor da obra em que se encontra o trecho mencionado, também pertencente à família, busca fazer uma radiografia familiar e, claro, superestimando e vangloriando a história desta oligarquia poderosa nas regiões de Palmeiras de Goiás e Pirenópolis, ambos municípios do estado de Goiás.

e Master of Science (M.Sc.) em Engenharia Elétrica pela University of Colorado, Boulder, Colorado, E.U.A (1970). Buscando seu aperfeiçoamento técnico na área de engenharia, fez várias especializações nos EUA, dentre as quais podemos citar: a) Curso de Transmissão, Distribuição e Operação na Rural Electrification Association e no Bureau of Reclamation, Casper, Wyoming (1968); b) Curso de Operação e Manutenção no Casper College Hot Line Training Center, Casper, Wyoming (1968) e; c) Programas de Treinamento do Washington International Center, Washington, D.C. (1968).

Enquanto intelectual (tendo como base seu conceito tradicional) teve uma atuação importante na vida pública: fundador do curso de Engenharia Elétrica da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Goiás (UFG); professor titular do Departamento de Eletrotécnica da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Goiás, tendo lecionado quatro disciplinas: Máquinas Elétricas, Circuitos elétricos e Eletromagnetismo, Conversão Eletromecânica de Energia e Engenharia de Segurança do Trabalho; É sócio fundador da Academia Palmeirense de Letras e Artes, onde ocupa a cadeira número 12, cujo patrono é Pireneus de Carvalho.

Já quanto a sua carreira profissional - que no contexto de nossa abordagem mais nos interessa para entender seu papel enquanto propulsor do capital na região em foco – esta começou nas Centrais Elétricas de Goiás (CELG), a partir de 1965, instituição em que ele teve uma rápida ascensão hierárquica, ocupando os seguintes cargos: chefe da Divisão de Produção de Energia (1965); chefe do Departamento de Operação (1965-1966); superintendente de operação, transmissão e distribuição (1966-1968); assessor técnico da diretoria técnica (1970); diretor técnico (1970-1971); Diretor vice-presidente (1972-1974); presidente do Conselho de Administração; e presidente da CELGPAR (Companhia Celg de participações). (Nasser, 2017, p. 01) Neste início de carreira fica clara sua capacidade técnica para lidar com a gestão pública e, conseqüentemente, com os interesses do capital engajados nela. Isso vai se intensificar.

A partir deste processo profissional inicial, que lhe garantiu capacidade técnica, experiência em gestão e maturidade na gerência do serviço público - dando-lhe, portanto, prestígio naquele cenário de promoção do capital monopolista durante o regime militar, que tanto valorizava/valoriza seus tecnocratas – Pompeu de Pina ocupou, posteriormente, diversos cargos e funções nos Governos de Goiás, Tocantins e no Governo Federal, a saber:

a) secretário de Minas, Energia e Telecomunicações do estado de Goiás (1975-76); b) secretário da Fazenda do estado de Goiás (1976-79); c) titular da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO, Ministério do Interior, Brasília (1979-85); d) membro da Comissão Especial da Divisão do estado do Mato Grosso; e) assessor do Ministro dos Transportes, Brasília (1986-1987); f) secretário Adjunto do Ministério dos Transportes, Brasília (1988); g) primeiro secretário da Fazenda do recém criado estado do Tocantins, Palmas (1989-91); h) diretor financeiro da Central de Medicamentos – CEME – Ministério da Saúde, Brasília (1992-1993); i) assessor técnico da Secretaria de Assistência Social, Ministério da Previdência Social, Brasília (1994-1995); j) superintendente executivo da Secretaria de Transportes do estado de Goiás (1999-2002); k) superintendente executivo da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Goiás; l) secretário de Infraestrutura do estado de Goiás; e, até o ano de 2018, m) Chefe de Gabinete da SECIMA – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do estado de Goiás. (Idem, p. 01)

Embora nosso personagem não tenha sido político de carreira, ele foi e é um hábil político *lato sensu*, aquele ligado diretamente ao cenário político e aos seus altos figurões, transitando entre estes de forma sempre a buscar sua escalada enquanto gestor do capital. Exemplo modelar disso é sua estreita relação com o ex-governador do estado de Goiás Marconi Perillo, o que pode ser explicado pelo fato do ex-governador ser esposo de sua sobrinha, a senhora Valéria Perillo. Durante o regime militar chegou a ser cotado para ser nomeado governador de Goiás durante o Governo de Geisel, como o relato a seguir nos mostra:

Alguns anos antes, em 1978, ao final do governo Geisel, foi um dos principais cotados para ser nomeado governador de Goiás, contando, inclusive, com a preferência do Governador Irapuan Costa Júnior. Na indicação indireta, no entanto, a amizade de Ary Valadão com o general Golbery do Couto e Silva, então todo-poderoso ministro-chefe da Casa Civil da Presidência lhe valeu o posto. Por um capricho do destino, o mais preparado técnico goiano à época, não tornou-se governador de Goiás. (Idem, p. 01)

Entretanto, este se destacou, sobretudo, como notável técnico. E essa notoriedade se reflete quando analisamos suas funções/cargos ao longo da ditadura militar no país (1964-1985). Já destacamos alguns de seus cargos ao longo de sua carreira, todavia vale ressaltar sua efetiva e destacada participação junto aos governos militares: participou de dezenas de comissões técnicas, entre elas as que definiram a divisão do estado do Mato Grosso (1977), no Governo de Geisel, e a que criou o estado de Rondônia (1981), já no governo de João Figueiredo. Neste último governo do ciclo militar, nosso personagem se destacou de forma ainda mais relevante quando esteve à

frente da SUDECO (1979-1985), considerado, naquele período, um dos melhores quadros técnicos dessa administração.

Fica-nos evidente o vasto currículo profissional do personagem ora retratado, marcado pela quantidade considerável de cargos de elevada importância no cenário político e estratégico do ponto de vista econômico. Não podemos deixar passar despercebidos os fatos: René Pompeu de Pina teve uma meteórica carreira profissional frente a importantes instituições de grande relevância no cenário nacional. No que tange a elas – as instituições – sua participação em uma delas nos salta aos olhos, pois ele ocupou o cargo burocrático/técnico máximo daquela que consideramos de fundamental importância para o avanço do capital monopolista sobre o território regional: a SUDECO.

Válido salientarmos que Pompeu de Pina se destacou, também, como palestrante, ministrando centenas de apresentações e palestras em todo o Brasil. Participou de mais de cinquenta publicações de cunho técnico, desenvolvimentista, municipalista, fazendário e geoeconômico. Aqui, mais uma vez, fica evidente seu tino, seu perfil enquanto intelectual – não aquele no sentido tradicional, mas diferente - tecnocrata, o homem da divulgação e *pari passu* da organização do capital.

3.2- René Pompeu de Pina, a SUDECO e as migrações internas: a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito na região Centro-Oeste

3.2.1- Sua contribuição ao programa de contrarreforma agrária: privilegiando os grupos multinacionais através da superconcentração fundiária

A trajetória do engenheiro René Pompeu de Pina no comando da SUDECO como superintendente (1979-1985), é um exemplo protótipo de trajetória intelectual institucionalizada diretamente associada ao controle e à organização político-econômica das condições gerais de produção, sendo suas ações essenciais para instrumentalizar

ainda mais o projeto do capital monopolista sobre a região Centro-Oeste. Quanto à sua atuação nesse projeto sobre a região citada, interessa-nos, nesse momento, quais as resoluções de suas ações sobre as migrações internas, ou seja, até que ponto as diretrizes político-econômicas tomadas por ele, enquanto burocrata máximo institucional, influenciaram no processo migratório e, conseqüentemente, refletiram tanto no cotidiano do migrante e dos grupos locais descapitalizado quanto no caminhar do programa de contrarreforma agrária. Aqui, destaca-se o antagonismo de classe, pois este (nosso personagem) - enquanto pertencente à classe dominante - contribuiu de forma considerável para intensificar a extração da mais-valia sobre a mão de obra imigrante – classe dominada - . Por fim, lembremo-nos de que – como mencionamos em nossos pressupostos teórico-metodológicos no que tange ao debate sobre Estado(s) – as atuações dos burocratas institucionais foram um dos pontos relevantes para a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito. Entender as ações de René Pompeu de Pina à frente da SUDECO, no contexto das migrações internas nos leva, conseqüentemente, à compreensão da referida sobreposição.

Em documento oficial de comemoração dos 10 anos da SUDECO, em 1977, o então superintendente Júlio Arnoldo Laender destacou as diversas riquezas encontradas no território regional naquele momento, salientando, por exemplo, que este espaço físico era composto por um grande potencial econômico consubstanciado em recursos hídricos, minerais e solos de média e alta fertilidade. Fato que mostra o porquê do grande interesse do governo central do período e, claro, das multinacionais na região. Vale ressaltar que, o Centro-Oeste tinha um potencial hidráulico em torno de 28.000.000 Kw, o que representava 20% do total do país; uma cobertura vegetal de 400 Km² de floresta aberta com volume total de 4 bilhões de m³ de madeira; e um grande depósito mineral composto por Amianto, Estanho, Níquel, Manganês, Ferro, Calcário, Fosfato e Cobre. Todavia, mesmo com tantas riquezas, a região Centro-Oeste participava com apenas 3,1% na formação do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, enquanto a região Sudeste, no mesmo ano, representava 62,8% do PIB. (SUDECO 93. *SUDECO ano 10*. Ministério do Interior. Assessoria de comunicação social. Brasília, 1977. p. 09)

Esse desequilíbrio regional de renda se deu devido, sobretudo, a dois fatores: primeiro com relação à baixa densidade demográfica na primeira região citada, e segundo pela excessiva concentração industrial na região Sudeste. Precisava-se, na

lógica do avanço do capital monopolista, urgentemente, desenvolver esta região e explorar ao máximo sua vasta riqueza.

Buscando, então, acabar com este desequilíbrio o governo vai, simultaneamente, através da SUDECO, investir na formulação de políticas de migração internas para assim aumentar o contingente humano na região com desfalque demográfico e se ter mão de obra excedente visando acelerar o processo de industrialização desta. Era o desenrolar do projeto nacional-desenvolvimentista a partir do pacto estabelecido entre as oligarquias rurais e os grupos industriais, o qual foi intermediado pelo Estado militar. No capítulo anterior demos início à abordagem relativamente a esse processo de intensificação das migrações internas para a região em análise, destacando através de números e exemplos, seja para o meio rural, seja para o urbano, em diversos estados e no Distrito Federal que faziam parte da jurisdição da SUDECO. Aqui entra nosso personagem, pois foi ele quem assumiu a superintendência da SUDECO assim que Júlio Arnoldo deixou o cargo e acelerou o processo migratório para atender à lógica político-econômica estabelecida pelo Estado Restrito em conluio com Estado Amplo, visando, assim, garantir o pleno desenvolvimento das condições gerais de produção.

Uma de suas primeiras atitudes, enquanto chefe maior institucional, foi a de firmar acordos com organismo internacionais visando à exploração do potencial econômico da região. Identificamos essa primeira ação nos documentos primários que fazem parte do acervo documental da SUDECO, através dos quais podemos comprovar a aliança do Estado Amplo e Estado Restrito no Centro-Oeste. Em 1979, seu primeiro ano à frente da instituição, foi realizado um estudo (o qual tinha como sentido simplificar as intervenções governamentais em espaços geográficos potencialmente estratégicos) voltado para o desenvolvimento integrado da bacia do Alto Paraguai. Este estudo resultou de um convênio firmado entre o governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo a Organização dos Estados Americanos (OEA) como executora. (SUDECO 15. *Contribuição para o Workshop sobre a redefinição ao papel da SUDECO*. Conselho deliberativo. 1985. p. 01, 02) O acordo, cuja coordenação foi delegada à SUDECO, tinha como finalidade estudar e planejar, em três anos, o aproveitamento integrado dos recursos de água e solo da bacia do rio Paraguai em terras brasileiras:

[...] a exploração da bacia superior do Rio Paraguai, que cobria cerca de 470.000 Km², das quais 350.000 Km² encontravam-se em território

regional, no estado de Mato Grosso, ao norte do Rio Apa no Pantanal. O estudo intensificou suas atividades em três setores: pecuária de corte, infraestrutura de transporte (especialmente rodovias), e recursos hídricos. O custo inicial para colocar em prática as ações do estudo foi de 8.671.000 dólares, dos quais 7.519.000 dólares foram cobertos pelo governo brasileiro, e 1.350.000 dólares pela OEA e o PNUD. (SUDECO 19. *Plano básico para um estudo de desenvolvimento integrado na Bacia do Alto Paraguai. Missão Predatória OEA. Projetos industriais/agroindustriais.* 1976. p. 01, 02 e 06)

Na verdade, queriam explorar inexoravelmente as riquezas de uma região que podia gerar muito capital para ambas as partes. A partir desse estudo coordenado pela SUDECO, tendo no comando René Pompeu de Pina, várias empresas de capital externo se instalaram na região e se instalaram por perceberem como a região tinha potencial econômico, ou seja, potencial de exploração capitalista em nível monopolístico – e, também, pelas facilidades que o Estado Restrito as ofereceu, principalmente no sentido de lhes conceder milhares de hectares de terras (o que levou a uma superconcentração fundiária), recursos financeiros através de incentivos fiscais e com uma política anti-inflacionária de crédito interno e externo. Em estudo realizado por Fiorelo Picoli (2006, p. 47), quanto às empresas instaladas na Amazônia brasileira no período da ditadura militar, podemos citar algumas destacadas por ele que compreendem a região e ao período da gestão de René Pompeu de Pina na SUDECO: a empresa Geórgia Pacific, de origem norte-americana (que recebeu 500.000 ha de terras), a holandesa Bruynzeel, do ramo madeireiro (também recebendo 500.000 ha), a Robim Mac Gloim (400.000 ha), a Toyamka (300.000 ha), a alemã Volkswagen, do ramo automobilístico (140.000 ha) e a Suiá-Missu, empresa agropecuária que teve origem no Brasil, mas depois foi vendida ao capital italiano (com 678.000 ha). (*Id., ibid.*, p. 64).

Com relação a esta última empresa citada, deve-se destacar que ela surgiu como uma fazenda de colonização particular, no extremo norte do Mato Grosso, porém mais tarde foi vendida à multinacional italiana Liquifarm que, no Brasil, era representada pela Liquigás. Tal fato é exemplo modelar de como o capital multinacional foi, aos poucos, sobrepondo o capital nacional, pois passou a possuir mais terras e gerar mais capital em nível monopolístico. Era a política neoliberal, representada pelo Estado Amplo, em gestação.

Os casos mencionados nos esclarecem como o personagem ora em questão colaborou – jamais poderemos colocar apenas sob sua responsabilidade o avanço do processo que estamos analisando, uma vez que, evidentemente, são vários fatores,

atores e instituições envolvidas – para que, enquanto representante de uma instituição pertencente ao Estado Restrito, as empresas de capital multinacional passassem a ter uma posição privilegiada no contexto regional e nacional. Somente nos exemplos mencionados temos em sua soma o total de 2.518.000 ha destinados a empresas de capital multinacional, o que nos revela uma superconcentração fundiária que nos parece ter privilegiado mais os grupos multinacionais do que os nacionais.

Para embasarmos nossa afirmação, podemos nos referenciar por meio da análise comparativa com os números já mencionados nos casos envolvendo a concentração fundiária através de incentivos fiscais para empresas nacionais representantes da colonização particular no estado de Mato Grosso: quando citamos as várias colonizadoras particulares sendo privilegiadas com terras no citado estado, destacamos que estas ficaram com cerca de 709.000 ha de terras. Já no caso envolvendo as empresas multinacionais, a elas foram concedidos o número exorbitante de 2.518.000 ha de terras. Temos aqui uma diferença de 1.809.000 ha de terras a mais para seis empresas multinacionais, enquanto que o número envolvendo as nacionais se referiram à distribuição para onze empresas/colonizadoras. Vale lembrar que nem em um caso nem no outro, estamos contemplando o total de empresas, seja nacional ou internacional, que foram beneficiadas no processo na região Centro-Oeste dentro do período ora em análise. Contudo, a comparação feita, tendo como base tais casos, é um forte indicativo diante da proporcionalidade mencionada, seja de quantidade absoluta de terras e/ou de empresas beneficiadas, cada qual em seu grupo.

Desse modo, tendo por base tal comparação, fica clara uma das provas da sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito na região Centro-Oeste a partir das ações de nossa personagem no comando da SUDECO. Segundo Ianni (1986), como consequência desse privilégio ao capital multinacional,

[...] acentuaram o processo de concentração do capital, pela associação e absorção de empresas pertencentes ao mesmo setor produtivo ou a setores distintos. Em poucos anos, transformou-se a estrutura do sistema empresarial no Brasil, acentuando-se a importância relativa e absoluta das grandes empresas (e corporações) multinacionais no conjunto do subsistema econômico do País. (Idem, p. 266)

Isto é, Octavio Ianni destaca o que estamos buscando provar: o avanço do capital monopolista sobre o território nacional através da sobreposição do Estado Amplo. Mesmo entendendo que a lógica é a mesma, o autor não utiliza o conceito de “Estado

Amplo”, fato que nos distingue na seguinte questão: entendemos que a classe dos gestores é a protagonista neste processo, enquanto que o autor enxerga na burguesia este protagonismo. É evidente que concordamos no sentido de percebermos de fato a importância da burguesia para o mencionado caminhar, contribuindo com suas ações para a organização do capital. Todavia, percebemos as ações dos gestores mais abrangentes para garantir a ampla política pró-capital monopolista.

Tendo como fundamento nossa matriz teórica que aqui nos baliza como opção teórico-metodológica, o que em nosso ponto de vista deixa o processo mais claro e especificado, temos convicção de que as ações de René Pompeu de Pina foram relevantes para a concretização da citada sobreposição na região Centro-Oeste. Nesse sentido, é válido, neste momento, lembrar o estudo sobre a bacia do Alto Paraguai, sob coordenação da SUDECO, que ofereceu informações e, conseqüentemente, gerou subsídios para o avanço das empresas multinacionais sobre o território. Tal estudo iniciou em 1979 e perdurou por três anos (1982), ou melhor, período em que nossa personagem esteve à frente da instituição e, portanto, participando e estimulando a consecução do avanço do capital.

Estes são apenas alguns dos exemplos de como René Pompeu de Pina participou do processo da sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito, em que verificamos como a colonização privada (nos casos mencionados envolvendo organismos e empresas multinacionais) foi privilegiada na região e que, por isso, levou a intensificação do programa de contrarreforma agrária que fez e faz parte da ampla política pró-capitalista. Suas ações no sentido de criar as condições gerais de produção e de gerar a formação de latifúndios, a partir de uma superconcentração fundiária, são provas cabais do que já destacamos e defendemos como parte de nossa análise. A seguir, destacaremos casos envolvendo empresas nacionais que se estabeleceram na região e que contribuem para avigorar nossa tese.

3.2.2- Sua contribuição às empresas/colonizadoras nacionais

Depois de sublinharmos os casos envolvendo empresas multinacionais que se estabeleceram no Centro-Oeste durante a gestão de René Pompeu de Pina – os quais são fundamentais para demonstrarmos o quanto nosso protagonista foi relevante para a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito - é importante, também, citar mais casos de empresas nacionais que se estabeleceram na região a partir das facilidades oferecidas pelo Estado Restrito. Com isso, busca-se reforçar toda a narrativa que estamos desenvolvendo.

É do entendimento de todos que, enquanto o migrante não recebia o apoio necessário do Estado, (fato que abordamos anteriormente e que iremos balizar e reforçar mais adiante) o contrário ocorreu com os grupos capitalizados que chegavam à região. Para reforçar tal argumento, basta voltarmos, mais uma vez, nossos olhares para os casos de empresas/colonizadora nacionais que se instalavam no Centro-Oeste brasileiro. Para darmos início a esse debate é importante frisarmos que não somente a SUDECO, mas também o MINTER e o INCRA foram os responsáveis pela política migratória sobre o Centro-Oeste, sendo tanto no sentido da colonização oficial quanto da colonização particular. Nesse sentido, observamos a partir da análise documental, referente ao acervo da SUDECO, que nos anos que compreendem a gestão de Pompeu de Pina à frente desta instituição regional, intensificou-se a implantação de projetos de colonização particular sobre o território de sua jurisdição.

Segundo informações do INCRA, naquele ano (1983), havia 116 projetos de colonização no Brasil e grande parte destes projetos eram de empresas particulares. Dos particulares, mais de 80% destes ocupavam terras sob jurisdição da SUDECO. Segundo tabela destacada no mesmo documento, dos 116 projetos, 43 eram oficiais e 73 particulares, sendo exclusivamente no Centro-Oeste 15 e 62, respectivamente. Essa informação destaca a importância da região como fronteira agrícola, pois mais da metade dos projetos de colonização, existentes naquela data no país, estavam na área de atuação da instituição em estudo.⁸⁸ Dentre os projetos oficiais, cerca de 35% se

⁸⁸ Válido ressaltar, a partir deste trecho, a importância do processo migratório na região Centro-Oeste como vetor explicativo para se entender o avanço do capital monopolista no país. E consideramos fundamental entender a atuação da SUDECO juntamente com o INCRA nesse processo para, assim, percebermos a consecução de um amplo programa de contrarreforma agrária, o qual vai atender a lógica do capital monopolista que estava em pleno desenvolvimento sobre o território nacional.

localizavam também na região, fundamentalmente em RO e MT. (SUDECO 06. *Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências*. Documento apresentado na IX reunião nacional do programa de migrações internas. Recife, 1983. p. 18) Tais números atestam que, no início da década de 1980, a SUDECO – sob o comando de Pina - e o INCRA já não privilegiavam mais os assentamentos de colonização oficial, deixando para a iniciativa privada a monopolização da terra. Exemplo claro do projeto de contrarreforma agrária em plena execução, já que acentuava-se a concentração fundiária nas mãos de poucos e, ao mesmo tempo, “fabricava” mão de obra para atender à demanda do complexo agroindustrial instalado. Consideramos esses números como informação de elevada importância para provar nossa tese.

De acordo com dados oficiais (Idem, p. 19), em MT, 39 empresas de colonização particular implantaram cerca de 50 projetos de colonização, os quais vinham sendo instalados desde 1968 – ou seja, logo após a criação da SUDECO, o que demonstra a importância dessa instituição para a análise do processo em análise. Não obstante, foi no início da década de 1980 que grande parte destes projetos se emanciparam e se consolidaram no território. Parte deles já foram destacados no capítulo precedente, porém, neste momento, acrescentaremos mais alguns que foram implementados durante a gestão de René Pompeu de Pina.

Conforme outra tabela disponibilizada pelo INCRA, citaremos alguns dos projetos de colonização particular que foram aprovados em 1982 em MT: Projeto Gleba Arinos com uma área de mais de 14 mil ha, instalado no município de Porto dos Gaúchos e de responsabilidade da empresa CONOLAMI (Colonizadora Noroeste matogrossense S/A); Projeto Canarana I com mais de 30 mil ha, instalado no município de Canarana e de responsabilidade da empresa 31 de março; Projeto Colniza com cerca de 130 mil ha, instalado no município de Aripuanã e tendo a frente a empresa Colniza; e por fim o Projeto Alta Floresta com área de mais de 400 mil ha, instalado no município de Alta Floresta. (Idem, p. 20) Só aqui temos o número total 574.000 ha de terras que foram disponibilizadas pelo Estado Restrito para empresas/colonizadoras nacionais que buscavam garantir a formação de seus latifúndios e a perpetuação do capital em seu nível monopolístico.

No sentido de reforçar nossa exposição, devemos citar aqui, também, o caso do Mato Grosso do Sul, pois somente nesse estado foram sete projetos de colonização

particular aprovados em 1982, sendo ocupados, no total, cerca de 1360 lotes agrícolas. Porém, o que mais nos chama atenção, nesse caso, é o fato de inexistir neste estado projetos de colonização oficial, o que serve de exemplo para demonstrar como o Estado, em seu sentido Restrito, foi deixando para a iniciativa privada – o que envolve o Estado em seu sentido Amplo – a monopolização das terras. É a percepção do projeto de contrarreforma agrária em ritmo acelerado no território nacional a partir do entendimento do território regional.

Com relação aos projetos em MS, na tabela que já citamos do INCRA, identificamos os seguintes: Projeto Gleba Guiraí com área total de 25 mil ha, instalado no município de Ivinhema sob responsabilidade da empresa SOMECO; e o Projeto Fazenda Várzea Alegre com área de cerca de 70 mil ha, instalado no município de Terenos e de responsabilidade da empresa JAMIC (Japan Migration and Colonization), empresa de colonização criada pelo governo do Japão para estimular a migração de japoneses para países da América Latina e Havaí. (Idem, p. 21) A empresa financiava a compra de terras e criação de colônias agrícolas, o que resultou no MS na criação da Colônia Jamic. Pesquisando sobre a citada colônia, identificamos por meio de informações encontradas na internet⁸⁹ que esta, no ano de 2019, comemorou os números como a maior produtora de ovos do Centro-Oeste, ou seja, tornou-se, atualmente, uma empresa de grande capital, surgindo com o auxílio inicial do Estado Restrito fornecendo terras, isenção fiscal e ainda com o auxílio de empréstimos públicos via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Estes são apenas alguns dos vários exemplos de projetos citados na tabela que foram aprovados em 1982 apenas nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, aprovações as quais passaram pelas “mãos” do INCRA e da SUDECO, o que, consequentemente, passou pelo consentimento e apoio de René Pompeu de Pina.

Através destes projetos particulares foram distribuídos e ocupados cerca de 8 mil lotes no estado. Calcula-se que, aproximadamente, 45 mil pessoas foram beneficiadas diretamente por eles. Benefícios que se deram seja com a doação de terras, incentivos fiscais ou através de financiamentos com verba pública. Lembrando que neste cenário os beneficiados vão ser aqueles com capital, seja o pequeno produtor rural representante

⁸⁹ Para saber mais ver em: <http://www.primeiranoticia.ufms.br/cultura/colonia-jamic-comemora-maior-producao-de-ovos-do-centro-oeste-no-mes-d/33/>.

de uma burguesia tradicional ligada ao latifúndio, sejam as grandes empresas de capital nacional e/ou multinacional.

Por todos estes fatos, dados e considerações fica evidente que a região Centro-Oeste, a partir das ações da SUDECO, principalmente no que diz respeito à gestão de nosso personagem, cumpriu seu papel frente ao capital monopolista: enquanto região de “fronteira” atendeu e garantiu os interesses daqueles indivíduos, grupos e empresas que são os representantes do Estado em seu sentido Amplo e, portanto, levou a concentração de terra e capital nas mãos de poucos, o que, concomitantemente, gerou a marginalização de grande parte dos migrantes e grupos descapitalizados. No que corresponde a estes grupos despossuídos, o que afirmamos pode ser elucidado pelo fato de que a intensa ocupação de terras da região, que já vinha se arrastando há pelo menos duas décadas, fez com que a acessibilidade a terras baratas ficasse cada vez mais remota, provocando sinais de saturação do espaço. Ou seja, isso demonstra como a monopolização da terra vai saturando o espaço e, desse modo, deixando os migrantes e grupos descapitalizados sem o tão sonhado pedaço de terra e qualidade de vida que os fez saírem de seu local de origem. O excerto a seguir clarifica melhor o cenário:

A propriedade da terra tem sido objetivo principal dos trabalhadores rurais que migram. Contudo, com a capacidade dos atuais projetos de colonização já esgotada, as oportunidades de emprego se resumem ao trabalho temporário, quer na agricultura quer no setor informal urbano, já que os setores secundários e terciários do Centro-Oeste não absorvem. Por isso se nota nos centros urbanos o aparecimento de populações marginalizadas que formam favelas, aumentam os índices de desemprego e geram pressão sobre os equipamentos sociais. A situação tenderá a se agravar com a mecanização da agricultura que irá liberar mão de obra, como ocorreu no Paraná e está ocorrendo no Mato Grosso do Sul. (Idem, p. 26 e 27)

Na teoria, o programa de migrações internas da SUDECO tinha como competência alertar a esfera nacional para os entraves que estavam sendo colocados para a incorporação de mais áreas à fronteira agrícola. Entre eles podemos mencionar: a existência de grandes propriedades improdutivas, principalmente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que estavam aguardando preço para especulação imobiliária; a necessidade de regularização fundiária, pois havia problemas de titulação de terras em diversos estados do Centro-Oeste, o que facilitava o ato de grilagem; a falta de infraestrutura mínima necessária para os migrantes que se instalavam na região, o que poderia ser melhorado a partir da intermediação da SUDECO entre o programa de

migrações e as EMATER's (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), para que estas internalizassem o segmento migrações e passassem a informar as gerências estaduais e municipais de migrações sobre a disponibilidade das frentes de colonização e do mercado de trabalho, por exemplo.

Dessa maneira, sabendo que estas competências ficaram apenas na teoria, o excerto documental citado não só nos prova isso, como também denuncia o contexto que estamos narrando, pois averiguamos - assim como assegurado no trecho que foi produzido contemporaneamente a gestão de Pina - que de fato tanto os migrantes quanto os grupos locais descapitalizados não conseguiram, em sua grande maioria, seu pedaço de terra (e quando conseguiram logo em seguida os venderam ou os abandonaram, seja por falta de capital para investir, seja pela grilagem de terra daqueles que possuíam poder para impor tal violência), tornando-se exército de reserva para o avanço do processo de industrialização seja no campo ou no meio urbano. O cenário migratório em Rondônia, Mato Grosso, Goiás e no Distrito Federal serão exemplares para reforçarmos e desenvolvermos, com mais detalhes, os casos envolvendo os descapitalizados. Agora buscaremos, portanto, destacar quais os reflexos da colonização particular, ora envolvendo as empresas internacionais, ora as nacionais, sobre o processo migratório e quais as consequências para os descapitalizados.

3.2.3 Um olhar para as migrações internas a partir da gestão de René Pompeu de Pina: intensifica-se a exploração/marginalização sobre os descapitalizados

Para dar início ao debate envolvendo, especificamente, as migrações internas no que se refere à gestão de René Pompeu de Pina à frente da SUDECO, teremos como referência inicial outro documento que identificamos no acervo documental da SUDECO, o qual foi resultado de um estudo de estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências, apresentado na IX Reunião Nacional do Programa de Migrações Internas ocorrido em junho de 1983 em Recife-PE. Esse estudo traz dados estatísticos, qualitativos e estimativos a respeito de movimentos populacionais da região Centro-Oeste, traçando um panorama que ilustra as tendências e algumas características da

região, em termos da fixação e do movimento de sua população e atual capacidade da sua fronteira agrícola. (SUDECO 06. *Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências*. Documento apresentado na IX reunião nacional do programa de migrações internas. Recife, 1983. p. 03) Vale ressaltar que entendemos por “capacidade de sua fronteira agrícola” como uma das expressões que o Estado Restrito utilizou em suas várias análises sobre o potencial que a citada região tinha a oferecer ao desenvolvimento do capital a partir da atração de migrantes de outras regiões.

Em tabelas, tal estudo traz uma estimativa do saldo migratório em 1983, destacando a taxa de crescimento anual e migrantes estimados para aquele ano. A partir dela, podemos exemplificar como todos os estados – inclui-se o DF - sob jurisprudência da SUDECO - atraíram migrantes neste início da década de 1980. Segundo os números apontados, entre 1980 e 1983, obteve-se uma taxa de crescimento anual de 4,4%, chegando ao número de 266 mil migrantes em 1983. (Idem, p. 05) Para aquele senso demográfico em que havia uma população regional absoluta de cerca de 9 milhões de habitantes, ter quase 300 mil habitantes de origem migratória é, no mínimo, um crescimento considerável.

Ainda no contexto desta tabela, identificamos o caso mais impressionante entre as federações que compunham a área em análise: o estado de Rondônia, o qual apresentou a mais alta taxa de crescimento populacional na área de jurisdição da SUDECO. A participação da população migrante representava cerca de 80% da população total. Dos quase 300 mil habitantes, de origem migratória, cerca de 100 mil deles foram para Rondônia, fato que pode ser explicado pelo (então) contexto econômico e político do novo estado que requeria e absorvia constantes contingentes humanos nos mais variados setores produtivos, abrindo mercado para a força de trabalho através da ocupação de terras, atividades extrativistas, construção civil e outros. (Idem, p. 05)

Era aquele velho discurso da chegada do “progresso”, o que de fato o Estado Restrito fez para incentivar as migrações internas. Na verdade, era a velha armadilha do capital monopolista para atrair mão de obra barata e, ao mesmo tempo, para o Estado (em seu sentido Restrito) resolver problemas em regiões com disputas pela terra, esvaziando-as e levando contingentes humanos descapitalizados para os denominados “espaços vazios”.

Entendemos que o caso de Rondônia e, também, das outras federações pertencentes à tabela (ou seja, os estados que compõem o Centro-Oeste) são exemplares para demonstrar que estudos como aquele que citamos da bacia do alto Paraguai, quando ao atrair as empresas multinacionais, levaram a essa intensificação no crescimento de migrantes na região em foco.

No sentido de especificar as informações e provar o que se diz, vale destacar outro documento que traz dados que comprovam como as migrações se intensificaram no Mato Grosso, estado no qual encontra-se a bacia do alto Paraguai e para onde dirigiam-se as empresas multinacionais citadas. Tal documento (SUDECO 02. *Notas preliminares sobre as migrações internas no centro-oeste*. Estudo realizado pelo Ministério do Interior. 1980) se refere a um estudo de uma socióloga, feito a pedido da SUDECO junto ao extinto MINTER⁹⁰, sobre as migrações internas no Centro-Oeste a partir do censo demográfico de 1980.

Os dados deste estudo destacam, inicialmente, que o Distrito Federal e o Mato Grosso foram os estados que absorveram o maior número de migrantes, sendo 40,89% e 39,92% respectivamente. O censo destaca que dos 1.138.866 habitantes residentes em Mato Grosso em 1983, cerca de 545.661 eram migrantes. Vale relembrar a diferença entre fluxos inter-regionais (precedentes de outros estados da região) e intra-regionais (pessoas naturais de outro município do mesmo estado), pois o estado que nos interessa neste momento, Mato Grosso, a migração inter-regional foi responsável por uma parcela significativa da população ali residente. Chamada também de entradas diretas, o fluxo inter-regional representava em 1980 cerca de 20% da população do Mato Grosso (ver quadro 1: Idem, p. 05). Desse modo, entendemos que com a instalação de empresas multinacionais na região estas atraíram migrantes de outros estados para servirem de mão de obra barata, extraindo ao máximo a mais-valia sobre seu trabalho.

Percebemos que o Estado – tanto em seu sentido Restrito quanto Amplo – a partir de políticas do próprio setor público e por projetos da iniciativa privada vão influenciar diretamente nos fluxos migratórios. Isto é, aqueles grupos que migraram de

⁹⁰ A SUDECO enquanto instituição regional ajustava as suas atividades às diretrizes do MINTER (Ministério do Interior) - órgão extinto e que todas as superintendências regionais estavam vinculadas. Estes se integraram também com a SEPLAN/PR – Secretaria de Planejamento da Presidência da República – adequando o seu planejamento regional às diretrizes nacionais.

outros estados para o Mato Grosso, por exemplo. Apesar de parecer que foi de forma espontânea, na verdade, receberam esta influência disfarçada como saída para uma ilusória melhor qualidade de vida. Como já apontamos antes, entendemos que o fenômeno migratório, no contexto em análise, destacou-se pelo seu caráter coercitivo, posto que foi impulsionado por fatores de expulsão, impondo rotas para o deslocamento individual ou em grupos, ou seja, temos a percepção do fenômeno das migrações como forma de violência do Estado-Capital sobre as populações descapitalizadas.

Com a monopolização da terra (fundamentalmente nas mãos das empresas multinacionais que chegaram à região e também de empresas de capital nacional) os migrantes, por não terem acesso à tão sonhada terra, dirigem-se para as grandes cidades. Estes vão ser inseridos no mercado de trabalho urbano, como se percebe pela grande concentração de migrantes na construção civil (no que se refere aos homens) e nos serviços pessoais (em relação às mulheres) (SUDECO 05. *Diretrizes e objetivos para as ações na política de migrações internas*. Estudo do MINTER. 1975. p. 13).

Nesse sentido, Oliveira (2007), afirma que o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, ao mesmo tempo, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nestas, uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses com superfície inferior a 10 ha jamais teria condição de se tornarem camponeses nas terras dos pais. E eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade. Dessa forma, os camponeses brasileiros movem-se pelo país em uma verdadeira “aventura retirante” – termo afirmado por D. Pedro Casaldáliga e citado pelo autor – fazendo com que a migração se tornasse uma das principais características da população brasileira. (Idem, p. 134)

Com relação ao contexto, já aprofundamos tal debate quando da análise envolvendo a formação de proletários, e um dos exemplos foi o “boom” da construção civil em Goiânia-GO. Entendemos, portanto, que ao mesmo tempo em que o capital, através de um programa de contrarreforma agrária racionalizado pelo Estado, conseguiu monopolizar a terra, ele conseguiu, também, a partir do processo migratório, criar um exército de reserva para servir como mão de obra barata no meio urbano. Era o trecho final da estrada dos retirantes: tornar-se proletário na cidade.

Com relação à concentração de população nas grandes cidades, é relevante destacar o exemplo do estado de Goiás. Para elucidar melhor a situação em Goiás, analisaremos comparativamente a situação de Mato Grosso, pois mesmo com as suas diferenças, ambas são exemplares para provar como a gestão de Pompeu de Pina influenciou para a concretização do processo que estamos analisando.

Verificamos que em Goiás houve uma concentração da população em poucos centros urbanos, demonstrando como a questão das migrações, enquanto política para atender ao programa de contrarreforma agrária, foi e é determinante para o êxodo rural. Tal fato é resultado das questões fundiárias, com a concentração de latifúndios improdutivos, excessivos números de latifúndios sem estabelecimento, inúmeras posses e grilagens com problemas de titulação, gerando, assim, uma situação de estagnação econômica de dezenas de municípios e a precariedade da infraestrutura física e social prevalecente em todo estado, fazendo com que a população se concentrasse nos poucos centros urbanos melhor equipados como Goiânia, Anápolis, Itumbiara e Catalão. (SUDECO 06, p. 08) Como anteriormente, já destacamos, também parte desse contexto em Goiás. Todavia, nesse momento, entram casos e municípios específicos que contribuem para reforçar o entendimento da influência de nosso personagem no fenômeno migratório em tal região.

Essa concentração faz parte de um processo que se estendeu por toda a década de 1970 e que se intensificou nos anos iniciais da década de 1980, isto é, mais um exemplo de como os programas da SUDECO, tendo à frente na fase de sua intensificação René Pompeu de Pina, não ofereceu infraestrutura aos migrantes, o que os levou a busca pela sobrevivência no meio urbano, já que não tinham terra ou qualquer estrutura para desenvolvê-la. Era o capital formando o seu tão desejado exército de reserva para as regiões com infraestrutura agroindustrial em franca expansão, o que os transformou em proletários.

Como já salientamos, em Mato Grosso predominou, no início da década de 1980, a migração inter-regional; já em Goiás apuramos que predominou a migração intra-estadual (pessoas do próprio estado). A estimativa da migração líquida destaca que dos 3 milhões de habitantes do estado, apenas 12 mil pessoas não eram naturais, isto é, migrantes procedentes de outros estados. O censo de 1983 revela que mais de 70% da população de Goiás não é natural do município onde residia na data do censo, mas é do

próprio estado. Apesar de insignificante, o saldo migratório inter-estadual em Goiás, depara-se com a migração intra-estadual, que segundo as tabulações avançadas do censo de 1983 envolveu cerca de 800 mil pessoas. (Idem, p. 09)

Deduzimos, assim, no sentido de reforçar o que tratamos no capítulo precedente, que esta mobilidade provocou pressão sobre os equipamentos sociais urbanos, gerando, portanto, diversos problemas sociais – como, por exemplo, o elevado número de desempregados - decorrentes do inchaço urbano com levas humanas descapitalizadas e sem receber a devida atenção do Estado. Enfatiza-se, dessa forma, o projeto do capital aliado ao Estado (em seu sentido Restrito) de formarem o tão valioso exército de reserva que serviu e serve de grande valia para atender ao capitalismo em sua essência monopolística.

Voltando ao caso de Mato Grosso, também verificamos que este estado passou por problemas ligados à mobilidade populacional. Naquela lógica de ocupação dos “espaços vazios” em MT - o que exemplificamos com o caso do estudo sob coordenação da SUDECO que atraiu empresas multinacionais para a bacia do alto Paraguai – tinham-se inúmeros projetos de colonização nos primeiros anos da década de 1980, seja empresas/colonizadoras nacionais e/ou multinacionais. Estes atraíram considerável volume de migrantes de outras federações. Assim como em Goiás, no Mato Grosso, os órgãos que estimularam essa intensificação migratória – principalmente a SUDECO, o INCRA e o MINTER – não ofereceram a estrutura prometida aos migrantes que chegavam a todo momento neste princípio nos anos de 1980. Todavia, sabemos que, por outro lado, eles cumpriram seus objetivos camuflados de atenderem aos grupos capitalizados.

Não recebendo o mínimo necessário para sua sobrevivência, muitos dos migrantes, que já haviam saído de seu estado de origem para irem para Mato Grosso, partiram para uma nova mudança em busca de uma porção de terra para produzir. Essa nova mudança se direcionou fundamentalmente para Rondônia, o que contribui para mostrar os números citados anteriormente de que grande parte da população daquele estado – cerca de 80% - era formada de migrantes inter-regionais. Portanto, Mato Grosso se tornou um lugar de passagem, pois grande parte dos migrantes que lá estavam, pelo fato de não encontrarem infraestrutura e apoio do estado, prosseguiram

com sua trajetória da ilusão – o seu calvário – de conseguirem se fixar em uma gleba de terra em Rondônia⁹¹ (Idem, p 10). A passagem a seguir expressa o que se quer dizer:

A abertura de terras para colonização em Mato Grosso remonta a década de 1940. Supõem-se que o grande problema enfrentado pelos próprios colonos são as precárias condições para fixação, desde incipiente equipamento social até a pouco atuante infraestrutura de incentivo à produção e seu escoamento. Neste sentido, parece que uma das formas de se controlar os movimentos populacionais seria, antes de implantar novos projetos de colonização, criar condições favoráveis a adaptação das pessoas ao novo ambiente, dotando a área não só de infraestrutura mínima às necessidades básicas das famílias como proporcionar um sistema voltado para a produção e colocação de produtos no mercado. (Idem)

Esta passagem documental, referente a um estudo de estimativas de migrantes, deixa claro como Mato Grosso, pelos fatores mencionados, passou a ter vários problemas no que se refere à mobilidade populacional. Foi citado que a colonização no estado em destaque remonta a década de 1940. Entretanto, sabemos que no início da década de 1980 – principalmente após a chegada de empresas multinacionais e nacionais na região – que esse processo se intensificou. Sabemos, também, que com essa chegada do capital monopolista intensificou-se a exploração dos migrantes, seja extraíndo ao máximo a mais-valia sobre seu trabalho (tornando-os proletários), ou no sentido de criar exército de reserva para as indústrias que se instalavam sobre o território regional que era considerado um “espaço vazio”. Oferecer terra, incentivos fiscais e contribuir para a formação de mão de obra barata para as empresas, seja de capital multinacional ou nacional, são exemplos de como o Estado, em seu sentido Restrito, a partir da política migratória, foi de fundamental importância para o avanço do capital monopolista.

Na busca de aprofundarmos nossa argumentação, além de citarmos os casos de Goiás, Mato Grosso e Rondônia, vale destacar, também, o cenário migratório no Distrito Federal, o qual é muito distinto se comparado ao que acabamos de analisar. Todavia, contribui para a nossa percepção de entender a gestão do protagonista em foco

⁹¹ Lembrando que em Rondônia predominou a categoria de colonização oficial e que esta foi um fracasso diante da realidade daqueles migrantes, os quais foram atraídos para lá ainda acreditando poderem garantir sua gleba de terra e sua sobrevivência de forma mais digna. Era o Estado Restrito utilizando-se da colonização oficial para consolidar a exploração e marginalização sobre aqueles grupos humanos. Era a continuação da trajetória da ilusão.

à frente da SUDECO como a de um intelectual tecnocrata a serviço do capital que contribuiu sobremaneira para a citada sobreposição.

Quanto ao fenômeno migratório no Distrito Federal, na análise populacional da capital da República, três nítidos momentos marcam o seu processo de ocupação:

- construção: período durante o qual foi caracterizado por grande atratividade de mão de obra não especializada e empregada na construção civil.

- implantação: quando se deu a transferência de funcionários públicos de diversas classes, seguindo de empresários e pessoal que viria se ocupar no setor serviços, profissionais liberais, executivos e toda gama de pessoas que vislumbravam na nova cidade oportunidades diversas. Nesta fase que se estendeu até 1975 observou-se a maior taxa de crescimento populacional do país, cerca de 14% ao ano.

- consolidação: quando se desacelerou o ritmo da construção civil a cidade passou a enfrentar pela primeira vez o problema de desemprego. Somado a isso a liberação de mão de obra provocada pela seca do Nordeste a partir de 1979 trouxe à cidade levas de retirantes que saíram de seu habitat com direção a todos os centros metropolitanos do país. Por sua proximidade ao semi-árido Nordestino e sua recente ligação rodoviária, Brasília recebeu inúmeras levas de migrantes nordestinos que não foram assimilados pelo mercado de trabalho, pois este se retraiu para a mão de obra não qualificada. (SUDECO 06. *Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências*. Documento apresentado na IX reunião nacional do programa de migrações internas. Recife, 1983.p. 11)

Interessa-nos, neste momento, a fase de consolidação, uma vez que coincide com o período em que René Pompeu de Pina estava na gestão da superintendência. A SUDECO, que era uma das instituições que tinha como incumbência controlar o fluxo migratório e na teoria oferecer todo apoio aos grupos descapitalizados, como percebemos no trecho, não cumpriu seus objetivos como destacado nas diretrizes que nortearam a política migratória, pois no início da década de 1980 os nordestinos que chegavam a Brasília, além de não serem assimilados pelo mercado de trabalho, não tiveram o apoio mínimo necessário do Estado. Nesse caso, podemos considerar como Estado os governos na esfera federal (o que envolve a SUDECO), Distrital ou municipal. Isto é, o migrante foi abandonado à própria sorte pelo Estado em todas as suas esferas: federal, estadual (entende-se distrital) e municipal.

Abandonado pelo Estado Restrito e sentido “na pele” o desemprego e todas as consequências resultantes disso (falta de moradia, fome, miséria...), estes vão servir ao

cobiçado objetivo do capital em seu nível monopolístico de formar seu exército de reserva. Nesse sentido, averiguamos que a especulação imobiliária, em Brasília, pressionou as classes trabalhadoras em direção ao entorno do Distrito Federal formando algumas grandes cidades dormitórios, com uma população que trabalha, mas não mora no Distrito Federal. O seguinte excerto documental relata o cenário que buscamos vislumbrar:

Neste contexto, a política populacional da capital é orientada por privilégios. O Plano Piloto detém a mais alta renda per capita do país; a concepção urbanística do DF distingue os locais de moradia por classe de renda; como é alvo de atenção de todo país e recebe visitantes de destaque nacional e internacional, o governo local dá muita ênfase à assistência social para evitar a mendicância e o aparecimento de favelas que iriam comprometer o plano urbanístico da cidade. Todo migrante de baixa renda que procura os CETREMI⁹² do DF recebem uma passagem de retorno. (Idem, p. 12)

Percebe-se, primeiramente, como o capital já havia avançado sobre o DF, pois o Plano Piloto já detinha a maior renda per capita do país em 1983. Em seguida, percebemos a segregação social a partir de uma lógica urbanística que afastava do centro os “desclassificados”, os quais muitos partiram para viver no entorno do DF ou, como citado, voltavam para seu lugar de origem. Estes que recebiam uma passagem de retorno eram uma minoria, pois o que predominou foram aqueles que se fixaram em territórios próximos a Brasília. Segundo relato mencionado em estudo, em 1983, tinham cerca de 84 mil migrantes na região em destaque. (Idem)

Neste ínterim, depreendemos o seguinte: com relação aos migrantes que chegaram ao DF, estes saem de seu local de origem, fundamentalmente da região Nordeste – pelo fator expulsão, por não terem acesso à terra e também devido a fatores naturais como a seca - e vão em busca de empregos naquela região em pleno crescimento. Destarte, os migrantes que chegaram ao DF, em sua maioria, são resultantes do êxodo rural, haja vista que deixam o campo para viverem no meio urbano. Entretanto, como destacamos, ao chegarem ao DF muitos não encontraram a tão sonhada qualidade de vida que buscavam, confirmado a sua trajetória de ilusão, sendo que foram renegados pelo próprio Estado e segregados na região do entorno do

⁹² No que tange ao controle do fluxo migratório, como já citamos, não só a SUDECO como outros órgãos foram responsáveis por tal tarefa. Um dos pilares desse controle foi o MINTER, o qual foi auxiliado pelo SAMI, SIMI e os CETREMI's.

DF como despossuídos e que vão servir como mão de obra a ser explorada no mais elevado nível. Como consequência disso, surgem vários problemas sociais como o desemprego, a criminalidade e a mendicância. Não por acaso, atualmente a região do entorno do DF é considerada uma das mais violentas do país. Com certeza, o processo em análise contribuiu, sobremaneira, para o cenário assustador na contemporaneidade.

Quando identificamos que sob a coordenação da SUDECO – tendo à frente nosso protagonista - houve um estudo firmado com organismos internacionais e que atraiu diversas empresas de capital multinacional e nacional para o Centro-Oeste, fundamentalmente para o Mato Grosso, levando a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito; o crescimento vertiginoso do número de migrantes que chegaram à Rondônia entre 1980-1983; a grande concentração nos centros urbanos como destacamos no caso de Goiás e do DF; o Estado em seu sentido Restrito beneficiando e garantindo o desenvolvimento e lucro dos grupos capitalizados, o que analisamos com o predomínio no início dos anos de 1980 da colonização particular, a qual intensificou o avanço do programa de contrarreforma agrária racionalizado pelo Estado brasileiro; quando identificamos que no início da década de 1980, pela ausência de ações de vários atores como a SUDECO, os migrantes foram desprezados pelo Estado e “empurrados” para a região do entorno do DF para servir como exército de reserva e de mão de obra a ser explorada ao máximo, chegamos a seguinte conclusão: René Pompeu de Pina – enquanto gestor máximo da instituição coordenadora e uma das promotoras de tais fatos – foi um dos representantes do Estado Restrito como gestor de grande valia para garantir o avanço do capital monopolista sobre o território regional, o que, conseqüentemente, o leva a ser um dos promotores e propulsores da intensificação da extração da mais-valia e da potencialização do programa de contrarreforma agrária sobre os migrantes ali instalados.

Portanto, o que foi colocado reforça nosso argumento do abandono do Estado frente aos migrantes, o que serve de prova para nossa ideia central neste momento: corrobora para nossa percepção de como a SUDECO, sob liderança de René Pompeu de Pina, contribuiu para a intensificação das migrações internas na região e, doravante, para transformar aqueles descapitalizados em proletários, tornando-se, assim, uma massa humana marcada pela ausência do Estado. Era o caminhar do programa de contrarreforma agrária, que se deu não só pela citada exploração, mas também pela

expansão do latifúndio via colonização privada que beneficiou empresas nacionais e internacionais.

3.2.4- De gestor a investidor: a face burguesa de René Pompeu de Pina

Depois de transitarmos desde a origem do protagonista Pompeu de Pina, perpassando pela sua formação intelectual, pela sua longa trajetória profissional e destacarmos, nesse sentido, a sua contribuição - enquanto tecnocrata à frente do mais alto cargo da SUDECO - para o avanço do capital monopolista e, concomitantemente, para as migrações internas na região em foco, não podemos deixar de mostrar que os seus investimentos também cresceram na mesma velocidade que a sua meteórica carreira profissional.

O tecnocrata René Pompeu de Pina não se contentou apenas em ficar na administração/gestão de grandes instituições públicas, decidiu ainda se tornar dono de meios de produção, o que faz dele um indivíduo ligado a duas categorias/classes sociais: a dos gestores e da burguesia. Nos tópicos anteriores o destacamos enquanto gestor/tecnocrata/intelectual/burocrata. Nesse momento, focaremos no Pompeu de Pina investidor e burguês.

Quando partimos para a pesquisa mais recente quanto à vida particular de René Pompeu de Pina, nos deparam-nos com números estupendos de seu patrimônio econômico. Este é dono e/ou sócio de diversas empresas, dos mais variados ramos no mercado, dentre as quais conseguimos identificar: São Pedro Comercial E Agrícola Ltda, fundada em 1983 na zona rural de Santa Terezinha-MT; São Paulo Administração E Participação Ltda, fundada na Cidade de São Paulo em 1983; Works Comercial Ltda, fundada em 2001; Agência Goiana de Gás Canalizado S/A, fundada em Goiânia em 2001, a qual tem, só ela, um capital social de quase cinco milhões de reais; Comercial de Combustíveis Vila Rica Ltda, também uma empresa goiana e fundada em 2005; Rio Formoso Empreendimentos Ltda, fundada em Goiânia em 2009.

Além de nosso recorte temporal, vale citar outro exemplo que nos demonstra como nestas duas primeiras décadas do século XXI nosso personagem ainda contribuiu para o avanço do capital monopolista sobre a região Centro-Oeste, uma vez que foi um dos responsáveis pela escolha de sua cidade natal como sede para a implantação do Frigorífico Minerva, fato que ocorreu durante a gestão de Marconi Perillo como governador do estado de Goiás, também originário do mesmo município. Tal frigorífico é considerado a segunda maior companhia exportadora de carne e a maior exportadora de gado vivo do Brasil. Segundo dados divulgados pela própria empresa, esta companhia teve um crescimento médio de 39% ao ano desde 2001, fazendo com que sua receita líquida atingisse a marca de 4,4 bilhões de reais em 2012. Não iremos nos debruçar sobre este caso pelo fato de não atender ao contexto que estamos analisando. No entanto, este é mais um exemplo como prova cabal do desempenho deste burocrata/tecnocrata para garantir os rendimentos daqueles grupos monopolísticos.

Caso exemplar de como esse gestor, mesmo fora do contexto histórico da SUDECO, ainda contribui de forma relevante para o avanço do capital monopolista e, conseqüentemente, para o processo migratório. É o caso dos migrantes maranhenses que chegam em número cada vez maior à região Centro-Oeste para servir de mão de obra barata para as empresas que se estabelecem de forma monopolista.

Enfim, o que temos nesta trajetória de René Pompeu de Pina? Um engenheiro elétrico altamente especializado do ponto de vista técnico e prático - vários cursos de especialização e mestrado nos EUA, além de profissional de carreira na empresa Centrais Elétricas de Goiás (CELG) e secretário de Minas, Energia e Telecomunicações do estado de Goiás -; um organizador das condições gerais de produção - fundador do curso de Engenharia Elétrica da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Goiás (UFG), professor titular do Departamento de Eletrotécnica da Faculdade de Engenharia desta mesma universidade, faculdade a qual foi e é fundamental na formação de novos quadros técnicos para a gestão do processo produtivo. Ademais, além, de ser palestrante e ter várias publicações de cunho técnico, desenvolvimentista, municipalista, fazendário e geoeconômico -; mais alto cargo na burocracia institucional enquanto dirigente de uma das mais importantes superintendências regionais do Brasil (a SUDECO); o articulador, em plano regional, de ligações com o capital multinacional

que se instalou no Centro-Oeste; e, por fim, tornou-se um exímio investidor e dono dos meios de produção, multiplicando seu patrimônio pessoal.

Exemplos cabais de um gestor e burguês, um dos principais articuladores das redes de integração tecnológica ao setor produtivo agrário e industrial em consolidação no Centro-Oeste no início da década de 1980, o que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento do capital monopolista sobre o território regional.

CAPÍTULO 04 – O AVANÇO DO PROGRAMA DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA EM RONDÔNIA: O CASO DOS NATIVOS E DAS MIGRAÇÕES INTERNAS

1-A expropriação e violência sobre os indígenas em Rondônia

1.1 Compreendendo o contexto e a imbricação/atuação Capital-Estado

No presente momento, daremos continuidade à nossa jornada para compreendermos como as migrações internas serviram ao programa de contrarreforma agrária enquanto parte da ampla política pró-capitalista. Todavia, teremos como referência o caso específico de Rondônia. Anteriormente buscamos tal intento com o olhar perpassando sobre os vários territórios que pertenciam à jurisdição da SUDECO, inclusive até sobre Rondônia, porém, foi diante de um contexto mais amplo e com outra abordagem quanto ao que entender no processo. Agora, nosso olhar se voltará analisando, especificamente, o antigo território federal e recém criado estado mencionado; desta vez buscando entender especificamente os casos envolvendo as expropriações e violência sobre os grupos indígenas e as relações de trabalho de intensa exploração – leia-se: análogas à escravidão – sobre os migrantes e descapitalizados locais. Entender a fundo os fatos deste estado que estão envolvidos direta ou indiretamente ao nosso objeto – as migrações internas – reforça nossa hipótese da sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito.

Vale ressaltar que esta análise envolvendo todo capítulo sobre este território, em específico, justifica-se pelo seguinte fato: primeiramente por termos identificado, em tal território, que a política de migração se tornou mais evidente com a vinda em grande volume de mão de obra de fora, o que tem ligação com o fato de que ali predominou a categoria de colonização oficial, isto é, aqueles assentamentos ligados diretamente ao INCRA e marcados pela presença de colonos descapitalizados. Devido ao discurso do Estado militar, o estado de Rondônia passou a ser visto como um novo “eldorado”, como lugar de oportunidade, o lugar para se ter terra. Era um discurso de reforma agrária, que como já analisamos, naquele contexto do amplo avanço do capital

monopolista, foi em nosso ponto de vista, uma contrarreforma agrária. Tal contrarreforma não se deu apenas sobre os migrantes, mas também diante da expropriação e exploração sobre os nativos e grupos descapitalizados locais. Todo esse contexto nos ficou escancarado diante do manuseio do acervo documental da SUDECO, que nos relevou não só um vasto volume de informações tratando exclusivamente aquele território, como também a relevância destas para estabelecermos a ligação daquele histórico local com nosso objeto e, por conseguinte, para entendermos melhor o amplo movimento de avanço do capital.

Analisar o processo migratório em Rondônia é esclarecedor para averiguarmos as marcas deixadas pelo avanço do capital monopolista, ou seja, o saque, a violência e o banditismo em que o Estado (Restrito), na grande maioria dos casos, fez-se indiferente diante das diversas atrocidades decorrentes deste processo. Já que aprofundaremos nossa análise abordando o avanço do capital em Rondônia, é elementar, nesse momento, enriquecermos o conceito de capital acrescentando a lógica de atuação deste, e, para isso, vale mencionarmos essa lógica pela ótica de Paul Singer (1981):

A característica do capitalismo é o capital. Valor à procura de lucro, pressupondo a existência de um mercado, uma necessidade vital para a manutenção do lucro, que pode ser explorado mercantilmente. Esta concorrência é realizada pelos que tem dinheiro, pelos que estão organizados em empresas. Os demais apostam numa ou noutra empresa; exemplo: bolsa de valores, compras de ações, ou transferem esta responsabilidade para um banco que faz as apostas pelos cidadãos, que investem nos mercados existentes ou nos que ainda vão se desenvolver. O capitalismo tem a tendência de fazer uma generalização da economia de mercado, o que dá sentido à competição universal pelo dinheiro. A empresa capitalista é autoritária, mesmo quando seu titular é nacional, internacional ou municipal. (Idem, p. 03)

O caso de Rondônia é um exemplo modelar para percebermos a atuação do capital de forma violenta, seja ele em sua forma local, nacional ou internacional como coloca Singer, e acrescentamos aí a imbricação destas formas. A par disso, vislumbramos um cenário analítico a ser melhor explorado, o qual acreditamos ser esquematizado da seguinte forma: conscientes das categorias de frente de expansão e de frente pioneira – as quais já salientamos –, que muito nos explica no que tange à atuação do Estado representado pela SUDECO, fica nítido como o Estado Restrito, nesse caso de Rondônia representado pela FUNAI e pelo próprio governo estadual, vai atuar para garantir o avanço do capital em seu nível monopolístico. No sentido de expor um

esboço inicial dessa atuação, deve-se apreender o que foi acontecendo neste processo: a usurpação de terras indígenas, a invasão de madeireiros, garimpeiros, posseiros e fazendeiros; a chegada de empresas de colonização privada, e a exploração dos migrantes que faziam parte dos assentamentos do INCRA (colonização oficial). Era a expansão do capital em pleno vapor.

Persistindo no sentido de clarificar o cenário analítico ora posto, vale ressaltar que a máquina estatal é a base de sustentação dos capitalistas, ou seja, o Estado serve aos donos e representantes (gestores) do capital como instrumento de dominação da sociedade. Tendo como referência Gramsci (2001)⁹³, vale destacar, também, que percebemos o Estado como tendo uma dupla função, pois ao mesmo tempo em que ele organiza as classes dominantes, ele desorganiza as classes subalternas, garantindo, assim, o domínio dos donos e representantes dos meios de produção. Como destaca o autor:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830). (Idem, p. 135)

Pode-se exemplificar essa desorganização através das seguintes formas: pela repressão, utilizando o Direito como instrumento, como por exemplo proibindo manifestações. Aqui vale destacar que o direito tem uma função educativa, mas em um sentido negativo, pois faz com que o trabalhador aceite pacificamente o domínio do capital, garantindo a hegemonia das classes dominantes (burgueses e gestores)⁹⁴; pela cooptação; e através do Estatuto de Cidadania burguesa, o qual desarticula a consciência de classe, fazendo dos indivíduos um cidadão e não membro de uma classe. Ainda com relação ao Estatuto, fazendo uma análise mais consciente dos movimentos que

⁹³ GRAMSCI, Antonio. Às margens da história (Caderno 25). In: *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 5.

⁹⁴ É válido esclarecer que para Gramsci ele não considera a classe dos gestores, pois para ele o protagonista de todo processo é a burguesia. Contudo, acrescentamos, também, os gestores enquanto classe dominante – o que já analisamos anteriormente –, pois consideramos suas ações mais abrangentes para o caminhar da ampla política pró-capital monopolista.

defendem direitos iguais para as mulheres, negros, LGBT e outros, no final do processo, muitos desses, (não podemos generalizar) pois existem alguns que partem de uma luta em defesa de um grupo/minoria social específico pautados na consciência de classe (leia-se: nas ideias marxistas) - perderam sua consciência de classe, já que suas lutas estão voltadas para a busca de direitos iguais entre os cidadãos, fazendo parte, portanto, de uma lógica da cidadania burguesa. É a ideologia do povo nação que corrói a consciência de classe.

Acreditamos que é função do historiador – como diria Gramsci, para o “historiador integral” (2001, p. 135) - ter que se atentar à análise das ações dos grupos subalternos, pois é somente assim que se pode compreender os trâmites de um processo histórico de forma mais crítica (dialética), mais próximo de sua plenitude. Tem que se identificar a luta de classes intrínseca em um determinado processo, averiguando-se quais as ações tomadas pelos donos e representantes do capital para impor seu projeto de poder sobre os descapitalizados. Por isso, consideramos o caso dos indígenas de Rondônia – enquanto grupo social subalterno - exemplar para compreendermos e esclarecermos como as migrações internas serviram ao amplo programa pró-capitalismo em Rondônia.

Ainda baseando-se em Gramsci (2001), vale destacar outra passagem que reforça nosso argumento no sentido de demonstrar como o caso dos nativos em Rondônia é importante para a compreensão do processo que buscamos esclarecer:

Dada a falta de autonomia dos grupos subalternos, suas iniciativas “defensivas” estão submetidas a leis próprias de necessidade, mais simples, mais limitadas e politicamente mais restritivas do que as leis de necessidade histórica que dirigem e condicionam as iniciativas das classes dominantes. Com frequência, os grupos subalternos são originalmente de outra raça (outra cultura e outra religião) em relação as dominantes e, muitas vezes, são uma mistura de raças diversas. (Idem, p. 138)

Inferimos que, além de sua gana contínua, seja sobre quem for, pela consecução de seu projeto de avanço do capital, os donos e representantes do poder, diante de sua visão pejorativa, preconceituosa e xenófoba se sentiram ainda mais à vontade para expropriarem as terras indígenas, visto que estes têm outra cultura e religião e sabemos que isso, não só no Brasil mas pelo mundo afora, sempre acentuou as práticas imperialistas do capital sobre as populações nativas.

Voltando-se à questão das funções do Estado - o que anteriormente destacamos como tendo uma dupla função, segundo a visão de Gramsci – vale nesse momento destacarmos, também, as funções do Estado no contexto específico do avanço do capital monopolista, funções as quais Fernandes (1979), esclarece. Para o autor, no capitalismo monopolista há uma flexibilização em que o Estado tem duas funções: primeiro a função de acumulação; e segundo de legitimação, como por exemplo garantindo direitos sociais. Dessa forma, fica evidente que com a concentração do capital em sua fase monopolística houve uma concentração ainda maior de poder, o que pode ser exemplificado diante do fato de se ter poucas corporações que controlam 80% da economia mundial. Essa é a ditadura mais disfarçada que já tivemos na história, é a ditadura dos grupos dominantes (gestores e burguesia).

Baseando-se no referencial teórico proposto por Fernandes (1979), vale aqui, como contribuição ao que viemos descrevendo no processo em análise, acrescentarmos a discussão sobre o que o autor chama de Teoria do Autoritarismo. Segundo ele, o Estado é o principal agente burguês, sendo que - recuperando o conceito de ditadura em Marx - esse Estado é sincrético, pois é uma mistura de elementos autoritários, democráticos e totalitários. Para ele, a Teoria do Autoritarismo esconde que o Estado democrático é um Estado burguês, haja vista que é uma “democracia” que privilegia os interesses da burguesia (e que nós acrescentamos os gestores), ou seja, essa teoria parte de uma dicotomia entre democracia e totalitarismo, escondendo quem esse Estado representa de fato. O excerto a seguir descortina tal cenário:

Todavia, o essencial aparece em dois pontos. Primeiro, a democracia típica da sociedade capitalista é uma democracia burguesa, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado constitucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do “sistema democrático capitalista”. (Idem, p. 07)

Aqui, é necessário apontarmos duas questões: primeiramente, como já citado em nossa introdução – o que demonstra uma diferença de nosso olhar se comparado ao de Florestan Fernandes quanto ao que ele denomina de “Revolução Burguesa” - e que descrevemos fundamentalmente no capítulo anterior, acrescentamos a classe dos gestores como grupo social fundamental para o pleno caminhar do capital monopolista,

o que nos leva à compreensão de não se ter apenas uma democracia burguesa, mas sim uma democracia sob liderança do Estado Amplo, que a molda e a garante de forma a atender seus interesses. Assim, fica mais completa a análise do entendimento da Teoria do Autoritarismo descrita por Florestan Fernandes. Por fim, em nosso ponto de vista, os teóricos que defendem a Teoria do Autoritarismo são ideólogos das classes dominantes, pois como foi dito, ela é a favor de um Estado capitalista.

Vale aqui salientar que, para Florestan Fernandes, é um erro afirmar que o fascismo, o nazismo e o stalinismo são formas de regimes totalitários, colocando-os no mesmo bojo. Um exemplo modelar é Hannah Arendt, filósofa política alemã que coloca nazismo e stalinismo como sendo a mesma coisa, sendo, portanto, uma ideóloga da burguesia, pois ela não percebe e, conseqüentemente, reproduz, a lógica burguesa intrínseca nesse discurso. Para o autor em destaque, fascismo e nazismo são formas de autoritarismo liberal, ou seja, atende aos interesses da burguesia. Enquanto o stalinismo é uma forma de autoritarismo à esquerda.

Nesse sentido, consideramos a dita “democracia” como uma falácia, pois quem quer que esteja sobre o poder do Estado, seja a direita ou a esquerda, sempre estarão atendendo aos interesses de uma determinada classe e, portanto, impondo formas autoritárias de poder sobre a classe de oposição. No caso de um Estado autoritário liberal é a burguesia e os gestores impondo seus interesses sobre a maioria da população (o proletariado). Já em um Estado autoritário a esquerda – baseando-se teoricamente na ditadura do proletariado, o que para Marx seria o primeiro passo de implantação doravante à revolução - busca-se privilegiar os interesses da classe trabalhadora, o que, em nosso ponto de vista, é mais justo por buscar atender aos interesses de uma maioria social.

No trecho a seguir Fernandes (1979), transparece-nos que, para a “democracia” liberal burguesa – ou Estado autoritário liberal - o representante do autoritarismo é a revolução proletária e não a ditadura fascista, demonstrando, portanto, os limites conceituais da Teoria do Autoritarismo:

Portanto, a ciência política fecha-se dentro do universo burguês e introduz o elemento autoritário na substância mesma do “raciocínio científico”. Ou tal defesa da ordem não se funda na ideia de que a autoridade da ciência confere um caráter racional, definitivo e eterno ao modelo de democracia que resultou do capitalismo? Ou seja, denuncia a problemática do adversário que elabora e justifica o conceito mesmo de “autoritarismo”, conceito que permanece comprometido com a crítica liberal burguesa e cujo verdadeiro

oponente não é, de fato, a ditadura fascista mas a revolução proletária e a democracia popular. (Fernandes, 1979, prefácio, XII)

Nesse sentido, o Estado (Restrito) - enquanto dínamo do poder das classes dominantes - vai impor à sociedade de classes relações autoritárias, que nesse caso são autoritarismos que partem das elites sobre as classes desprovidas de capital. Defendemos que no Brasil – nesse momento, em específico, tratando-se de Rondônia - o Estado, através de seus representantes institucionais como a SUDECO, FUNAI e INCRA (os quais vão ter suas ações acobertadas pelo discurso, pela prática e pelos instrumentos maquiavélicos de defesa da “democracia” que na verdade são imposições autoritárias) vão garantir a perpetuação e o fortalecimento de um Estado autoritário liberal, o que entendemos como um Estado autocrático composto pela burguesia e pelos gestores.

Todo este debate teórico e conceitual que nos serve de base argumentativa nos norteará quanto à nossa busca para entender melhor o contexto das migrações internas em Rondônia como fator pertinente para entender a atuação do Estado Restrito, através de seus diversos organismos, garantindo o avanço do capital (liderado pelo Estado Amplo) sobre o território nacional. A expropriação indígena está intrínseca neste processo e, por isso, começaremos nossa análise a partir desse tema. Buscaremos adiante destacar alguns casos que exemplifiquem a expropriação e violência e, também, de luta dos povos indígenas contra o avanço do capital.

Como já destacado, em relação à região Centro-Oeste, durante o período de atuação da SUDECO (1967-1990), em que Rondônia fazia parte de sua jurisdição, verificamos essa tomada do Estado Restrito pelas classes dominantes para garantirem a sua acumulação primitiva de capital. Inclusive, a fronteira agrícola do Centro-Oeste, durante o período mencionado, concentrou em uma quantidade cada vez maior de terras os grandes proprietários em relação aos latifundiários do Sul e do Sudeste. Era o Centro-Oeste e, conseqüentemente, Rondônia, atendendo à frente de expansão e à frente pioneira, garantindo o aumento da concentração fundiária em proporções maiores que as regiões em que já se tinha o avanço monopolista sobre o território.

1.2-Violência X Resistência: os casos de expropriação sobre os nativos

Após a criação dos programas especiais – isto é, ao longo da década de 1970 e início da década de 1980 – disparou o número de assassinatos no campo da Amazônia. Tal cenário de violência se deu, fundamentalmente sobre os posseiros e povos indígenas, e como apontado por Oliveira (2007, p. 136), duas questões foram determinantes para o crescimento da violência: o governo militar com a sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários de um lado, e de outro, fomentando a colonização também na Amazônia, como alternativa à reforma agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S). Tudo isso criou o cenário para a violência. Quando chegava o empresário para instalar, através dos incentivos, seus projetos agropecuários na região, ela já estava ocupada pelos nativos e também pelos posseiros. Os posseiros, em muitos casos, foram empurrados para as cidades que nasciam e cresciam na região; já os nativos foram submetidos ao genocídio. É nosso intento adiante analisar parte desta violência sobre as populações indígenas de Rondônia.

Como mencionado anteriormente o estado de Rondônia constituiu-se como Território Federal em 1943, porém seu povoamento intensificou-se a partir de 1974 – ano que é o marco inicial dos programas especiais -, o que já destacamos tendo como motivo fundamental a ocupação de suas terras agricultáveis através da colonização oficial. A política de fronteira utilizada pelo governo federal e colocada em prática em Rondônia, caracteriza-se pela ideologia da segurança nacional, justificando a distribuição de terra, o fluxo migratório e a situação de penúria e extermínio das nações indígenas na região. Analisar a violência e o desprezo do Estado brasileiro frente aos povos indígenas é entender parte do processo de migrações internas como um programa de contrarreforma agrária, e nesse sentido o caso de Rondônia muito nos interessa:

O estado de Rondônia tem levado as nações indígenas locais a pagarem um preço altíssimo por conta da política de retalhamento do solo, dos projetos de colonização oficiais e não-oficiais, do aumento significativo da população que, em 1950, contava com 36.935 habitantes, para, em 1980, ter chegado a 888.430 habitantes. (F. Perdigão e L. Bassegio, p. 15, 1992)

Os dados referentes aos anos 1974-1985 nos deixaram inteligível como os projetos de colonização oficial elevaram o senso demográfico no referido estado. Entretanto, mesmo não havendo ainda grandes projetos de colonização particular, não podemos deixar de mencionar a importância da chegada dos grupos capitalizados neste processo. Quanto a estes, sua migração para Rondônia iniciou-se antes mesmo da

atuação da SUDECO, instituição a qual foi criada em 1967. Em 1963 o grupo Vitrelli iniciou a colonização particular na região de Ji-Paraná. Outro exemplo é com o grupo Itaporanga que lançou seu projeto de colonização no município de Espigão D'Oeste, local onde se apossaram de uma área com mais de um milhão de hectares de terras. Estas terras, vale ressaltar, não estavam desocupadas, pois diversos grupos indígenas lá estavam, mas com a chegada do capital monopolista foram, aos poucos, sendo saqueados e expulsos de seus territórios. Vale destacar, ainda, que parte dos migrantes que chegavam à região como trabalhadores descapitalizados foram incentivados pela eufórica propaganda governamental, ludibriando-os e escondendo que, a realidade que os esperavam, era o trabalho forçado em situações disfarçadas de servidão. (SUDECO 41. *Processo de ocupação em Rondônia*. Migrações/Colonização. Sem data. p. 09 e 10)

Com a chegada em massa de migrantes na região, assim como os empresários representantes do agronegócio, algumas ações foram tomadas para burocratizar o controle migratório. Os projetos de colonização foram divididos em duas modalidades: o PICs e o PAD. O PICs (Projeto Integrado de Colonização) projeto oficial do INCRA, o qual concedia aos colonos 100 ha de terra, afirmando-os garantir-lhes assistência de saúde, técnica e comercial; O PAD (Projeto de Assentamento Dirigido) tinha como característica a interferência parcial do Estado, beneficiando diretamente pequenos e médios empresários na plantação de cacau para exportação. (Idem, p. 16 e 17) A atuação destes projetos é um dos exemplos que podemos citar como parte do cenário que envolve o avanço do programa de contrarreforma agrária o que levou, consequentemente, a não proteção do espaço indígena e dizimação destes habitantes naturais de Rondônia.

Antes de darmos início ao debate envolvendo os casos sobre a expropriação indígena na região em foco, é fundamental destacarmos que, nesse contexto do avanço do capital com a violência sobre as nações indígenas, a terra subordinou-se ao capital. Para entendermos essa subordinação tem que se partir da premissa de que para produzir na agricultura, desde a década de 1970 até os dias de hoje, não basta mais ser apenas proprietário de terra, ainda que esta seja pressuposto da produção. Nesse sentido, o excerto a seguir é esclarecedor:

Acontece que, no movimento de reposição das atividades agrárias, é preciso levar em conta certo montante de bens de capital, sem os quais a produção agrícola poderá ser de pronto posta em xeque pela

penalização de valores. Neste sentido, a terra subordina-se ao capital ou, mais claramente, “o trabalho agrícola familiar e assalariado subordina-se ao capital, no contexto de uma industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção, em favor da terra-capital”. (Muller, 1986 apud F. Perdigão e L. Bassegio, p. 59, 1992)

O debate levantado nesta passagem vai ao encontro de nossa análise citada ainda no segundo capítulo – em que tivemos como referência Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) -, quando destacamos como está intrínseca a contradição no desenvolvimento do modo capitalista de produção quando se percebe a reprodução de relações não-capitalistas no campo. Abordamos isso diante do exemplo dos sulistas que vendiam pequenas terras em sua região de origem para adquirir terras mais baratas e, por conseguinte, com maior extensão nas “novas” fronteiras. Entretanto, estes continuavam trabalhando na terra, isto é, não eram capitalistas de fato, já que o capital criou as condições para a reprodução da produção familiar camponesa, desenvolvendo mecanismos de dominação sobre estes camponeses, explorando-os sem expropriá-los, ou seja, era a sujeição da renda da terra ao capital, estabelecendo as bases para a transformação desta em renda capitalizada.

Neste ínterim, percebemos como o capital, mesmo permitindo que alguns camponeses adquirissem e permanecessem na terra - inclusive com estes formando consideráveis glebas de produção agrícola - não deixa de garantir a extração da mais valia sobre eles. Evidencia-se, assim, a lógica da concentração fundiária e da entrada do grande capital para uma região de fronteira agrícola como Rondônia o que, conseqüentemente, trouxe a expropriação e violência sobre os donos da terra: os nativos. Era a agroindústria em seu pleno desenvolvimento.

Assim, verificamos que o projeto de contrarreforma agrária, enquanto um dos “braços” da ampla política pró-capitalista, continuou acelerado, ou seja, não cessou a exploração sobre os migrantes - transformando-os em mão de obra farta a ser expropriada a mais-valia -, intensificou a expropriação sobre os nativos e garantiu aos grupos capitalizados – seja individualmente, aos grupos de colonizadoras nacionais ou grupos multinacionais - a formação de seus latifúndios. Os relatos, a seguir, envolvem diretamente a violência e exploração sobre os grupos nativos. Conhecê-los e compreendê-los no interior da dinâmica das relações sociais que envolvem o caminhar histórico, naquele momento, leva-nos a ter consciência mais efetiva sobre a temática em questão e sua importância para o processo em análise.

Havia a preocupação de alguns indivíduos com o futuro dos povos indígenas da região diante do avanço do capital, o que se pode perceber através de relatórios citados por F. Perdigão e L. Bassegio (1992), em que técnicos da FUNAI e do POLONOROESTE fazem observações sobre alguns destes povos e também recomendações. Um primeiro caso que nos chamou a atenção e que envolve diretamente nosso recorte temporal foi com relação aos Karipunas, povo situado nos municípios de Vila Nova e Guajará-Mirim, no rio Jaci-Paraná e possuíam cerca de 195.000 ha de reserva. Como já destacamos, com os programas especiais, ficou latente o avanço do capital sobre a “nova” fronteira e, três anos após o início da atuação destes, este povo já tinha sido praticamente dizimado: em 1976, restavam apenas oito índios deste povo. Como salienta os autores, um dos fatores determinantes para a dizimação foi a construção da BR-421, que liga as cidades de Ariquemes, Vila Nova e Guajará-Mirim. Com a abertura desta rodovia - a qual resulta das políticas colocadas em prática pelos programas especiais em conjunto com o PIN - a área dos Karipunas foi sucessivamente invadida por empresas de mineração e madeireiras. (Idem, p. 23)

Em documento oficial do acervo institucional (SUDECO 42. *Relatório de inspeção*. Porto Velho, 1986. p. 08), destaca-se um cenário semelhante ocorrido no mesmo ano com o povo Gavião, localizados no município de Ji-Paraná, uma vez que sua aldeia foi cortada por uma estrada que dá acesso às fazendas da região, acelerando o processo de aculturação a que foi submetido no contato com o homem branco. Este contato os levou a enfrentarem grandes conflitos como, por exemplo, as invasões de grupos capitalizados, barragens, estradas e madeireiras. E, no final, a vitória sempre esteve e está ao lado dos representantes do capital.

Outro caso citado nos relatórios neste mesmo período e que também se destaca é referente ao povo Uru-Eu-Wau-Wau, em que averiguamos os técnicos mencionando a entrada de empresas mineradoras e colonizadores em seus territórios e, com isso, fazendo algumas recomendações. Seguem as duas mais esclarecedoras do contexto, ocorridas entre 1980 a 1984:

Enviar ofício ao INCRA e MEAF interditando projetos de colonização, titulações provisórias ou definitivas até a conclusão dos levantamentos a serem feitos pelas expedições citadas;

Estudo jurídico para a reintegração de posse ou indenização aos índios por parte da Mineração Brumadinho e suas filiais Massangana, Mibrasa e São Domingos, arrendadas pelo SPI. Assim como da fazenda Marechal Rondon, instalada a partir do campo de pouso

Angelita, construído pelo SPI. Fechamento do prolongamento ilegal da linha 638 do projeto Jaru do INCRA pela Mineração Massanga, do grupo Brumadinho. (F. Perdigão e L. Bassegio, p. 19 e 20)

Verificamos, portanto, a recomendação destes técnicos para que se intervissem junto ao INCRA pedindo a interdição dos projetos de colonização, denunciando a situação de urgência proteção sobre o mencionado povo, o que nos demonstra como estes foram violentados pelo avanço do capital monopolista representado pelas colonizadoras. Em caráter de denúncia, a FUNAI, ao contrário do que foi pedido pelo relatório técnico mencionado, garantiu, posteriormente, às empresas colonizadoras o avanço da exploração sobre as riquezas da reserva indígena. Na área do povo Uru-Eu-Wau-Wau, marcada por vastas riquezas naturais, destacou-se, principalmente, a exploração da madeira, o que foi garantido a partir de “negociatas” entre o alto escalão de direção da FUNAI com os dirigentes das empresas colonizadoras. A seguinte passagem nos vislumbra um caso específico:

No mês de agosto de 1987, a FUNAI, no ato representada pelo seu presidente Dr. Romero Jucá Filho, celebrou contrato de alienação de madeira desvitalizada para fins de dois postos de vigilância, vinte e cinco quilômetros de estrada e construção de dois heliportos, com a firma União Madeireira de Rondônia Ltda., representada pelo seu sócio gerente Sr. Sebastião Paulo Costa com objetivo de retirar duas mil árvores desvitalizadas das essências de mogno e cerejeiras, nas áreas indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau, jurisdicionada na segunda Superintendência Regional; no entanto, a cláusula primeira do referido contrato não foi obedecida por parte da madeireira UNIMAR, pois além da retirada de duas mil árvores desvitalizadas, foram tiradas um número superior ao contrato de madeira vitalizada. Além dessa superioridade essa madeira retirada estava completamente ‘em pé’, ou seja, fizeram a derrubada e a posterior retirada da madeira, sem que tivesse havido um controle por parte da FUNAI, apesar de constar nos autos desse processo um documento do Sr. Amaury Vieira, administrador regional de Porto Velho, nomeado pela Portaria nº 1742 de 25 de agosto de 1987, que determinou a fiscalização da retirada da madeira desvitalizada, o que propriamente não foi executado, ficando apenas no papel. Assim sendo caracterizou-se veementemente a burlação dos índios Uru-Eu-Wau-Wau. (Idem, p. 21 e 22)

Mesmo que tal fato tenha ocorrido posteriormente ao nosso recorte temporal, ele serve como prova para demonstrar como os casos mencionados anteriormente a ele – isto é, entre 1974-1985 – abriram o caminho para que se intensificasse e naturalizasse a violência do capital sobre os nativos da região. Tal passagem deixa evidente, também, o quanto o Estado (Restrito), representado pela FUNAI e seu então presidente Romero Jucá – nome famigerado no cenário político atual, marcado pelos mais inescrupulosos atos de corrupção e de danos violentos à sociedade brasileira - celebram juntos aos

donos do capital, neste caso representados pelos gestores das empresas colonizadoras em busca da rica madeira da região, sua busca pelo lucro a todo custo. Evidentemente, como destacado, o Estado (representado pela FUNAI) fez “vista grossa” diante das atrocidades e crimes da empresa madeireira para garantir a expropriação das riquezas naturais da mencionada reserva indígena: um violento atentado do avanço do capital com seu projeto de contrarreforma agrária sobre os verdadeiros donos daquelas terras.

As madeiras, aos poucos, foram destruindo as florestas que eram dos nativos, e o pior, com a cumplicidade da FUNAI, instituição que deveria fazer exatamente o contrário. Mais casos nesse sentido são esclarecedores desta violência e cumplicidade:

Com a firma individual Vilson Pilvezan Pompermayer, que utiliza o nome fantasma de Madeireira Várzea Grande, totalizou-se a retirada de 55.000 m³ de madeira do Vale do Guaporé. Outro contrato foi firmado com a SERDIL – Serraria Dias Ltda -, para a retirada de 26.000 m³ de madeiras na área indígena Tubarão-Latudê, assinado pelo Sr. Eraldo Fernandes da Silva, representando a FUNAI e o Sr. Manoel Pereira Dias, sócio-gerente da SERDIL. (Idem, p. 61)

Onde estavam as lideranças da FUNAI neste momento? Estes deveriam agir de imediato contra o avanço destas madeiras sobre as reservas indígenas. Todavia, o que fica evidente é que, quando havia alguma atitude, esta só ocorria depois da espoliação já realizada e sempre no sentido de amenizar a situação neutralizando as lideranças indígenas. No sentido de elucidar a ausência da FUNAI perante aos nativos, é importante salientarmos que os grupos indígenas estão sendo abandonados pelo Estado desde contextos anteriores, portanto, não sendo exclusividade da FUNAI: segundo Moreira (2003), isso foi potencializado desde o governo JK. Quando a autora demonstra a aliança dos interesses rurais (oligarquias latifundiárias) e urbanos (grupos industriais) e suas consequências a partir do projeto nacional-desenvolvimentista de JK – processo o qual já mencionamos anteriormente tendo-a como uma das referências -, ela expõe como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) viveu sua maior crise orçamentária durante o quinquênio juscelinista. Tal órgão foi “criado em 1910 para integrar os índios à sociedade brasileira e para garantir a sobrevivência física de tribos ainda isoladas existentes nas frente de expansão” (Idem, p. 187 e 188). Com o seu desmonte orçamentário, a partir de JK, “prevaleceu no interior e nas zonas de expansão da sociedade nacional, como era previsível, ‘a lei do mais forte’.” (Idem, p. 188)

Percebe-se que a lógica do “progresso” e do “desenvolvimento” era uma via de mão única desde contextos anteriores, mas que se potencializam em nosso recorte

temporal. O relato a seguir e a citação da fala do ministro do interior são ilustrativas do cenário em questão:

[...] no tocante aos indígenas, os mesmos também se encontravam desamparados perante o governo nacional; representados pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), esta que segundo Ianni (1986), só aparecia depois dos contatos, depois que o recente colonizador já se apoderava de até então ocupadas por etnias indígenas, empurrando-as para regiões mais longínquas, quando não os dizimava física ou culturalmente; prática esta que estava em consonância com a política do governo, como observa-se na fala de José Costa, então ministro do Interior: “tomaremos todos os cuidados com os índios mas não permitiremos que entrem o avanço do progresso”. (Ianni, 1986 apud Cunha, 2015, p. 07)

José Costa Cavalcante⁹⁵ foi ministro do interior de 1969 até 1974, ou seja, em um período anterior ao nosso recorte temporal, todavia, serve-nos de exemplo representativo para destacar qual era a lógica do Estado diante da problemática indígena, lógica a qual vai se perpetuar nos anos e décadas posteriores. Além da FUNAI, devemos mencionar, ainda, que membros do legislativo tiveram ligação direta com a violência imposta pelos donos do capital, tendo-se como prova o que se afirma nas seguintes passagens:

Consta também, do Inquérito Policial feito na Superintendência da Polícia Federal, o envolvimento de políticos do estado de Rondônia e, em declarações obtidas, menciona-se o nome do Deputado Federal Expedito Júnior e também do Deputado Estadual Pedro Klemper, por terem demarcado uma área dentro da reserva indígena e por terem autorizado a retirada de madeira, como se as propriedades fossem suas. (F. Perdigão e L. Bassegio, p. 61)

Quando o Sr. Evilásio Maia, dono de madeireira, tomou conhecimento da apreensão dos caminhões de sua propriedade e que seria lavrado o auto de infração, disse ao comandante do pelotão florestal que de nada adiantaria sua atitude, pois tinha a cobertura do Senador Ronaldo Aragão e também do chefe do Posto Florestal do IBDF de Rolim de Moura, Sr. José Cavalcante de Queiroga, pois o mesmo havia recebido Cz\$ 50.000,00 para expedir os laudos da vistoria e fornecer as guias florestais e, ainda mais, garantir a retirada da madeira, comprometendo-se a resolver qualquer problema que porventura surgisse com a fiscalização... as madeireiras, Unimar, Noroeste e Cometa, desatenderam as cláusulas contratuais, deixando de cumprir o

⁹⁵ Este foi braço direito tanto do Presidente Costa e Silva quanto do Presidente Médici, os quais representavam a chamada “linha dura” do exército brasileiro. Sua biografia é marcada por ser um ferrenho defensor da dita “modernização” que traria o “progresso”. Em sua fala, em 1972, na Conferência de Estocolmo, a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, ele pronunciou a seguinte frase: “desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição depois”, demonstrando a posição do governo do Brasil da época, que visava o crescimento econômico a qualquer custo, isto é, a poluição e as queimadas, a opressão e violência sobre os nativos e, também, sobre os migrantes descapitalizados, não eram empecilho frente ao objetivo fundamental: garantir o pleno avanço do capital monopolista.

que estabeleciam as mesmas, fazendo unicamente a exploração das áreas indígenas e retirando das reservas a totalidade em toras de madeiras de lei superior a 350.000 m³, perfazendo aproximadamente meio milhão de dólares. (Idem, p. 61 e 62).

A ligação e contribuição de membros do legislativo junto aos donos e gestores das empresas madeireiras é mais um dos exemplos basilares de como o Estado em seu sentido Restrito, subordinou-se aos interesses dos donos dos meios de produção e de seus técnicos/gestores, os quais representam o Estado Amplo.

Outro caso modelar de expropriação se deu na reserva indígena de Japuira, próximo à divisa de Rondônia e Mato Grosso. Este exemplo, em específico, foi mencionado em documento do acervo da SUDECO e envolve o capital internacional, o que o difere dos outros exemplos anteriormente citados, pois estavam ligados ao capital nacional. Em 1985, a empresa multinacional Sharp S.A – fabricante japonesa de eletroeletrônicos - passou a possuir mais de 1 milhão de hectares na área da citada reserva (SUDECO 44. *Informe da Assessoria Antropológica*. Territórios e populações indígenas. 1985. p. 10), formando um verdadeiro “feudo” em terras tupiniquins. Tal intento – a usurpação de terras pertencentes a população nativa – deu-se mediante apoio governamental com o velho discurso de que se tratava da ocupação de “espaços vazios”, o que traria o “progresso” e “desenvolvimento” para a região. Obviamente era uma mera retórica governamental (Estado Restrito) buscando garantir os interesses do capital em seu nível monopolístico (Estado Amplo), posto que não existia “espaço vazio” algum, a presença indígena estava posta há séculos naquele local, desconstruindo e desmascarando a lógica utilizada.

Voltando-se à questão de denúncia contra o descaso da FUNAI, no processo em análise, cabe aqui destacar que algumas lideranças indígenas foram cooptadas por madeireiras e garimpeiros, porque a partir do momento que são atraídos para a cidade, estes se corrompem. O relato a seguir explica resumidamente esta temática:

Os primeiros contatos com a sociedade envolvente, a partir dos anos 50, foram marcados pela violência, sangue e mortandade em massa, porém outros contatos, amistosos, se deram em 1978 pela FUNAI, com o objetivo de contratar os índios para neutralizar sua resistência, com vistas à expansão da área e ao capital dos grandes grupos econômicos e seus projetos. (F. Perdigão e L. Bassegio, p. 31)

Outros relatos que abordam a violência imposta pelo avanço do capital aos índios da região de Rondônia são impactantes. A seguir com relação ao povo Zoró:

Os Zoró são, hoje, uma comunidade praticamente relegada ao abandono, sem qualquer assistência, à mercê dos invasores, comerciantes, colonos, fazendeiros e madeireiros. O tuxáua representante desta nação fala insistentemente, em reuniões de índio e também de brancos, que está cansado de pedir aos invasores que se retirem da terra e pede que os brancos comecem a agir de verdade, fazendo cumprir a constituição. (Idem, p. 34)

Este referente a nação Sakirabiá, então localizada no município de Cerejeiras:

Um dos grandes conflitos é não ter a sua terra demarcada e homologada. Isto possibilita a invasão pelos colonos, madeireiros e fazendeiros. Em 1984 invadiram as terras e em 1989 foram retirados, porém, existem constantes ameaças de novas invasões. (Idem, p.36)

Através destes relatos evidencia-se o quanto a presença dos nativos nas terras passa a ser um obstáculo para o avanço do capital monopolista, restando a estes a pacificação e espoliação de seus territórios, para que as terras fossem liberadas e incorporadas ao latifúndio. No entanto, nem todos os povos se mantiveram pacíficos diante da chegada de colonos em seus territórios, como foi o caso dos Uru-eu-wau-wau. Os nativos dessa nação expulsaram e mataram colonos, atacando os assentamentos realizados pelo INCRA:

Os índios de Rondônia tem tido uma presença marcante no saques em represália aos projetos de garimpo, seringais e colonização (por exemplo, a morte de Braulino no lote 33 do INCRA). No mesmo local, em 1979, os Uru-eu-wau-wau mataram os filhos de Francisco Prestes. Este tipo de represália aos projetos de colonização, segundo depoimentos dos moradores de Ariquemes, afugentou os colonos assentados nessa área demarcada pelo INCRA, que abandonaram inclusive suas roças. (Idem, p.41)

Como foi destacado no trecho, aqui a represália foi contra colonos dos assentamentos do INCRA que, neste caso, não são os capitalizados como vínhamos relatando, ou seja, não são aqueles grupos que representam o grande capital monopolista. Nesse mesmo sentido, Ianni (1979), referencia-nos, ao destacar o exemplo modelar do caso da Gleba Itapuranga, onde ocorreram conflitos entre colonos e indígenas. Tal gleba, com uma área de cerca de 1.200.000 ha e com 5000 pessoas, foi marcada pela omissão tanto do INCRA quanto da FUNAI, os quais não atuaram no sentido de coibir a complexa situação fundiária causada pela grilagem de terras. Neste caso, muitos colonos adentrando em reservas indígenas. Diante do cenário marcado pela violência dos grupos, um atacando outro, com muito atraso, o INCRA e a FUNAI decidiram permutar áreas para retirar os colonos da reserva indígena. Contudo, segundo

o relato, as duas partes continuaram muito próximas e agressivas. (Pinto, 1977, p. 136 *apud* Ianni, 1979, p. 27)

Percebe-se, aqui, uma contradição, haja vista que se têm nas duas situações mencionadas duas vítimas do avanço do capital monopolista, nativos e colonos atacando uns aos outros. Contudo, na verdade, deveriam se unir para garantirem seus nobres interesses, que se resumem, concomitantemente, em garantir a preservação de sua reserva e de ter acesso a um pequeno pedaço de terra para suas sobrevivências. Entretanto, essa união não aconteceu – e tampouco acontecerá em breve – pois o capital monopolista é extremamente maquiavélico e racional, fazendo com que grupos sociais, que são vítimas do capital, entrem em choque sem perceberem que seu real inimigo são aqueles que os colocaram naquela situação conflitante, ou seja, os representantes dos Estados Restrito e Amplo, ambos compostos pela burguesia e pelos gestores.

Deve-se elucidar, neste momento, que em determinados contextos observa-se um maior grau de conscientização e articulação das nações indígenas, percebendo que seu real inimigo não eram os colonos descapitalizados, mas sim o Estado, através de seus organismos e os grupos capitalizados. Nesse sentido, vale sobrepujar a organização e participação dos nativos de Rondônia da 1ª Assembleia Geral dos povos indígenas de Rondônia e norte de Mato Grosso, realizada em outubro de 1991, na cidade de Ji-Paraná. Consideramos sua organização como uma resposta das nações indígenas a todo processo que destacamos de expropriação e violência dentro de nosso recorte temporal. Isto é, mesmo esta assembleia ocorrendo seis anos após o fim de nosso contexto de análise – 1985 – serve-nos como exemplo do processo de maturação da consciência indígena sobre os principais agentes que estavam impondo aquele cenário de barbárie sobre os nativos fundamentalmente de Rondônia e Mato Grosso. Percebemos por meio dos casos relatados, durante a vigência dos programas especiais, como esta barbárie sobre os nativos e seus territórios se intensificou.

Em documento do acervo documental da SUDECO, identificamos relatos que reforçam o que afirmamos quanto à questão da conscientização, em que são citados diversos depoimentos de líderes indígenas que, após várias discussões, chegaram a conclusões importantes no contexto de sua luta. Seguem alguns destes depoimentos:

Zelito Tenharum: Enfrentaremos militares, fazendeiros, madeireiros e mineradoras. Vai ser difícil conseguir ajuda do governo, vai demorar um pouco, teremos de lutar muito. Vamos ser ouvidos por prefeitos e

pelo governador do estado. Teremos perseguição por parte da FUNAI, mas sejamos fortes.

Jair Nambikwara: Temos de ter coragem, a FUNAI nos segura, mas agora vamos passar à frente dela. Vamos deixar de lado a FUNAI e agir.

Wem Prawam: Eu quero defender meus parentes, eles estão todos condenados, eu tenho dó dos meus parentes.

Itabira: Vou continuar enfrentando nossa luta, eu estou ameaçado aqui em Rondônia pela FUNAI, autoridades e madeireiros. Eu tenho coragem, não tenho medo da FUNAI.

Antenor: Vamos brigar muito, arriscar a vida para poder resolver a situação dos parentes. Vamos exigir do governo nossos direitos. Companheiros, coragem eu tenho, voz eu tenho, boca eu tenho, vamos nos unir para lutar por nossos direitos e brigar com os opressores. (SUDECO 44. *Informe da Assessoria Antropológica*. Territórios e populações indígenas. 1985. p. 15)

Fica cristalina a percepção das lideranças indígenas em barrar os fazendeiros, madeiras e mineradoras, os quais eram apoiados pelo Estado. Ainda mais clara, nota-se a consciência de que a FUNAI era uma instituição a ser superada, visto que não cumpria sua função primordial: defender as populações indígenas.

Ao final da Assembleia, os documentos foram lidos, aprovados e assinados por todos os indígenas presentes e, em seguida, enviados ao então Presidente Fernando Collor de Melo, ao Governador de Rondônia Oswaldo Piana, ao Secretário adjunto da agricultura Nilson Moreira Campos, ao Prefeito de Ji-Paraná José de Abreu Bianco e para o BIRD. Estes documentos tratavam, especificamente, das seguintes questões: barragem do Rio Machado, invasão na área Zoró, PLANAFLORO e exoneração de cargos. No que diz respeito às consequências e aos resultados que estes documentos trouxeram para os nativos não se tem muito a dizer, já que o Estado, através de seus representantes, como é clássico em nosso país, em seus discursos, dizem buscar solucionar os problemas de forma a não deixar os envolvidos prejudicados. Entretanto, sabemos que, de fato, o que o Estado buscou e ainda busca é não prejudicar o avanço do capital e, portanto, não deu importância aos pedidos das nações indígenas que estavam, e estão, sendo espoliados pela expansão do latifúndio.

Para elucidar o que se diz, destacaremos brevemente o caso do PLANAFLORO como exemplo do contínuo abandono e descaso do Estado frente aos problemas que as nações indígenas viviam na região. Este foi elaborado no último ano de nossa análise (1985), e nos escancara a continuidade do processo que salientando ao longo de nosso recorte. Teremos como referência para destacar este Plano dois estudos: um realizado na

Universidade de Taubaté – no programa de mestrado em gestão e desenvolvimento regional e que foi divulgado no X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação que ocorreu na Universidade do Vale do Paraíba – e outro divulgado pelo Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (RIOTERRA) em seu site oficial.

O Plano Agropecuário e Florestal do estado de Rondônia (PLANAFLORO) foi criado em 1985 e tinha como norte a regulação de uso do território, sendo estruturado em torno ZSEE (Zoneamento Socioeconômico Ecológico), da preservação de Unidades de Conservação e da demarcação de terras indígenas. Tal programa tinha como objetivos específicos: a) implementar políticas, regulamentos e programas de investimentos destinados a promover o desenvolvimento sustentável de Rondônia; (b) conservar a biodiversidade de Rondônia; (c) proteger e fazer valer as fronteiras de todas as Unidades de Conservação, Áreas Indígenas, florestas públicas e reservas extrativas, bem como controlar e prevenir o desflorestamento, o transporte de madeira e as queimadas de florestas em Rondônia que sejam contra as leis brasileiras; (d) desenvolver sistemas agrícolas integrados em áreas apropriadas para agricultura permanente e para agroflorestas; (e) apoiar investimentos prioritários em infraestrutura socioeconômica e serviços para implementar o zoneamento agroecológico de Rondônia; e (f) consolidar a capacidade técnica e operacional das instituições de Rondônia. (Carniello, Ferreira, Ricci e Tadeucci, 2010, p. 03)

Averiguamos que, na prática, tal plano, a partir de seu zoneamento das terras da região, voltou-se, na verdade, para o atendimento dos interesses dos latifundiários e agroindústrias que lá estavam e que se instalavam sobre o “espaço vazio”. Os nativos, juntamente com os migrantes e seringueiros, foram colocados à margem neste processo, esquecidos pelo Estado com suas políticas públicas. O fragmento a seguir vai ao encontro do que se afirma:

Semelhantemente ao POLONOROESTE, o PLANAFLORO não conseguiu atingir suas metas definidas, estendendo-se além do prazo previsto para sua execução. Ressaltamos que um dos grandes avanços no PLANAFLORO foi a viabilização da segunda aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia - ZSEE (Lei Complementar nº 233/2000, posteriormente alterada pelas LCs nº 308/2004 e 312/2005). Constitui-se em uma boa ferramenta para questões relacionadas à gestão e ordenamento territorial, embora não seja respeitado pelos atores sociais e políticos do estado, em virtude de interesses difusos. (Rioterra, 2011, p. 04)

Isto é, quando se afirma que não conseguiu atingir todas as suas metas, estas foram aquelas no que concerne a não preservação e demarcação de terras indígenas, não promover o desenvolvimento sustentável – o que parece-nos uma mera tática de discurso do capital tentando aliviar a destruição escancarada que está intrínseca em sua lógica desde quando se potencializa a terra enquanto mercadoria - e não conservar a biodiversidade de Rondônia. Diante dos casos de invasões, grilagem, violência e opressão dos donos do capital sobre as reservas indígenas e também sobre as terras dos pequenos posseiros, nada foi feito. Estes atores sociais e políticos, em virtude de seus interesses, não só difusos como escusos, não respeitaram o ordenamento territorial e garantiram, com auxílio do Estado, a perpetuação da lógica concentracionista que vinha se intensificando desde a década de 1970.

Mesmo sendo em vão - não pelo desânimo ou pela falta de luta, mas sim pela força e complexidade que o capital monopolista adquiriu - vale destacar o apoio que os índios da região receberam de algumas lideranças de entidades:

Vocês estão se unindo para enfrentar a luta juntos e convidando a gente para lutar juntos. O inimigo é grande, ele não quer só a madeira, quer o ouro. Essas crianças brincando amanhã precisarão de terra para morar (Noeli Wailand, CUT/MT). (F. Perdigão e L. Bassegio, p. 43)

É motivo de grande esperança ver nascer esta articulação aqui na região. É motivo de alegria porque eu creio que é somente a partir da união e da aliança entre vocês com os demais povos oprimidos da nossa sociedade, é que somos capazes de fazer acontecer uma mudança. Vencer as dificuldades que há 500 anos sofremos, vencer os inimigos: madeireiros, fazendeiros e o grande inimigo que é o sistema que gera pobres cada vez mais pobres, explorados. Que as lideranças sejam fiéis às suas comunidades, não se deixem vender, tenham coragem diante das dificuldades. Contem sempre com o apoio e a solidariedade dos companheiros do grupo de apoio. (Grupo de apoio ao índios – Ana Pereira de Macedo). (Idem, p. 43 e 44)

Primeiro lugar: motivo de alegria de estar no meio de vocês, não sendo índio, mas tendo sangue de índio. Não estou aqui por salários, mas por convicção de luta. O problema de vocês é igual ao dos seringueiros, dos negros, dos sem-terra e dos desempregados. Quem faz as leis são os deputados, fazem as leis de acordo com os interesses deles. Esquecemos que eles são minoria e nós a maioria... Contem conosco para a luta. (Acessoria jurídica do CIMI/RO – Maria Cacília Filipini). (Idem, p. 44)

A formação de uma assembleia pelos indígenas e o apoio que receberam de entidades demonstram, como salientamos anteriormente, o grau de conscientização de articulação que a luta indígena desenvolveu. Está é uma prova de que o nativo de

Rondônia não é somente vítima, mas elemento transformador da própria realidade. Mesmo não conseguindo barrar de forma significativa o avanço do capital sobre suas terras, eles conseguiram chamar a atenção da sociedade para sua luta, o que de certa maneira trouxe mais dificuldades para que o capital expropriador se estabelecesse. Sabemos que o capital foi o vencedor desse conflito contra os nativos. Entretanto, houve resistência que gerou dificuldades a fim de que o latifúndio não se mantivesse de forma absoluta no território indígena. Houve, portanto, atitudes imbuídas de consciência política visando, assim, gerar dificuldades ao avanço do capital. Consideramos, tendo como referência Gramsci⁹⁶, estas ações como uma racionalização da política para transformar a realidade, ou seja, a intenção vira ação.

Destarte, estes são alguns dos casos que pudemos mencionar no que se refere à violência do capital sobre os nativos no território de Rondônia e, também, de resistência, imediata ou posterior a destes. Obviamente estes não representam o todo e não demonstram toda a complexidade da questão – para alcançar tal intento seria necessário desenvolvermos uma pesquisa específica e aprofundada somente sobre o determinado território e temática, o que poderemos fazer em outro momento. Contudo, serviram para contemplar nossa hipótese no sentido de reforçarmos a tese presente.

2- Migrantes X grupos capitalizados: continuam a exploração e a violência do capital

2.1- Os capitalizados: o contínuo avanço do programa de contrarreforma agrária em Rondônia

Em Rondônia, aos poucos, o capital apoderou-se das riquezas, saqueou, queimou e depredou a floresta nativa, os rios e a fauna, sem permitir as populações que ali viviam, ou as que chegavam (descapitalizados), garantir suas condições de sobrevivência. Com relação aos nativos que já viviam há séculos na região,

⁹⁶ Ver em: GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel (Caderno 13). In: *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2001.

averiguamos como foram drásticas e violentas as ações do capital, tendo o Estado Restrito com agente sobre estes. No que tange às populações que ali chegavam, temos duas situações distintas e antagônicas: tínhamos os migrantes, os quais, assim como os nativos, vão sofrer de forma direta com as mazelas sociais que são impostas pelo avanço do capital, o que mais adiante abordaremos de forma mais profunda no que se refere, especificamente, a Rondônia; e por outro lado os grupos capitalizados – os representantes da pequena, média ou alta burguesia juntamente com os seus gestores – que tiveram uma trama oposta.

Como destacado anteriormente, analisamos como as migrações internas se avolumaram em Rondônia, fundamentalmente devido à colonização oficial, mas também pela chegada de grupos capitalizados. Nesse sentido, é importante relembrarmos que programas governamentais contribuíram para o contexto. Um dos que citamos foi o PIN (Programa de Integração Nacional), lançado em 1970. Tal programa tinha como objetivo aliviar as tensões sociais no Nordeste a partir da criação de assentamentos de colonos em lotes 100 ha ao longo de duas rodovias em construção: Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Buscava-se, assim, assentar cem mil famílias ao longo da década de 1970. Em 1970, o INCRA fez o seu primeiro assentamento ordenado, o PIC (Projeto Integrado de Colonização) no município de Ouro Preto do Oeste-RO, projeto que surgiu a partir da abertura das rodovias mencionadas.

Contudo, sabe-se que tanto o PIN quanto o INCRA não obtiveram “sucesso” quanto ao atendimento aos migrantes (fato que já destrinchamos nos capítulos iniciais). Entre alguns dos fatores podemos salientar: o fato de não ter sido oferecido estrutura suficiente nas mais diversas áreas essenciais à sobrevivência (saúde, educação, assistência técnica, crédito e habitação); a intensa propaganda governamental criando um “paraíso” a ser explorado e que elevou esta migração numerosa a ocupar áreas impróprias; e o surgimento de conflitos por terra.

Não obstante, vale salientar que o mencionado “sucesso” seria, a nosso ver, criar condições mínimas necessárias para garantir qualidade de vida aos grupos humanos descapitalizados que se deslocavam pelo território regional em busca de sobrevivência, porém estes não conseguiram ter qualidade de vida e muito menos garantir sua porção de terra. A estrutura fundiária marcada, predominantemente, pelo latifúndio não só se manteve intacta como intensificou sua monopolização. Por outro lado, diante da lógica

das políticas migratórias adotadas pelo regime militar, visando garantir aquele projeto de “reforma agrária” – o qual consideramos uma contrarreforma agrária – enquanto uma das vertentes do projeto nacional-desenvolvimentista, podemos considerar que o Estado obteve pleno sucesso, pois garantiu o avanço da ampla política pró-capitalista sobre o território.

Diante da percepção de se ter alcançado os resultados esperados quanto àqueles grupos humanos descapitalizados, o Estado (Restrito) alterou o sentido de sua política de ocupação naquela região, deixando de “priorizar” os migrantes e subordinando-se, ainda mais, diante dos interesses das tradicionais oligarquias ligadas ao latifúndio e, também, das grandes empresas capitalistas (agroindústrias), fato, cuja intensificação observamos na primeira metade da década de 1980. Isto é, primeiro houve a preocupação em povoar a região através da colonização oficial – garantindo o avanço da frente de expansão com a ocupação dos “espaços vazios” – e depois garantiu a perpetuação do capital atendendo, de forma mais direta, aos grupos capitalizados. Esse cenário se dá depois de atrair os migrantes com o discurso para estabelecer mão de obra suficiente para atender ao complexo agroindustrial que se instalava. Agora, era necessário intensificar a vinda de grupos capitalizados e a extração da mais-valia para garantir o aumento da lucratividade dos envolvidos. Em Rondônia⁹⁷ a preocupação do Estado Restrito já não era mais com a frente de expansão – pois essa havia se estabelecido -, mas sim com a frente pioneira.

Verifica-se, assim, que quando o INCRA deixa de atrair e, obviamente, de atender às necessidades básicas dos migrantes e passa a priorizar os grupos capitalizados, tal instituição, enquanto representante do Estado Restrito, fazia o seu papel de fiador do capital e colaborando, sobremaneira, para a potencialização da “reforma agrária” nos moldes da plataforma do regime militar, isto é, da transformação desta em política de colonização, da ampliação do programa de contrarreforma agrária. Consolidava-se, cada vez mais, a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito.

É salutar, neste momento, compreendermos que a alteração no sentido de postura do Estado, especificamente em Rondônia, no contexto em análise, refere-se mais às atitudes do INCRA quanto ao não atendimento dos colonos dos assentamentos oficiais e

⁹⁷ Tal território era a última fronteira a ser rompida pelo capital a nível nacional.

intensificando suas ações no sentido de garantir os interesses dos grupos capitalizados. Ao longo de nossa abordagem percebemos como o Estado Restrito, através de diversos outros órgãos, já visava atender aos grupos capitalizados⁹⁸. Entretanto, a questão, neste momento, é apenas termos a percepção em que se intensificaram as atitudes do Estado Restrito nesse sentido.

Essa mudança de tática do Estado, quanto à sua política de ocupação na região em destaque, foi fundamental para o pleno desenvolvimento do capital monopolista em Rondônia e, conseqüentemente, para a sobreposição citada que levou a consolidação de um Estado Neoliberal à brasileira.

Nesse sentido, percebemos que o capitalismo monopolista acelerou a extração da mais-valia relativa⁹⁹ sobre este território, o que fica evidente no cenário das migrações internas a partir do momento em que houve a modernização agropecuária, substituindo a mão de obra humana pela mecânica. Em Rondônia, e no Centro-Oeste, a SUDECO, INCRA e os diversos órgãos estatais ligados ao fenômeno migratório foram essenciais para a instalação e desenvolvimento da agroindústria, sendo ela responsável pela “modernização” que carrega em sua lógica a mais-valia relativa. É, pois, exatamente nesse momento que se tem a consecução do projeto hegemônico dos grupos representantes do capital através do Estado Restrito em Rondônia. Agora, cabe demonstrarmos, através de exemplos, como, aos poucos, foi essa concretização.

Desde já é importante para o entendimento do todo, que envolve o desenrolar do processo em estudo, que estejamos conscientes acerca dos grupos capitalizados, principalmente os que vinham da região sul, como os do Paraná, os quais chegavam em busca de terras mais baratas para poderem expandir sua produção¹⁰⁰. Por este ângulo,

⁹⁸ Um dos exemplos disso foi a Operação Amazônia e a intensa propaganda do governo do estado conclamando empresários sulistas a investirem em Rondônia, onde encontrariam, além da abundância e baixo preço da terra, muitos atrativos ao capital.

⁹⁹ A mais-valia relativa está ligada ao processo de avanço científico e do progresso tecnológico. Uma vez que não consegue mais aumentar a produção por meio da maior exigência de seus empregados, o capitalista lança mão de melhorias tecnológicas para acelerar o processo de produção e aumentar a quantidade de mercadoria produzida. Esse processo acontece sem que, no entanto, seja oferecida qualquer bonificação ao trabalhador. Este passa ser aos poucos substituído pelo maquinário tecnológico, de modo que a quantidade de trabalho social é diminuída e a mão de obra humana é trocada por uma mão de obra mecânica. (MARX, Karl. *O capital, Volume I* – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.)

¹⁰⁰ Devemos indagar nesse momento que é fundamental não ocorrer o erro da generalização: lembrando que alguns grupos que vieram da região sul não vão ser necessariamente capitalistas, isto é, adquiriram

Teixeira (1999) – obra que foi originalmente publicada como tese de doutoramento apresentada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1996, na qual ele analisa os colonos e seringueiros em Rondônia - contribui com nossa análise neste momento ao destacar que:

Dentre os fatores que propiciaram esta grande leva de migrantes à Rondônia, pode-se destacar questões sociais, econômicas bem como culturais. A concentração de terras, a modernização e mecanização da produção agrícola a expansão da soja e da pecuária, na região sul do país principalmente, consolidou uma estrutura fundiária centralizadora, de forma a criar um excedente populacional que esta nova “empresa capitalista da terra” não absorvia e o repelia para Rondônia e a outros estados. (Idem, p.193).

Neste trecho compreendemos que o autor se refere mais aos grupos descapitalizados – isto é, aos migrantes, os quais fizemos referência no tocante à colonização oficial - entretanto, quando ele menciona a concentração fundiária na região sul e também a busca pela expansão da soja e da pecuária, entram, neste cenário, os grupos capitalizados.

Desse modo, entendemos que duas questões foram determinantes para o deslocamento destes: primeiro por não conseguirem expandir suas terras em seu local de origem - pois o capital já estava mais avançado, o que, conseqüentemente, levou a supervalorização da terra - estes vendiam sua porção (de terra) por um valor mais elevado para comprar, pelo mesmo valor, um território de proporções muito maiores às que eles possuíam em seu local de origem. Por fim, o fato de que o Estado Restrito, através do crédito bancário, ofereceu oportunidade para estes grupos capitalizados desenvolverem seu meio de produção, garantindo-lhes a expansão de seu latifúndio e a dinamização de seus investimentos.

Segundo dados disponibilizados através de tabelas, em documentos oficiais do MINTER, identificamos que de 1980 a 1985 intensificou-se a entrada tanto de migrantes quanto de grupos capitalizados sulistas neste território. Segundo os números, somente no ano de 1980, 20,6% (7.175) do total (34.847) de migrantes que chegaram a Rondônia tinham como procedência o estado do Paraná, índice que representa a maior

terra na região em análise, porém, enquanto camponeses, continuaram a trabalhar na terra, ou seja, não são essencialmente burgueses, pois para serem não precisariam trabalhar e sim explorar a mão de obra de outros. Por outro lado, tivemos várias colonizadoras/empresas e seus gestores que vieram da região sul e que de fato aplicaram seu dinheiro no processo produtivo para reproduzir, de forma ampliada, seu capital. Os casos que citamos no primeiro capítulo sobre os grupos capitalizados que se instalaram em Mato Grosso são exemplares nesse sentido.

quantidade se comparado a todos os migrantes de outros estados que lá chegavam. (SUDECO 44. *Informe da Assessoria Antropológica. Territórios e populações indígenas*. 1985. p. 02) A partir de 1982, intensificou-se ainda mais, sendo que, parte relevante destes, eram grupos na condição de empregador, ou seja, capitalistas para investirem em terras mais baratas e com apoio de crédito estatal para dinamizarem seus investimentos. Fica perceptível, nesse caso, a aliança entre grupos/empresas ligados à agroindústria (Estado Amplo) com o Estado Restrito. Vamos aos dados e fatos que comprovam o que se diz.

Em uma destas tabelas, destacada em outro documento primário do acervo da SUDECO, abordou-se o volume de migrantes que chegaram a Rondônia entre 1982 a 1985, destacando, também, seus estados de procedência. Do total de 52.568 migrantes que chegaram à região, 18.291 (cerca de 34,7%) eram somente do estado do Paraná (único estado sulista que aparece na pesquisa). O restante, de forma mais fracionada, pertencia aos vários outros estados que compunham a tabela: MT, MS, ES, MG, SP, GO, CE, RJ, RS, BA e exterior. (SUDECO 32. *Diagnóstico geo-sócio-econômico da região Centro-Oeste do Brasil*. Estudos Científicos e Técnicos. 1984. p. 15) Já em outra tabela, do mesmo documento, destrinchou-se a ocupação de cada um destes. Segundo ela, dos 18.291 migrantes que lá chegaram, 37,5% estavam na posição de empregador, sendo, portanto, grupos capitalistas. O destino destes foram, principalmente, os municípios de Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena, os quais foram os pioneiros do eixo da BR-364. (Idem, p. 19)

Se estes foram os pioneiros, necessitavam de ocupação humana para servir de mão de obra e para o desenvolvimento da produção agrícola pautada no grande latifúndio monocultor e/ou no complexo agroindustrial. Ao longo de nossa abordagem buscamos esmiuçar como o Estado Restrito atraiu migrantes através dos projetos de colonização oficial, servindo estes à frente de expansão. Porém, nos primeiros anos da década de 1980, como já mencionamos, o objetivo já era outro, ou seja, ocupar a terra com grupos já capitalizados, visando intensificar a lógica da ampla política pró-capitalista com seu projeto de contrarreforma agrária. Desse modo, afigura-se uma alteração no cenário específico de Rondônia quanto às ações do Estado no sentido de atrair, cada vez mais, grupos que pudessem contribuir para o avanço do capital sobre o território considerado um “espaço vazio” a se desbravar. Era a frente pioneira em execução.

Em outro trecho do mesmo documento (Idem) identificamos, de forma mais direta, como o discurso oficial do governo, neste caso, representado pelo MINTER, nesta primeira metade da década de 1980, passou a intensificar o deslocamento de grupos capitalizados para os “espaços vazios” de Rondônia:

- Intensificar o processo de expansão da fronteira agrícola nacional, agilizando os mecanismos operacionais disponíveis a esse respeito de modo a facilitar o acesso à terra e permitir a ocupação dos vazios demográficos existentes em Rondônia.
- Modernizar o sistema de produção agrícola, de forma a compatibilizar o desempenho desse setor com os requerimentos impostos pelo desenvolvimento urbano-industrial. (Idem, p. 18)

A partir da análise dos pontos e os comparando, fica evidente que quando o governo afirma “facilitar o acesso à terra” temos convicção de que essa facilitação se deu perante aqueles capitalizados que chegavam à região, fundamentalmente os paranaenses como já mencionados. Tal evidência se materializa quando no segundo ponto se afirma que se buscava “modernizar o sistema agrícola” de forma a atender ao “desenvolvimento urbano-industrial”. Isto é, o governo não só facilitou o acesso à terra, como criou condições financeiras, via bancos estatais e privados, de acesso ao crédito para que se realizasse a mecanização do campo através dos grupos capitalizados. (Quanto a estas condições e bancos envolvidos, logo adiante os abordaremos.) Em nosso ponto de vista, atender ao “desenvolvimento urbano-industrial” representou atender aos grupos ligados ao complexo agroindustrial, referenciando o papel do Estado Militar enquanto intermediador do pacto entre as oligarquias tradicionais com os grupos industriais no contexto do avanço do projeto nacional-desenvolvimentista. Entendemos, também, que era a intensificação da sobreposição do Estado Amplo sobre o Restrito, criando as bases da política neoliberal no território nacional.

Ainda nesse sentido, é válido reforçarmos tal constatação citando, também, outro tópico documental que destaca como a política de migrações internas contava com uma série de instrumentos para executar vários programas e projetos prioritários. Vale destacar as três categorias que serviram de instrumentos a serem mobilizados para a execução da política de migrações internas: a de avaliação e acompanhamento; a de coordenação; e a de financiamento. Analisando o conteúdo das páginas que abordam estes instrumentos, averiguamos como as ações planejadas para Rondônia, neste início de década, comprovam o que afirmamos, ou seja, o Estado Restrito utiliza-se de todos os instrumentos possíveis para garantir os interesses do capital sobre tal território. Nas

páginas iniciais que se referem à categoria “avaliação e acompanhamento” notamos passagens que nos auxiliam como prova:

- Ocupar economicamente espaços vazios ou fracamente povoados, expandindo-se a fronteira econômica aos limites da fronteira política;
- Compatibilizar a meta de industrialização modernizante;
- Aumentar a exportação de produtos primário, o que requer modernização da agricultura e aumento da produtividade agropecuária. (SUDECO 45. *Projeto de assentamento Cujubim*. Relatório MINTER. 1984. p. 04)

Conscientes destas categorias que marcaram as ações do Estado Restrito enquanto instrumentos para desenvolvimento do capital via políticas públicas, buscamos em fontes, além das primárias do acervo da SUDECO que nos sustentam, mais relatos que contribuem para o que defendemos. Buscaremos, assim, demonstrar e provar na prática essas ações e como estas beneficiaram os grupos capitalizados.

No que se refere à criação das condições financeiras por parte do Estado Restrito, como exemplo, podemos mencionar o Banco da Amazônia (BASA)¹⁰¹ como instituição de relevância para a criação de crédito aos grupos/empresas já estabelecidos na região. Desde a década de 1970 que a mencionada instituição já vinha intensificando seus financiamentos na região amazônica, fundamentalmente através do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). Todavia, no caso específico de Rondônia, verificamos que foi ao longo da década de 1980 que houve uma atuação mais expressiva junto aos grupos capitalizados do estado. A partir da gestão do BASA, os médios e grandes produtores (ligados às oligarquias tradicionais) e os empresários (ligados à

¹⁰¹ A história do Banco da Amazônia está diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico da região amazônica nas últimas seis décadas. Nasce em plena 2ª Guerra Mundial com o objetivo de financiar a produção de borracha destinada aos países aliados. A partir do Acordo de Washington firmado entre Brasil e Estados Unidos, o Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, cria o Banco de Crédito da Borracha, com participação acionária dos dois países e o desafio de revigorar os seringais nativos da região. Em 1950, através do Lei nº 1.184, de 30 de agosto, o governo federal transforma o Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia S.A (BCA), ampliando o financiamento para outras atividades produtivas e assumindo contornos pioneiros de banco regional misto. A partir de 1966, através da Operação Amazônia, assume o papel de agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, já com o nome de Banco da Amazônia, Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, tornando-se depositário dos recursos provenientes dos incentivos fiscais. Em 1970, passa ser uma sociedade de capital aberto, tendo o Tesouro Nacional 51% das ações e o público 49%. Em 1974, é alçado a agente financeiro do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), administrado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), atuando na expansão da fronteira agrícola e no avanço da industrialização regional. (Ver em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/historia-marca>)

agroindústria) instalados na região tiveram acesso a uma fonte permanente de financiamentos de longo prazo e com baixos juros. Essa medida foi fundamental para o crescimento e modernização agropecuária nos moldes monopolistas e desprezando os migrantes, em Rondônia.

Como destacado por Castro (1996), em sua dissertação de mestrado sobre as políticas públicas voltadas para o setor agrícola em Rondônia e tendo como norte o fenômeno migratório, ele cita como o BASA foi um organismo importante para a “criação de incentivos ao capital privado, que conjugado com uma série de outras facilidades, inclusive creditícias, provocaria uma corrida a Rondônia daqueles empresários interessados em adquirir grandes extensões de terras.” (Idem, p. 32) Isto é, o BASA aprofundou ainda mais a desigualdade social em Rondônia, pois intensificou uma estrutura fundiária marcada por latifúndios, atendendo aos produtores locais capitalizados e médios e grandes grupos/empresários que chegavam à região. Quanto aos empresários, estes traziam a “modernização” que estava atrelada ao discurso de desenvolvimento regional: era a agroindústria demarcando território em Rondônia.

Voltando rapidamente aos documentos primários do acervo da SUDECO, um destes destaca como os projetos prioritários para as políticas públicas para o setor agrícola em Rondônia que se fundamentou nos seguintes pontos: mecanização agrícola, engenharia rural, buscando promover o estudo, planejamento e supervisão das atividades relativas à mecanização agrícola; e a promoção da agroindústria, visando aproveitar os recursos regionais e ampliar a oferta de bens de consumo, oriundos da agricultura e levar à participação do setor industrial na formação do produto interno de Rondônia. (SUDECO 45. *Projeto de assentamento Cujubim*. Relatório MINTER. 1984. p. 12) Para executar tais diretrizes seria necessário investimento financeiro, ou seja, oferecer crédito aos pequenos e médios produtores e, também, aos grandes empresários que estavam ligados à agroindústria. Nesse sentido, a dissertação de Antônio Tavares de Castro nos descortina como a política de crédito rural vai ser basilar neste processo:

A política de Crédito Rural tem por objetivo desenvolver uma ação conjunta com os Bancos oficiais e privados no sentido de coadunar o crédito com as proposições do sistema público [...] A caracterização e operacionalização da política de crédito rural define a continuidade dos programas PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras para estimular a Agroindústria) e POLAMAZONIA (programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) com alocação de recursos suficientes e disponibilidade durante todo o ano, além da

conservação das atuais instruções sobre prazos, taxas de juros e contrapartidas de recursos próprios nos dois programas. (Castro, 1996, p. 67)

Os mencionados programas foram, elementares para que o Estado sustentasse não só o pleno desenvolvimento do projeto de contrarreforma agrária, como também da ampla política pró-capitalista, no sentido de, através do crédito, garantir a perpetuação dos grupos capitalizados sobrepujando, ainda mais, os grupos despossuídos de bens e riquezas. Ainda segundo Castro, instituições como o BASA e o Banco do Brasil foram protagonistas enquanto agentes estatais ligados aos programas que colaboraram para a perpetuação da mencionada sobrepujança. E não nos esqueçamos da importância, também, das superintendências regionais em todo esse processo, no caso, em específico, tanto a SUDECO quanto a SUDAM:

Através da iniciativa privada, com recursos dos Bancos do Brasil e da Amazônia e da SUDAM/SUDECO, viabilizaria-se a instalação de fábrica para aproveitamento da banana, em Ariquemes; instalação de usina de beneficiamento de leite e matadouro-frigorífico em Ji-Paraná; instalação de laminadoras em Vilhena; instalação de uma usina de álcool em Pimenta Bueno; instalação de três beneficiadoras de café em Vilhena, Cacoal e Ariquemes; instalação de cidades hortifrutigranjeiras em Ji-Paraná e Guaraná-Mirim. (Idem, p. 76)

Tais superintendências fizeram a articulação entre a iniciativa privada junto às instituições financeiras e aos programas públicos, garantindo os interesses dos primeiros. Isto é, as diretrizes apontadas pelos documentos da SUDECO junto com os casos de instituições envolvidas na política de crédito rural, apontam o evidente caminhar da sobreposição do Estado Amplo sobre o Restrito no território de Rondônia. Os últimos exemplos mencionados envolvem, predominantemente, a instalação de fábricas envolvendo a agricultura. Adiante destacaremos outros casos envolvendo especificamente a pecuária, já que contribuem sobremaneira para nossa tese.

No que se refere à pecuária, teremos, inicialmente, como base referencial dois artigos: um primeiro publicado na Revista Semina¹⁰² (Aragão, Borrero e Pfeifer, 2014) analisando o desenvolvimento agropecuário em Rondônia a partir, especificamente, da bovinocultura; e outro publicado no XXVIII Simpósio Nacional de História em Florianópolis (Cunha, 2015), o qual analisa as questões de migração e territorialização

¹⁰² A Revista Semina é um periódico das Ciências Agrárias publicado trimestralmente e vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL).

no estado em questão. Intercalaremos a análise envolvendo os dois artigos para avigorar o debate ora em pauta.

No artigo sobre o desenvolvimento da pecuária em Rondônia publicado por Aragão, Borrero e Pfeifer (2014), identificamos como esta atividade foi de elevada importância não só para a ocupação dos ditos “espaços vazios”, como também pela monopolização da terra, no início da década de 1980, neste território. O INCRA, enquanto agente representante do Estado, foi o protagonista neste cenário, seguindo cuidadosamente os mencionados ponto das ações planejadas pela política migratória. Como já relatamos, desde a década de 1970, quando da criação da instituição, o INCRA – juntamente com o MINTER - tomou as “rédeas” do fenômeno migratório e deu início aos projetos de assentamentos oficiais, fundamentalmente nas áreas no entorno da transamazônica e da BR-364.

Contudo, como já mencionamos, de 1980, em diante, a preocupação já não era com os migrantes – os quais faziam parte dos assentamentos oficiais -, mas sim garantir as condições necessárias para o estabelecimento dos grupos capitalizados e, também, para a perpetuação dos capitalizados que já residiam no território. Nessa lógica, Cunha (2015) contribui ao relatar que:

No tocante ao papel desempenhado pelo INCRA, durante o processo da recente colonização de Rondônia, é constante os migrantes relatarem que funcionários do órgão agiam por meios corruptíveis e se deixavam corromper em troca da propina ofertada por latifundiários (fazendeiros), empresários políticos e grileiros, concedendo a eles o título de grandes quantidades de terras, inclusive terras devolutas. (Idem, p. 08)

A corrupção dentro do órgão foi uma das formas de atender aos donos do capital. Como fica claro na passagem, era recorrente nos relatos dos migrantes denúncias que eles faziam contra lideranças do INCRA que aceitavam propina dos grupos capitalizados que já estavam estabelecidos em Rondônia. Porém, consideramos estes casos de corrupção secundários frente às políticas públicas desse órgão voltadas para o fenômeno migratório juntamente com a busca pela “modernização”. Estas sim vão surtir um efeito ainda mais intenso e amplo. A intensificação da pecuarização na região, na primeira metade da década de 1980, foi de significativa relevância neste cenário:

O avanço sobre as áreas naturais, especialmente as de florestas tropicais, ocorreu de forma intensa e contínua, sendo as mesmas transformadas em áreas agrícolas, mas, sobretudo em pastagens – o

conhecido processo de pecuarização do estado –; processo este deflagrado por uma radical mudança na política de ocupação da Amazônia por parte do governo federal. (Idem, p. 31)

O fato de o INCRA ter sido responsável direto para consolidar o desenvolvimento agropecuário em Rondônia é exemplo modelar de como o Estado Restrito mudou sua conduta diante do fenômeno migratório. Os números destacados por Aragão, Borrero e Pfeifer (2014) demonstram como a curva de crescimento de estabelecimentos marcados pela criação de gado se intensificou, a partir de suas ações, na década de 1980:

[...] o número de domicílios rurais em Rondônia cresceram de 10,0 para 118,4 mil propriedades, isto representa um crescimento de 1.076,83%, com uma taxa média de ocupação anual de 21,53%. Tendo-se acentuado nas décadas de 1980 e 1990, com uma ocupação na ordem de 383,52% e 108,82%, em relação à década anterior, respectivamente. (Idem, p. 06)

O citado artigo traz, através de gráfico, como foi a intensificação da curva de empreendimentos de pecuária bovina, e quando o observamos, é possível verificar como de 1980 a 1990 o número de domicílios rurais particulares em Rondônia cresceu de 48.681 para 101.659, e este crescimento se elevou a uma taxa cada vez mais considerável, principalmente de 1980 a 1985. Esse crescimento, a partir de 1980, fundamentalmente nos cinco primeiros anos, assenta-se em alguns fatos: foi o período em que se “colheu os frutos” a partir da injeção de significativo volume de crédito por meio dos programas PROTERRA e POLAMAZÔNIA. (Idem, p. 06 e 07) Além disso, também averiguamos que o programa POLONOROESTE intensificou, nessa década, sua atuação na região através da pavimentação da BR-364 e injetou crédito para potencializar o desenvolvimento agropecuário sobre o território. É válido mencionar que esse programa foi financiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento ou Banco Mundial (BIRD), o que nos demonstra a ligação do Estado brasileiro com o capital financeiro multinacional. (Rioterra, 2011, p. 02 e 03)

Era o Estado Restrito, através do INCRA e de sua articulação com os citados programas, garantindo crédito suficiente para os migrantes capitalizados se fixarem e perpetuarem a lógica fundiária concentracionista sobre a região. Importante salientarmos que, na teoria, estes programas deveriam atender, fundamentalmente, aos migrantes, criando infraestrutura mínima para se fixarem no território. Porém, como já demonstramos, para o Estado brasileiro a prioridade eram os capitalizados, visando

garantir os interesses do tripé que sustenta o capital monopolista: capital nacional, capital estatal e capital internacional.

Em 1985, Rondônia já se destacava como o segundo maior criador de gado da região Norte. Como ressalta Castro (1996), sua pecuária extensiva já cobria cerca de 2 milhões de hectares e mais 391.406.041 seriam incorporados a tal atividade, pois os dados disponíveis no que tange à produção animal, destacam que os imóveis de maior porte - leia-se latifúndios - seriam voltados para a pecuária de corte e, também, para a produção de leite. Como resultado imediato desta política foram colocadas em funcionamento usinas de beneficiamento de leite e matadouro-frigorífico nos municípios de Porto Velho e Ji-Paraná. (Idem, p. 62 e 63)

Tal fato contribuiu, sobremaneira, para o surgimento e chegada de diversos frigoríficos nesse estado. Além disso, também favoreceu a expansão da bacia leiteira, chegando tal estado a ter 44 indústrias de laticínios de grande, médio e pequeno porte. Uma das maiores do ramo na atualidade é a Parmalat, empresa que representa a agroindústria de grande porte na região e, conseqüentemente, responsável pela “modernização” através da mecanização e, também, pela intensa extração da mais valia relativa sobre a população local.

Como mencionado, com a explosão do número de estabelecimentos de pecuária bovina, tendo à frente o pequeno, médio e grande capital, cresceram, também, os frigoríficos que se abasteciam da carne da região e que vão distribuí-la tanto no mercado interno quanto através das exportações. Era a agroindústria se beneficiando do processo, e com ela chegava a grande burguesia nacional e seus gestores em sua busca incessante pelo lucro. Entre os frigoríficos que cresceram e que se tornaram referência na agroindústria local, podemos mencionar o FRIGON (Frigorífico Irmãos Gonçalves), o qual foi fundado em 1977, mas teve seu crescimento exponencial no início da década de 1980. Tal crescimento levou a diversificação do capital da empresa posteriormente que, além de criar uma rede de supermercados, ainda abriu diversos shoppings pelo estado de Rondônia.

Além do FRIGON, várias outras empresas do ramo floresceram na região: URUPA (Indústria e comércio de alimentos), no município de Ji-Paraná; FRIGOARI (Frigorífico Ariquemes), em Ariquemes; FRIGONOSSO (Frigorífico Nosso), na cidade de Cocal; Frigorífico Tangará, em Ji-Paraná; Frigorífico Rondônia, também em Ji-

Paraná; FRIGOSERVE e Frigorífico Cocal, no município de Cocal; Frigorífico Dallas, em Ariquemes; Frigorífico Areia Branca, pertencente ao grupo Lacerda Alimentos, na capital Porto Velho; Frigorífico Frigoraça, em Porto Velho; Frigorífico Roma, em Guajara-Mirim; Guaporé Carne S.A, nos municípios de São Miguel do Guaporé e Porto Velho; Frigorífico Norte Carnes, no município de Machadinho D'oeste; e etc¹⁰³. Estes são alguns dos exemplos que conseguimos identificar de empresas ligadas à modernização agropecuária que surgiram ou se instalaram na região. Importante citar, também, que grande parte delas dinamizaram seus investimentos, como no caso do FRIGON, avançando sobre mercados não só do ramo alimentício, como também imobiliário. Muitas delas prosperaram devido ao apoio estatal via crédito, porém é importante mencionar que estas já possuíam latifúndios na região ou chegaram formando suas grandes propriedades rurais.

A pecuária foi, portanto, uma atividade de grande importância para a consolidação produtor rural capitalizado e, também, das agroindústrias via Estado Restrito em Rondônia. Isso, além de demonstrar a sobreposição do Estado Amplo sobre o Restrito, escancara como o INCRA foi um dos protagonistas neste cenário de concretização do amplo programa de contrarreforma agrária.

Junto com a “modernização”, leia-se concentração de capital e crescimento das desigualdades sociais, crescia o impacto ambiental. Novamente Aragão, Borrero e Pfeifer (2014), salientam ao demonstrar que à medida que os rebanhos cresciam, o desmate o seguia. Quando analisamos as taxas de crescimento do rebanho e do desmate a partir da década de 1970 – quando da criação do INCRA – até os anos 2000, verificamos que o recorde se deu justamente ao longo da década de 1980:

Quando se correlaciona o efetivo bovino com o índice de desmate ao longo das últimas cinco décadas, percebe-se que na década de 1960 não havia nenhum registro de criação de gado e consequentemente de desflorestamento, década esta que foi marcada pela conservação e preservação da cobertura vegetal nativa da região. Esse cenário começou a mudar na década de 1970, justamente com a chegada do INCRA que dá início ao processo de ocupação e colonização do estado e se registram os primeiros rebanhos bovinos em Rondônia. Nesta década, o rebanho chega a 250,2 mil cabeças e o desflorestamento a 4.185 km². Na década de 1980 o rebanho evolui para 1,7 milhões de cabeças e a taxa de desmate para 31.800 km², constata-se nesta década o maior índice de desmate já ocorrido na

¹⁰³ Disponível em: <https://www.econodata.com.br/guia-empresas/maiores-empresas-INDUSTRIA-ALIMENTOS-CARNE-FRIGORIFICO/RONDONIA>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.

região. Nas décadas de 1990 e 2000 o rebanho evoluiu de 5,6 para 11,8 milhões de bovinos, enquanto o desmate caiu para 24.577 e 22.184 km². (Idem, p. 13)

Como já destacamos, o crescimento do rebanho se intensificou principalmente após 1980, o que significa que se o desmatamento bateu seu recorde nesta década, com certeza, as medidas do Estado Restrito, no caso de Rondônia através do INCRA, foram determinantes para este fato, o qual está atrelado, conseqüentemente, ao desenvolvimento do programa de contrarreforma agrária. O que nos impressiona é que mesmo com a criação do PLANAFLORO, não foram executadas ações no sentido de controlar o desmatamento e muito menos atender aos migrantes que viviam na região. Como já citado, quando da análise sobre os nativos em Rondônia, tal plano, através de seu zoneamento, voltou-se exclusivamente para o atendimento dos interesses escusos dos capitalistas – médios e grandes latifundiários e as agroindústrias – da região. Quanto aos nativos e aos migrantes da região, além de nada ter sido feito de efetivo para a resolução de seus problemas, ao contrário, fez foi intensificar a lógica concentracionista que tanto queimou – e queima – as florestas/reservas da região. Os números atuais que destacam recordes e mais recordes de queimadas na região amazônica são reflexos desta extensa e prolongada política estatal de atendimento ao donos do capital no Brasil.

Destarte, as políticas públicas, voltadas para o fenômeno migratório em Rondônia, deixam-nos axiomáticos como o Estado Restrito optou por um projeto modernizante adequado à lógica neoliberal, ou seja, aprofundou os laços de dependência desta “pobre” república periférica frente ao capital monopolista. Optou, também, por aprofundar a já existente estrutura fundiária pautada no latifúndio agrário-exportador, o qual, naquele momento, não atendia mais apenas à pequena burguesia tradicional ligada ao latifúndio, mas também, a média e grande burguesia nacional e internacional e os seus gestores.

2.2- Os desiludidos: nada de terra, marginalização via urbanização e “escravidão”

2.2.1- A (re)produção em série de sem-terras

Na busca de aprofundarmos a análise no que se refere à exploração e violência sobre os migrantes em Rondônia, neste momento, fundamentalmente, entre 1983 a 1985, destacaremos alguns casos que giram em torno de três questões as quais contribuem para o entendimento do todo e estão atreladas umas às outras: a trajetória da ilusão destes ao não conseguirem ter acesso a tão sonhada porção de terra – o que lhes fizeram, em alguns casos, retornarem para a incessante rota da migração –; a intensificação da extração da mais-valia sobre a mão de obra destes, fundamentalmente através da marginalização via urbanização. E, por fim, casos de relações de trabalho análogas à escravidão, ou seja, a situação se tornou tão caótica no território de Rondônia que, devido à ausência do Estado Restrito com políticas públicas que atendesse aos descapitalizados, alguns grupos mais insanos, pelo capital, estabeleceram condições de trabalho forçado.

Começaremos relatando as situações que levaram o retorno, de alguns destes, à migração em sua busca por conseguir sua porção de terra e/ou a sobrevivência na zona urbana. É válido evidenciar que é importante ter o cuidado para não generalizar estes grupos de migrantes como todos voltando a migrar ou todos permanecendo como mão de obra assalariada ou não. Existem casos envolvendo as distintas situações, por isso não deve ocorrer uma análise homogênea no que se refere ao fenômeno migratório em Rondônia ou em que qualquer outro território. Tal fenômeno é complexo e requer perspicácia em seu trato.

No tópico anterior tentamos demonstrar como as políticas públicas voltadas para o fenômeno migratório no território de Rondônia – fundamentalmente no contexto de vigência dos programas especiais - criou um cenário de oportunidade aos grupos capitalizados e anulou qualquer possibilidade de acesso à terra aos menos favorecidos. Não tendo acesso à terra em Rondônia alguns dos migrantes, que já vinham de outras regiões pelo mesmo motivo, acabavam retornando para suas regiões de procedência ou migrando para o meio urbano. Ou seja, o sonho de ter acesso a um pequeno pedaço de terra, no que tange ao território de Rondônia, continuou a não se realizar. A passagem a seguir nos ilustra bem o que se quer esclarecer:

Se confrontarmos os números, ou o percentual de migrantes que vieram alegando como principal motivo o acesso a terra, com os migrantes que já retornaram, mais de 500 mil na primeira metade da década de 1980, concluiremos que aqui o sonho acabou, não se realizou. E o que é mais triste, constataremos que os mesmo problemas não resolvidos nas regiões de procedência, e que encontraram em Rondônia uma válvula de escape, são os mesmo que, não sendo resolvidos aqui, fazem retornar centenas de milhares de migrantes. (SUDECO 49. Indicadores socioeconômicos – Rondônia. SEADE. Sem data. p. 89 e 90)

O excerto nos evidencia aquilo que já destacamos anteriormente: muitos migrantes que chegavam a Rondônia já vinham de outros territórios próximos – MT, MS, GO – os quais já estavam em busca de terras. Ao chegarem aos territórios mencionados e se deparando com a inacessibilidade à terra, viram Rondônia como uma nova fronteira a ser explorada e como o “eldorado” que lhes garantiriam àquele “velho” sonho. Continuava sua trajetória de desilusão, pois o “novo eldorado” não lhes proporcionou o que queriam, ao contrário, continuou reproduzindo a opressão e a violência, características do avanço do capital. Vamos aos fatos que elucidam tal questão.

Em documento primário do acervo documental da SUDECO, identificamos informações que corroboram para o entendimento inicial da questão em pauta. Este documento é relativo a um estudo feito pelo MINTER com relação ao fluxo migratório para Rondônia em 1977, e tal estudo deixa claro que tinha como objetivo apresentar o acelerado processo de crescimento demográfico que se operava no território em foco, demonstrando, ao mesmo tempo, que não se tinha um investimento compatível no desenvolvimento da infraestrutura econômica e social¹⁰⁴. (SUDECO 03. *Comportamento global da economia regional*. Estudos Científicos e Técnicos. 1978. p. 4) Isto é, o próprio MINTER já ressaltava mais um exemplo cabal de como o INCRA e os demais órgãos responsáveis – como a SUDECO – atraíram os migrantes sem se preocuparem em garantir-lhes condições básicas para se fixarem no território. Nos anos posteriores, como também já esclarecemos em outros momentos de nosso texto, o fluxo

¹⁰⁴ No último parágrafo da página 05 do documento (Idem) percebemos as limitações do estudo, pois afirma que deveria ser adotada uma política migratória eficiente com o objetivo de modificar o fluxo. Ingenuamente – ou não – tal estudo não percebe, de forma panorâmica, o movimento de controle migratório executado pelos órgãos representantes do Estado Restrito para esvaziar as regiões com tensões sociais e levar essas massas descapitalizadas, que poderiam gerar problemas para o capital em uma região com o domínio predominante do latifúndio, para áreas consideradas um “espaço vazio”. Foi o caso de Rondônia e de outros estados que, na ocasião, faziam parte da jurisdição da SUDECO.

migratório cresceu na mesma medida que atitudes do Estado Restrito aliado ao Estado Amplo levaram à concentração do latifúndio.

Isto posto, cabe-nos, neste momento, destacarmos que entre 1983 a 1985 muitos destes migrantes, já conscientes da inacessibilidade à terra, retornaram para seu lugar de procedência e/ou migraram para zonas urbanas. Desde já é importante salientar que cerca de 91,37% dos migrantes que chegavam a Rondônia eram lavradores, o que nos demonstra que a grande maioria dos que “circulavam” pela região eram os migrantes sem terra, aqueles acostumados com a mão de obra no campo e que buscavam seu pequeno pedaço de terra. Com a concentração de terras, com o avanço dos médios e grandes proprietários rurais e com a chegada da agroindústria estes lavradores partem para uma nova onda migratória. Como acréscimo, podemos destacar mais três fatores que contribuíram para o cenário a partir de 1983: a dificuldade do pequeno lavrador para acompanhar a mecanização do campo; a pequena extensão de suas terras; e a não fertilidade destas. (Idem, p. 06)

Analisando esse cenário, fica claro que todos os fatores mencionados que levaram o pequeno lavrador a uma nova migração estão ligados à expansão e/ou formação do latifúndio. O primeiro fator mencionado é a mecanização do campo, ou seja, é o grande produtor ligado ao latifúndio tradicional ou às empresas de capital nacional e internacional investindo para garantirem o maior lucro possível sobre a extração das riquezas da terra. Mencionamos anteriormente nomes de empresas e grupos que já haviam se estabelecido no território; O segundo fator é a pequena extensão da terra, o que pode estar ligado a duas questões: primeiro, pelo motivo de o pequeno lavrador não ser capitalizado para adquirir uma gleba suficiente a fim de desenvolver uma agricultura comerciável; e, segundo, o fato de o grande proprietário rural já monopolizar as terras em torno do pequeno minifúndio daquele lavrador, o qual só tem aquele pequeno pedaço de terra que recebeu como herança de seus familiares. Vale aqui lembrar que muitos posseiros perderam suas terras através do processo de grilagem efetivado pelos donos do capital;

O terceiro e último fator é a não fertilidade da terra, o que obviamente é uma determinação natural. Porém, sabemos que se o Estado Restrito, através do INCRA e dos diversos outros órgãos responsáveis pela política migratória e agrária, oferecesse a esse pequeno agricultor uma forma de crédito ou programa que pudesse ajudá-lo no

acompanhamento e melhoramento daquele solo, certamente aquele minifúndio poderia prosperar e o pequeno lavrador não teria a necessidade de migrar para outra região ou zona. Era a trajetória da ilusão, pois este migrante não conseguiu atingir seu sonho de prosperar sua pequena gleba.

Por fim, ainda é necessário acrescentarmos e lembrarmos que a colonização oficial, aquela organizada diretamente pelo INCRA e que predominou em Rondônia, foi responsável pela atração de milhares de migrantes para o estado. Em seguida, seu insucesso surtiu um efeito expulsor do campo:

[...] pelas frequentes questões fundiárias, concentração de latifúndios improdutivos, excessivo número de latifúndios sem estabelecimento, inúmeras posses e grilagens tem problemas de titulação tão imbricadas a ponto de ter provocado o insucesso de alguns empreendimentos de colonização oficial. (SUDECO 06. *Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências*. Documento apresentado na IX reunião nacional do programa de migrações internas. Recife, 1983. p. 07)

Fica evidente que a falta de políticas públicas para regularizar titulações, mas principalmente a ausência do Estado em amparar os migrantes e privilegiando demasiadamente os grupos capitalizados gerou tal insucesso e, por conseguinte, a saída de muitos migrantes desiludidos do meio rural. Percebe-se assim, reiterando o que já destacamos anteriormente, que houve uma alteração na tática quanto à ocupação de Rondônia, fazendo com que este estado entrasse para o cenário de regiões com intensa concentração de terra. Essa intensa concentração gerou outra questão que influenciou na saída de migrantes das zonas rurais para as zonas urbanas em Rondônia: a formação de imensos latifúndios inexplorados/improdutivos. Vamos ao entendimento do que se afirma.

No que se refere a esse processo de concentração de terra em Rondônia, e tendo como referência a obra de F. Perdigão e L. Bassegio (1992), é válido destacar duas questões que muito contribuem para nosso debate. Começaremos mencionando os dados para os quais os autores supracitados chamam atenção, os quais foram extraídos do cadastro do INCRA, no que toca a evolução da estrutura agrária em Rondônia de 1983 a 1985: através de tabela foi feita uma discriminação entre os imóveis com área menor que 50 ha, entre 50 e 200 ha, de 200 a 1000 ha e, por fim, os com mais de 1000 ha. No ano de 1983, tinham 1.718 imóveis com mais de 1000 ha, representando 3,5% dos casos em análise e possuíam 8.284.061 ha (64,1% de todo o território), enquanto

que na soma absoluta de todas as situações - 50 ha, entre 50 e 200 ha, de 200 a 1000 há – tinham 48.011 imóveis, representando 96,5% dos casos e possuíam 4.625.154 ha (35,9 % do total). (Idem, p. 84) Nos anos de 1984 e 1985 os números comparativos variaram muito pouco de caso para caso, isto é, permaneceu a média como no ano de 1983. Contudo, o que chama atenção é a grande diferença de proporcionalidade de quantidade de terras concentrada nas mãos de um grupo seletivo. No caso específico de 1983, enquanto que 96,5% dos imóveis possuíam 35,9% das terras, o grupo mais do que seletivo de 3,5% dos imóveis possuíam 64,1% de todo esse território, uma diferença considerável que prova a nossa argumentação.

A segunda questão que nos chamou à atenção e que contribui para o debate foi uma denúncia feita a partir de publicações da CEPAMI (Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes) que foi mencionada pelos autores. Em uma destas publicações a CEPAMI alerta sobre dois problemas: primeiro, o quanto essa concentração de terra estava a pleno vapor, formando-se imensos latifúndios e, segundo, como grande parte destes latifúndios se tornaram terras inexploradas. Os excertos a seguir nos alude quanto a este debate:

Considerando que o estado de Rondônia tem uma superfície de 24,3 milhões de hectares, vemos que apenas nove proprietários possuem quase 6% das terras do estado. Constatamos ainda que, desta exorbitância de terra, estão trabalhando em apenas 0,11% da terra de que dizem ser proprietários. (Idem, p.85)

Os dois mil maiores proprietários são donos de oito milhões de hectares de terras do estado, e $\frac{1}{4}$ das terras pertence a proprietários que não moram aqui, e sim em outras unidades da federação. Além disso, os proprietários que habitam em outros estados do país detêm 2,5 milhões de hectares de terras inexploradas. Será que não existe terra para os lavradores aqui? (Idem).

Portanto, percebe-se, a partir dos dados da tabela e da denúncia, que essa concentração de terra vinha de “fora pra dentro”, ou seja, agropecuaristas capitalizados vinham de outras regiões do país para “conquistar” aquelas terras “sem donos” – já que nativos, migrantes (posseiros) são ignorados como proprietários neste contexto de ganho dos donos do capital – e impor seja através de fraudes, com o método de grilagem, ou da violência física e psíquica, a expansão e/ou formação de seus latifúndios.

Com relação ao fato de se ter uma porcentagem de grande relevância de terras inexploradas pode parecer algo contraditório, pois se os donos do capital foram para uma região considerada um rincão¹⁰⁵ e conseguiram através das formas já mencionadas

¹⁰⁵ Segundo o Dicionário Aurélio, Rincão é um recanto, um lugar afastado, longínquo.

conquistar a expansão e/ou formação de seus latifúndios, por que não ocupá-las de fato e fazê-las produzir? A resposta é muito simples: estes que passaram a ser detentores de grandes glebas não investiram de imediato porque buscavam mantê-las como reserva de valor, aguardando sua valorização mediante os investimentos públicos em infraestrutura. E é justamente isso que aconteceu em alguns locais da região, o Estado Restrito, enquanto fiador do capital, usa o dinheiro público para criar as condições básicas para o avanço do capital monopolista sobre um território que era considerado um “espaço vazio.” Era o Estado Restrito criando as Condições Gerais de Produção (CGP). O fato é que com a concentração de terra e com a formação de imensos latifúndios improdutivos, muitos migrantes, além de não ter acesso a tão sonhada porção de terra, não encontrava emprego na zona rural para sua sobrevivência. Com isso, muitos destes migram para o centro urbano mais próximo ou retornam para seu local de procedência.

Independentemente de quais sejam os motivos/fatores que tenham contribuído para essa onda migratória de deslocamento interno e/ou saída de Rondônia, consideramos os deslocamentos como movimentos “não-espontâneos”, pois mesmo que neste recorte territorial e temporal já não existisse a propaganda governamental no sentido de se criar um novo eldorado, obviamente que estes estavam, na verdade, sendo “empurrados” direta e indiretamente pelo avanço do capital naquele território.

O fragmento documental vai ao encontro do que afirmamos: “[...] Os movimentos espontâneos de migração, na realidade, têm sido influenciados indiretamente e, às vezes, inconscientemente, por políticas do próprio setor público e por projetos da iniciativa privada”. (SUDECO 05. *Diretrizes e objetivos para as ações na política de migrações internas*. Estudo do MINTER. 1975. p. 13) Discordamos apenas quando mencionado que foram movimentos espontâneos e que a influência sobre estes foi inconsciente por parte do setor público e privado. Nossa justificativa de discordância deriva de tudo aquilo que destacamos no tópico anterior quando da análise dos grupos capitalizados em Rondônia, isto é, o Estado Restrito através de suas políticas públicas visou, sobremaneira, atender ao Estado Amplo, garantindo e beneficiando, conscientemente, o avanço do capital monopolista e “empurrando” muitos migrantes sem-terra para as zonas urbanas. Era a ampla política pró-capitalista em pleno avanço através da contrarreforma agrária.

Diante disso, evidencia-se, nesse processo, a (re)produção em série de indivíduos e grupos sem terra, pois não conseguiram garantir sua pequena gleba naquele “novo eldorado”. Tentamos explicar o caminhar do processo e seus fatores que levaram a tal (re)produção, entretanto, não podemos nos esquecer – apenas no sentido de aqui mencionar – que ocorreram alguns conflitos e tensões devido à expulsão da terra ou da inacessibilidade a este bem. Neste sentido, e tendo como referência Ianni (1979), é válido retornarmos o debate em torno das categorias de colonização enquanto instrumento para esclarecer tal cenário conflitivo. Segundo o autor em questão, ocorreu ao longo da década de 1970, a intensificação, ao mesmo tempo, da colonização espontânea, da oficial e da particular no território de Rondônia, gerando tensões entre os grupos que faziam parte de cada uma destas categorias. Rondônia tornava-se, assim, sob o olhar de Ianni, um território-problema:

[...] em poucos anos realizou-se nesse território uma ampla ocupação de terras virgens. Em pouco tempo surgem e agravam-se as tensões sociais em várias áreas. A grilagem, a defesa da terra pelo posseiro, a expropriação do índio, a expansão da empresa privada de colonização, a transformação da terra em mercadoria, vários são os processos sociais que tornam Rondônia um território-problema para o poder público. (Idem, p. 20)

Aos poucos, os empreendimentos privados foram expulsando e destruindo os grupos indígenas e núcleos de posseiros, sendo suas ações balizadas pela própria força econômica e política intrínseca ao seu movimento e, por isso, foram – e até hoje são – protegidos pelos órgãos do Estado Restrito. Fica evidente, portanto, como, aos poucos, a colonização espontânea, aquela que tinha como protagonista a figura do migrante posseiro – e que Ianni (1979), considera uma reforma agrária de fato - foi sendo suprimida pelas conveniências do capital, seja das empresas ou dos latifundiários locais. Excertos destacados pelo autor são exemplificadores deste contexto:

Armados com facões e revólveres, jagunços e membros da Polícia Militar ameaçaram, desta vez, 200 famílias de posseiros que perderam suas armas e viram suas casas invadidas. Os dois jagunços que já foram presos diversas vezes acusados de crimes de sevícia e grilagem de terras, ameaçaram também as famílias com atos mais violentos caso elas não deixassem de incomodar o patrão.

Para o vereador José Viana, que vem denunciando violências praticadas contra posseiros em Rondônia, o INCRA e a justiça estadual estão contribuindo para que esses casos de violência não sejam solucionados, pois se negam a decretar a prisão dos poderosos grupos de grileiros que atuam em Ji-Paraná. Recorda o vereador que, dentre os nove mil processos arquivados na justiça federal de

Rondônia, um envolve o comandante da Polícia Militar do território, coronel Ivo Célio da Silva, acusado de abuso de autoridade no episódio ocorrido em 1976 quando foram expulsas da terra 100 famílias de colonos. Recentemente o advogado Agenor Martins de Carvalho, defensor dos colonos, denunciou o sumiço do processo do Fórum da cidade de Pimenta Bueno, o que favorecia o responsável por isso tudo, o comandante da PM, que acabaria saindo livre dessa vergonhosa questão. (Folha de S. Paulo, 1978, p. 08 *apud* Ianni, 1979, p. 127)

Partindo da evidência de como a colonização dirigida – oficial e particular – foi, aos poucos, sufocando a colonização espontânea, fica claro como os órgãos ligados ao Estado Restrito foram resolutivos em seu papel de garantir a ampla e intensa ocupação e apropriação de terra por grandes empresas e latifúndios, tanto nacionais quanto estrangeiros. Por fim, outro exemplo, foi o conflito agrário conhecido como massacre de Corumbiara, em 1995, o qual vitimou mais de uma dezena de trabalhadores sem terra. Segundo Cunha (2015, p. 12), ainda nos dias atuais, uma das demandas e questões que continuam em aberto no estado é a luta pela terra, situação que envolve diversos interesses, quase sempre conflitantes e cuja arbitração pelos agentes do Estado continua lacunar. Conflitos como este - apesar de não estar dentro de nosso recorte temporal, porém muito próximo, posteriormente – demonstram como a sobreposição do Estado Amplo sobre o Restrito, no que tange à questão agrária, gerou e gera as piores consequências para os migrantes. Percebemos tais consequências como resultado da política neoliberal que estava - e está – a pleno vapor no território nacional.

2.2.2- Muda o meio e segue o “calvário”: a (re)produção da marginalização

Quando falamos em saída de migrantes em Rondônia, estávamos falando daqueles migrantes lavradores que diante da inacessibilidade à terra retornaram para a trajetória de deslocamento/movimentação pelo espaço e, em alguns casos, para o seu lugar de procedência. Todavia, como já citado, tiveram aqueles que buscaram a sobrevivência no centro urbano mais próximo e tornaram-se proletários para o capital ali instalado. Nesse sentido, iniciaremos o debate em torno do segundo ponto que destacamos no início deste tópico: a intensificação da extração da mais-valia sobre a mão de obra destes através da marginalização via urbanização.

Desde já é importante ressaltar que entendemos - não só o contexto dos deslocamentos dos migrantes para os centros urbanos, como também daqueles de volta para seu local de procedência e/ou que permaneceram se deslocando para áreas rurais de outras regiões – as migrações em Rondônia como fenômeno de desestabilidade, ausência e desarticulação das políticas públicas, ou melhor, os efeitos sociais drásticos sobre a população mais humilde nos esclarece a ausência e/ou “fracasso” dos agentes governamentais diante da problemática em estudo. Sabemos que o dito “fracasso” se deu diante das dificuldades de não se realizar de fato uma reforma agrária justa – já que na prática vimos, na verdade, uma contrarreforma agrária - e que, conseqüentemente, levasse à distribuição de renda. Já para a lógica do capital, o sucesso foi a regra, isto é, o Estado Restrito, através de suas diversas instituições, executou muito bem sua tarefa diante do então projeto nacional-desenvolvimentista, garantindo os interesses da ampla política pró-capital monopolista e definindo os contornos da política neoliberal à brasileira. Dito isso, vamos aos efeitos drásticos no que tange à intensificação da marginalização e exploração sobre os migrantes que chegavam às zonas urbanas.

Ao mesmo tempo em que tínhamos a saída de grupos de migrantes, que retornavam para seu lugar de procedência, tínhamos os que se direcionavam para as zonas urbanas e, também, outras levas de migrantes que vinham de outros estados e que continuavam povoando Rondônia tanto em suas áreas rurais quanto nas áreas urbanas. Por isso, afirmamos precedentemente que não se pode analisar o fenômeno migratório de forma homogênea, pois este é marcado por um alto grau de complexidade; haja vista as idas e vindas, tanto para as zonas rurais quanto para as urbanas, e de diversos grupos com condições socioeconômicas distintas.

Cientes disto, nesse momento, focalizaremos naqueles que saíram do meio rural, seja em Rondônia ou não, e foram para as zonas urbanas do estado. Como já analisado, as políticas públicas em Rondônia privilegiaram os grupos capitalizados deixando os migrantes sem qualquer condição de prosperar. Diante desse contexto, muitos migram para as zonas urbanas e iniciam uma outra etapa de seu “calvário”. O trecho a seguir nos relata tal cenário:

Os problemas se acumulam e, com a falta de apoio das autoridades, as doenças se proliferam, principalmente a malária que, sem os cuidados necessários, geralmente é fatal. Sem êxito o migrante vai engrossar o contingente urbano e enfrentar os problemas de habitação, saúde e emprego daquela população nos centros maiores. As dificuldades se

acentuam dado o seu total despreparo profissional e ausência de qualificação. (Castro, 1996, p. 42)

Fizemos questão de destacar essa passagem, pois o autor, o qual já nos referenciou em outro momento, acrescenta em sua análise a falta de política pública voltada para a saúde, haja vista a falta de atitudes básicas do Estado Restrito diante de um problema grave que já dilacerava aquela população há décadas. A malária matava muitos, mas atingia principalmente os migrantes. Outro fator mencionado é a falta de infraestrutura destes quando chegam ao meio urbano. Todavia, é imperioso recordarmos que, primeiramente, esta se deu no meio rural, visto que lhes faltavam não só a terra (mesmo quando a possuíam), como também não tinham crédito para desenvolvê-la e tampouco manter seu sustento. Consequentemente, muitos vendiam suas pequenas propriedades ou as perdiam através de métodos violentos como a grilagem. Vale recordar, também, que a mecanização agrícola gerou as condições básicas para se intensificar a exploração sobre os migrantes e a pobreza na agricultura. Parece contraditório: como ter pobreza na agricultura se tínhamos uma produção em crescimento exponencial? A mecanização é uma das explicações:

Fala-se e escreve-se sobre as dificuldades do homem do campo em termos de baixos salários e péssimas condições de vida, mas faltam análises objetivas que apontam as causas fundamentais dessa situação e também falta no país a decisão de implementar um programa efetivo a favor dessa população necessitada. A medida em geral preconizada para a solução desse problema tem sido o aumento da produtividade agrícola via modernização. No Brasil, não obstante o crescimento de sua agricultura com a ocupação de novas fronteiras de terra férteis e a modernização intensa de algumas áreas e culturas, não se tem conseguido modificar a situação da mão de obra e dos agricultores de baixa renda, em enormes áreas do setor agrícola que continuam em nível extremamente desfavorável. (Contador, p. 195-196 *apud* Idem, p. 42 e 43)

O que foi citado como modernização é o que já denominamos anteriormente como “modernização conservadora”, isto é, aquela que garante a modernização dos meios de produção, crescimento da produção, a concentração fundiária e de capital e, concomitantemente, o alastramento e intensificação da desigualdade social. Silva (2003), em sua obra, através da qual ele analisa a questão sociopolítica no campo, especificamente no estado de Goiás, esclarece bem a relação da urbanização com a modernização conservadora:

A população tendeu a se tornar massivamente urbana, motivada pelas crises na agricultura, pela expulsão dos camponeses determinada pela

incorporação ou açambarcamento de suas terras pela produção comercial ou ainda pela especulação imobiliária e, finalmente, pela “modernização conservadora” (autoritária e seletiva) imposta pela política agrária e agrícola [...] (Idem, p. 145)

Caso exemplar disso foi a situação imposta ao homem do campo em Rondônia. Neste ínterim, verificamos que no período de 1983 a 1985 cresceu o número de migrantes que saíam do campo buscando a sobrevivência na zona urbana. Segundo os dados, a taxa de crescimento de migrações em saída das zonas rurais variou cerca de 5,51%. O grau de urbanização que em 1983 era de 46,5%, elevou-se para 58,2% em 1985. Estendendo mais o período de análise no que toca à elevação desta taxa de urbanização, o estado de Rondônia cresceu 7,89% a.a no período entre 1980 a 1985, taxa muito superior à nacional para o mesmo período, que era de 1, 93% a.a. Ao longo da década de 1980, este estado destacou-se no cenário migratório nacional, obtendo um aumento da população superior a 250 mil pessoas. No somatório final, no período 1980 a 1985, a população urbana cresceu 10,11%, sendo uma das maiores do país. (SUDECO 49. Indicadores socioeconômicos – Rondônia. SEADE. Sem data. p. 21, 24 e 27) As taxas nos maiores municípios são reveladoras no que diz respeito a nossa abordagem:

Os dois maiores municípios eram Porto Velho (capital do estado) com 294.227 mil habitantes e Ji-Paraná com 95.356 mil habitantes. A capital possuía grau de urbanização de 81% e o segundo maior município 84,72%. Em termos populacionais também eram importantes os municípios de Cacoal, Ariquemes e Ouro Preto do Oeste, todos com população acima de 50 mil habitantes e grau de urbanização acima de 50%. O município mais urbanizado era Vilhena com 89,71% habitando áreas urbanas. Deve ser ressaltado também o município de Guajará-Mirim apresentava um grau de urbanização de 85,5% para uma população de 36.542 mil habitantes. (Idem, p. 21)

Essa evasão da população rural nos testemunha a falta de oportunidade no campo para os descapitalizados, o que acarreta um intenso êxodo rural e, por conseguinte, uma elevada taxa de urbanização aludido neste território no recorte temporal em análise. Os dados referentes aos principais municípios são ainda mais reveladores e indicativos dessa elevada urbanização. Não podemos esquecer que um dos elementos determinantes para o elevado êxodo rural e, consequentemente, a alta taxa de urbanização, está vinculado às política públicas que beneficiaram os grupos capitalizados na região, perpetuando a lógica fundiária concentracionista e a exploração sobre os “marginalizados”.

Diante dessa expulsão do campo, estes buscam a sobrevivência no meio urbano. Neste “novo” meio, além de continuarem sem qualquer infraestrutura básica, tiveram a exploração sobre sua mão de obra intensificada. As agroindústrias se instalavam em diversos municípios de Rondônia e vão aproveitar - leia-se espoliar - esse contingente de mão de obra que chegavam à zona urbana. O discurso oficial deixa claro o que se afirma: “o governo do estado procura desenvolver a agroindústria, visando agregar valor à produção agrícola, aproveitando a oferta de matéria-prima e o grande contingente de mão de obra disponível.” (Idem, p. 02)

Quando da análise no que se refere aos grupos capitalizados, destacamos as várias empresas/agroindústrias que se instalavam e prosperavam sobre vários municípios de Rondônia. Estamos cômicos de que estes vão em busca de aumentar sua produção e lucratividade e sabemos, também, que a extração da mais-valia é a forma mais eficiente para os donos dos meios de produção garantirem a sua alta lucratividade e elevada qualidade de vida. Em Rondônia, no início da década de 1980, aperfeiçoou-se ainda mais o ambiente ideal para o desenvolvimento do capital em nível monopolístico: muita terra a se explorar, consideradas “espaços vazios”; o Estado Restrito criando todas as condições necessárias para que os grupos capitalizados prosperassem, como, por exemplo, oferecendo crédito e barrando qualquer tentativa de uma efetiva reforma agrária; e, agora, com o êxodo rural, muita mão de obra barata chegando às zonas urbanas. Esta última constatação foi fundamental para o fortalecimento do capital nesta região no período mencionado e nos evidencia, também, que os movimentos populacionais estão sempre atrelados às transformações ocorridas em determinadas partes do espaço, forçando certos grupos sociais a se porem em marcha.

Ao chegarem no meio urbano muitos destes migrantes se depararam com o desemprego, formando o valioso exército de reserva que o capital tanto busca. Mesmo com a instalação de empresas/agroindústria o número de empregos oferecidos não acompanhava o volume de crescimento demográfico. Além de já terem mão de obra barata, os donos dos meios de produção, juntamente com os seus gestores, tinham disponível um grande volume de trabalhadores desempregados, fato que gera uma arma poderosa para os “patrões” em seus discursos: oferecem um salário miserável e ainda ameaçam que, caso não queiram, existem várias outras pessoas disponíveis para aceitar tal proposta descabida. E, assim, muitos trabalhadores rurais se tornaram proletários com um alto nível de extração da mais-valia sobre sua mão de obra.

A partir de dados disponibilizados pela SEPLAN/RO, Castro (1996), fez uma tabela com a evolução do número de migrantes segundo os municípios de destino nos anos de 1980 a 1986. Nela, os números demonstram como se elevou consideravelmente o crescimento demográfico com a chegada de migrantes nos centros urbanos, principalmente se tivermos como referência a passagem dos anos de 1983 para 1986: Porto Velho de 12.425 para 29.037 migrantes; Ariquemes de 8.254 para 17.901; Pimenta Bueno de 6.696 para 8.248; Jaru de 5.017 para 11.799; Cocal de 16.487 para 22.954; Ouro Preto de 5.065 para 13.547; Rolim de Moura de 2.898 para 15.102; e Vilhena de 8.031 para 11.427 migrantes. (SEPLAN/RO, 1988 apud Idem, p. 27) Se considerarmos apenas os municípios mencionados, de 1983 a 1986, houve um aumento de 65.172 migrantes nas zonas urbanas de Rondônia. Isso porque tivemos como referência o crescimento apenas em oito municípios, obviamente que na sua totalidade, mesmo que com números menores nos municípios não mencionados, foi algo ainda mais expressivo. O autor acrescenta relatos de como se elevava, ao mesmo tempo, o número de desempregados:

As famílias que permanecem na cidade, por outro lado, sofrem consequências as vezes bem maiores, uma vez que, além das dificuldades de encontrar de imediato um lugar para morar, enfrentam às vezes por muito tempo, o desemprego, que é outro problema crucial em Rondônia. (Idem, p. 18)

Pôs-se, também em evidência, as desvantagens de um adensamento demográfico precipitado em núcleos urbanos não estruturados para acolher grandes aglomerações humanas, procurando-se sugerir que em tais situações tende a proliferar o desemprego, até o nível em que a sobrevivência começa a se tornar insuportável para determinado segmento da sociedade. (Idem, p. 12)

Percebe-se que a partir do momento em que os principais municípios se tornam áreas de grande recepção destes migrantes, formando aglomerados humanos, temos uma urbanização desordenada que, aliada à falta de infraestrutura, vai gerar vários problemas sociais. Estes são sintomas de uma parcela social desassistida e que se torna extremamente vulnerável à exploração e à opressão exercidas pelo capital. Segundo o relatório anual de 1985 do governo de Rondônia, a migração destes grupos agravou sobremaneira os problemas das cidades, acentuando ainda mais a situação de penúria sobre a população pobre. Grande parte desta população pobre era os migrantes que já havia se frustrado na busca pela terra, e agora, nas zonas urbanas, passam por situações ainda mais humilhantes: prostituição, elevado grau de criminalidade, promiscuidade,

expansão do sistema de favelas, mendicância, famílias carentes, problema do menor, trabalhos informais como o de camelô, etc. (SUDECO 49. Indicadores socioeconômicos – Rondônia. SEADE. Sem data. p. 33) Toda esta problemática tornou-se rotineira no cotidiano vivido por esses grupos descapitalizados nos principais centros do estado.

A partir dos números e relatos mencionados, reforçamos mais uma vez nossa hipótese de como o avanço da concentração fundiária e do capital, de modo geral, no meio rural, além de barrar qualquer possibilidade para que se realizasse de fato a reforma agrária, “empurrou” essas levas de migrantes para serem ainda aproveitados como mão de obra a ser explorada e para formarem exército de reserva no meio urbano. Nesse cenário se tem, portanto, a (re)produção da marginalização destes, processo que já vinha se fortalecendo desde quando tiveram sua pretensão de adquirir uma gleba de terra barrada pela ampla política pró-capital através do que entendemos como uma contrarreforma agrária. Percebe-se, assim, que o capital em seu nível monopolístico, em se tratando do território em questão, primeiro se instalou na zona rural para depois avançar sobre as zonas urbanas. O movimento migratório descrito, isto é, o migrante chega à zona rural e depois este é “empurrado” de lá para a zona urbana - é um demonstrativo para se ter um panorama do processo em análise: o migrante mudava de meio/zona, porém seu “calvário” de marginalização não só continuou sendo reproduzido, bem como vai ser potencializado neste novo meio.

2.2.3- Relações de trabalho análogas à escravidão em Rondônia

Nos subtópicos anteriores, que envolvem as frustrações do migrante em sua trajetória de deslocamento por Rondônia, analisamos como quando chegaram ao estado não conseguiram garantir seu pedaço de terra – o que entendemos como uma (re)produção de sem-terras - e como foram “empurrados” para as zonas urbanas para servirem como exército de reserva para o capital ali instalado. Até este momento nos norteamos, fundamentalmente, nas fontes primárias do acervo da SUDECO e também em referências bibliográficas que acrescentaram na análise historiográfica em torno de nosso objeto, servindo-nos como auxiliares para averiguarmos o processo em análise. Contudo, neste subtópico em específico, nossa base de referência será as obras de F.

Perdigão e L. Bassegio (1992) e Martins (2009), as quais nos trazem vários dados sobre a problemática. Não se objetiva com isso fazer uma mera descrição das obras com os seus fatos relatados sobre o assunto agora em análise, mas sim utilizá-los à luz de nossa abordagem e dando a eles nosso contorno próprio, isto é, utilizar dos dados e informações que contribuem para nossa tese ligando-os a nossa temática, objeto e base referencial teórico-metodológica. Utilizaremos também outras referências que auxiliarão na abordagem historiográfica sobre o tema em pauta.

A não utilização das fontes primárias da SUDECO se justifica pelo seguinte fato: grande parte, cerca de 95%, de todo acervo do fundo deste órgão são documentos oficiais, ou seja, elaborados pela própria instituição ou por órgãos ligados a esta no tocante ao fenômeno migratório, como, por exemplo, o MINTER e o INCRA. Sendo assim, neste cenário de fontes documentais, não identificamos nem um documento que relatasse ou fizesse qualquer objeção ou análise crítica diante das relações de trabalho análogas à escravidão em Rondônia. Consideramos óbvia a não identificação nesse sentido, pois se tratando da predominância de documento oficiais, tais instituições dificilmente teriam um olhar mais crítico diante destes fatos: relatar isso seria tornar-se cúmplice do crime de trabalho forçado, uma vez que nada foi feito por estas neste sentido, ao contrário, sempre desviaram seu olhar diante de qualquer questão que ameaçasse o avanço do capital.

Portanto, tendo como suporte as mencionadas referências bibliográficas, dentre outras que nos auxiliarão, analisaremos como o fenômeno migratório tem sua ligação com as relações de trabalho análogas à escravidão, as quais foram impostas pelos representantes do capital que buscavam “a todo custo” garantir seu lucro sobre a mão de obra daqueles esquecidos pelo Estado Restrito. Quando da leitura das obras em estudo, deparamo-nos com vários relatos abordando a chegada e o transporte de trabalhadores braçais na região, o que nos chamou a atenção por mostrar parte do processo da chegada dos migrantes sobre o território que fazia parte da jurisdição da SUDECO. Foram em tais relatos que identificamos os mencionados casos que entendemos, assim como os autores, como formas de trabalho escravo.

Quando José de Souza Martins (2009), esclarece como a fronteira não é lugar de concepções e práticas democráticas de autogestão e liberdade, ele reverbera duas questões importantes que vão ao encontro de pontos que marcam o processo de análise

de nosso objeto: primeiro, que na fronteira, marcada pela ausência expressa e direta das instituições do Estado, “o domínio do poder pessoal e a ação de forças repressivas do privado se sobrepondo ao que é público e ao poder público, até mesmo pela sujeição dos agentes da lei aos ditames dos potentados locais”. (Idem, p. 33) Nessa primeira questão, o autor contribui para lastrear o que relatamos no sentido de percebermos a ausência de órgãos como o INCRA, MINTER e a SUDECO diante dos assentamentos oficiais em Rondônia.

A segunda questão se volta para a existência de relações análogas à escravidão na fronteira. Segundo Martins, a fronteira se revela como espaço da violência e da morte, território de renascimento de arcaísmos desumanizadores, ou seja, lugar em que se recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, como é o caso da escravidão moderna, denominada de *peonagem*¹⁰⁶. E, por fim, afirma que “a fronteira é o lugar privilegiado da violência privada, mas é também, em decorrência, o lugar privilegiado de regeneração até mesmo de relações escravistas de trabalho.” (Idem, p. 33) Identificamos tais relações no caso de Rondônia, as quais reforçam a visão da fronteira como lugar de violência e imposição, as quais derivam da imposição das classes dominantes sobre as classes subalternas. Muitos tentam mascarar tais relações, fundamentalmente aqueles ligados a uma concepção liberal e típico-ideal do capitalismo, os quais se esforçam para não enxergarem que o capital gera sim relações de trabalho que não são seja formalmente contratual e livre. Côncios disso, vamos aos primeiros casos que nos chamou atenção e que contribuem para fecharmos nossa análise no que se diz respeito aos migrantes em Rondônia.

¹⁰⁶ O que se denomina de *peonagem* é a situação de superexploração sobre a mão de obra dos trabalhadores. Para seu melhor entendimento delinearemos seu sentido a partir das definições tomadas por Martins (2009) e Oliveira (2007), as quais em seu conjunto nos descortina o porquê de sua aplicação no cenário em questão. No que se refere a Martins (2009), vale destacarmos o seguinte: com a formação de um enorme exército de reserva, “o capital pode extrair mais-valia além do limite determinado pela reprodução da força de trabalho, pagando aos trabalhadores salários insuficientes para a recomposição de suas forças físicas após a jornada de trabalho, ou após o pagamento do salário”. (Idem, p. 86) Sendo assim, “quando a superexploração se acentua, em face da necessidade de redução adicional do capital variável, isto é, do dispêndio em salários, a exploração do trabalho facilmente desliza para a *peonagem* e os mecanismos repressivos da escravidão por dívida. (Idem, p. 87) Na acepção de Oliveira (2007), a *peonagem* consiste na presença do trabalhador dito “assalariado”, mas que, no entanto, só recebe em troca pagamento em espécie (carne, aguardente, roupas e utensílios). Esses produtos são adquiridos no armazém da fazenda, e com preços muito altos, tornando o trabalhador permanentemente endividado. Trata-se, portanto, de uma relação não-capitalista de produção, uma vez que o sistema não se configura em um salário em dinheiro e nem na liberdade de o trabalhador ir e vir, comprar e vender sua força de trabalho. (Idem, p. 26) Nosso recorte temporal é marcado por vários casos envolvendo relações de trabalho que se encaixam nas acepções de *peonagem*, isto é, a extração da mais-valia em níveis que ultrapassam a própria lógica capitalista nas circunstâncias atuais.

Para iniciarmos, e tendo como referência F. Perdigão e L. Bassegio (1992), é válido destacar a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁰⁷ na identificação e denúncia de casos ligados à *peonagem* em Rondônia. Os autores sublinharam uma destas denúncias, nesse caso feita pela CPT ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a qual foi feita em nome de D. Geraldo Verdier, Bispo da Diocese de Guajará-Mirim/RO, a respeito de uma grande derrubada de floresta que iria acontecer em fevereiro de 1985, nos municípios de Cerejeiras e Colorado do Oeste. Segue a denúncia que foi enviada via Telex:

Domingo chegou à sede municipal de Cerejeiras um caminhão transportando 60 trabalhadores braçais que, segundo eles, irão trabalhar na fazenda do Gauchinho. Doze trabalhadores seguiram por terra e 48 seguiram de avião. Na segunda feira, chegou outro caminhão com mais 93 trabalhadores e na terça feira chegou mais um F-4.000 com 60 motosserras compradas na representação da firma STHIL, em Cuiabá-MT e outro caminhão de placa NV-7790, de São Miguel do Iguazú-PR, carregado de alimentos para estes trabalhadores, cujo produto deverá seguir de avião somente depois de transportar todos os trabalhadores. Além disso, desde domingo, também chegaram 3 ônibus da empresa TUT com 70 trabalhadores em cada um. No atual momento, 3 aviões estão operando direto, desde Cerejeiras até a suposta área, sendo que, em média, 150 homens ainda estão aguardando na pista uma aeronave vinda de Cerejeiras para serem transportados. Sabemos que recentemente ocorreram fatos semelhantes na área da fazenda Guarajús, sobre a qual há um processo de desapropriação sendo encaminhado pelo INCRA. Sendo estas as informações até o momento, queremos através deste alertá-los sobre estes fatos naquela região. (Idem, p. 62 e 63).

Percebe-se, nesse excerto, como no último ano que marca nosso recorte temporal, como ainda continuavam chegando migrantes para trabalharem nas zonas rurais de Rondônia. Desta vez com uma diferença fundamental se compararmos aqueles que chegaram nos anos anteriores aos que chegaram ao longo da década de 1970 e nos

¹⁰⁷ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. Ela se destacou pela defesa do direito dos trabalhadores à terra, sobretudo posseiros e sem-terra. Só que a democratização do acesso à terra passa pela quebra do latifúndio, por isso, se envolveu diretamente com as diversas lutas e manifestações em favor da Reforma Agrária. (Comissão Pastoral da terra. Massacres no Campo. O nascimento da CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>). Acesso em: 13 de julho de 2019.)

primeiros anos da década de 1980. À época, vieram ainda com a ilusão de adquirir sua gleba de terra, diante de toda a propaganda governamental, através do INCRA, com os assentamentos oficiais. Contudo, vimos que além de não conseguirem, tornaram-se mão de obra a ser explorada pelos latifundiários da região e, também, tendo sua marginalização reproduzida quando estes se deslocaram para o meio urbano. Este momento é singular, pois estes agora já chegavam sem pretensão de adquirir terras - pois já percebiam a inacessibilidade a este bem que o Estado Restrito deveria garantir a muitos camponeses por meio de uma efetiva reforma agrária - visando, sobretudo, à sua sobrevivência. Isto é, vendiam sua força de trabalho por um retorno financeiro pífio. Percebendo esse exército de reserva que continuava se formando demasiadamente, alguns dos grandes latifundiários da região aproveitaram-se do contexto para estabelecerem as mais inescrupulosas relações de trabalho sobre os migrantes camponeses.

Algo mais específico, que contribui para nossa investigação, e que vale observarmos no trecho citado anteriormente, é a forma de transporte daqueles migrantes. É de conhecimento geral que a mencionada forma de transporte clandestino de trabalhadores braçais era, e ainda hoje, é feito sem qualquer requisito de segurança e levando-os para os rincões do país visando apenas explorar sua mão de obra da forma mais intensa possível. Em alguns casos tão intensa que podem ser consideradas como trabalho escravo. Nesse momento, quando da análise consciente deste contexto, os autores denominaram tais relações de trabalho como escravidão por dívida e/ou *peonagem*. Como já dito, essa forma de trabalho, que pode ser considerada um fenômeno de persistência de relações arcaicas de trabalho, é encontrada nos grandes empreendimentos agropecuários na Amazônia legal, destacando-se o caso de Rondônia.

Indo ao encontro do que os autores chamam de *peonagem*, devemos acrescentar também o conceito de *sistema de barracão*, o qual também é utilizado para designar tais relações de trabalho e tendo as mesmas delimitações, contribuindo, assim, para uma melhor dimensão deste fenômeno no contexto ora em análise. Na contemporaneidade, ainda encontram-se milhares de casos de relações de trabalho considerados formas de escravidão. Entre eles, podemos citar: prostituição infantil, tráfico de órgãos, tráfico internacional de mulheres, exploração de imigrantes ilegais e escravidão por dívida¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Quando se fala de trabalho escravo, remete-se a um crime que cerceia a liberdade dos trabalhadores, sendo que essa falta de liberdade se dá por meio de quatro fatores: (1) apreensão de documentos; (2)

O que é denominado de *peonagem* ou *sistema de barracão* foi a forma mais habitual aplicada em Rondônia ao longo da década de 1980. O relato a seguir nos dá, de forma descritiva, uma melhor compreensão deste sistema:

Vão para o seu destino, transportados em ônibus desconfortável ou em caminhão de pau-de-arara. No percurso de sua cidade natal até as fazendas, esses trabalhadores vão contraindo dívidas com o gato, que lhes paga tudo, desde o cafezinho e as refeições nas paradas até os cigarros e as bebidas alcoólicas, mas tudo isso não é gratuito, pois será cobrado do trabalhador assim que receber os seus parcos salários. Começa aqui a famigerada dívida, que pode, também, ter seu início no momento do aliciamento, quando o gato empresta dinheiro para a sobrevivência dos familiares do trabalhador enquanto este estiver ausente. Ao chegar ao seu destino, ou seja, nas fazendas para o trabalho, já acontecem as primeiras decepções, pois o avençado na hora do aliciamento não é cumprido e eles terão que pagar ainda pela alimentação (arroz, feijão, carne), pela rede para dormir e até pelos instrumentos de trabalho e de proteção individual, como enxadas, botas, luvas, chapéus etc. O combinado era que tais instrumentos de trabalho e a alimentação seriam custeados pelo patrão, como lhes era de direito. Os objetos e mantimentos são anotados em uma cadernetinha no armazém improvisado pelo fazendeiro/empreiteiro e serão descontados já do primeiro salário do trabalhador, de uma só vez. E, a dívida vai crescendo e comprometendo o salário do trabalhador por meses a fio, acrescida do que ele deve ao gato. Essa espécie de escravidão é tratada por alguns como *truck-system* ou, sistema do barracão, consistente no aprisionamento do trabalhador por dívidas contraídas em decorrência do trabalho. (Sento-Sé, 2001, p. 46 *apud* Siqueira, 2010, p. 134)

Percebe-se, assim, que, desde a saída do migrante de seu local de origem – fundamentalmente vindo de outro estado da federação - estes já começam a ser manipulados e levados a uma condição em que, diante daquela situação de endividamento sem fim, se submetem a uma relação de trabalho marcada pelo aprisionamento e, concomitantemente, pelo trabalho forçado. Uma situação de extrema exploração, humilhação e violência imposta pelos latifundiários da região de Rondônia a estes migrantes.

trabalho supervisionado por guardas armados e "gatos" (contratadores de mão-de-obra que fazem a ponte entre o empregador e o peão) de comportamento ameaçador; (3) dívidas ilegalmente impostas; e (4) características geográficas do local, que impedem a fuga. Segundo dados atuais, O número de trabalhadores escravos varia de 25 mil, segundo cálculo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a 40 mil, de acordo com a estimativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Os serviços de pecuária e desmatamento respondem por três quartos da incidência de trabalho escravo. (Uol Educação. Escravidão – Brasil tem cerca de 30 mil trabalhadores escravos. Disponível em: [Escravidão: Brasil tem cerca de 30 mil trabalhadores escravos - UOL Educação](#). Acesso em: 04 de março de 2021)

Nesse sentido, vale realçarmos que o direito do trabalho assume contornos próprios, no que diz respeito ao aparato jurídico, diante da relação capital x trabalho numa zona de fronteira, isto é, em regiões de fronteira como Rondônia casos de infração à legislação brasileira e de descumprimento das normas do direito do trabalho se tornaram constantes. O fragmento a seguir nos relata sobre:

Na maioria dos casos detectados e apurados pelo órgão regional do Ministério do Trabalho, em conjunto com os órgãos policiais, constatou-se que grande parte dos trabalhadores submetidos ao regime de trabalho escravo foram recrutados em outros estados da federação para prestar serviço em propriedades rurais, localizadas no estado de Rondônia, numa clara infração à legislação brasileira (crime de aliciamento e com reclusão de alguém à condição análoga de escravo) e o total descumprimento das normas do Direito do Trabalho (F. Perdigão e L. Bassegio, p. 63 e 64).

Fica evidente, como destacado pelos autores em questão, que estas infrações sobre a legislação foi uma outra forma, e uma das mais profundas, de violência do capital sobre os migrantes: não bastava já não terem acesso à terra, devido ao impedimento de um programa efetivo de reforma agrária, e, também, a intensificação da marginalização destes das mais variadas formas, como mencionado no subtópico anterior, no meio urbano, agora se tinha a extração da mais-valia de forma intensa naquele território.

Deve-se, aqui, enfatizar que existia na legislação a permissão para o recrutamento e agenciamento de trabalhadores de um local para o outro, porém com suas exigências no sentido de limitar e controlar o seu fluxo¹⁰⁹. Entretanto, relatos como os citados nos mostram que os agentes que realizavam esse recrutamento não seguiam essas normas, fazendo com que surgissem na região uma relação trabalhista com características escravocratas.

¹⁰⁹ F. Perdigão e L. Bassegio (1992) destacam o Artigo 12, da Portaria nº 3279 de setembro de 1973 criada pelo Ministério do Trabalho, a qual nos deixa claro quais deveriam ser as medidas seguidas pelos agenciadores de trabalhadores: “Art. 12.; a partir da data de publicação desta portaria, ficam os agenciadores de trabalhadores – ‘gateiros’ – obrigados a se inscreverem nas delegacias regionais do trabalho nos estados para onde conduzirem os trabalhadores, cabendo-lhes: I – apresentar prova de identidade e folha corrida fornecida pela autoridade policial, para efeito de inscrição referida no caput deste artigo; II – comprovar o destino dos trabalhadores recrutados, mediante documento idôneo, visado pela autoridade policial, discriminando os salários, prazo de vigência da relação de emprego, observadas as normas de higiene e segurança do trabalho; III – obter o visto da delegacia regional do trabalho e da autoridade policial do local de origem dos trabalhadores, permitindo o deslocamento dos mesmos; IV – comunicar à delegacia regional do trabalho o local e destino dos trabalhadores e a respectiva quantidade, entregando, para esse fim, relação nominal acompanhada de prova do visto das autoridades do local de origem dos mesmos fazendo chegar esses trabalhadores ao destinatário”. (Idem, p. 64)

Assim sendo, no caso de Rondônia, verificamos que parte de sua economia seguia, ainda, padrões do século XVIII no que se refere às relações de trabalho, sobretudo nas novas fazendas de criação de gado, criadas por empresas modernas, algumas até vinculadas a grandes grupos econômicos internacionais. Esse contexto envolvia não só o caso de Rondônia, mas também os demais estados que faziam parte da jurisdição da SUDECO. José de Souza Martins traz uma importante lista de grupos econômicos a que pertencem fazendas denunciadas por utilização de trabalho escravo. Dentre elas, faziam parte de nosso recorte temporal: Arthur Hopfig (Mato Grosso do Sul, 1983 e 1985), Suiá-Missu¹¹⁰ (Mato Grosso), Codeara¹¹¹ (Mato Grosso), Bordon (Mato Grosso e Rondônia, 1985), Encol (Goiás, 1985), Moura Andrade (Mato Grosso do Sul, 1985), Rossi (Mato Grosso, 1975) e Sílvia Santos (Mato Grosso, 1970 e 1981). (Martins, 2009, p. 95) Isto posto, entendemos que na fronteira envolvendo nosso recorte territorial as práticas de violência nas relações de trabalho, como os casos de *sistema de barracão*, fazem parte do avanço da frente de expansão, e tais práticas são adotadas em grande escala pelas modernas empresas capitalistas que estão ligadas ao avanço da frente pioneira. São movimentos diferentes que podem acontecer ao mesmo tempo e/ou em momentos diferentes, mas que fazem parte de um mesmo processo: a reprodução ampliada do capital.

Fica claro como modernas empresas capitalistas, que investiram em empreendimentos agropecuários na área de jurisdição da SUDECO, recorreram ao *sistema de barracão* em algumas de suas atividades. Como observado por Martins, isso demonstra que, na frente pioneira, o trabalho escravo foi utilizado fora do processo

¹¹⁰ A fazenda Suiá-Missu é exemplo modelar do que se quer esclarecer. Tal fazenda, e outras como a Duas Âncoras, Fazenda Brasil, Guanabara, Saudade (que depois se tornou fazenda da rádio globo, no município de Cocalinho), Taquaral, Santa Lúcia e etc., também foram denunciadas pelo uso de trabalho escravo. Todas elas surgem com a chegada de paulistas, que compraram grandes faixas de terras no norte do Mato Grosso e no município de Barra do Garças, também no mesmo estado, para exploração pecuária, usando dos benefícios de incentivos fiscais oferecidos pelo governo através do Imposto de Renda. Estas elevaram o rebanho bovino naquela época a 1.300 mil cabeças (Varjão, Sem data, p. 11). A Suiá-Missu em específico, empresa agropecuária, surgiu como uma fazenda de colonização particular, no extremo Norte do Mato Grosso, porém, mais tarde foi vendida à multinacional italiana Liquifarm (tendo cerca de 678.000 ha), que no Brasil era representada pela Liquigás (Picoli, 2006, p. 64). Martins (2009) também menciona a fazenda/empresa em questão, destacando que esta, em 1975, empregou cerca de três mil peões na fase de desmatamento. Mencionou, também, casos na região de São Félix do Araguaia-MT, em que se baseando em informações dos arquivos da CPT (Comissão Pastoral da Terra) se tem milhares de relatos de trabalhadores que conseguiram fugir do cativeiro em fazendas pertencentes ao município. (Idem, p. 77 e 78)

¹¹¹ No Mato Grosso temos o exemplo da fazenda Codeara, do Banco de Crédito Nacional, da qual só era possível sair com salvo-conduto.

normal de produção propriamente capitalista, isto é, o uso de trabalho em tarefas próprias de uma situação de acumulação primitiva. (Idem, p. 81)

Portanto, o processo de expansão territorial do capital e sua extensão às atividades agropecuárias e/ou agroindustriais no Brasil, apoiaram-se em dois recursos: de um lado, nos incentivos fiscais e subsídios governamentais – como já relatamos anteriormente - e no outro, no uso não capitalista da mão de obra necessariamente intrínseca ao movimento da reprodução ampliada do capital, fato que evidenciamos com os casos de relações de trabalho análogas à escravidão.

À face do exposto, eis que surge a seguinte problemática: diante destas atrocidades de trabalho escravo, de crime contra o meio ambiente e de total desobediência à legislação trabalhista e ambiental daquele período (primeira metade da década de 1980), quais foram as atitudes das autoridades públicas responsáveis? Verifica-se a quase total falta de interesse do poder público, seja federal, estadual ou municipal, no combate e repressão aos traficantes de escravos do século XX. F. Perdigão e L. Bassegio (1992), voltam a nos referenciar quanto a esta questão:

Os órgãos públicos com competência legal para combater e reprimir o fenômeno não cumprem suas atribuições. Alguns, sob pretexto de falta de recursos financeiros, humanos e materiais, omitem-se deliberadamente. A verdade é que o problema insere-se num contexto mais amplo, de abrangência nacional, consistindo na inexistência de uma política governamental de solução eficaz para os problemas sociais. Os enormes obstáculos postos àqueles que pretendem minimizar o problema demonstram a falta de vontade política das autoridades federais e estaduais, que pode ser explicada pela dominação do poder econômico sobre o Estado, fato que ocorre da história do Brasil já há várias décadas. Eis que combater o trabalho escravo significa contrariar interesses poderosos: proprietários e latifundiários, os verdadeiros responsáveis pelo problema, controlam o poder do Estado, colocando e tirando dos cargos, ao sabor de suas conveniências, as autoridades locais. (Idem, p. 67)

Acrescentaríamos a esse relato que, o problema mencionado, na verdade, não se insere apenas em um contexto de abrangência nacional, mas sim em um contexto da lógica do avanço do capital que atua em nível internacional. Era o nacional (o Estado enquanto organismo político e jurídico) subordinando-se cada vez mais ao capital monopolista nacional e internacional. Era a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito, pois se um Estado Nacional não toma medidas e se omite

consideravelmente diante de casos escancarados de relações escravistas que dilaceram socialmente sua população, certamente que os dirigentes deste Estado estão atendendo a ordens que vêm de cima - ou seja, da pequena burguesia local ligada ao latifúndio e, também, da grande burguesia monopolista internacional juntamente com seus gestores – ganhando dinheiro e poder para terem tal postura nesse contexto.

No sentido de enriquecermos a discussão com exposições que servem de prova da ausência e falta de interesse do poder público diante dessa problemática, vale destacarmos o depoimento de um ex-delegado regional do Ministério do Trabalho, em Rondônia, o qual combateu o trabalho escravo e presenciou não apenas a falta de interesse do governo do estado em mudar a situação, mas também, esbarrou em dificuldades criadas pelos dois governadores (Angelim e Gerônimo Santana) e por diversos outros políticos que eram financiados por empresários do setor madeireiro:

Por diversas vezes tentaram remover-me do cargo em virtude de insistir em combater o trabalho escravo, só não tendo conseguido eles atingir tal intento graças à mobilização da sociedade civil, notadamente das entidades sindicais laborais e outras como a Comissão Pastoral da Terra, que se manifestaram publicamente, exigindo minha permanência no Cargo. (Cândido, 1989 *apud* Idem, p. 68, 1992)

Através desse relato é perceptível como o ex-delegado Rubem Cândido, que atuou no ano de 1985, foi reprimido por autoridades políticas por combater o trabalho escravo. Outro fato importante mencionado pelo ex-delegado (mediante diligências realizadas *in loco*) é que os trabalhadores submetidos ao regime de trabalho escravo eram recrutados em locais de alto índice de desemprego, sendo assim, presas fáceis dos traficantes de escravos do século XX. Estes iludiam e enganavam os humildes trabalhadores com promessas “irrecusáveis” de altos salários e com um ótimo ambiente de trabalho para convencê-los a irem trabalhar em fazendas no interior de Rondônia, mesmo sendo um crime de aliciamento, como previsto no Art. 207 do Código Penal Brasileiro.

Obviamente que o que lhes esperava não era nada daquilo prometido, mas sim os maus-tratos e a precariedade a que eram submetidos. Os migrantes convencidos por estes agenciadores de trabalho escravo passaram a viver em péssimas condições de vida em Rondônia, tendo seus sonhos de busca por melhores condições de vida transformados em pesadelo. No momento do recrutamento os “gatos” já faziam um adiantamento em dinheiro para os migrantes aceitarem sua proposta, porque estes

precisavam deixar algum dinheiro para suas famílias se sustentarem enquanto estivessem ausentes. Com isso, ao chegar ao local de trabalho, o pesadelo continuava, pois já chegavam endividados com o “patrão” e diante desse fato o empregador se achava no direito de proibir a saída do trabalhador de sua propriedade. Como já mencionado, é nesse momento que se verifica a escravidão, contemporaneamente denominada *sistema de barracão*, pois o empregador se vê como possuidor do direito de ir e vir de seus empregados.

E para piorar ainda mais o cenário, o trabalhador teria sua dívida aumentada na medida em que consumia os produtos necessários para sua alimentação fornecidos pelo empregador a preços muito acima do mercado, tornando-se, portanto, uma situação de total dependência do trabalhador frente às imposições do “patrão”. Inclusive, vale ressaltar, que aqueles que tentavam fugir daquelas imposições eram torturados fisicamente, sendo-lhes usurpados todos os seus direitos enquanto cidadãos livres.

Tais relações de trabalho escravo ocorreram com maior intensidade nos municípios mais distantes da capital, fundamentalmente em propriedades rurais de difícil acesso. Dentre eles, os casos mais recorrentes foram nos municípios situados ao sul do estado, tendo como exemplo: Cerejeiras, Colorado do Oeste, Pimenta Bueno, Vilhena e Costa Marques. Os trabalhadores encontrados sob o regime de trabalho escravo, nestes municípios, desenvolviam a atividade de derrubada de grandes áreas de florestas virgens, visando ao aproveitamento, pelos seus proprietários, da madeira derrubada sob o pretexto de formação de pastos. Estes pastos quase nunca eram usados para plantio, gerando áreas com imensos descampados, trazendo graves consequências para o ecossistema. (Idem, p. 66) Nesse contexto, tínhamos, portanto, um duplo crime: o de manter trabalhadores em regime de escravidão e o ecológico, com a depredação do meio ambiente. Quando da análise em que relatamos o avanço da pecuária sobre Rondônia, já havíamos citado a questão do desmatamento para a formação de pastos e de como o desmatamento havia se tornado uma constante sem qualquer atitude resolutiva do poder público.

No que se refere aos municípios citados, é importante fazermos aqui uma “ponte” destes, enquanto lugares com relações de trabalho escravo estabelecidos, com alguns dos municípios que mencionamos no subtópico sobre a reprodução da marginalização no meio urbano, onde chegaram migrantes vindos do Paraná e que desenvolveram a

pecuária extensiva, levando ao surgimento de frigoríficos. Desde já, é vale destacar que discordamos dos autores em um ponto: nos relatos sobre os casos de trabalho escravo nos citados municípios, eles afirmam que, quando da derrubada de florestas para a formação de pasto, quase nunca estes eram formados. Aqui está nossa discordância, pois como já averiguamos em tópicos anteriores, houve, durante o período em análise, um intenso crescimento da pecuária extensiva em Rondônia, o que comprova que muitas daquelas áreas desmatadas tiveram a formação de pastos para atender aos pecuaristas da região. Destacamos números, dados e informações que sustentam nossa constatação. Portanto, a pecuária, e não somente a derrubada da floresta para adquirirem madeira, pode ser vista e entendida como atividade econômica que teve sua participação nos casos de relações de trabalho escravo.

Voltando-se aos municípios e a ligação entre casos de escravidão com o avanço da pecuária, é válido relembrar algumas questões que nos evidenciam como um fato está ligado a outro. Primeiramente, é bom ressaltar que os municípios de Pimenta Bueno e Vilhena, um dos mencionados nos eventos identificados de escravidão, faziam parte dos municípios que destacamos anteriormente quando da análise do contexto dos grupos capitalizados que chegavam do Paraná em Rondônia¹¹². Estes foram os pioneiros e chegavam com o intuito de garantirem o avanço de seus lucros sobre aquela terra e, nesse sentido, vão buscar incessantemente mão de obra com o mais baixo custo para a extração da mais-valia da forma mais intensa possível. Além de garantirem a monopolização da terra - já que qualquer tentativa de uma efetiva reforma agrária foi barrada pelo Estado Restrito em conluio com o Estado Amplo - vão assegurar a extração da mais-valia. A pecuária foi uma das atividades que se destacaram neste contexto, levando a necessidade de cabedal humano para “abrirem” as matas e para, em seguida, formarem os pastos¹¹³. É aqui que entendemos que o *sistema de barracão* passa a ser uma opção para aqueles latifundiários e colonizadoras/empresas mais inescrupulosos que se estabeleceram em tais municípios, pois, percebendo a ausência do Estado

¹¹² Na ocasião citamos os seguintes municípios: Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena, os quais foram os pioneiros do eixo da BR-364. (SUDECO 32. *Diagnóstico geo-sócio-econômico da região Centro-Oeste do Brasil*. Estudos Científicos e Técnicos. 1984. p. 19)

¹¹³ Importante nesse momento salientarmos os dados que já foram destacamos: o número de domicílios rurais em Rondônia, fundamentalmente marcados por empreendimentos de pecuária bovina, cresceram de 10,0 para 118,4 mil propriedades, representando um crescimento de 1.076,83% entre 1980 a 1990. (Aragão, Borrero e Pfeifer, p. 06)

Restrito, o desemprego generalizado e a fragilidade daqueles grupos humanos descapitalizados, decidiram estabelecer em suas propriedades o trabalho forçado.

E como consequência disso, isto é, a alta lucratividade advinda do crime de abuso de trabalho escravo, a pecuária se desenvolveu bastante nessa região. E tal crescimento levou, concomitantemente, o surgimento e a chegada de frigoríficos. Nos municípios em questão, os quais adotamos como “ponte” entre as relações de trabalho escravo com o crescimento da pecuária via entrada de grupos capitalizados, destacaram-se o surgimento e chegada dos seguintes frigoríficos: FRIGOMIL (em Pimenta Bueno) e FRIGOVIL (em Vilhena). Depois desses, vários outros se estabeleceram na região, inclusive o famigerado grupo JBS, o qual recentemente esteve em evidência na mídia devido aos casos de corrupção por financiarem campanhas eleitorais em troca de benefícios para o grupo. É válido salientar que estes casos, apesar de não fazerem parte de nosso recorte temporal, reforçam nossa tese de sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito no território nacional.

O fato é que a pecuária, na primeira da metade da década de 1980, tornou-se umas das principais atividades econômicas em Rondônia e junto com ela cresciam, também, os casos de relações de trabalho análogas à escravidão. Nos anos posteriores ao nosso recorte, principalmente da década de 1990 até os dias atuais, verificamos que tais relações continuaram a existir, fato evidenciado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) a partir de casos de libertação de trabalhadores em situação de escravidão: segundo tal instituição, de 1995 a 2014, cerca de 863 pessoas foram libertadas do trabalho escravo em Rondônia¹¹⁴. Estes foram resgatados em áreas em que viviam em situações precárias, insalubridade, falta de água potável e moradias dignas para um ser humano.

Nesse sentido, fica patente que tanto a escravidão contemporânea como o avanço da pecuária fazem parte de um cenário marcado pelas migrações internas em Rondônia, isto é, os migrantes tiveram suas vidas influenciadas e dilaceradas por estes processos em seu conjunto: com a formação de latifúndios para a criação de pastos nas mãos tanto de grupos locais quanto externos capitalizados, muitos dos descapitalizados

¹¹⁴ G1. 863 pessoas já foram libertadas do trabalho escravo em RO, diz MPT. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/05/863-pessoas-ja-foram-libertadas-do-trabalho-escravo-em-ro-diz-mpt.html>. Acesso em: 28 de março de 2021.

foram “empurrados” para as zonas urbanas e marginalizados ainda mais. Já as relações de trabalho escravo nos escancaram como aqueles latifundiários com mais gana pela exploração passaram a utilizar de “gatos” para ludibriarem homens despossuídos de outros estados que se tornaram migrantes em marcha para serem submetidos às piores situações. Era a espoliação, exploração e violência potencializadas de forma cruel que demonstram como a irracionalidade presente nas atuais relações humanas foi banalizada diante do avanço do capital em seu nível monopolístico.

O fenômeno migratório muito nos diz no que tange à estrutura e à conjuntura que permeiam este processo histórico. Por fim, estando ciente de todo processo que buscamos descortinar, é indubitável como a política de colonização – seja a oficial ou a particular – foi fundamental para barrar qualquer tentativa de uma efetiva reforma agrária no país, em que o Estado autoritário impõe as regras determinadas pelo grande capital. Era a contrarreforma agrária sendo executada enquanto parte da ampla política pró-capitalista no território nacional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo de nosso texto demonstrar como o processo – enquanto fenômeno - das migrações internas (nosso objeto) está atrelado ao avanço da ampla política pró-capital monopolista sobre o território nacional. A partir da análise sobre a região Centro-Oeste – englobando a área de jurisdição da SUDECO - tentamos trazer uma visão panorâmica do caminhar de tal processo através de exemplos envolvendo as seguintes questões: intensificação da modernização agropecuária; intensificação da exploração sobre a mão de obra migrante e o avanço da contrarreforma agrária.

Todos estes pontos demonstram o aperfeiçoamento do planejamento e da intervenção do Estado sobre a economia regional, posto que consideramos os programas especiais ferramenta essencial neste contexto. Juntamente com os programas especiais, tivemos vários órgãos que, por meio de suas ações no sentido de políticas voltadas para as migrações internas, contribuíram para o avanço do processo em debate. Entre estes órgãos, os quais foram destacados de forma pormenorizada em diversos momentos de nossa escrita, podemos ressaltar a SUDECO, o INCRA e o MINTER.

Entendemos que a atuação dos programas especiais, em conjunto com os órgãos mencionados - durante o período 1974-1985 - sobre o território regional, foi fundamental para a concretização da contrarreforma agrária enquanto lógica de sustentação da hipótese que permeia esta tese: o Estado Restrito tomou ações no sentido de barrar qualquer movimento de democratização ao acesso pela terra, isto é, qualquer movimento que pudesse tocar no latifúndio.

O fato é que os programas especiais a cargo da SUDECO vão efetivamente garantir a expansão e modernização da agropecuária na região Centro-Oeste o que, concomitantemente, levou o aprofundamento do corte monopolístico da economia regional. Com estes verifica-se, também, uma maior incidência no processo de migração/colonização sobre a região, ponto destrinchado em tópicos ao longo de nosso debate. Nesse sentido, devemos ressaltar que esta modernização no setor agrícola na região atendeu à lógica do desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, servir, por um lado, como fornecedora de produtos primários e, por outro, como mercado de demanda para os produtos industrializados do Sudeste. Em suma, os programas

especiais, ao modernizarem a agricultura, criaram as condições para a instalação do complexo agroindustrial e também para atrair migrantes para servir de força de trabalho para o capital já instalado. O Estado precisava “fabricar o fabricante”.

Assim, averiguamos que, a partir da estratégia de substituição da uma política de reforma agrária por uma política de colonização, a colonização dirigida – oficial e particular – tornou-se ferramenta fundamental para sufocar a colonização espontânea, ou seja, os órgãos ligados ao Estado Restrito foram resolutivos em seu papel de garantir a ampla e intensa ocupação e apropriação de terra por grandes empresas e latifúndios, tanto nacionais quanto estrangeiros. Era o nacional (o Estado enquanto organismo político e jurídico) subordinando-se cada vez mais ao capital monopolista nacional e internacional. Era a sobreposição do Estado Amplo sobre o Estado Restrito.

Conscientes disto, devemos compreender o contexto em que estes programas deixam de existir, o que representa o findar de nosso recorte temporal. Tendo como referência o texto de Anita Kon (1999), devemos trazer ao debate o III PND. Segundo a autora, na primeira metade da década de 1980, “os países importadores de produtos brasileiros sofriam de grave recessão econômica, havendo, então, uma retração desses mercados e, em consequência disto, a desaceleração das exportações brasileiras e o agravamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos do país.” (Idem, p. 27) Devido a este progressivo agravamento da situação externa brasileira, em meados de 1982, as metas estabelecidas no III PND foram abandonadas. Dois anos após o abandono das metas estabelecidas no referido plano, os programas especiais chegam ao fim.

Os principais motivos que levaram a interrupção dos vários programas são fundamentalmente ligados aos problemas internos de sua coordenadora (a SUDECO) – principalmente no tocante aos casos de corrupção – e, também, pela dívida dos programas com empréstimos externos. No que se refere ao primeiro motivo citado, a intensa corrupção existente na SUDECO tornou-se uma constante, haja vista que tal instituição era responsável pelo orçamento destinado a cada um dos programas. Era comum os casos de desvio de verba e do uso indiscriminado de bens da instituição para uso particular. Um exemplo foi o uso do avião da SUDECO pelo seu superintendente para viagens semanais com a família e para resolver assuntos particulares. Houve também casos de superfaturamento de notas de obras da instituição, o que era mais

recorrente (SUDECO 94. *SUDECO: características e finalidades*. Histórico da SUDECO. 1985, p. 02-03).

Com relação ao segundo fator, a questão da dívida externa dos programas foi outro ponto determinante para suas decadências. Estes programas tiveram como debilidade sua dívida adquirida com recursos externos via Banco Mundial (BIRD), OEA e PNUD. E, agravando a situação, este dinheiro provido de empréstimos foi aplicado de maneira setorial e pulverizada, sem obedecer a qualquer planejamento, atendendo a solicitações clientelistas. Neste sentido, apresentam-se os casos do POLAMAZÔNIA, GEOECONÔMICA e POLOCENTRO, os quais, por não realizarem o planejamento de forma contundente, deixaram que as riquezas naturais fossem extraídas de forma predatória e consumidas a preços que não geraram crescimento e estabilidade para a região (SUDECO 15. *Contribuição para o Workshop sobre a redefinição ao papel da SUDECO*. Conselho deliberativo. 1985, p. 01).

No tocante ao contexto posterior ao nosso recorte temporal, é importante destacarmos os principais pontos que demonstram como foi o caminhar do processo que viemos analisando desde os antecedentes mas, principalmente, entre 1974-1985. Como se sabe, em 1985, tivemos o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização no Brasil. À época, foi eleito de forma indireta Tancredo Neves, porém com seu falecimento, antes de sua posse, assume seu vice José Sarney.

No governo de José Sarney a questão agrária volta a fazer parte da agenda nacional, como o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), elaborado em 1985, a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), também criado em 1985, e a atuação da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) os elementos determinantes para tal retorno. No caso do PNRA, apesar de ainda estar ligado à perspectiva do Estatuto da Terra, representou um avanço no debate envolvendo a questão agrária. À frente da elaboração do PNRA e também presidente da ABRA destaca-se, neste contexto, o nome de Plínio de Arruda Sampaio. Intelectual e político que ficou nacionalmente conhecido ao propor e defender um modelo constitucional de reforma agrária que visava acabar com os latifúndios, isto é, de fato buscava instaurar uma política verdadeiramente de reforma agrária e não uma política de colonização. Em reação à atuação de esquerda de Plínio de Arruda Sampaio, e do “fantasma” da reforma

agrária, foi criada a organização de tendência fascista denominada União Democrática Ruralista (UDR).

A UDR, fundada em 1985 em Goiânia, tinha à frente, principalmente, a figura de Ronaldo Caiado – descendente de uma das mais conhecidas oligarquias do estado de Goiás. Caiado foi presidente de tal instituição de 1986 a 1989 e, atualmente, é governador desse mesmo estado -, tinha como objetivo inviabilizar a implantação do I PNRA e combater o avanço do movimento dos camponeses sem-terra, pressionando todos os envolvidos a cederem neste sentido. Como demonstrado através de dados destacados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), a pressão surtiu efeito: os números referentes ao primeiro ano do plano (85/86) já traziam o fracasso da reforma agrária da “Nova República” de José Sarney. Havia sido atingido apenas 5% das metas das famílias assentadas e da área desapropriada. No segundo ano (86/87) o ritmo continuou lento. Isso explica por que depois de dois anos menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas. (Idem, p. 126 e 127)

Do ponto de vista constitucional a tragédia foi ainda maior: durante a constituinte de 1988 os ruralistas da UDR conseguiram barrar no plenário do Congresso Nacional a proposta de uma reforma agrária ampla, geral e irrestrita, garantindo a inserção no texto constitucional uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964. Ocorria, dessa maneira, a constitucionalização do projeto de contrarreforma agrária. Nesse mesmo contexto, Marcos Freire foi substituído por Jader Barbalho como ministro do MIRAD. Importante salientar que Barbalho, anteriormente, foi governador do estado do Pará e durante seu governo cerca de 211 trabalhadores foram assassinados no campo naquele estado. Como ministro, em 1987, ele extinguiu o INCRA e criou o INTER (Instituto de Terras Rurais), além de transferir para o MIRAD toda a supervisão e coordenação das atividades relativas à reforma agrária. Era a “raposa cuidando do galinheiro”. Exemplo disso foi a sua determinação de que áreas em produção não poderiam mais ser desapropriadas para fins de reforma agrária. “Assim, a desapropriação de áreas com produção de até 1500 ha na Amazônia, 1000 ha no Centro-Oeste, 500 ha no Nordeste e até 250 ha no Sul e Sudeste, não puderam mais acontecer”. (Idem, p. 127)

Logo, percebe-se que nos primeiros anos posteriores ao nosso recorte temporal – durante o governo de José Sarney – toda a demagogia populista do então chefe do

executivo em torno da reforma agrária nada mais fez do que garantir a perpetuação da estrutura do poder no Brasil a partir da lógica da política agrária dos latifundiários. Ao longo da década de 1990 não foi diferente: os governos de Fernando Collor/Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso endossaram a política do Estado no sentido de garantir a perpetuação da contrarreforma agrária. Fernando Collor de Melo colocou à frente do Ministério da Agricultura Antonio Cabrera, o qual era oriundo de uma família de latifundiários e ligado à UDR. Com o governo FHC a proposta de reforma agrária ficou ainda mais tímida, tendo como meta de assentamento apenas cerca de 20% do previsto no I PNRA. O então Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária foi ocupado, a pedido do presidente, por Andrade Vieira, banqueiro e latifundiário do Paraná e nomeado para presidente do INCRA um membro da UDR também do estado do Paraná. Eram muitas “raposas para cuidar do galinheiro”. Outra questão importante a se frisar é o fato de que durante o governo FHC, na mesma medida em que se intensificaram os conflitos no campo se intensificou, também, a repressão policial. Isto é, quem passou a matar os camponeses em luta pela terra já não eram os grileiros, latifundiários, empresários do ramo madeireiro, mas sim a polícia enquanto primeiro aparato de repressão do Estado. Os massacres de Corumbiara em Rondônia e Eldorado do Carajás no Pará são exemplos representativos deste contexto.

No que se refere aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), teremos novamente como referência Oliveira (2007). Este autor conclui sua obra “Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária” fazendo uma análise que consideramos certa no tocante às ações deste governo no que se refere à questão agrária e, por conseguinte, demonstra o caminhar perpétuo do processo da ampla política pró-capital monopolista a partir da contrarreforma agrária. Mesmo que ainda analisando apenas os primeiros anos do governo Lula, já que a obra é de 2007, Oliveira faz uma esclarecedora relação entre a política de regularização fundiária e a reforma agrária. Com esta constatação ele foi uma das poucas vozes que, no auge da política agrária do Partido dos Trabalhadores (PT), voltou-se contra esta forma de política agrária, inclusive colocando-se contra o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), afirmando que esta era uma política de colonização e não de reforma agrária. Isto é, política a qual continua a não tocar no latifúndio, promovendo apenas a ocupação de novas terras, pois as ações voltadas somente para a regularização foi muito maior que as que de fato se preocuparam com a reforma agrária.

Para tal esclarecimento o autor destaca várias tabelas expondo a titulação de terra na Amazônia, as quais demonstram o que era regularização e o que realmente foi reforma agrária. A discrepância não só chama a atenção, como também escancara a prática de um partido político que tinha como pauta fundamental de seu discurso a defesa da reforma agrária, portanto apenas retórica. (Idem, p. 163 a 179)

Obviamente que existem em cada um destes governos, mencionados posteriormente ao nosso recorte temporal, muitas outras singularidades quanto às ações tomadas nesse sentido. Contudo, ficaremos neste momento apenas nas objeções, já que seu aprofundamento não constitui nosso objetivo como prioridade.

Esses poucos fatos destacados, posteriormente ao nosso recorte temporal, demonstram-nos que o Estado Restrito se manteve fiel quanto a servir o grande capital: seja ele empresários ou latifundiários, grupos nacionais ou internacionais. Isto é, esse Estado manteve inalterada sua política de ocupação, relegando os desprovidos de capital – seja migrante ou não – e subordinando-se cada vez mais diante dos interesses das tradicionais oligarquias ligadas ao latifúndio e, também, das grandes empresas capitalistas (agroindústrias)¹¹⁵, fato em que observamos sua intensificação desde a primeira metade da década de 1980. Era a subordinação do Estado Restrito ao Estado Amplo sendo perpetuada e aprofundada a partir da lógica neoliberal dos anos 1990 e do início do século XXI.

Por fim, esperamos ter demonstrado a ligação umbilical entre a questão agrária – com a temática de reforma agrária – com o fenômeno migratório, sendo o controle do Estado – Restrito ou Amplo - exercido sobre este fenômeno - instrumento poderoso para estabelecer a contrarreforma agrária e, conseqüentemente, ampliar a política pró-capital monopolista no território brasileiro. Dessa maneira, a reforma agrária continua ser uma necessidade estrutural da sociedade brasileira, haja vista que sua aplicação é um dos instrumentos para corrigir a grave desigualdade social que assola o país. É necessário que se faça urgentemente a distribuição da terra para que se possa garantir sua função social de produzir, como estabelecido pela constituição de 1988.

¹¹⁵ Entre as principais empresas do agronegócio que ganham destaque a partir da década de 1990 podemos mencionar: ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Amaggi, Caramuru, Cutrale, Citrosuco, Votorantin, Nestlé, Danone, Aracruz, Friboi e Bertin. (Oliveira, 2007, p. 148)

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, José Lima. BORRERO, Manuel Antônio Valdés. PFEIFER, Luiz Francisco Machado. *Ocupação tardia e o desenvolvimento da agropecuária no estado de Rondônia: uma história da bovinocultura no desenvolvimento regional*. Revista Semina, Passo Fundo-RS, v.13, n.1, p. 154-171, 2014. ISSN: 1677-1001.

ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. *A Construção do Capital – Sudeco: o Centro-Oeste em foco (1967-1990)*, Goiânia: KELPS, 2016.

BARROS, José Roberto Mendonça de. A Experiência Regional de Planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, p. 22-43, 1991.

BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. *Integração Econômica*. (2ª Edição). São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 209-289.

_____. Estado: a silenciosa multiplicação do poder. *Parte I – Curso realizado na área temática Estado, Sociedade e Educação do programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, USP, em maio de 1997*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998, p. 03-61.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 213-246.

CASTRO, Antônio Tavares de. *A política pública no setor agrícola em Rondônia: proposta de reformulação face ao fenômeno migratório*. 1996. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração pública). Escola brasileira de administração pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

CUNHA, Elton Alves. *A recente ocupação: migração e territorialização em Rondônia*. Artigo publicado nos anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis, 2015.

ENGELS, Friedrich. “Introdução à edição alemã de 1895 de ‘As lutas de classes em França de 1848 a 1850’ de Karl Marx”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, 1982. P. 189-208).

F. PERDIGÃO e L. BASSEGIO. *Migrantes Amazônicos. (Rondônia: a trajetória da ilusão)*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 1992.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. A concretização da Revolução Burguesa. In: *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Cap. 05. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

_____. O modelo Autocrático-Burguês de transformação capitalista . In: *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* .Cap. 07. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. trad. Maria Júlia Goldwasser, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAMSCI, Antonio. Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos) (Caderno 25). In: *Cadernos do Cárcere*. Volume 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Breves notas sobre a política de Maquiavel (Caderno 13). In: *Cadernos do Cárcere*, volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 129-145.

HOBBSBAWN, Eric. Rumo ao abismo econômico. In: HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. 1994, p. 100 e 101.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. São Paulo, 1986.

_____. Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. *Ditadura e Agricultura. O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. Rio de Janeiro, 2a. Edição, Civilização Brasileira, 1986.

JAIME, Nilson. Família Jaime/Jayme: Genealogia e História. Goiânia: Kelps, 2016.

KON, Anita. Introdução: a experiência brasileira de planejamento público federal. In: Kon, Anita (org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 15-39.

LAFER, Betty Mindlin. O conceito de planejamento. In: .LAFER, Betty Mindlin (org.) *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LUKÁCS, G. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967.

MACEDO, Roberto B. M. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MACIEL, Dulce Portilho. *Migrações Internas no Brasil (1970-1990): questão de segurança nacional*. Anápolis: 2008.

_____. *Atuação da SUDECO e seus efeitos (1967-1990): um olhar a partir de “dentro”*. Anápolis: 2010.

_____. Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. *Artigo divulgado na revista Plurais*. 2005, p. 145-161.

_____. Desenvolvimento regional no Brasil dos anos 1960: uma questão de Estado. *I Simpósio Nacional do Centro Interdisciplinar de Estudos África-América - CieAA e VI semana de História da UnUCSEH - Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas da UEG*. Anápolis: 2007. (CD-Rom).

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 219-242.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARTONE, Celso L. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) - 1964-1966. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. O Planejamento no Brasil – observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MARX, Karl. *O capital, Volume I* – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MÜLLER, Marcos Lutz. *Exposição e Método Dialético em “O Capital”*. In: Marx. Boletim SEAF-MG, v. 2., Belo Horizonte, 1983, p. 17-41.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. (5ª Edição). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

_____. *Crítica à Razão Dualista O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH - USP, 2007, 184 p.

_____. *Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. São Paulo: FFLCH - USP, 2003.

PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 36-69.

PINTO, João Alberto da Costa. *O Intelectual na organização produtiva do capitalismo*. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI. 2011, São Paulo. Anais. São Paulo, 2011.

_____. *Sobre a identidade do intelectual na produção da sociedade capitalista*. In: Revista UFG, Goiânia, Ano XIII nº 10, p. 111-119, julho, 2011.

POSEY, Darrel A. Time, space, and the interface of divergente cultures: the Kayapó indians of the Amazon face the culture. In: *Revista de Antropologia*, v. 25, São Paulo, Departamento de Ciências Sociais – FFLCH/USP, 1982.

RODRIGUES. Aracky Martins. Operário, operária: estudo exploratório sobre o operariado da grande São Paulo. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

SILVA, José Santana da. *A CPT Regional Goiás e a questão Sociopolítica no Campo*. Goiânia: 2003.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Visões da Natureza. Seringueiros e Colonos em Rondônia*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1999.

TURCCHI, L. M. *A Colonização Dirigida no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola: Território Federal de Rondônia*. Brasília, 1980, mimeo. Vai-Vem – CEM, Boletim das Migrações, ano I nº 4, São Paulo, março de 1982.

TRAGTENBERG, Mauricio. Administração, poder e ideologia. *A ideologia administrativa das grandes corporações*. São Paulo: Moraes, 1980, p. 07-18.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico. A questão regional brasileira e as políticas governamentais. In: *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 2002, p.13-32.

V. I. Lênin. *Imperialismo, a Etapa Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

FONTES IMPRESSAS

LIMA, General Afonso A. Albuquerque. Aspectos gerais do desenvolvimento regional. *Boletim Geográfico*, n. 2005, ano 27, julho/agosto 1968, p 3-15. Rio de Janeiro: IBGE.

MARTINE, G.; PELIANO, J. *Migrante no mercado de trabalho metropolitano*. Brasília: Ipea, 1978.

MATTOS, General Meira. *Uma Geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MELLO, Fernando Homem de. A expansão agrícola no Brasil central. *Primeira reunião sobre pesquisa sócio-econômico na região dos cerrados. Vinculada ao Ministério da Agricultura*. 1985.

SINGER, Paul Israel. Crescimento econômico e distribuição espacial da população. In: *Exposição no seminário sobre “a questão migratória no Brasil-migrações internas e a ação do estado” em comemoração aos 30 anos do CNPq*. 1981.

SIQUEIRA, Túlio Manoel Leles de. O Trabalho escravo perdura no Brasil do século XXI. In: *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*. Belo Horizonte, v.52, n.82, p.127-147, jul./dez. 2010.

VARJÃO, Valdon. Barra do Garças: um pouco de sua história. In: *Nosso Povo: vivências, fatos do passado, sinopse histórico e estatístico*. Sem Data.

FONTES ELETRÔNICAS

Banco da Amazônia. História e marca. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/historia-marca>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

CARNIELLO, Monica Franchi. FERREIRA, Valdelise Martins dos Santos. RICCI, Fabio. TADEUCCI, Marilsa de Sá Rodrigues. O estado de Rondônia e os programas de desenvolvimento regional. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2010. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0092_0060_01.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2020.

Comissão Pastoral da terra. Massacres no Campo. O nascimento da CPT. Disponível em: (<https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>). Acesso em: 13 de julho de 2019.

Econodata. Indústrias de alimento em Rondônia. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/guia-empresas/maiores-empresas-INDUSTRIA-ALIMENTOS-CARNE-FRIGORIFICO/RONDONIA>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.

Edisciplinas-USP. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4207148/mod_resource/content/1/516_05_sem_in%C3%A1rio_PIREs_o%20termo. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

Estadão. Temer transfere Incra e secretarias d desenvolvimento social e agrário para Casa Civil. 30 de maio de 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-transfere-incra-e-secretarias-do->

desenvolvimento-social-e-agrario-para-casa-civil,10000054145> Acesso em: 10 de março de 2020.

Fundação Joaquim Nabuco. Reforma agrária no Brasil. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar../index.php?option=com_content&view=article&id=228&Itemid=1> Acesso em: 12 de março de 2020.

Governo de Mato Grosso. Pioneiros do agronegócio impulsionam desenvolvimento de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/11736627-pioneiros-do-agronegocio-impulsionam-desenvolvimento-de-mato-grosso> > Acesso em: 08 de maio de 2020.

G1. 863 pessoas já forma libertadas do trabalho escravo em RO, diz MPT. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/05/863-pessoas-ja-foram-libertadas-do-trabalho-escravo-em-ro-diz-mpt.html>. Acesso em: 28 de março de 2021.

NASSER, Júlio. Sandra e René Pompeu de Pina. Diário da Manhã, 2017. Disponível em: <https://www.dm.com.br/opiniaio/2017/04/sandra-e-rene-pompeo-de-pina/>> Acesso em: 13 de agosto de 2019.

Nova Bandeirantes – Mato Grosso – Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/novabandeirantes.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

O que é a Amazônia Legal. Disponível em: www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/. Acesso em: 31 de março de 2021.

Primeira Notícia. Colônia Jamic comemora maior produção de ovos. Disponível em: [Colônia Jamic comemora maior produção de ovos do Centro-Oeste no mês da Imigração Japonesa - Primeira Notícia \(ufms.br\)](http://ufms.br/primeira-noticia/colonia-jamic-comemora-maior-producao-de-ovos-do-centro-oeste-no-mes-da-imigracao-japonesa). Acesso em: 23 de agosto de 2020.

RIOTERRA. Disponível em: <http://rioterra.org.br/pt/wp-content/uploads/2011/07/analise-socioeconomica-do-entorno-da-area-de-concessao-publica-parte-ii.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

Suapesquisa.com. Setores da economia. Disponível em: [Setores da Economia - Primário, Secundário e Terciário, quais são \(suapesquisa.com\)](http://suapesquisa.com/setores-da-economia). Acesso em: 06 de novembro de 2018.

Todamateria. Setores da economia. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/setores-da-economia/> Acesso em: 06 de novembro de 2018.

Uol Educação. Escravidão – Brasil tem cerca de 30 mil trabalhadores escravos. Disponível em: [Escravidão: Brasil tem cerca de 30 mil trabalhadores escravos - UOL Educação](http://educacao.uol.com.br/escravidao-brasil-tem-cerca-de-30-mil-trabalhadores-escravos). Acesso em: 04 de março de 2021.

DOCUMENTOS DA SUDECO

SUDECO 01. *Relatório Sintético*. Relatórios Anuais e Plurianuais. 1977.

SUDECO 02. *Notas preliminares sobre as migrações internas no centro-oeste*. Estudo realizado pelo Ministério do Interior. 1980.

SUDECO 03. *Comportamento global da economia regional*. Estudos Científicos e Técnicos. 1978.

SUDECO 05. *Diretrizes e objetivos para as ações na política de migrações internas*. Estudo do MINTER. 1975.

SUDECO 06. *Estimativa de migrantes segundo alguns métodos e evidências*. Documento apresentado na IX reunião nacional do programa de migrações internas. Recife, 1983.

SUDECO 07. *Panorama populacional na região centro-oeste: evolução demográfica e migrações internas*. Estudo do MINTER. 1977.

SUDECO 08. *Programa de trabalho sobre migrações internas*. Ministério do Interior. 1975.

SUDECO 09. *Estudo SUDECO - Balanços migratórios dos estados do Centro-Oeste (1970-1980)*. 1981.

SUDECO 10. *Ofício da SUDECO para o MINTER – Infraestrutura em Mato Grosso (rodovias e energia)*. 1975.

SUDECO 11. *Ofício da Secretaria da agricultura - Rondônia*. 1979.

SUDECO 13. *Conselho deliberativo*. 1985.

SUDECO 15. *Contribuição para o Workshop sobre a redefinição ao papel da SUDECO*. Conselho deliberativo. 1985.

SUDECO 17. *POLOCENTRO*. Planos e Orçamentos. 1975.

SUDECO 18. *População migrante entrevistada no município de Goiânia*. 1979.

SUDECO 19. *Plano básico para um estudo de desenvolvimento integrado na Bacia do Alto Paraguai*. Missão Predatória OEA. Projetos industriais/agroindustriais. 1976.

SUDECO 20. *Programa comunitário: centro integrado de aprendizado e trabalho*. 1984.

SUDECO 22. *Irrigação no Centro-Oeste*. Estudos Científicos e Técnicos. 1980.

SUDECO 23. *Política de Migrações Internas – MINTER*. 1979.

SUDECO 24. *Centro-Oeste – a nova fronteira (encontro ano I): Situação fundiária da região Centro-Oeste*. 1980.

- SUDECO 26. *X Reunião Nacional do Programa de Migrações Internas*. 1984.
- SUDECO 27. *Uma proposta para a retomada do processo de ocupação do Distrito Agroindustrial de Anápolis e da efetiva industrialização na região Geoeconômica de Brasília*. Projetos Industriais/agroindustriais. 1978.
- SUDECO 28. *II plano de desenvolvimento econômico-social da região Centro-Oeste 1980-1990*. Estudos Científicos e Técnicos. Sem data.
- SUDECO 29. *Absorção de mão de obra migrante na construção civil*. Estudo realizado a partir de acordo firmado entre o governo de Goiás e o MINTER. 1982.
- SUDECO 30. *Queda do número de emprego em setores estratégicos*. Estudo realizado a pedido do MINTER. 1984.
- SUDECO 31. *O problema da habitação entre os operários da construção civil em Goiânia*. 1987.
- SUDECO 32. *Diagnóstico geo-socioeconômico da região Centro-Oeste do Brasil*. Estudos Científicos e Técnicos. 1984.
- SUDECO 34. *Sindicato da construção civil em Goiás*. 1985.
- SUDECO 35. *Dados do SINE referentes ao desemprego no estado de Goiás*. 1984.
- SUDECO 37. *Relatório SIMI/CETREMI Goiânia*. 1985.
- SUDECO 38. *Revisão e atualização do Plano de ação do sistema de indústria, comércio e turismo, biênio 1983/1984*. Elaborado pela Secretaria da Indústria e Comércio do estado de Goiás, 1985.
- SUDECO 41. *Processo de ocupação em Rondônia*. Migrações/Colonização. Sem data.
- SUDECO 42. *Relatório de inspeção*. Porto Velho: 1986.
- SUDECO 44. *Informe da Assessoria Antropológica*. Territórios e populações indígenas. 1985.
- SUDECO 45. *Projeto de assentamento Cujubim*. Relatório MINTER. 1984.
- SUDECO 49. Indicadores socioeconômicos – Rondônia. SEADE. Sem data.
- SUDECO 58. *COOPERCANA: estatuto social*. Migrações/Colonização. 1985.
- SUDECO 60. *Colonizadora Bandeirante (COBAN)*. Migrações/Colonização. Sem data.
- SUDECO 91. *Sistema de Informação sobre Migrações Internas: manual SIMI*. Ministério do Interior. 1979.
- SUDECO 92. *Análise do projeto de reestruturação do SIMI e sugestões para o aperfeiçoamento do sistema*. Ministério do Interior. 1977.
- SUDECO 93. *SUDECO ano 10*. Ministério do Interior. Assessoria de comunicação social. Brasília, 1977.
- SUDECO 94. *SUDECO: características e finalidades*. Histórico da SUDECO. 1985.